

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EXTENSÃO RURAL**

***UNIVERSIDAD DE SEVILLA
PROGRAMA DE DOCTORADO EN CIENCIAS ECONÓMICAS,
EMPRESARIALES Y SOCIALES***

**A PARTICIPAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO: UM
ESTUDO SOBRE A CONSTRUÇÃO DE
SIGNIFICADOS A PARTIR DE SEU FENÔMENO
TEMPORAL**

TESE DE DOUTORADO

Silvio Calgaro Neto

**Santa Maria, RS, Brasil
2015**

A PARTICIPAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO: UM ESTUDO SOBRE A CONSTRUÇÃO DE SIGNIFICADOS A PARTIR DE SEU FENÔMENO TEMPORAL

Silvio Calgaro Neto

Tese apresentada, em regime de co-tutela, ao Curso de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural, Área de Concentração em Extensão Rural, da Universidade Federal de Santa Maria, e ao *Programa de Doctorado en Ciencias Económicas, Empresariales y Sociales*, Área de concentração em *Antropología Social y Sociología*, da *Universidad de Sevilla*, como requisito parcial para obtenção do grau de **Doutor em Extensão Rural** e do grau de **Doctor en Ciencias Económicas, Empresariales y Sociales**.

Orientador: Prof. Dr. Renato Santos de Souza
Co-orientador: Prof. Dr. Pablo Palenzuela Chamorro

**Santa Maria, RS, Brasil,
2015**

Ficha catalográfica elaborada através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Central da UFSM, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Calgaro Neto, Silvio

A participação para o desenvolvimento: um estudo sobre a construção de significados a partir de seu fenômeno temporal / Silvio Calgaro Neto.-2015.

282 p.; 30cm

Orientador: Renato Santos de Souza

Coorientador: Pablo Palenzuela Chamorro

Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa Maria & Universidad de Sevilla, Centro de Ciências Rurais & Departamento de Antropología Social, Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural & Programa de Doctorado em Ciencias Económicas, Empresariales y Sociales, 2015.

1. Participação 2. Desenvolvimento 3. Etnodesenvolvimento 4. Fenomenologia 5. Semiótica I. Santos de Souza, Renato II. Palenzuela Chamorro, Pablo III. Título.

© 2015

Todos os direitos autorais reservados a Silvio Calgaro Neto. A reprodução de partes ou do todo deste trabalho só poderá ser feita mediante a citação da fonte. Correio eletrônico: silviocalgaro@gmail.com.

**Universidade Federal de Santa Maria
Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural**

***Universidad de Sevilla
Programa de Doctorado en Ciencias Económicas, Empresariales y
Sociales***

A Comissão Examinadora, abaixo assinada,
aprova a Tese de Doutorado

**A PARTICIPAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO: UM ESTUDO
SOBRE A CONSTRUÇÃO DE SIGNIFICADOS A PARTIR DE SEU
FENÔMENO TEMPORAL**

elaborada por
Silvio Calgaro Neto

como requisito parcial para obtenção do grau de
**Doutor em Extensão Rural e *Doctor en Ciencias Económicas,
Empresariales y Sociales***, em regime de co-tutela.

COMISSÃO EXAMINADORA:

Renato Santos de Souza, Dr. (UFSM) - Orientador

Pablo Palenzuela Chamorro, Dr. (US) – Coorientador

Clayton Hillig, Dr. (UFSM)

Fabício Pires Fortes, Dr. (UFBA)

José Marcos Froehlich, Ph.D. (UFSM)

Vivien Diesel, Ph. D. (UFSM)

Santa Maria, 14 de setembro de 2015.

AGRADECIMENTOS

É tarefa difícil a realização de agradecimentos de um processo que dura tantos anos, pois há grandes chances de que, aquele que agradece, esqueça alguém fundamental para a concretização do que aqui é apresentado, uma tese de doutorado. Existem fatos e situações marcantes, mas também existem detalhes que passam despercebidos e que, não por isso, se tornam menos importantes. Por fim, tudo se une pelo grande constructo da vida que, como dizem Roberto e Patrícia Ayala, é um continuum e, por isso, a tratamos no singular e não no plural. Então, dizemos “a vida”, e é nela que coisas aparentemente desconexas, ao final, se conectam e coisas íntegras, por vezes, se desintegram. Um continuum, sim poderia ser, mas paradoxalmente formado de conexões e desconexões.

Entre tantas conexões e desconexões, em 1988, um jovem casal com três filhos decide sair de suas cotidianidades, hábitos locais e familiares de sua cidade natal para aventurarem suas vidas em outra cidade. O destino era Santa Maria e, na bagagem, a esperança e o sonho de que seus filhos pudessem estudar. Mãe e Pai, muito obrigado por acreditar em seus sonhos e, por isso, fazer-nos acreditar em nossos próprios sonhos. A força, o amor e a união de vocês sempre foram a principal energia para que mais um destes sonhos esteja aqui concretizado! Muito obrigado pelo apoio, pela vida, pelo amor e pela força! Muito obrigado família pelo amor incondicional! Seguiremos sonhando juntos sempre!

Já em 2008, outro jovem casal se constrói. Na bagagem, apenas a esperança de sonhar juntos. Em um mundo de tantas desconexões e conexões são poucos os jovens que acreditam em sonhos compartilhados. Dois acreditaram! E, nem todas as oportunidades e situações variadas que pareciam impulsionar rupturas entre seus caminhos foram suficientes para tal. Os caminhos, neste caso, foram traçados pelo Amor! Uma tese que, por fim, também é fruto deste Amor! Mônica! Muito obrigado por sempre manter viva a esperança de sonhar juntos, por produzir sempre mais conexões, por compartilhar nossa cotidianidade, por manter-se nessa eterna busca por conhecer mais nossa “*paz-ciência do amor*”, transformando o próprio amor em nosso objeto principal. Mônica! Te amo sempre!

Gostaria de agradecer aqueles que também fizeram com que tudo fosse mais fácil e, até mesmo, possível. Um agradecimento especial aos professores do Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural (UFES), que conjuntamente me orientaram formalmente e informalmente, proporcionando todo o apoio intelectual e institucional para esta construção acadêmica. Da mesma forma, ao Departamento de Antropologia Social da Universidad de Sevilla (em especial os professores Pablo Palenzuela e Encarnación Aguilar). À CAPES e ao CNPq pelo imprescindível apoio financeiro. Aos coletivos Granjah Roots e Chácara das Pedras e demais amigos, obrigado por toda sua rede de amizades e o necessário espaço de companheirismo, diálogo e relaxamento musical e mental.

Gostaria de realizar um agradecimento especial a Família Ayala e toda a equipe da Fundación Madre Tierra – Paraguai, que além de todo o apoio para conhecer a experiência de vida M'bya Guarani, possibilitou-me a percepção de que na arte da vida, são as pinceladas alternativas que fazem com que as realidades se tornem diversidades. Finalmente, então, gostaria de agradecer a Professora Vivien Diesel, que foi e sempre será a grande mentora intelectual desta nova trajetória acadêmica, uma pessoa cuja dedicação, sensibilidade e paixão demonstra que o mais importante neste processo sempre será aprender a aprender.

*“Ocho letras de guerra, ocho letras de paz,
ocho letras tan solo. Libertad!”*

(Larbanois & Carrero).

RESUMO

Tese de Doutorado

Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural - *Programa de Doctorado en Ciencias Económicas, Empresariales y Sociales*
Universidade Federal de Santa Maria - *Universidad de Sevilla*

A PARTICIPAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO: UM ESTUDO SOBRE A CONSTRUÇÃO DE SIGNIFICADOS A PARTIR DE SEU FENÔMENO TEMPORAL

Autor: Silvio Calgaro Neto

Orientador: Renato Santos de Souza

Co-orientador: Pablo Palenzuela Chamorro

Data e Local da Defesa: Santa Maria, 14 de setembro de 2015.

Desde a segunda metade do século XX, acompanhou-se a emergência e a introdução dos enunciados participativos junto as organizações socioinstitucionais voltadas ao desenvolvimento através de modalidades particulares que diferenciavam-se daquilo que, *stricto sensu*, constituíam as referências e significados relacionados ao ideário e ao discurso participativos. Com a impossibilidade prática de aplicar modelos participativos radicais ou diretos, disseminaram-se experiências e teorizações que atribuíram sentidos mais amplos ao discurso da participação, em que este aparece como elemento potencial de renovação das estruturas democráticas, no intuito de atender a necessidade de relativização do caráter técnico e centralista das decisões socioinstitucionais. Estas particulares modalidades de operacionalização dos enunciados participativos, contudo, não mais sustentavam a oposição entre as ideias de participação e representação que caracterizam seu debate estrito, estabelecendo, assim, possibilidades de aportar referências e significados mais amplos a ambos os discursos. Acerca desta que denominamos modalidade *lato sensu* de participação foram construídas metodologias, tipologias, indicadores e inúmeras outras ferramentas que atentavam para sua operacionalização discursiva, dialógica e prática. Não obstante, na última década observou-se a emergência de muitas críticas que requisitavam a atualização conceitual deste “novo” discurso da participação, que, aparentemente, já não continha as referências e significados que, estritamente, relacionavam-se aos mesmos. Os enunciados participativos passaram por um processo interdiscursivo em que distintas relações e referências chamavam a atenção para que intelectuais introduzissem-se ao debate e tentassem desvelar o novo fenômeno participativo, ou seja, tentassem responder, de alguma maneira, o que é isso que denominamos também de participação. A presente tese, portanto, direcionou-se para auxiliar no desvelamento deste fenômeno que, como criticaram muitos autores, assumia significados que atendiam aos requisitos socioinstitucionais, mas deixavam de discutir sobre a direta participação das pessoas na construção das estruturas institucionais e de suas intervenções sociais. Deste modo, além de circundar os problemas teóricos que emergem das experiências participativas operacionalizadas através deste sentido amplo, esta tese dedica-se a levantar as possíveis significações que atribuem-se ao mesmo, aportando ao documento expressões significativas de pessoas em suas próprias vivências participativas. Optou-se, assim, pela utilização das bases metodológicas derivadas da fenomenologia, que observa as expressões das pessoas como subsídios objetivos para alcançar as referências e relações significativas acerca de determinado fenômeno. Ao seguir o método do desvelamento da circularidade perfeita, esta tese divide-se em quatro seções principais, entre as quais estão inseridos capítulos. Tais seções prezam por apresentar, respectivamente, as relações teóricas, metodológicas, fenomenológicas e críticas que constroem esta tese, atentando para direcioná-las ao encontro da modalidade participativa acompanhada pela experiência empírica desta tese, que através das estruturas da Cooperação Internacional para o Desenvolvimento, deparou-se com a valorização da modalidade da *participação para o desenvolvimento*. De modo a contribuir na construção de significados sobre a participação e na discussão sobre isto que também denominamos de participação, esta tese encerra-se com um novo ponto de partida para o problema inicial, em que as expressões das pessoas indicaram a necessidade de direcionar a crítica participativa para as possibilidades pessoais, mais do que para as possibilidades institucionais.

Palavras-chave: Participação. Desenvolvimento. Etnodesenvolvimento. Fenomenologia.

ABSTRACT

Doctoral Thesis
Rural Extension Postgraduate Programme – Socials, Business and
Economics Sciences Doctorate Programme
Santa Maria Federal University – Sevilla University

PARTICIPATION FOR DEVELOPMENT: A STUDY ON THE CONSTRUCTION OF MEANINGS FROM ITS TEMPORAL PHENOMENON

Author: Silvio Calgaro Neto
Advisor: Renato Santos de Souza
Co-advisor: Pablo Palenzuela Chamorro
Date e Location of Defense: Santa Maria, september 14, 2015.

Since the second half of the twentieth century there was been the emergence and the introduction of participatory discourses at the socio-institutional organizations dedicated to development, however a particular way to manipulate this discourse was resulted, different *stricto sensu* to the references and meanings related to the participatory discourse and ideals. Under the practical possibility to socially apply the radical participatory models, has been a dissemination of theoretical and practical experiences that apply the sense of participatory discourse. It has been considered a potential element to renovate the democratic structures, that claims for a relativization to the technical and centralist models of institutional decisions. This new and particular way to operationalize the participatory processes changed the polar position between participation and representation. That was historically opposed, reached the possibility to operate together, transforming and amplifying their references and meanings. To this way that we call *lato sensu* model of participation we can find a large numbers of methodological, typological and index approaches and tools attempting to reach yours discursive, dialogical and practical utilization. In this context, a conceptual actualization was required and the political theorists asked to understand this particular and new way to use the participatory discourse, that, apparently, do not content the strict references and meanings. A inter-discursive process has been occurred and distinctive relations ask to attention at the moment to explore a new participatory phenomena, trying to brings up answers about this that we also call participation. Therefore, this thesis is dedicated to unveiling this phenomenon that from the words of it critical authors reproduces helpful meanings to attempt the institutional requirements, but with a soft inclination to discuss about the direct intervention of the people in the construction of institutional structures and social changes. So, in addition to treating the theoretical problems that emerges from the *lato sensu* participatory experiences, this thesis had been oriented to investigate the possibles meanings assigned from these, bringing to this document meaning expressions of those people from own participatory experience. We had been adopted the methodological basis of phenomenology, that presupposes that people expressions can be used like objective subsidies to reach meaning references and relations around the phenomena. Conducting the unveiling method of perfect circularity, this thesis was composed by four principals sections, where had been inserted the chapters. These sections seek to show, respectively, the theoretical, methodological, phenomenological and critical relations that build this thesis, orienting to specify the particular models of participation investigated in this empirical work, that occurred on the structures of International Development Cooperation, from where emerges the particular model of *participation for development*. With the effort to contribute on the construction of meanings about the participation and introduce elements to understand what is this that we also call participation, this thesis concludes with a new perspective about the initials issues, whereupon the people expressions indicates the necessity of participatory critical look to the personal possibilities, more than institutional possibilities.

Key-words: Participation. Development. Etnodevelopment. Phenomenology.

RESUMÉN

Tesis de Doctorado

Programa de Posgrado en Extensión Rural – Programa de Doctorado
em Ciencias Económicas, Empresariales y Sociales
Universidad Federal de Santa Maria – Universidad de Sevilla

LA PARTICIPACIÓN PARA EL DESARROLLO: UNA INVESTIGACIÓN SOBRE LA CONSTRUCCIÓN DE SIGNIFICADOS A PARTIR DE SU FENOMENO TEMPORAL

Autor: Silvio Calgaro Neto

Director: Renato Santos de Souza

Co-director: Pablo Palenzuela Chamorro

Fecha y Local de Defensa: Santa Maria, 14 de septiembre, 2015.

A partir de la segunda mitad del siglo XX, hubo la emergencia y la introducción de los enunciados participativos junto a las organizaciones socioinstitucionales dedicadas al desarrollo a través de modalidades particulares que se diferenciaban de que, *stricto sensu*, constituían las referencias y significados relacionados al ideário y discurso participativos. Con la imposibilidad práctica de aplicar modelos participativos radicales ou directos, hubo una diseminación de experiencias y teorizaciones que atribuían sentidos más amplios al discurso de la participación, donde este surge como elemento potencial de renovación de las estructuras democráticas, en el intuito de atender la necesidad de relativización del carácter técnico y centralista de las decisiones socioinstitucionales. Estas particulares modalidades de operacionalización de los enunciados participativos, contudo, no más sostenían la oposición entre las ideas de participación y representación que caracterizan su debate estricto, estableciendo, así, posibilidades de aportar referencias e significados más amplios en ambos discursos. Acerca de esta que denominamos modalidad *lato sensu* de la participación fueron construídas metodologías, tipologías, indicadores e inúmeras otras ferramentas que atentaban para su operacionalización discursiva, dialógica e práctica. No obstante, en la última década se ha observado la emergencia de muchas críticas que requisitaban la actualización conceptual de este “nuevo” discurso de la participación que, aparentemente, ya no contenía las referencias y significados que, estrictamente, relacionabanse a los mismos. Los enunciados participativos pasaron por un proceso interdiscursivo en que distintas relaciones y referencias llamaban la atención para que intelectuales introduzcanse al debate e tenten desvelar el nuevo fenómeno participativo, o sea, tentasen responder, de alguna manera, que és eso que denominamos también de participación. La presente tesis, por tanto, se ha direccionado para auxiliar el desvelamiento de este fenómeno que, como criticaron muchos autores, asumía significados que atendían a los requisitos socioinstitucionales, pero dejaban de discutir sobre la directa participación de las personas en la construcción de las estructuras institucionales y de sus intervenciones sociales. De este modo, además de circundar los problemas teóricos que emergen de las experiencias participativas operacionalizadas a través de este sentido amplio, esta tesis se dedica a levantar las posibles significaciones que atribúense al mismo, aportando al documento expresiones significativas de personas en sus propias vivencias participativas. Se ha optado, así, por la utilización de las bases metodológicas derivadas de la fenomenología, que observa tales expresiones como subsídios objetivos para alcanzar las referencias y relaciones significativas acerca de determinado fenómeno. Al seguir el método del desvelamiento de la circularidad perfecta, esta tesis se divide en quatro secciones principales, entre las cuales están inseridos los capítulos. Tales secciones prezam por presentar, respectivamente, las relaciones teóricas, metodológicas, fenomenológicas y críticas que constroen esta tesis, atentando para orientarlas para la lectura de la modalidad participativa acompañada por la experiencia empírica de esta tesis, que a través de las estructuras de la Cooperación Internacional para el Desarrollo, observó la valoración de la modalidad de la *participación para el desarrollo*. Con el objetivo de contribuir en la construcción de significados sobre la participación y en la discusión sobre lo que, actualmente, también denominamos de participación, esta tesis se finaliza discutiendo nuevos puntos de partida para el problema inicialmente propuesto, en que las expresiones de las personas indicaron la necesidad de direccionar la crítica participativa para las posibilidades personales, más que para las posibilidades institucionales.

Palabras-clave: Participación. Desarrollo. Etnodesarrollo. Fenomenología.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Relação entre atividades cotidianas da participação e mudanças na vida pessoal dos proponentes 2 e 5.....	156
Quadro 2 - Relação entre atividades cotidianas da participação e mudanças na vida pessoal do proponente 4.....	157
Quadro 3 - Relação entre atividades cotidianas da participação e mudanças na vida pessoal dos proponentes 7.....	158
Quadro 4 - Relação entre atividades cotidianas da participação e mudanças na vida pessoal dos proponentes 8 e 3.....	159
Quadro 5 - Relação entre atividades cotidianas da participação e mudanças na vida pessoal dos proponentes 6.....	160
Quadro 6 - Relação entre atividades cotidianas da participação e mudanças na vida pessoal do Executor 3.....	167
Quadro 7 - Relação entre atividades cotidianas da participação e mudanças na vida pessoal do Executor 2.....	169
Quadro 8 - Relação entre atividades cotidianas da participação e mudanças na vida pessoal do Executor 7.....	170
Quadro 9 - Relação entre atividades cotidianas da participação e mudanças na vida pessoal do Executor 6.....	172
Quadro 10 – Relação entre atividades cotidianas da participação e mudanças na vida pessoal do Executor 4.....	173
Quadro 11 – Relação entre atividades cotidianas da participação e mudanças na vida pessoal do Executor 5.....	175
Quadro 12 - Relação entre atividades cotidianas da participação e mudanças na vida pessoal do Beneficiário 1.....	184
Quadro 13 - Relação entre atividades cotidianas da participação e mudanças na vida pessoal do Beneficiário 2.....	185
Quadro 14 – Relação entre atividades cotidianas da participação e mudanças na vida pessoal do Beneficiário 3.....	186
Quadro 15 – Relações expressas pelos proponentes durante a experiência empírica da tese.....	197
Quadro 16 - Apresentação das relações e significados expressados pelos proponentes 3 e 2 durante a entrevista.....	198
Quadro 17 - Apresentação das relações e significados expressados pelos proponentes 4 e 5 durante a entrevista.....	199
Quadro 18 - Relações expressas pelos executores durante a experiência empírica da tese.....	202
Quadro 19 – Apresentação das relações e significados expressados pelos executores 4 e 5 durante a entrevista.....	203
Quadro 20 – Apresentação das relações e significados expressados pelos executores 6 e 7 durante a entrevista.....	205
Quadro 21 - Relações expressas pelos beneficiários durante a experiência empírica da tese.....	208
Quadro 22 - Apresentação das relações e significados expressados pelos beneficiários 1 e 2 durante a entrevista.....	210
Quadro 23 - Apresentação das relações e significados expressados pelos beneficiários 3 e 6 durante a entrevista.....	211

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Ilustração 1 – Exemplo da influência da relação triádica peirceana para o direcionamento da pessoa para os modos de ser do desenvolvimento.....	133
Ilustração 2 – Problematização das categorias semióticas e expressão do “entes” que estão nos modos de ser do desenvolvimento.....	137
Ilustração 3 – Exemplificação diagramática dos níveis metodológicos estabelecidos para a apresentação dos resultados da experiência empírica da tese.....	151
Ilustração 4 – Análise semiótica das mudanças vivenciadas na experiência participativa do Proponente 3.....	161
Ilustração 5 – Análise semiótica das mudanças vivenciadas na experiência participativa do Proponente 8.....	163
Ilustração 6 - Análise semiótica das mudanças vivenciadas na experiência participativa do Proponente 6.....	164
Ilustração 7 – Análise semiótica das mudanças vivenciadas na experiência participativa do Proponente 4.....	165
Ilustração 8 – Análise semiótica das mudanças vivenciadas na experiência participativa do Executor 1.....	176
Ilustração 9 – Análise semiótica das mudanças vivenciadas na experiência participativa do Executor 7.....	177
Ilustração 10 – Análise semiótica das mudanças vivenciadas na experiência participativa do Executor 4.....	178
Ilustração 11 –Análise semiótica das mudanças vivenciadas na experiência participativa do Beneficiário 2.....	187
Ilustração 12 – Análise semiótica das mudanças vivenciadas na experiência participativa do Beneficiário 1.....	188
Ilustração 13 – Análise semiótica das mudanças vivenciadas na experiência participativa do Beneficiário 6.....	190
Ilustração 14 – Análise semiótica das mudanças vivenciadas na experiência participativa do Beneficiário 3.....	191
Ilustração 15 – Apresentação dos direcionamentos dos proponentes em relação as três dimensões de abertura derivadas da alterações do estado de humor.....	217
Ilustração 16 - Apresentação dos direcionamentos dos executores em relação as três dimensões de abertura derivadas da alterações do estado de humor.....	223
Ilustração 17 - Apresentação dos direcionamentos dos beneficiários em relação as três dimensões de abertura derivadas da alterações do estado de humor.....	230

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AECID: Agencia Española de Cooperación Internacional para el Desarrollo

BID: Banco Inter-americano de Desenvolvimento

BIRD: Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento

CAF: Corporación Andina de Fomento

CE: Comunidade Europeia

CEPAL: Comisión Económica para América Latina y Caribe

CID: Cooperação Internacional para o Desenvolvimento

CIDEAL: Centro de Investigación y Documentación entre Europa y América Latina

DFID: Departamento para o Desenvolvimento Internacional do Reino Unido

D.M.O. 2.34: Declaração de Manual Operacional 2.34

DPSR: Diagnósticos Participativos de Sistemas Rurais

DRSR: Diagnósticos Rápidos de Sistemas Rurais

FAO: Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação

FIDA/IFAD: Fundo Internacional para o Desenvolvimento da Agricultura

GIZ: Sociedade Alemã de Cooperação Técnica

G7: Grupo dos Sete

IAF: Fundação Inter-americana

ITK: Indigenous Technical Knowledge

MAEC: Ministerio de Asuntos Exteriores y Cooperación

NORAD: Agência Norueguesa para Cooperação ao Desenvolvimento

OIT: Organização Internacional do Trabalho

ONG's: Organizações Não-Governamentais

ONU: União das Nações Unidas

OMS: Organização Mundial da Saúde

OSG's: Organizações de Segundo Graus

PDPI: Projetos Demonstrativos dos Povos Indígenas

PNUD: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

PPG7: Programa Piloto para Proteção das Florestas Tropicais do Brasil

PRODEPINE: Proyecto de Desarrollo de los Pueblos Indígenas y Afro-Ecuatorianos

UNESCO: Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

UNICEF: Fundo das Nações Unidas para a Infância

USAID: Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional

LISTA DE ANEXOS

ANEXO 1 – Conclusión en español.....	257
ANEXO 2 – Quadro de relações e significados dos proponentes.....	268
ANEXO 3 – Quadro de relações e significados dos executores.....	271
ANEXO 4 – Quadro de relações e significados dos beneficiários.....	275
ANEXO 5 – Roteiro semiestruturado de entrevistas.....	278
ANEXO 5 – Roteiro semiestruturado de entrevistas de beneficiários.....	280

SUMÁRIO

PREFÁCIO.....	16
1 INTRODUÇÃO.....	22
2 PROBLEMA E JUSTIFICATIVAS.....	38
PRIMEIRA SEÇÃO: DESVELANDO O FENÔMENO TEMPORAL DA PARTICIPAÇÃO.....	50
3 DESENVOLVIMENTO E ETNODESENVOLVIMENTO.....	57
3.1 Emergência, decadência e ressurgência do desenvolvimento: uma história discursiva.....	58
3.2 A dimensão étnica do desenvolvimento.....	65
4 ESTUDOS ORGANIZACIONAIS E SUA HERANÇA DISCURSIVA NO DESENVOLVIMENTO.....	73
4.1 A ética organizacional do desenvolvimento.....	73
4.2 A versão étnica das organizações para o desenvolvimento e suas intervenções via projetos.....	79
5 PARTICIPAÇÃO E DESENVOLVIMENTO.....	86
5.1 Nuances históricas da emergência dos enunciados participativos no âmbito do discurso para o desenvolvimento.....	86
5.2 As condições participativas e suas tipologias “ <i>top-down</i> ”.....	88
5.3 A valorização da participação nas intervenções via projetos para o etnodesenvolvimento.....	92
6 OS MODOS DE SER DO DESENVOLVIMENTO E A PARTICIPAÇÃO COMO DISCURSO.....	98
7 MARCO EMPÍRICO: O CONTEXTO DE INVESTIGAÇÃO E AS CONJUNTURAS INSTITUCIONAIS.....	106
7.1 O estudo empírico das conjunturas institucionais de participação para o desenvolvimento.....	110
7.1.1 Os gestores proponentes: as matrizes do desenvolvimento.....	111
7.1.2 Os gestores executores: os parceiros locais.....	114
7.1.3 Os gestores beneficiários: o <i>Tekoha Ytu</i>	117
2ª SEÇÃO: A LIBERAÇÃO DO “ENTE” DO SER QUE ESTÁ NO MODO DE SER DO DESENVOLVIMENTO.....	120
8 A SEMIÓTICA DA PESSOA.....	121
8.1 O conceito de pessoa.....	124
8.2 A pessoa e a atração simbólica do fenômeno da participação.....	129
9 A SEMIÓTICA DO FENÔMENO TEMPORAL DA PARTICIPAÇÃO.....	134
9.1 A tricotomia husserliana da construção e expressão de significados.....	135
9.2 A semiótica fenomenológica e a construção de significados.....	138
10 A ANTROPOLOGIA HEIDEGGERIANA E OS MODOS DE SER COMO POSSIBILIDADES: A SEMIÓTICA EXISTENCIAL.....	141
10.1 A semiótica heideggeriana.....	144
10.2 O 1, 2, 3 da semiótica heideggeriana.....	146
TERCEIRA SEÇÃO: A EXPRESSÃO DO “ENTE” QUE ESTÁ NO MODO DE SER DO DESENVOLVIMENTO.....	152
11 A SEMIÓTICA DO DESENVOLVIMENTO: RELAÇÕES PARA A	

CONSTRUÇÃO DE SIGNIFICADOS DA PARTICIPAÇÃO.....	153
11.1 A conjuntura dos gestores proponentes: os modos de ser dos proponentes.....	154
11.2 A conjuntura dos gestores executores: os modos de ser dos executores ou parceiros locais.....	166
11.3 A conjuntura dos gestores beneficiários: os modos de ser dos beneficiários.....	182
12 AS RELAÇÕES E A CONSTRUÇÃO DE SIGNIFICADOS DA PARTICIPAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO.....	193
12.1 Relações e significados: a conjuntura dos proponentes.....	194
12.2 Relações e significados: a conjuntura dos executores.....	200
12.3 Relações e significados: a conjuntura dos beneficiários.....	206
13 AS CONDIÇÕES PARTICIPATIVAS: REFLEXÕES ACERCA DAS VARIAÇÕES DE ESTADO DE HUMOR.....	213
13.1 As condições participativas dos proponentes.....	216
13.2 As condições participativas dos executores.....	222
13.3 As condições participativas dos beneficiários.....	229
QUARTA SEÇÃO: A ELUCIDAÇÃO DO PROBLEMA INICIAL.....	235
14 CONCLUSÃO.....	236
15 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	247

PREFÁCIO

Quatro anos não se passam de um dia para outro. Ao mesmo tempo em que sentimos uma avassaladora e imparável passagem do tempo transcorrendo rapidamente, absorvemos também os detalhes que preenchem nossas percepções e fazem, de cada dia, outra experiência vivida marcante. Tão vasta pode ser a relatividade temporal humana, quanto a própria quantidade de seres humanos. Um projeto de doutorado, por sua vez, executa-se através de uma escala de tempo bastante ampla, abrindo possibilidades para uma série de situações emergenciais e contingenciais que possam surgir neste período. No caso da tese em questão, também entrelaçaram-se processos previstos e imprevisos, constituindo, simultaneamente, dinâmicas existenciais óbvias e surpreendentes que não ausentam-se em conformar uma espécie de cotidianidade, uma cotidianidade doutoral.

Como a própria vida que transcorre, esta tese de doutorado não materializou-se sem suas marcas do tempo. Foram necessárias mudanças gerenciais, estruturais, teóricas, perceptivas e estratégicas que, contextualmente, permitiram refinar a concentração e o foco sobre aquilo que conformava a preocupação principal e inicialmente presente no projeto de tese, de construir a analítica discursiva e conceitual da participação que desse ênfase às dinâmicas existenciais das pessoas que participavam dos processos institucionais. Descobri mais tarde que, de modo geral, o que eu buscava era elaborar um estudo que se lançasse para as pessoas a partir da possibilidade de que haja algum distanciamento destas com as estruturas e discursos organizacionais institucionais, ou seja, de que pudesse haver alguma possibilidade existencial. De acordo com a indicação da antropologia kantiana, a intenção era de resguardar-se da utilização de uma perspectiva objetivadora para captar o significado construído pelas pessoas, interpretando-as como um fim em si mesmas.

Uma orientação pouco convencional para àqueles que, como eu, vêm de uma formação tecnológica, mas de nenhuma forma desorientada para quem teve o privilégio de contar, como eu tive, com um suporte orientativo e intelectual de grandes pensadores capazes de considerar, refletir e organizar uma proposta de reconhecido caráter original. Neste sentido, faz-me necessário expor, através deste

prefácio, algumas particularidades e mudanças ocorridas após o processo de defesa e qualificação do projeto de tese que, no percurso de materialização desta tese, levaram-na a atingir a composição que agora podemos contemplar através deste documento.

Algumas mudanças importantes ocorreram já no início do desenvolvimento do aprovado projeto de qualificação, caracterizando-se por incidir, principalmente, nos níveis metodológico e analítico.

A realização do estágio de doutorado no exterior junto à Universidade de Sevilha (US), já previsto no projeto submetido à qualificação, contemplaria, conforme planejado, dois aspectos importantes para a construção da tese. O primeiro relacionado à execução de parte do levantamento de dados primários através de entrevistas em agências de cooperação internacional específicas e, o segundo, à qualificação do próprio material de suporte para as entrevistas, neste caso, o questionário semiestruturado.

No entanto, logo ao chegar em Sevilha, deparei-me com algumas dificuldades inesperadas, resultando em mudanças nos níveis acima destacados. Tais mudanças geraram, inicialmente, determinadas incertezas que, por fim, puderam ser contornadas a partir da reorientação das lentes analíticas para atingir a mesma problemática anteriormente estabelecida. Uma solução cabal que não poderia ter sido alcançada sem o apoio do Departamento de Antropologia Social da US e, especialmente, do Professor Pablo Palenzuela Chamorro que, neste contexto de incertezas, conduziu-me por este processo de reorientação do projeto de tese.

De modo geral, o nível metodológico havia sofrido uma alteração drástica, que se concentrava na impossibilidade de rastreamento estrutural do projeto de etnodesenvolvimento acompanhado no Paraguai. A proposta metodológica preestabelecida previa a construção de significados da participação atrelada especificamente ao projeto de etnodesenvolvimento em questão, ou seja, partia do pressuposto de que o significado de participação deveria estar associado diretamente ao relacionamento das pessoas com o projeto que, por sua vez, desenvolviam distintas atividades nas organizações que compunham uma rede específica de cooperação internacional. Assim, de acordo com a proposta metodológica inicial, seria o relacionamento dos distintos atores com o projeto, imersos em suas organizações, que poderia definir o significado da participação. Entretanto, a negação da contribuição para a pesquisa da organização não-

governamental intermediária de cooperação internacional e da organização governamental espanhola de cooperação internacional derrubaram as possibilidades de rastreamento do projeto, incidindo, concomitantemente, na necessidade de alterações no nível metodológico da presente tese.

O surgimento deste problema fez-nos perceber que havíamos escapado de dar “um tiro pela culatra”, o rastreamento do projeto era tarefa de difícil alcance pois, no contexto das agências financiadoras, o significado da participação possivelmente não estivesse atribuído a um ou outro projeto, pois os mesmos eram apresentados em forma fragmentada e manejados em conjunto de projetos pelas pessoas que nestas organizações trabalhavam. Ou seja, para aquelas pessoas, talvez, o significado da participação estivesse mais próximo das práticas cotidianas e eu, neste caso, encontraria dificuldades para captá-lo através da busca específica de um ou outro projeto, simplesmente por que estes eram tratados como conjuntos, e não como unidades. Uma abordagem bastante diferenciada do que se encontra, de modo geral, em terreno, onde as pessoas estão relacionadas a um número bastante reduzido de projetos e em contato direto com os beneficiários.

Paradoxalmente, foi a própria busca pela solução deste problema que conduziu a tese mais profundamente para a conformação de uma abordagem fenomenológica, estabelecida *a priori*. Ficar atrelado ao projeto, possivelmente, não contribuiria de forma substancial para atingir os significados da participação nas distintas posições ocupadas pelas pessoas. O desprendimento do projeto, por sua vez, potencializou as possibilidades de direcionar os instrumentos de análise diretamente para as pessoas, atribuindo coerência com as abordagens teóricas previamente estabelecidas para a execução desta tese. De acordo com Husserl, cada pessoa, no exercício de seus atos objetivantes e de suas intuições preenchedoras, constrói suas próprias significações.

Passada esta fase conturbada, avançou-se, já com a orientação formal do Professor Pablo Palenzuela Chamorro, para a reorganização e o refinamento dos instrumentos de análise, que neste novo formato metodológico, permitia e incitava a aplicação dos questionários no maior número possível de organizações relacionadas à cooperação internacional para o desenvolvimento (CID). A pressuposição era de que, para o reforço e a consolidação do nível analítico, seria importante contar as significações de diversas pessoas relacionadas ao tema em questão. Felizmente, a condução do Professor Pablo facilitou a aproximação com algumas organizações de

cooperação internacional e possibilitou a execução de uma série de entrevistas nas agências financiadoras, promovendo a incorporação de um importante material analítico.

Muitas heranças do projeto de tese defendido e qualificado foram utilizadas. Ao mesmo tempo, foram refinadas as composições metodológicas e aprofundados os arcabouços teóricos no sentido de materializar um estudo em suas exigências estritas. Sem embargo, é mister destacar que há deficiências e lacunas que se tornaram indissolúveis no desenvolvimento desta proposta teórico-metodológica até o presente momento.

Como se pode observar, pude contar com alguns elementos de sorte que se tornaram essenciais para a plena realização desta tese de doutorado. Muitos destes tiveram seu momento durante a realização desta tese, mas alguns deles estavam presentes anteriormente, principalmente, no que se refere a sua composição empírica. Esta somente foi possível de ser estabelecida, deste lado do Atlântico, pela contribuição pontual da Família Ayala, principalmente, pelas pessoas de Patrícia, Roberto e Atahualpa e de toda a rede de pessoas que conformam a Organização Não-Governamental Madre Tierra, no Paraguai.

Tais pessoas possibilitaram que me aproximasse institucionalmente das atividades de “*Etnodesarrollo*” realizados pela Cooperação Internacional ao Desenvolvimento (CID) no Paraguai e estruturar, fundamentalmente, todo o direcionamento perspectivo para conformar a proposta teórico-metodológica aqui executada. Suas influências se deram no sentido de permear minha mente com uma vasta exposição às realidades vivenciadas pelos mesmos, expressando-me suas experiências e com um diálogo aberto e transparente, permitir minha participação e vivência incondicional junto a eles e às famílias Mbya Guaraní das comunidades de Ytu, de Ypety, Takuaruzú e Kaatimi, situadas no Departamento de Caazapá. Ao mesmo tempo, é lá onde estabeleci minha maior dívida com esta pesquisa, de não ter aprendido a falar, ler e escrever o maravilhoso e complexo idioma guarani, tão relacionado à natureza local. Um idioma que pude apenas introduzir-me com o apoio do linguista, advogado e filósofo e professor Ramón Barboza, cujo vastíssimo conhecimento dos idiomas indígenas também facilitou o registro, a tradução e elucidação das perspectivas e expressões emergentes das entrevistas e vivências realizadas junto as comunidades indígenas.

De modo geral, aprendi muito mais do que pude contribuir e, apesar de tudo,

a *Tribu Ayala* não impôs qualquer condição ou limitação para a execução deste projeto de tese. Por fim, nosso condicionamento estabeleceu-se no plano da solidariedade, com a vontade de estarmos juntos e cuidar-nos física e espiritualmente.

Estabelecer estes originais estudos de doutorado exige que as pessoas que contribuem para sua realização estejam abertas para possibilidades diversas e, muitas vezes, descontextualizadas do que possa estar sendo registrado pelo pesquisador. Portanto, todas as pessoas que contribuíram para esta tese tiveram que atender a esta necessidade de contribuir sem esperanças de retorno por esta contribuição. Sabiam, de alguma forma, que a preocupação central que se apresentava nos debates e diálogos pouco ou quase nada poderiam contribuir para suas problemáticas cotidianas. A não ser na própria aplicação do questionário que, em suas características estruturais, proporcionava um resgate existencial de suas atividades, reforçando a significação explícita de suas próprias vivências no contexto do etnodesenvolvimento.

A proposta teórico-metodológica apresentada aqui atentou para explorar, através das cogitações fenomenológicas e existencialistas, dimensões pouco convencionais em relação ao que comumente pode ser observado nos estudos extensionistas. Não por isso, pode ser considerada ausente ao debate que categoriza, epistemologicamente, seus estudos. Ao contrário disso, o exercício de construção da presente proposta parte de um exaustivo estudo de compreensão do campo epistemológico da extensão rural e propõe, de forma original, uma configuração metodológica condizente com suas particularidades específicas. Ou seja, parte-se do pressuposto de que há uma base epistemológica específica para os estudos em extensão e, concomitantemente, para a extensão rural.

Os estudos em extensão caracterizam-se, historicamente, por elaborar elucidações sobre as diferentes narrativas (discursos) que emergem nas realidades sociais e promovem situações dialógicas e prático-transformativas, como nos casos do desenvolvimento e etnodesenvolvimento. Assim, atingimos a percepção de que o campo de estudos em extensão compreende a relação, principalmente, entre três processos: o discurso, o diálogo e a práxis. Logicamente que tal concentração epistemológica pode conduzir seus intelectuais para uma diversidade bastante grande de construções teóricas. Neste caso, as escolhas teóricas se conformaram no sentido de expressar a relação com estes processos através das lentes

existencialistas e fenomenológicas, pois, talvez, seja umas das poucas correntes teóricas a preocupar-se estritamente com a construção de significados, elemento central desta tese.

O método extensionista estará disposto nas entrelinhas de todo este documento e configura a sequência lógica para a elaboração deste documento, não apresentando-se de forma explícita, o que, de fato, ocupou espaço em um ensaio específico. Não obstante, poderá ser verificado na implícita ordem argumentativa aqui disposta. É importante ressaltar que uma atividade intelectual de caráter original, como a que foi empreendida durante a realização desta tese, dificilmente pode ser realizada sem a contribuição e o apoio de orientadores dispostos a experimentar caminhos investigativos heterodoxos. Neste sentido, nada disso poderia concretizar-se sem o incondicional apoio de meus orientadores, os professores Renato de Souza Santos e Pablo Palenzuela Chamorro que, exemplarmente, possibilitaram-me desempenhar, apesar das dificuldades, um esforço intelectual genuíno e autônomo, orientando-me para a construção de bases epistemológicas e ontológicas derivadas de meu próprio direcionamento pessoal. Uma postura necessária para permitir aos novos intelectuais o estabelecimento de sentidos próprios para iniciar um novo caminho de desenvolvimento teórico e intelectual.

Então, cumprindo com aquilo que me foi inevitável, dou-lhes às boas vindas ao “Reino dos Fins”.

1 INTRODUÇÃO

Devo humildemente reconhecer que quando iniciei este projeto de tese e, mesmo um tempo depois, quando o submeti ao exame de qualificação, ainda não havia dimensionado por completo a imensidão do tema ao qual me dediquei durante estes anos de doutorado. Talvez, ainda hoje não o tenha feito, além disso, o que de alguma forma me deixa ainda mais provocado é que, provavelmente, nunca possa definitivamente compreender com plenitude as relações que envolvem o fenômeno da *participação para o desenvolvimento*.

Como podem perceber na linha redigida acima, fiz questão de grifar, em itálico, a palavra “*participação*” associada a seu complemento condicionante “*para o desenvolvimento*”, ilusoriamente acreditando que com isso poderia delimitar o tema e dirigir-me diretamente para o fenômeno em questão. Mero engano e grande ingenuidade acreditar que uma complementação tão simples seria capaz proporcionar atalhos teóricos para alcançar um suficiente desvelamento deste fenômeno.

Logo ficou claro que para trabalhar a ideia e, principalmente, o significado da participação seria necessário não somente afunilar-me teoricamente para a modalidade de participação a qual eu estava acostumado a analisar - relacionada especificamente aos projetos de desenvolvimento rural - mas também tentar elucidá-la em toda sua amplitude teórica, ou seja, como mais uma das derivações conceituais emergentes daquilo que alguns autores denominam de ideário da participação (LAVALLE & VERA, 2011). De fato, uma decisão nada fácil, porém necessária quando contempla-se com um debate teórico difuso, complementar e desconectado. Aparentemente, o debate em torno do conceito de participação havia adquirido, nesta última década, uma nova disposição.

Quando os autores citados se referem ao ideário da participação estão buscando chamar a atenção dos leitores para um aspecto principal, um campo de ideias e significados sobre o tema que não necessariamente possa ser encontrado objetivamente, permanecendo em um espaço ideal onde ali é potencialmente revolucionário em relação à operacionalização da democracia. Em linhas gerais, destaca-se que o ideário da participação sustenta uma busca pela transição paradigmática no campo político, a qual coloca as experiências que atualmente

denominamos de “participativas” sob o juízo daqueles que acreditam no ideal da participação.

O conceito e a ideia de participação receberam uma série de críticas na última década, alterando o caráter do debate acerca dos mesmos. Neste contexto, muitos autores levantaram-se para ratificar a ideia de oposição entre participação e representação, resgatando o caráter histórico do debate acadêmico que atribuía à participação e, conseqüentemente, à democracia direta uma possibilidade e uma modalidade de atividade política independente de qualquer forma de representação, por isso, direta e participativa. Havia, neste sentido, certa polaridade entre participação e representação.

Caracterizam-se, portanto, duas linhas principais de abordagem ao fenômeno da participação, de um lado temos o debate teórico de caráter estrito que insiste em posicionar-se no flanco de sustentação do potencial de renovação paradigmática da participação para a democracia, em detrimento do modelo representativo. Enquanto que, do outro lado, apresenta-se um debate teórico de caráter amplo que tenta elencar as experiências participativas dentro de um contexto de ajuste do modelo representativo, diminuindo os problemas derivados do paradoxo da representação¹. O grande problema teórico encontra-se, principalmente, na ausência de elucidações que associem as duas correntes críticas da participação, convergindo o debate teórico para uma discussão dispersa e, frequentemente, desconexa, que influencia diretamente na qualidade deste debate. De modo geral, levantam-se duas linhas teóricas perfeitamente associáveis, *stricto* e *lato sensu*, mas que por razões diversas apenas abordam superficialmente uma à outra. Apresentam-se, ideal, operacional e conceitualmente, duas formas bastante distintas de abordar a participação.

Na extensão rural, por exemplo, podemos observar como a intensa busca pela valorização e uso da participação nas intervenções via projetos concentraram o estudo da participação na análise destas experiências, das metodologias e ferramentas participativas, negligenciando a discussão acerca dos ideais que potencializaram a emergência do referido ideário. Fato que debilita os estudos acerca da participação e alimenta aquilo que mais preocupava os idealistas da participação, a perda da polaridade histórica entre participação e representação, em que uma seria a antítese da outra.

1 O paradoxo da representação faz menção a impossibilidade de uma pessoa poder apresentar-se como sendo outra ou outras pessoas, criando uma situação paradoxal levantada por Burke (2012 [1774]).

Neste contexto, é comum deparar-se com inúmeras adjetivações para o termo participação como, por exemplo, política, popular, cidadã, social, institucional. O mais agravante desta situação é que, entre os autores que discutem o conceito de participação, não há qualquer dúvida sobre a polaridade histórica observada entre as ideias de participação e representação. Enquanto que os estudos que se referem as experiências participativas realizadas em contexto de democracia representativa não conferem importância a estas premissas.

O mais importante trabalho sobre representação política publicado no século XX, intitulado “*The concept of representation*”, de Hanna Pitkin (1967), já apontava tal polaridade, a qual era aclamada por seus antecessores e, da mesma forma, por seus sucessores. Inclusive, para a autora, a participação deveria ser tratada como a antítese da representação, única saída possível para superar o velho problema das místicas práticas representativas, que usurpavam a possibilidade do povo ser admitido no domínio público, sendo este representado, quase que miraculosamente, por poucos. A negligência se dá, portanto, através do abandono do debate histórico acerca da participação política, que é registrado desde a tradição grega. Deste modo, outros enunciados atrelaram-se à participação, fortalecendo o esquecimento daquilo que inaugura o pensamento e o conhecimento acerca da mesma, seu caráter político.

A democracia direta sempre esteve claramente posicionada de encontro à democracia representativa, enfatizando a citada polaridade que coloca o ideário da participação em oposição ao conceito de representação. Ou seja, para os autores que dedicaram-se a discutir o ideário da participação, havia poucas possibilidades em concertar ambos os enunciados, pois os mesmos eram, de modo geral, contraditórios. Inclusive, é comum haver uma rejeição do uso do termo participação relacionado a democracia, tais autores destacam que a representação conforma o núcleo normativo e operacional da democracia, assim, democracia é representação (URBINATI, 2006; PLOTKE, 1997). Para outros, há a percepção de que experiências, ajustes e melhorias devem ser realizadas na democracia, bem como do interessante e fértil terreno que emerge destas experiências participativas, mas não há a compreensão de que as mesmas transcendam às características da representação e impliquem em práticas que possamos denominar de participativas (CASTIGLIONE & WARREN, 2006; URBINATI & WARREN, 2007; TÖRNQUIST, WEBSTER & STOKKE, 2010; LAVALLE E ISUNZA, 2010).

Não obstante, o mesmo rigor teórico-conceitual não foi considerado no momento de estudar, analisar e observar as experiências realizadas durante a explosão participativa vivenciada a partir da década de 1960, culminando atualmente na apropriação, valorização e uso do conceito de participação na gestão da maioria das democracias representativas, bem como na maioria das experiências e intervenções institucionais. Os polos participação e representação paradoxalmente aproximaram-se, transformando ambos os conceitos e deixando margens para um tipo de psicose coletiva, em que as modalidades representativas eram observadas como participativas e vice-versa.

A partir deste processo, a teoria participativa contemporânea oferece dois caminhos para adentrar ao debate, o caminho *stricto sensu* estabelecido pela teoria política no âmbito da discussão sobre as possibilidades de democracia e o caminho *lato sensu* construído pela introdução e estudo das experiências “participativas”² no âmbito institucional. Desavisadamente, iniciei minha trajetória de estudos sobre a participação pelo caminho *lato sensu*, direcionando-me para a leitura das experiências que chamamos, neste caminho, de “participativas”. Devo admitir que ao deparar-me com a abismal diferença de sentidos e significados atribuídos ao conceito de participação nos caminhos *stricto* e *lato sensu* fiquei totalmente consternado, pois a aterradora pergunta que vinha a mente era: - afinal, o que é isso que venho estudando e também denomino de “participação”?

A presença desta aglutinação conceitual só foi observada quando a própria Hanna Pitkin, que havia sido tão aclamada por delimitar conceitualmente a ideia de participação em contraposição à ideia de representação, foi impelida a retomar, 40 anos mais tarde, as considerações que demarcavam a separação entre ambos os conceitos. Através do texto denominado “*Representação: palavras, instituições e idéias*” (PITKIN, 2006), a autora reforça a perspectiva apresentada anteriormente e oportuniza a percepção das confusões acerca dos distintos conceitos. Novamente aclamada com esta publicação, que inaugura também a tradução de seus textos para a língua portuguesa, a autora possibilitou uma renovação crítica sobre a ideia de participação, em que ficavam demarcadas a construção dos caminhos *stricto* e *lato sensu* em torno da mesma. Este contexto, proporcionou, ademais, o

2 A partir deste momento, a palavra participação será colocada entre aspas até o final desta introdução quando a mesma assumir o sentido amplo do termo, ou seja, quando referir-se as experiências teórico-práticas em contextos políticos caracterizados por modelos socioinstitucionais representativos.

estabelecimento de olhares distintos sobre ambos os caminhos, identificando suas conexões e desconexões.

Lavalle & Vera (2011), por exemplo, realizaram uma contextualização histórica das relações entre participação e representação levando em consideração as experiências “participativas” observadas na virada do século XX para o XXI. Neste contexto, enfatizaram o que denominaram de “*perda de polaridade entre participação e representação*”, indicando a tentativa das instituições em realizarem aquilo que até então imaginava-se como uma impossibilidade lógica e teórica, a introdução do ideário da participação no contexto da democracia representativa. Neste contexto, distintos autores utilizaram-se do resgate do problema teórico estabelecido por Pitkin para retomar as discussões entre as ideias de participação e representação através do fenômeno do paradoxo da representação (CASAS, 2008; ALKMIN, 2013). Neste, estabelecem-se as bases para a construção dos caminhos *stricto* e *lato sensu*, sendo o caminho *lato sensu* denunciado pelo uso indevido do conceito de participação, que negligencia o potencial e a lógica que circunda aquilo que denomina-se de ideário da participação. De modo geral, estes autores percebem o processo de cooptação da participação pelo modelo representativo e põem no mesmo uma das principais causas da emergência desta aglutinação conceitual.

Além disso, é marcante a busca pelos autores que se estabelecem no caminho *stricto sensu* da participação em reforçar as diferenças entre as modalidades representativa e participativa de gestão socioinstitucional, resgatando a polaridade que sempre se sustentou por aqueles que transitam sobre este caminho. Um sonoro e aclamante “não” emergiu dos mesmos quando observaram esta aglutinação teórica da participação pelas estruturas representativas, de modo que as experiências denominadas de “participativas” não poderiam ser reconhecidas por este grupo através desta denominação; o ideário da participação não poderia, nestas experiências, estar contemplado.

Apesar dos inúmeros problemas e desencontros conceituais que possam haver acerca das ideias e conceitos da participação, não há como negar os fatos, ou seja, uma infinidade de experiências “participativas” que consolidaram o uso da “participação” em seu sentido amplo (*lato sensu*). Em torno deste sentido foram construídas metodologias, ferramentas, tipologias, instituições, leis, políticas públicas, organizações, intervenções e experiências “participativas”, todas elas

subsidiando um caminho teórico de ampla divulgação e de onde logo começaram ecoar anúncios estridentemente repetitivos, que ressaltavam que a participação não seria, nestas experiências, efetiva. Algo tão óbvio desde o ponto de vista específico (*stricto sensu*), onde a participação nunca poderia ser efetiva através da democracia enquanto esta mantém seu caráter representativo. Mas, afinal, o que é isto que também denomino de “participação”?

Para elucidar tal questão entendeu-se que seria necessário encontrar os pontos divergentes e convergentes entre os caminhos *stricto* e *lato sensu*, resguardando as reivindicações exigidas por aqueles que discorrem sobre seu sentido específico, sem deixar de levar em consideração a riqueza das experiências e construções teórico-práticas que demarcaram o sentido amplo da participação. Tanto quanto é possível perceber, participação é, *stricto sensu*, um termo trabalhado pela teoria política, onde é comum sua versão adjetivada: participação política. As demais adjetivações como, por exemplo, popular, cidadã, institucional, entre outras, já fazem parte da amplificação de seu sentido, onde a “participação” é experienciada através das referências e modelos representativos.

No caso desta tese, por exemplo, fica claro que a *participação para o desenvolvimento* já é reflexo deste uso cooptado da “participação”, em que as instituições utilizam-se deste enunciado para caracterizar um modelo de intervenção discursivamente menos impositivo. De modo geral, a busca pela pluralização dos espaços socioinstitucionais e da descentralização das instâncias de poder político têm sido as referências e justificativas principais para a repentina incorporação dos enunciados participativos nos espaços de gestão do desenvolvimento. A *participação para o desenvolvimento* já não conserva a estriteza conceitual que a colocaria dentro do debate teórico sobre participação política. Trata-se, de fato, de mais uma das possíveis derivações amplificadas e teoricamente distorcidas da ideia de participação, uma proposta que pode ser encaixada naquilo que denomina-se de “participação” institucional, mais uma das formas de adjetivação do conceito de participação que adequa-se para ser utilizada na manutenção e no ajuste do modelo representativo em tempos de promoção do pluralismo institucional e da descentralização política.

As instituições desenvolvimentistas apropriaram-se rapidamente dos enunciados participativos. Menos de quarenta anos foram necessários para que a “participação” estivesse institucionalizada prática e discursivamente, constituindo-se

como palavra-chave para gerenciar as críticas acerca do caráter centralizador, impositivo, colonialista, globalizante e antidialético observado nas práticas desenvolvimentistas. A “participação” foi sendo difundida em seu sentido amplo pelas instituições desenvolvimentistas, que logo incorporaram e construíram metodologias, ferramentas, espaços de práticas e formas de gerenciamento desta “participação” no contexto institucional. A “participação” institucional, por fim, configurou seus modelos de relacionamento com os enunciados participativos, os quais geralmente convivem harmoniosamente com as estruturas representativas.

Neste contexto, a “participação” (*lato sensu*) não necessariamente apresenta-se de forma contraditória ou antitética aos modelos socioinstitucionais representativos, torna-se, paradoxalmente, um discurso que atende os requisitos para os ajustes necessários destes modelos. Em seu sentido amplo, a “participação” é, pode e deve ser implementada nos mesmos para assegurar e incrementar as práticas democráticas. O modelo *lato sensu* da “participação” não exige a ruptura com os contratos sociais constituintes da democracia representativa e também não ataca os discursos institucionais construídos em instâncias representativas. A polaridade que, no sentido estrito, sustentava a participação como uma proposta paradigmaticamente revolucionária em relação ao modelo representativo não tem qualquer importância no uso deste discurso em seu sentido amplo. A “participação” já não parece estar preenchida com as mesmas referências e significados que compunham o ideário da participação nos históricos debates teóricos apresentados por Burke (2012), Hobbes (1991), Rousseau (1981), Sartre (2004), Arendt (1988), Pitkin (1967; 2006), Spooner (1991), Lavalley & Vera (2011), Alkmin (2013). Então, que referências e significados poderiam ser atribuídos à “participação”?

A insistência de Pitkin (2006) em não abdicar da polarização conceitual entre participação e representação e, com isso, tentar preservar o caminho *stricto sensu* de debate teórico sobre ambos os conceitos, chamou a atenção para as possibilidades de uma iminente confusão conceitual. Neste sentido, os debates teóricos inclinaram-se, na última década, para contribuir no esclarecimento desta confusão, trazendo à tona a necessidade de não abandonar a histórica polarização e, além disso, iniciar um debate que realmente explique mais sobre o conceito de participação, evitando que o mesmo seja aglutinado como mais uma das modalidades de ficção representativa. Neste contexto, o debate acerca da participação estabelece uma nova configuração.

Após quatro ou cinco décadas de “*Usos e abusos do participare*”³, emergem possibilidades e a necessidade de retomar um debate acerca deste enunciado. Os representantes do caminho *stricto sensu* da participação e da representação levantaram-se contra hibridização de conceitos que historicamente eram antitéticos, exigindo explicações mais plausíveis sobre tal hibridização. Por outro lado, o uso da “participação” em seu sentido amplo (*lato sensu*) invadiu cada vez mais os espaços socioinstitucionais representativos, espalhando um debate teórico-prático acerca do mesmo, o qual, na maioria das vezes, não leva em consideração o debate estrito e o legítima enquanto experiência “participativa”.

Frente à impossibilidade de ignorar o debate estrito sobre a participação e a instigante tentação de explicar a utilização deste conceito no arcabouço teórico-prático contemporâneo, permanece sempre a mesma questão a tentar resolver: - afinal, o que é isto que denominamos de “participação”? Se os intelectuais que estabelecem-se no caminho *stricto sensu* da participação não estão dispostos a recuar de suas posições, não caberia tentar elucidar o que é isso que estamos denominando de “participação”?

Como foi anteriormente destacado, a experiência empírica proporcionada para a realização desta tese oportunizou-me uma aproximação do discurso e da prática da “participação” através das matrizes organizacionais da Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (CID). Neste contexto, nos dedicaremos a trabalhar a questão colocada no parágrafo anterior, circundando aquilo que denominamos de *participação para o desenvolvimento*, ou seja, mais uma das modalidades de “participação” emergentes do processo de amplificação dos sentidos e significados dos enunciados participativos.

Portanto, a *participação para o desenvolvimento* é uma modalidade específica que emerge deste processo de valorização do uso da participação nas estruturas socioinstitucionais construídas para o desenvolvimento a partir da segunda metade do século XX. Uma modalidade que inscreve-se nas formas amplas de uso deste enunciado e, com isso, deixa em aberto também a necessidade de compreendê-lo de modo mais detalhado. A emergência, nesta última década, de um debate teórico que apresenta dois modos bastante distintos de observar os enunciados

3 Título do livro organizado por Thornton & Cimadevilla (2010) que explora enormemente as experiências “participativas”, mas que, em nenhum momento, resgata ou menciona o debate *stricto sensu* da participação. Como pode ser observado no livro, a autora Hanna Pitkin e seus sucessores sequer são referidos no mesmo.

participativos, *stricto* e *lato sensu*, impele os intelectuais para conhecer melhor suas divergências e convergências. A negação dos seguidores de Hanna Pitkin em aceitar uma aglutinação da participação nos modelos representativos requisita uma problematização distinta do fenômeno da participação, pois coloca em dúvida a própria pertinência do uso destes enunciados nas experiências já realizadas.

De fato, o resgate do debate estrito estimulado por Pitkin (2006) e aproximadamente meio século de valorização e uso dos enunciados participativos nas democracias representativas nos oportunizam, neste momento, visualizar o fenômeno da “participação” de modo distinto do que se realizou até o momento. Diante de nós está mais que uma ideia, mais que experiências isoladas, de certo modo, os enunciados “participativos” nos deixaram um legado que conforma-se discursiva, dialógica e praticamente, oportunizando definir com mais elementos o que é isso que denominamos de “participação”. Logicamente, que isso é tarefa para muitos, entre os quais decidi involucrar-me e, neste contexto, experimentar modos de desvelamento deste complexo fenômeno.

Podemos adiantar que a *participação para o desenvolvimento* também tem seu processo histórico e suas experiências que, de tão variadas, nos posiciona frente a um quebra-cabeças de elementos concertantes de seu fenômeno. Recortes teóricos foram sendo realizados por intelectuais que, atualmente, nos permitem avançar em termos de categorização deste enunciado, bem como da possibilidade de trazer mais inferências sobre o mesmo. Entretanto, isto não é suficiente. Se queremos conhecer os sentidos e significados que podem ser atribuídos a “participação”, também devemos levar em consideração as expressões daqueles que direcionaram-se para tais experiências “participativas”, que estabeleceram-se nas temporalidades da “participação” e, assim, a significaram através de sua experiência cotidiana.

A proposta metodológica desenvolvida para a elaboração desta tese adotou a dúvida e o debate teórico contemporâneo acerca da participação como um dos pressupostos que indicavam a necessidade de esclarecimentos sobre os possíveis sentidos e significados que poderiam ser atribuídos a isto que agora se denomina também de “participação”. O presente estudo, portanto, dedicou-se à elucidação do fenômeno da “participação”, a qual passa, inicialmente, pela apresentação das relações que o circundam.

De início, podemos adiantar ao leitor que a *participação para o*

desenvolvimento apresenta pouco ou quase nada em comum com aquilo que entende-se estar relacionado ao ideário da participação, ou seja, as possibilidades que se estabelecem em dinâmicas de democracia direta. O fenômeno da *participação para o desenvolvimento* está inscrito nas dinâmicas das estruturas socioinstitucionais relacionadas ao desenvolvimento e, neste contexto, apresenta relações particulares que expressam-se variadamente de acordo com o caso, não obstante, preservam um campo particular de teorização e experiência empírica.

Seguindo o modelo de elucidação fenomenológica orientado por Edmund Husserl, a presente tese utiliza-se do método do desvelamento da circularidade perfeita, esperando que o giro analítico do circuito, de repente, construa significados sobre a participação. Para tal, dividiu-se o referido processo metodológico em quatro seções principais que começam a ser preenchidas após uma breve explanação, no próximo capítulo (Cap. 2), dos problemas teóricos que justificam categoricamente o desenvolvimento desta tese.

A Primeira Seção, com isso, consiste no desvelamento do fenômeno temporal da *participação para o desenvolvimento*, a qual dedica-se à apresentação e discussão das relações que circundam o referido fenômeno. Neste sentido, adentraremos, especificamente, no campo teórico que relaciona as ideias de desenvolvimento e “participação”, demonstrando a necessidade de utilizar-se das bases fenomenológicas para esclarecer e alimentar o novo debate acerca da participação. De modo geral, cinco capítulos (Caps. 3, 4, 5, 6 e 7) foram discriminados para preencher esta primeira seção.

Inicia-se, com o Capítulo 3, o desvelamento do fenômeno da participação para o desenvolvimento, trazendo aquilo que condiciona e circunda a modalidade “participativa” que nos referimos, o campo teórico-prático do desenvolvimento. Nesta modalidade, devemos levar em consideração que o desenvolvimento não é mero adereço da ideia de “participação”. Ao contrário, são as dinâmicas do desenvolvimento que adicionam a “participação” em seus contextos prático-discursivos e, nestes, constituem uma forma particular de operacionalizá-la. Deve-se destacar que não é a “participação” que constitui as conjunturas do desenvolvimento, mas são estas conjunturas que a aglutinam nas mesmas e, assim, estabelecem as possibilidades para as experiências “participativas”, influenciando para transformações na maneira de abordar ambos os discursos. A *participação para o desenvolvimento*, portanto, apresenta-se inserida as matrizes organizacionais

do desenvolvimento, assunto que será tratado no Capítulo 4.

O quarto capítulo, com isso, destaca a construção histórica das estruturas socioinstitucionais do desenvolvimento, em que fica claro um processo de adequação ou imitação das mesmas em relação aos modelos funcionalistas e sistêmicos emergentes na era moderna, o que se denomina de “padrão da firma”. Tal padrão organizacional determina modos de “participação” enrijecidos pelas amplas e predeterminadas grades de funcionamento institucional, impondo condições bastante específicas para as experiências “participativas”. Neste contexto, as relações históricas entre os modelos desenvolvimentista e organizacional são os pontos de partida para desvelar as relações que circundam o fenômeno da *participação para o desenvolvimento*, pois já dispõem de uma considerável trajetória de debates teóricos e experiências que atualmente podemos explorar como objetos pertinentes para as investigações contemporâneas.

Tal tarefa é realizada no Capítulo 5, que trata de elucidar e explorar os debates teóricos, metodológicos e experiências construídas em torno da “participação” e do desenvolvimento. Contexto em que houve o uso indiscriminado e massificado dos enunciados “participativos”, os quais foram utilizados em variadas experiências de desenvolvimento. De modo geral, a introdução da “participação” inaugura um novo paradigma discursivo para as estruturas socioinstitucionais do desenvolvimento, que definiram onde, como e quando poder-se-ia experienciar a “participação”. A valorização deste conceito nas estruturas desenvolvimentistas insere ao fenômeno da *participação para o desenvolvimento* um caráter ainda mais atraente para as pessoas, que podem contemplar nestes desenhos institucionais distintas possibilidades de relacionamento e diálogo social.

No Capítulo 6, então, nos aproximaremos dos elementos que mais caracterizam os enunciados “participativos” em seu sentido amplo (*lato sensu*), seu potencial de renovação simbólica das estruturas socioinstitucionais do desenvolvimento, que a partir da emergência do fenômeno da “participação” tornar-se-iam discursivamente mais permeáveis às particularidades pessoais do ser humano. Exploraremos, portanto, o conteúdo simbólico-discursivo da participação, que no contexto do desenvolvimento tenta preservar o histórico ideário deste conceito através da transmissão de referências que indicam uma maior permeabilidade pessoal nas estruturas socioinstitucionais, que, de modo geral, construíram-se para a impessoalidade. Mas, resiste a pergunta: é possível permear

as conjunturas institucionais com elementos de personalidade?

Encerrando a Primeira Seção, o Capítulo 7 pretende ser um elo de transição entre as duas primeiras seções. Neste caso, traz ao corpo do texto uma explanação do contexto de realização da presente pesquisa, reforçando a importância das relações apresentadas nos capítulos anteriores, as quais podem ser contempladas no caso em questão. Além disso, complementa as razões pelas quais a “participação” necessita de novas lentes analíticas para explicar sua atual concertação crítica e conceitual. Com isso, abrem-se espaços para as teorizações metodológicas que conformam a seguinte seção, caracterizada pela aferição das lentes analíticas que conduziram à construção de significados sobre a “participação” a partir de seu fenômeno temporal. Assim, o Capítulo 7 será preenchido, principalmente, com a apresentação do ambiente de experiência empírica vivenciado para a realização desta tese.

Já na Segunda Seção, estaremos nos dedicando à liberação dos “entes” que estão nos modos de ser do desenvolvimento, ou seja, para a apresentação estrutural das unidades de análises empíricas que se expressaram acerca do fenômeno da “participação”. Nesta seção, será priorizado um trabalho de tematização ontológica que discorra sobre as possíveis perspectivas que podem ser traçadas para expressar-se sobre o fenômeno em questão, prezando para que sejam respeitadas as possibilidades ontológicas daqueles que orientam-se às modalidades “participativas”. Esta seção foi dividida em três capítulos (Caps. 8, 9 e 10) que, de modo geral, dispõem as bases metodológicas utilizadas para referendar a construção de significados sobre a participação.

No Capítulo 8 serão apresentadas as particularidades metodológicas que configuram o primeiro nível de análise desta experiência empírica. Assim, um drástico recorte conceitual é proposto para explicar o processo de objetivação fenomenológica e como será realizada a explicitação de relações que darão forma à construção de significados sobre a *participação para o desenvolvimento*. A semiótica peirceana inaugura nosso desenho metodológico e, com isso, evidencia os principais tipos de relações que serão observados durante esta experiência empírica, atentando, inicialmente, para o levantamento dos sentimentos, ações e interpretações emergentes das experiências “participativas”.

O Capítulo 9, por sua vez, apresenta as bases que conformam o segundo nível de análise metodológica. Incorporam-se ao texto, então, as referências da

fenomenologia husserliana que indicam os caminhos empíricos para estruturar os estudos sobre a construção de significados. Neste contexto, o capítulo explica como serão utilizadas as expressões dos participantes no processo de estruturação dos significados sobre o fenômeno temporal da “participação”, bem como a forma com que serão discriminados os atos significativos dos entrevistados.

Por fim, o Capítulo 10 traz ao texto o terceiro nível de análise metodológica, explicitando ao leitor os sentidos e direcionamentos que o fenômeno em questão provoca nas pessoas que experienciam a “participação”. Através do uso de elementos da antropologia heideggeriana, este capítulo explora as variações sobre o estado de humor dos participantes e as suas influências para a emergência de possibilidades e condicionamentos que se apresentam nas relações “participativas”. Busca-se apresentar, neste caso, os elementos metodológicos que revelam possíveis intencionalidades das pessoas que interagem com o fenômeno da “participação”.

Já a Terceira Seção é utilizada para organizar os registros das expressões dos “entes” que estão nos modos de ser do desenvolvimento, onde, de modo geral, são apresentadas as significações dos “participantes” da experiência empírica acerca da “participação” desde seus pontos de visada. Neste contexto, esta seção preza por apresentar as relações estabelecidas e expressadas pelas pessoas em suas experiências “participativas”, dando subsídios para a construção de significados e sentidos sobre a “participação”.

Assim, a Terceira Seção também foi dividida em 3 capítulos (Caps. 11, 12 e 13), entre os quais se distribuíram a apresentação dos resultados e discussões acerca dos três níveis de análise metodológica. No primeiro momento, são exploradas as expressões que categorizam as mudanças ou transformações sobre as possibilidades vivenciadas pelos participantes que, logo, são problematizadas através das indicações peirceanas para evidenciar os objetos de significação dos entrevistados (Capítulo 11). Portanto, emergem relações objetivas que subsidiam a construção de significados sobre a “participação”, em que os “participantes” significam explicitamente suas experiências “participativas”, dando forma ao Capítulo 12. Além disso, a Terceira Seção apresenta as expressões que indicam as perspectivas dos “participantes” frente às possibilidades discursivas, dialógicas e práticas que emergem de suas “participações”, referenciando o direcionamento dos mesmos frente ao fenômeno da *participação para o desenvolvimento* (Capítulo 13).

Na quarta seção, finalmente, estaremos concluindo e, de forma a respeitar a plataforma metodológica fenomenológica, encerrando esta conclusão com o fechamento do círculo de desvelamento do fenômeno da *participação para o desenvolvimento*. Para tal, estabelece-se o que denomina Husserl (1996) de “elucidação do problema inicial”, ou seja, uma conclusão teórica que nos permite revisar o fenômeno em questão a partir das complementações teóricas e empíricas realizadas durante esta tese. Para que o círculo fenomenológico seja encerrado é necessário, de acordo com o axioma husserliano, retornar às coisas mesmas, trazendo a perspectiva fenomenológica para o problema que antes a carecia. Esta redução fenomenológica pretende trazer à tona aquilo que é próprio do fenômeno, aportando, a partir do levantamento das experiências e vivências “participativas” das pessoas, mais elementos para entender o que é isso que denominamos de “participação”.

A transição entre os séculos XX e XXI foi observada e problematizada por muitas pessoas com entusiasmo e fascínio. Este marcante acontecimento foi cenário para todo tipo de projeções, prognósticos e previsões, as quais, em sua maioria, nunca se concretizaram. Entre estas, os famosos ensaios de George Orwell e de Aldous Huxley se destacaram por trazer apostas e perspectivas sobre a contemporaneidade. Em “1984”, Orwell (2003) traçou um futuro pessimista em que a derivação de sistemas planejados refletiam na completa separação da sociedade dos assuntos políticos e na alienação extrema do povo sobre as possibilidades de democracia, impulsionada, em grande parte, pelo poder abusivo de representantes. Em contraposição, em “*Admirável Mundo Novo*”, Huxley (1979) nos descreve um futuro cientificamente organizado em que nem mesmo haveria necessidade da existência de um formal contexto político, pois o mesmo já encontrava-se biológica e psicologicamente condicionado.

Zigmund Bauman, por sua vez, descreveu a contemporaneidade através do que denominou de “*Modernidade Líquida*”, título de sua obra mais aclamada. Nesta, o autor apresenta uma realidade enormemente discrepante das previsões apresentadas por Orwell e Huxley, que como vemos não ocorreram literalmente. Contudo, Bauman (2001) encontra na contemporaneidade elementos descritos por ambos os autores, os quais podem ser visualizados se relativizarmos suas caricaturadas formas de redação.

Bauman observa que tanto a separação completa entre povo e

representantes, quanto a automatização do contexto político entraram em vigor através do que este denomina de “padrão político e crítico do acampamento”. Neste, as pessoas comportam-se como se estivessem em um *camping* ou balneário, em que todas conhecem muito bem seus direitos e deveres, colocando-se em plena disposição de reclamar se algo encontra-se fora do lugar, entretanto, nunca lhes ocorreria assumir a posição de gestor do espaço e muito menos contestar ou confrontar-se com a “inegociável filosofia administrativa”. Temos, de modo geral, um padrão de comportamento político que separa quase que completamente representantes e representados e, ao mesmo tempo, uma espécie de programa político incontestável, do qual derivam os modernos modelos socioinstitucionais e legais.

Tal observação de Bauman nos deixa muito mais próximos daquilo que sustentou Karl Polanyi, de que as relações sociais encontram-se imersas em instituições culturais e historicamente construídas, que condicionam os comportamentos sociais e pessoais. Em “*A grande transformação*”, Polanyi (2000 [1944]) observa alterações nas instituições socioeconômicas que influenciam o estabelecimento, na modernidade, de um novo modelo social, a sociedade de mercado. Para este autor, a grande transformação se deu através da emergência das “mercadorias fictícias” do trabalho humano, da terra e do dinheiro, que consequentemente inseria novas práticas simbólicas nestas sociedades e abria espaço para a expansão global destas referências mercadológicas. Enfatizou, portanto, a capacidade das sociedades humanas em transformarem-se socioinstitucionalmente a partir de mudanças compartilhadas nas referências representativas, simbólicas ou “imaginárias”. Com isso, Polanyi coloca as transformações sobre os símbolos, as representações e o imaginário humanos como principais condutores para o estabelecimento das mudanças nos padrões e modelos socioinstitucionais, que, intencionalmente, materializam-se historicamente.

Não é difícil observar que o ideário da participação foi significativamente abalado com a emergência, a valorização e o uso dos enunciados participativos nas plataformas socioinstitucionais representativas, fato que foi trazido à tona por diversos intelectuais através da leitura do processo de perda da polaridade conceitual entre participação e representação. A grande transformação da participação, neste sentido, se deu com a possibilidade de poder, paradoxalmente, também ser admitida nas estruturas socioinstitucionais representativas,

reconfigurando-as simbólica e conceitualmente.

Uma doutrina simbólica, representativa e fictícia ocupa um importante espaço na construção das estruturas socioinstitucionais contemporâneas, e a mesma pode ser observada nas matrizes políticas e econômicas das sociedades. Para além de uma sociedade brutalmente repressiva de Orwell ou dos condicionamentos biológicos de Huxley, a modernidade líquida e mercadológica contemporânea categoriza-se e condiciona-se através de elementos simbólicos, representativos, imaginários e fictícios. Assim, estabelecem aquilo que Lash & Urry (1998) denominam de “*economía de signos e espacios*”, em que as “mercadorias fictícias” multiplicaram-se e complexificaram-se de forma a subjugar, na contemporaneidade, os aspectos ideológicos e racionais que, de acordo com nossos futurólogos do passado, conduziriam as sociedades contemporâneas.

Parece que nem ideologia, nem ciência foram capazes de superar a relevância que a doutrina dos signos tem para a condução das organizações socioinstitucionais contemporâneas. Perpassa por nós, intelectuais, também avançar sobre este terreno tão instável e experimentar em base a perspectivas que nos forneçam mais subsídios para estabelecer elucidações de como nossas crostas sígnicas mediam as realidades. Hanna Pitkin (2006) comenta que “as palavras e o mundo mudam juntos, mas não em simples correlação direta”, portanto, um terceiro incluso pode ser determinante para a compreensão destas mudanças, as referências, os símbolos.

Pretende-se, ao chegar no final desta tese, não recair sobre as mesmas conclusões que podemos observar na maioria dos trabalhos que dedicam-se ao estudo da “participação”, que insistem em expressarem explicitamente que a participação não é efetiva. De modo geral, já sabemos disso. Cabe-nos desvelar o fenômeno da *participação para o desenvolvimento* atentando para trazer conclusões que elucidem a questão mais iminente deste debate: - afinal, o que é isso que denominamos de “participação”?

2 PROBLEMA E JUSTIFICATIVAS

“Mas o homem não é uma coisa; não é portanto um objecto que possa ser utilizado simplesmente como um meio, mas pelo contrário deve ser considerado sempre em todas as suas acções como fim em si mesmo.”

Immanuel Kant, Fundamentação da metafísica dos costumes.

Após a breve introdução apresentada até aqui, o presente capítulo dedica-se a explorar os principais debates, problemas e justificativas teóricas que conduzem-nos para o desafio de investigar o fenômeno da “participação”. Neste contexto, o próximo parágrafo já não contará com as aspas que até o momento têm diferenciado as duas linhas de abordagem deste fenômeno e iniciaremos, especificamente, a apresentar as referências e problematizações que emergem das abordagens *lato sensu* da participação. Iniciam-se, assim, as teorizações que visam aportar aos leitores os elementos que podem contribuir na difícil tarefa de compreender o que é isso que também denominamos de “participação”.

A emergência e o uso do discurso da participação e das metodologias participativas estão associados, de modo geral, ao contexto de pluralização político-institucional vivenciado desde as últimas décadas do século passado. Simplificadamente, poder-se-ia adiantar que à ideia de participação vinculam-se algumas expectativas quanto à sua capacidade de renovação das estruturas sociais para alcançar esta conjuntura democrática pluralista (JACOBI, 1999).

O discurso da participação projeta suas expectativas em, ao menos, *três* processos de renovação das estruturas sociais contemporâneas, introduzindo-se como conceito-chave para o estabelecimento dos processos de *democratização*, *descentralização* e *relativização dos insucessos das intervenções de caráter moderno* (DIESEL & NEUMANN, 2010). No primeiro, a participação aparece como exigência do próprio modelo democrático no que se refere ao exercício da democracia (JACOBI, 1999). No segundo, levanta-se como fundamento para a instituição de espaços para o exercício democrático (FINOT, 2001). E, no terceiro, por fim, estabelece-se como relativizador dos fracassos em termos de continuidade das atividades derivadas das intervenções sociais no modelo “*top-down*” (CHAMBERS, 1992; GEILFUS, 2002).

Sem embargo, em sua dimensão aplicada, observou-se a emergência de *três* formas de valorização e institucionalização da ideia de participação: *na gestão*

pública, no sentido de promover a construção de instâncias de participação e de fortalecer as organizações da sociedade civil; *nos processos de geração de tecnologias e na assistência técnica*, através do reconhecimento da potencialidade e adaptabilidade das tecnologias tradicionais e/ou populares; e, *nas intervenções via projetos*, com o intuito de estabelecer novas linhas dialógicas, principalmente, através do uso das metodologias participativas (DIESEL & NEUMANN, 2010).

Neste contexto de valorização e institucionalização da ideia da participação, pode-se identificar, ao menos, a construção de *dois tipos de composições teórico-práticas* destinadas a operacionalização desta ideia, *as metodologias e as tipologias participativas*. A primeira direcionada à construção de ferramentas e materiais didáticos de caráter participativo cujo objetivo consiste em, principalmente, alterar o padrão da mediação técnica nas intervenções sociais (GEILFUS, 2002; CHAMBERS, 1992). E, a segunda, enfocada na tentativa de classificar os tipos gerais ou formas de participação, em que geralmente são estabelecidas através de modelos escalares (PATEMAN, 1992; DAHL, 2001; SANTOS & AVRITZER, 2003; CORNWALL, 2008; SALM & MENEGASSO, 2010).

Como se pode contemplar, a ideia da participação aporta elementos teóricos e práticos importantes no que se refere ao estabelecimento de diversas estratégias de organização e intervenção social. Além disso, é bastante relevante a rapidez com que a mesma foi instituída no escopo discursivo institucional. De modo geral, a participação tornou-se uma das premissas para garantir os princípios democráticos, descentralizadores e dialógicos exigidos para a operacionalidade do modelo pluralista e democrático contemporâneo.

A problemática relacionada ao presente estudo, por sua vez, constrói-se, justamente, pelo reconhecimento de uma elevada “descrença” acerca dos enunciados participativos em potencializar os supracitados princípios. *A priori*, podemos identificar críticas sobre a incorporação de sentidos antagônicos aos destacados princípios, o que, de fato, deixa um ambiente propício para problematizações acerca do fenômeno da participação.

À ideia de participação incorporaram-se, aparentemente, sentidos controversos no que tange ao seu aspecto discursivo de servir como um instrumento para aproximar os espaços decisórios da população, ou seja, em sua meta apriorística de otimizar e dinamizar a democracia pluralista. Uma das principais controvérsias ocorre no contexto de implantação das dinâmicas participativas, onde

as mesmas têm sido compreendidas, por alguns, não como um instrumento de democratização pluralista, mas, paradoxalmente, passou a internalizar conotações que atribuem-lhes (às dinâmicas participativas) o sentido de instrumento legitimatório para as decisões político-institucionais centralizadamente preconcebidas. De modo geral, observam-se dificuldades e certo descrédito no uso dos enunciados participativos quanto à sua capacidade de instrumentalizar processos decisórios democráticos e pluralistas (SOUZA, 2012; THORNTON, 2010).

Essa crítica não parece ser uma exclusividade da ideia de participação, pois diversos outros conceitos e discursos, como, por exemplo, desenvolvimento, democracia, sustentabilidade, gestão social, em seu uso organizacional, também têm recebido estas conotações legitimatórias (ESCOBAR, 1996; QUIJANO, 2005). Há, portanto, uma problemática comum que reveste estes conceitos e discursos no sentido de torná-los inoperantes em sua ampla “esperança” discursiva, além disso, de torná-los objetos de desconfiança. Fato que tem potencializado inúmeros estudos de caráter crítico em relação à composição destes conceitos em sua dimensão prática e, conseqüentemente, atualizando-os em suas composições discursivas. No que tange à ideia da participação, o problema central, para muitos, reside na incapacidade das organizações e instituições em transferirem e, conseqüentemente, descentralizarem as decisões e práticas de modo a promover espaços de autogestão. O que, de fato, apresenta-se como elemento condutor e pressuposto para a utilização das abordagens e tipologias participativas, estando presente, a ideia de autogestão, no cume da maioria das tipologias participativas (PATEMAN, 1992; DAHL, 2001; SANTOS & AVRITZER, 2003; CORNWALL, 2008; SALM & MENEGASSO, 2010).

Por outro lado, não se pode deixar de considerar as relações que entrelaçam a ideia da participação em suas aplicações que, por sua vez, podem variar consideravelmente de acordo com o caso. No âmbito da presente tese, inscrita institucionalmente nas atividades da Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (CID), na modalidade de intervenções via projetos, pode-se perceber, de antemão, que as ações teórico-práticas da participação inserem-se nas matrizes do desenvolvimento. Deste modo, faz-se mister entender as condições exigidas para a ação em torno destas matrizes. No caso estudado, também poderemos averiguar que há outros condicionantes para a operacionalização da ideia de participação, entre estes pode-se destacar: a ideia de etnodesenvolvimento,

com suas exigências legalmente estabelecidas para a execução desta versão culturalista ou etnicista do desenvolvimento; as relações burocráticas, que exigem, entre tantas coisas, as personalidades jurídicas, a adequação de idiomas, a legalização documental; as relações econômicas, que contemplam, como mínimo, o estabelecimento de conexões bancárias, de regras para o uso e comprovação dos recursos financeiros; as relações de planejamento, que, neste caso, deveriam cumprir com as premissas da sustentabilidade, geração de renda, valorização cultural, gênero, educação formal e informal, profissionalização tecnológica, etc. Neste contexto, a ideia da participação desempenha, de certa forma, papel coadjuvante no contexto destas relações e, assim, “desaparece no todo”. Como pode-se perceber, o ideário da participação que sustenta possibilidades de construção discursiva e institucional a partir da intervenção direta das pessoas envolvidas não é levado em consideração, de modo geral, uma malha de relações limita bastante as possibilidades que emergem das experiências participativas, determinando suas referências e seus significados.

Deve-se ressaltar que é perceptível o enorme esforço realizado pelos extensionistas para adequar estas condicionantes aos contextos em que se realizam suas atividades e incrementar mais possibilidades de escolhas para os beneficiários. No entanto, é clara a necessidade de se cumprir com os condicionantes, sob o risco de perder a possibilidade de promover as próprias ações.

Em certa oportunidade, em que pude acompanhar o estabelecimento das primeiras relações entre os extensionistas e uma comunidade indígena para propor ações de etnodesenvolvimento, perguntei ao extensionista o que ele havia falado para as pessoas da comunidade para que estas entendessem o que estava ocorrendo e sendo proposto. Sua resposta pode sintetizar e demonstrar o efeito destas condicionantes sobre a ideia de participação. Contou-me, sinceramente, que havia falado que ele era o representante dos homens brancos que tinham o dinheiro e que estes queriam que fosse feito determinadas atividades, com uma pequena margem para mudanças, ou seja, era uma questão de aceitar ou não tais atividades e jogar um pouco com elas.

Como muito bem categorizou Paul E. Little (2002; 2005), a operacionalização da ideia de participação também convive com os “dilemas do projetismo”, em que a estruturação dos projetos e intervenções sociais dificilmente conseguem eliminar determinadas condicionantes operacionais que, por fim, acabam por gerar dilemas

para o estabelecimento efetivo de discursos mais relativistas como, por exemplo, participação, etnodesenvolvimento e autogestão.

Participar, neste caso, não necessariamente incide em permear as matrizes da decisão. De certa forma, a análise da participação, também nos permitiria verificar a ocorrência de um padrão conforme aquilo que foi destacado pela metáfora do “padrão do acampamento”, em que os usuários de um espaço comum conhecem muito bem seu funcionamento, eventualmente poderiam reivindicar melhores serviços, *“mas nunca lhes ocorreria questionar e negociar a filosofia administrativa do lugar, e muito menos assumir a responsabilidade pelo gerenciamento do mesmo”* (BAUMAN, 2001, p.32).

Uma das construções analíticas elaboradas em torno desta ideia, as tipologias escalares da participação, são, em sua maioria, estabelecidas a partir da pressuposição da presença destas inegociáveis condicionantes e, conseqüentemente, realizam a leitura da participação a partir da capacidade das pessoas beneficiárias em adequarem-se às mesmas. De certa forma, há um grau elevado de hierarquização institucional e discursiva que expressa-se através destas tipologias escalares em suas definições dos tipos de participação. Como se pode verificar na maioria destas tipologias, em um extremo, a pessoa é manipulada pelas condicionantes as quais está alienada e, no outro, cumpre com as condicionantes por iniciativas próprias. Aparentemente, as tipologias da participação têm sido construídas a partir do pressuposto da presença de uma inegociável filosofia administrativa. A principal consequência disso talvez seja a própria perda de sua “esperança” discursiva e, concomitantemente, o descrédito no uso das metodologias e ferramentas de caráter participativo (LAVALLE & VERA, 2011).

As tipologias participativas têm se orientado, de certa forma, a categorização das relações entre pessoas, grupos sociais ou comunidades e as projeções institucionais, no sentido de observar a capacidade dos mesmos na gestão destas projeções. Sem embargo, tal observação e sua posterior categorização somente tem sido possível, em termos práticos, se considerarmos que a meta principal das atividades sociais é o cumprimento das exigências institucionais e que, por sua vez, a operacionalização da ideia de participação se resume nisso. Há, portanto, a pressuposição de que tais projeções sejam progressivamente absorvidas pelas pessoas envolvidas até que as mesmas possam constituir-se burocraticamente para gerenciá-las (SANTOS, 2002). A participação, neste sentido, não emerge de uma

busca pela renovação das estruturas socioinstitucionais da democracia, mas, aparentemente, propõe modos bastante sutis de relacionar-se com o funcionamento preestabelecido destas estruturas.

Além disso, são observadas dificuldades para a utilização das tipologias escalares da participação no sentido de, primeiro, posicionar um conjunto de acontecimentos e atividades sociais em uma escala de modo a classificar o tipo de participação desempenhada por um grupo ou pessoa em determinada intervenção social e institucional. E, segundo, de expressar a classificação dada a qualquer iniciativa, pois qualquer julgamento acerca das relações estabelecidas através destas iniciativas poderia ser facilmente contestado e, ademais, tornar-se fonte de conflitos ou desentendimentos insuperáveis. Em termos práticos, há uma dimensão qualitativa subentendida na ideia de participação que dificilmente pode ser explorada ou captada com o apoio destas tipologias e, como se observa, não têm sido utilizadas para este fim. O que se tem observado, é que a participação tem sido verificada e classificada, em grande parte, através de elementos puramente quantitativos expressos, principalmente, em número de pessoas que compareceram a reuniões, minicursos, seminários ou outro tipo de atividade e tem sido comprovada por meio de assinaturas ou, mesmo, impressões digitais recolhidas pelos extensionistas e agentes de desenvolvimento (LITTLE, 2005).

Portanto, em muitos casos os participantes, basicamente, tornam-se *meios* institucionais necessários para o estabelecimento das proposições institucionais e, tal observação, não tem passado de forma despercebida. Pelo contrário, tem gerado duras críticas acerca da forma com que se operacionaliza a ideia de participação, as quais tem se concentrado em torno do problema da objetivação coisificadora, paradoxalmente, um problema que a ideia de participação buscava mitigar.

Neste sentido, a participação pode se tornar exatamente aquilo que ela, em tese, deveria combater: um mecanismo de dominação, de manipulação, de pressão e de controle sobre o indivíduo. Face a isto, ela gera um sentimento ambíguo nas pessoas: se por um lado elas inclinam-se naturalmente para tentar controlar seu próprio ambiente participando das decisões, por outro elas se afastam com receio de perder a individualidade e a condição de uma existência pessoal livre (SOUZA, 2012, p. 159).

Ao mesmo tempo, a mensuração da ideia de participação através da quantificação física das pessoas relacionadas às intervenções é uma forma de análise discursiva que, apesar de ser predominante, é bastante controversa. Muitos autores criticam tais análises quanto a sua capacidade de operacionalizar os

discursos, no sentido de que as mesmas reduziram seus significados. No caso do discurso da participação, a análise quantitativa é ainda mais controversa, pelo fato de as mesmas negligenciarem, inclusive, as tipologias escalares existentes e, deste modo, utilizarem-se de perspectivas alheias a qualquer proposta operacional teoricamente elaborada para trabalhar este discurso. Neste contexto, Lavalle & Vera (2011) reforçam a crítica realizada por Pitkin (1967), a qual dá ênfase ao processo histórico de ressignificação da ideia de participação, em que a mesma perde seu sentido quando é operacionalizada através das tradicionais modalidades de representação democrática deliberativa. Entende-se que a contagem de pessoas que presenciaram ações institucionais através do recolhimento de assinaturas ou impressões digitais não poderia servir, teoricamente, para determinar que estas ações são participativas.

Tanto as análises escalares quanto as análises quantitativas concentram outra questão pouco explorada pela crítica teórica, o fato das mesmas serem aplicadas somente na observação das atividades realizadas no “terreno”, ou seja, no contexto da realidade intervencionada, ficando “subentendida” a presença e a ação das demais organizações, instituições e, com isso, de várias pessoas. De modo geral, poderíamos destacar que há pouca visibilidade sobre o que ocorre nos “bastidores” das intervenções, menos ainda quando se trata de observar a ideia de participação. A participação, neste contexto, é traduzida em ferramentas objetivas de controle social e legitimação, negligenciando sua potenciais referências de renovação das estruturas democráticas (LAVALLE & VERA, 2011).

Como pode-se observar, elencam-se várias problemáticas ainda pouco trabalhadas quando se trata de discutir o discurso e o conceito de participação, e cada uma delas pode ser trabalhada de maneiras diversas. No que tange a presente tese, há uma preocupação marcante em trabalhar a questão da objetivação, no sentido de refletir sobre os processos que interferem na mesma e experimentar propostas metodológicas que diminuam as possibilidades de realizá-la. Ao tratar sobre o problema da objetivação inserido a análise da participação, esta tese faz menção a comum ação de objetivar as pessoas relacionadas as atividades sociais, no sentido de categorizá-las e projetá-las como unidades (coisas) para realizar ações em torno de determinado discurso como, por exemplo, o etnodesenvolvimento (FOUCAULT, 2004).

Neste contexto, há um entendimento e um pressuposto de que o processo de

objetivação coisificadora influencia na operacionalização desta ideia de participação no sentido de potencializar as consequências acima destacadas em que a mesma “desaparece no todo”. E que este processo permeia amplamente a construção e a operacionalização discursiva da participação, tanto no que se refere às análises resultantes do uso das tipologias escalares quanto às análises derivadas da quantificação. Portanto, parte-se do pressuposto de que se trata de uma questão ontológica, cuja análise exige um direcionamento ontológico diferenciado.

O debate acerca do processo de objetivação coisificadora, da forma aqui estabelecida, faz menção direta à cultura moderna da objetivação humana, a qual é entendida pelo estabelecimento legítimo de interpretação das interações sociais através de perspectivas impessoais e indiferentes. Simmel (1996), por exemplo, observa que a partir do alargamento (expansão) das interações sociais vivenciadas na modernidade, há uma tendência à abstração dos laços sociais, o que, conseqüentemente, incrementaria as objetivações em torno dos mesmos. As pessoas, com isso, deixam de ser objetivadas em suas complexidades para ser objetivadas reduzidamente como unidades sólidas, como coisas, muitas vezes, um numeral. De modo geral, as pessoas tornam-se “fictícios” objetos para as projeções e idealizações institucionais.

A cultura da objetivação humana, portanto, refere-se à crença na capacidade humana em prever e definir formas normais e/ou anormais de ser humano, a qual possibilitaria, entre tantas coisas, projetar e legitimar discursos, diálogos e ações no intuito de atender um suposto interesse social, humano, natural ou coletivo. Os princípios ontológicos estabelecidos e cultuados na modernidade, por sua vez, reforçaram as leituras coisificadoras e, através de seus preceitos globalizantes e materialistas, conduziram estruturas sociais aos moldes do desenvolvimento tecnológico acompanhados na indústria (MALDONADO, 1971).

Em decorrência do desenvolvimento da ciência moderna, houve a tentativa de extrapolar as matrizes analíticas e empiristas das ciências naturais para às ciências sociais e humanas, equiparando-as em partes de suas composições metodológicas. Assim, a metáfora sistêmica tem sido cenário comum para uma grande quantidade de projeções sociais, as quais pressupõem objetivações claras para alimentar seu intrínseco e implícito planejamento.

Neste contexto, a epistemologia moderna embasada quase que exclusivamente nos aspectos objetivos, também influenciou a emergência do que

denominou-se de cultura da objetivação humana, no sentido de priorizar os aspectos objetivos das realidades humanas e de acreditar que, através deste tipo de observação, poder-se-ia projetar estas realidades e vidas humanas de forma mais apropriada. No caso da participação, por exemplo, podemos facilmente observar e constatar como os aspectos objetivadores da participação, expressos em número de pessoas, por exemplo, são utilizados como indicadores equivalentes deste discurso. É possível perceber como as práticas mercadológicas “fictícias” apontadas por Karl Polanyi como importantes elementos para a construção da contemporânea “economia de mercado”, transferem-se também às práticas socioinstitucionais modernas, em que as pessoas tornam-se os objetos “fictícios” da estruturação democrática.

Deste modo, a presente tese parte do entendimento de que a maioria das tipologias direcionadas para operacionalizar a ideia de participação resguardam-se em relação ao potencial protagonismo que esta poderia assumir, principalmente quando sua classificação submete-se de forma tão explícita aos ideais burocrático-institucionais como, por exemplo, no caso das análises escalares da participação. O problema ou a insuficiência verificada nestas tipologias expressam-se na simples impossibilidade de escolha em relação à participação, em que fica clara, na análise discursiva da participação, a incorporação e a pressuposição de realidades metafóricas como, por exemplo, de uma invariável realidade sistêmica. Em outras palavras, há condicionamentos específicos para a operacionalização da ideia da participação, sendo estes especialmente notáveis no caso da *participação para o desenvolvimento*. E, através desta perspectiva, não surpreende tanto a rápida perda da “esperança” discursiva da mesma.

Neste contexto, o sentido da utilização das metodologias participativas não tem sido relacionado somente à busca pela promoção de processos democratizantes e descentralizadores, mas também tem sido tratado, com frequência, como mais uma ferramenta que compõe o instrumental fiscal, legitimatório e avaliativo para as intervenções socioinstitucionais (PATEMAN, 1992; SOUZA, 2001). O que, de fato, não apresenta tantos elementos contraditórios, visto que são necessárias ferramentas objetivas para identificar o andamento destes processos. Sem embargo, a forma com que tem sido tratado e avaliado o discurso da participação não tem contribuído para alcançar as metas apriorísticas teoricamente estabelecidas para o mesmo. Trata-se este discurso na forma de um

recorte coisificado ou uma montagem institucional (LAVALLE & VERA, 2011).

Neste sentido é que se buscou desenvolver este estudo, de que se poderia abordar a ideia de participação através de outras bases ontológicas, as quais afastem esta proposta analítica da tentadora objetivação coisificadora. Em termos estritos, se trata de elaborar um processo de objetivação diferenciado, não-coisificante que nos permita delimitar, a partir de outros pressupostos, o que é isso que denominamos de participação. De modo geral, este é o objetivo central desta tese, cujo cumprimento deverá ser refletido com o fechamento, no capítulo final, do círculo metodológico aqui proposto.

Preliminarmente, poder-se-ia adiantar que a distinção principal entre a objetivação coisificadora e a não-coisificadora se dá em seu pressuposto ontológico. Enquanto a primeira expressa o ser humano como unidade determinável, a segunda expressa como fragmentos de um ser indeterminável, o ser humano. Enquanto a primeira pressupõe o ser humano como entidade ou unidade ontológica, a segunda visa liberar os entes que possam configurar-se através dos modos de ser da presença⁴ (HEIDEGGER, 1998; DUARTE, 2004). No caso deste estudo da participação, visa-se liberar somente o ente que se configura através do fenômeno do “tempo da participação”, ou seja, o modo de ser da presença que condiciona-se para participar, impossibilitando, com isso, qualquer determinação unitária do ser humano.

Esta mudança na forma com que se realiza a objetivação proposta pela análise existencialista ou pela antropologia filosófica, como denominam seus idealizadores, deve ser considerada a partir de uma proposta de renovação do conhecimento científico sobre o que significa ser humano. Assim sendo, a tarefa principal da analítica existencial é a de preservar as estruturas ontológicas da presença *“dos riscos inerentes ao procedimento da objetivação coisificante, típica das investigações científicas e filosóficas ontologicamente deficientes, as quais marcam nossa época técnico-científica.”* (DUARTE, 2004, p. 49).

A partir do estabelecimento deste estudo através das bases fenomenológicas, admitiu-se o “tempo da participação” como o fenômeno que conforma as condições para os distintos modos de ser do desenvolvimento, sendo este, então, o discurso

4 O termo “pre-sença” é a tradução do termo heideggeriano *dasein*, o qual também pode ser traduzido com outros termos como, por exemplo, presença e ser-aí. Não obstante, os termos traduzidos aqui utilizados foram retirados da tradução de Ser e Tempo realizada por Márcia de Sá Cavalcante Schuback. Ao longo do texto, novos termos heideggerianos serão utilizados, portanto, para maiores esclarecimentos conferir Heidegger (1998).

referencial para o fenômeno da participação. O “tempo da participação” não é um fator linear e nem somente processual, mas também o resultado de contextos socioambientais, históricos e epocais através dos quais se definem as estruturas da cotidianidade. Um fenômeno que visa desenhar um espaço analítico para expressar as condições a que se submetem as pessoas para participar das atividades, neste caso, do etnodesenvolvimento. Portanto, o “tempo da participação” é o fenômeno que, como uma ferramenta analítica, revela as condições através das quais se constituem os modos de ser do desenvolvimento que, por sua vez, constroem significados para sua experiência existencial acerca do fenômeno da *participação para o desenvolvimento*.

A análise discursiva realizada a partir deste redirecionamento ontológico colocou esta tese em uma condição experimental ou de originalidade, no sentido de que não é comum encontrar análises discursivas sobre a participação elaboradas com as bases fenomenológicas e de que não haviam garantias quanto ao seu potencial renovador. Portanto, não isenta-se em apresentar, talvez, inapropriadas interpretações, mas também não descarta a possibilidade de estabelecer novos pontos de partida para tratar certas questões.

Inicialmente, o que também deve ficar claro para os leitores deste documento é que prezou-se por estabelecer uma perspectiva enquadrada no “reinos dos fins”, ou seja, em que as pessoas não são e não podem ser apenas *meios* para alcançar determinada utopia ou projeto. As pessoas são consideradas com um fim em si mesmas que, não por isso, abstêm-se em conviver com as conformações históricas e contemporâneas que as permeiam. Pelo contrário, são estas conformações que estabelecem as condições para o direcionamento do ser e, concomitantemente, possibilidades para a construção de fenômenos aos quais incidem os distintos modos de ser da pre-sença.

Conforme distingue a análise heideggeriana do ser, busca-se estabelecer relações entre o “mundo” cartesiano e o mundo fenomenológico, no intuito de apresentar as condições que constituem o fenômeno temporal da participação e de verificar a construção de significados a partir do mesmo. Visualizar a necessidade de estabelecer estas relações é o ponto de partida para evitar as deficiências ontológicas da doutrina cartesiana para o estudo do ser humano e, conseqüentemente, evitar a tentadora objetivação coisificadora e seu intrínseco determinismo. Deste modo, a renovação ontológica proposta pela fenomenologia

trata-se, substancialmente, de um aprofundamento em termos de rigor científico e de objetividade, o qual visa superar a dicotomia historicamente estabelecida entre objetividade e subjetividade. O ponto de vista estipulado aqui é de que deve-se aprender a trabalhar com estas relações, antes de descartá-las ou de tratá-las como irreais. *“Descrever o “mundo” fenomenologicamente significa: mostrar e fixar numa categoria conceitual o ser dos entes que simplesmente se dão dentro do mundo”* (HEIDEGGER, 1998, p. 103).

**PRIMEIRA SEÇÃO: DESVELANDO O FENÔMENO TEMPORAL DA
PARTICIPAÇÃO**

Que é uma dinâmica, senão um ritmo, um embalo, um comportamento, um tempo, uma temporalidade.

Nestes últimos seis anos realizei, periodicamente, instâncias de aproximação com os projetos de etnodesenvolvimento promovidos pela Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (CID) e executados no Distrito de Caazapá, no Paraguai, junto às populações indígenas da etnia M'bya Guaraní. Nestas experiências, me chamava a atenção, sobretudo, as tendências e consequências que poderiam resultar destes processos de interação sociocultural derivados das ações de extensão no âmbito de projetos de etnodesenvolvimento. Minhas indagações concentravam-se, em grande medida, em torno da ideia de participação, a qual trabalhava através da crença de que, quanto maior a participação, melhor sucedidos seriam os projetos, ou seja, permanecia preso a uma típica análise escalar (ARNSTEIN, 1969; PRETTY, 1995; WHITE, 1996; SALM & MENEGASSO, 2010). Ao mesmo tempo, não conseguia visualizá-la ou mensurá-la naquelas realidades.

Após algum tempo, através do diálogo orientado, tive a oportunidade de continuar problematizando tal questão e, paulatinamente, tornava-se evidente que havia “algo mais” a ser explorado na ideia de participação. Observei que, apesar de atingir estes níveis mais altos na escala da participação, pouco se poderia alterar sobre a dinâmica dos processos voltados ao desenvolvimento. Neste contexto, chegou-se a uma pequena problematização desta questão, da qual resultaram alguns trabalhos não publicados e um breve resumo denominado “*Participação: quanto mais melhor?*” (CALGARO NETO et al., 2010). Entretanto, eu não conseguia propor uma crítica mais concreta, além do que convencionalmente se observava.

Assim, segui realizando algumas leituras e abordagens ao tema até chegar a uma relação entre o “projeto” e “participação”, a qual denominava “*relação projeto-participação*”. Observava nesta algo novo, um relacionamento lógico em que subentendia que as determinações e delimitações sobre as bases dos projetos influenciavam diretamente sobre as possibilidades de participação. Por um bom tempo, circudei o que se denomina de “*dilemas do projetismo*” (LITTLE, 2005). Entretanto, parecia que havia “algo mais”, pois a partir de minhas breves experiências trabalhando a ideia de participação, observei que não era a liberdade de projetar seu próprio espaço no desenvolvimento que fazia com que a participação aumentasse. Além disso, interpretei que não seriam, simplesmente, pelas particularidades da modalidade de intervenção via projetos que imponiam-se as

principais limitantes à participação. Dificultava, mas, aparentemente, restava “algo mais”. Não obstante, entendi que necessitava conhecer melhor essa ideia, a participação, delimitá-la melhor, reduzi-la um pouco mais, desvendar o seu fenômeno. Entretanto, foi somente com algumas orientações que cheguei a tal percepção.

A participação, portanto, poderia ser, diferentemente, discriminada?

Há algum tempo, passou um carro de som em frente à residência onde moro informando que uma festa popular estava por vir na cidade. Ao finalizar o informe, o locutor dizia: - venha participar! É, portanto, de qualquer tipo de participação que trata este projeto? Não! O problema aqui em evidência nos remete a buscar entender a *participação para o desenvolvimento*. Deste modo, a partir do presente parágrafo me arriscarei em realizar uma forte delimitação teórica.

O desenvolvimento, como aqui é tratado, está sendo referido como uma categoria discursiva que não encerra-se no discurso, mas que também incide em práticas cotidianas e padrões de dominação dialeticamente articulados com esta recente categoria discursiva. Uma categoria que emerge no período pós-guerra (segunda grande guerra), mas que herda os enunciados historicamente observados de uma crença ocidental na ideia de evolução, ou seja, de constantemente, poder dirigir-se de uma posição para outra, por sua vez, melhor (ESCOBAR, 1996; RIST, 1990; COWEN & SHENTON, 1996). Uma definição compartilhada por muitos autores, mas destacada originalmente por Yves Lacoste (1963 [1959]), que incluía uma importante premissa, de que um povo “decide” transitar de uma posição A para B, confiando que esta seja melhor.

Além disso, a contemporânea interpretação deste discurso perpassa por uma importante transição, nos últimos quatro séculos, em que o mesmo deixa de representar uma condição a ser alcançada em uma atmosfera extramundana ou “imaterial” para tornar-se um processo intramundano de evolução e acaba adquirindo um plano “material”. Ou seja, uma ascense intramundana permeada pela capacidade individual e coletiva de interagir com sucesso no âmbito do campo econômico (WEBER, 2004). Ao desenvolvimento, então, atrelaram-se os enunciados ocidentais historicamente construídos que simbolizam a constante busca por tornar-se, individual e coletivamente, melhor. Portanto, é um discurso que pode ser infinitamente facetado. No entanto, nos deteremos a tratar, mais especificamente, de sua face ou dimensão étnica, contornando aquilo que denomina-se de

etnodesenvolvimento (STAVENHAGEN, 1985; BONFIL BATALLA, 1995).

De modo geral, ao discurso do desenvolvimento também atrelam-se as organizações sociais, conformando modelos socioinstitucionais particulares em que observam-se padrões e conjunturas organizacionais típicas. Estas, por sua vez, interagem, construindo-se, elaborando enunciados e conformando, concomitantemente, discursos, modelos dialógicos e atividades práticas e transformativas direcionadas à promoção do desenvolvimento. Por exemplo, é praticamente consensual a leitura de que, no século XV, através das organizações eclesiásticas como, por exemplo, as missões jesuíticas estabelecidas em território guarani, construíam-se e gerenciavam-se os enunciados e as práticas sociais que conformavam os possíveis projetos individuais e coletivos para alcançar melhores condições, ou seja, tornar-se melhor e ascender extramundaneamente. Logo, com o advento da modernidade e a emergência das organizações estatais, empresariais e da sociedade civil passaram-se também, em grande medida, a construir e elaborar enunciados que indicavam caminhos para chegar a situações melhores, no entanto, já em uma atmosfera material de interação social em que se destacavam os enunciados relativos ao campo econômico.

Em torno do desenvolvimento, portanto, emergiram distintas formas organizacionais e inúmeras dimensões, as quais entrelaçaram-se ao campo econômico para dar sequência à empresa ocidental da evolução. Assim, atualmente, observa-se que em cada dimensão do desenvolvimento atrelam-se organizações que conformam redes organizacionais específicas. São, portanto, através das formas organizacionais que também se instituem e legitimam os valores e os sentidos do desenvolvimento, bem como as transformações necessárias para alcançá-lo.

Ao etnodesenvolvimento, por sua vez, vinculam-se corriqueiramente organizações internacionais (ONU, Banco Mundial, agências de CID, entre outras), da sociedade civil (geralmente ONG's) e comunitárias (cooperativas e associações comunitárias em populações indígenas ou organizações de segundo grau). Relações organizacionais que instituem e legitimam discursos e contraditoriamente práticas, visto que o etnodesenvolvimento supõe um modelo prático-cotidiano fortemente endógeno e com forte conteúdo político baseado no direito de autodeterminação dos povos, na qual a capacidade de decidir corresponde aos pessoas locais e não as instâncias organizativas.

Assim, é através da interação destas formas organizacionais e de seus processos históricos que instituem-se os modelos organizacionais para trabalhar o discurso do etnodesenvolvimento, o qual preza, principalmente, pela interação dos enunciados ambiental-etnicistas com o discurso do desenvolvimento. Uma conjuntura estabelecida após a emergência da perspectiva multidimensional do desenvolvimento e da abordagem discursiva que caracteriza a “política da sobrevivência”. A dimensão étnica do desenvolvimento, bem como suas demais dimensões são, paradoxalmente, formações enunciativas consequentes também da própria descrença na capacidade unidimensional deste discurso - que girava em torno do campo econômico - em produzir um efeito qualitativo em todas as sociedades (FURTADO, 1974).

Uma das principais consequências desta multiplicação dimensional do desenvolvimento foi a multiplicação, também, de suas redes socioinstitucionais, no sentido de admitir e buscar a participação plural das organizações. Assim, relacionaram-se ao desenvolvimento os atuais enunciados indicativos de decisão coletiva, ou seja, que as tomadas de decisões fossem compreendidas como consequência das vontades coletivas. O discurso do desenvolvimento aglutinou também a utopia da democracia e, neste contexto, surgiram os enunciados participativos. Ou seja, uma abordagem que preserva a impessoalidade, aportando esperanças quanto a sua possibilidade de aproximar-se de uma democracia mais direta.

Aqui neste projeto, portanto, não estamos tratando de qualquer tipo de participação, mas da *participação para o desenvolvimento*, ademais, em sua dimensão étnica. Com isso, deve-se levar em consideração que a estratégia de desenvolvimento economicista foi recoberta, desde suas origens, com uma retórica essencialista sustentada por ideias força como cooperação, solidariedade, justiça, ajuda, altruísmo, entre outras, que a participação nestas ações de justiça e solidariedade não compreende somente o cumprimento estrito de tarefas organizativas, administrativas, técnicas, mas também uma mística vocacional e simbólica próxima a atitude missioneira, inclusive para os profissionais da cooperação.

Deste modo, participar é estar involucrado às atividades desta dimensão. É fazer parte das dinâmicas organizacionais do etnodesenvolvimento. É interagir com o fenômeno do “*tempo da participação*”. É direcionar-se e estabelecer-se no modo

de ser do desenvolvimento. O discurso da participação é, neste caso, considerado como um elemento simbólico que atrai as pessoas para direcionarem-se para o modo de ser do desenvolvimento. Com isso, a temporalidade da participação é aquela que revela o “ente” do ser que está no modo de ser do desenvolvimento.

Este é o fenômeno que se buscará, neste projeto, desvelar para, logo, poder avançar ao acesso à construção de significados sobre a participação.

Entretanto, não significa que se estará tratando de um tempo cronométrico; cada dimensão do desenvolvimento apresenta, de acordo com sua organização socioinstitucional, uma dinâmica específica determinante para as possibilidades de interação com a mesma. Por exemplo, imagine que você está em uma festa e é convidado a dançar chula, dança do ventre ou qualquer outra dança que você não possui a menor ideia de como proceder seus movimentos. Você tentaria sapatear, rebolar, girar de um lado a outro, mas qualquer um que conhecesse minimamente tais danças saberia que você estaria distante dos movimentos adequados para participar desta dança. É necessário adaptar-se ao seu ritmo, ao seu compasso, ao seu tempo. Todos saberiam que você seria capaz de executar tais movimentos, mas você teria que querer incorporar tais ritmos, direcionar-se ao ritmo; ainda assim, levaria algum tempo para que você pudesse incorporá-los e, ademais, você necessitaria, talvez, encontrar o par certo. Do mesmo modo, na *participação para o desenvolvimento*, mesmo em sua dimensão étnica ou nas demais dimensões, exige-se que haja a incorporação destes processos que constituem sua dinâmica. Para participar, você deve dançar conforme rege o ritmo. Portanto, deve haver um direcionamento ôntico para os modos de ser do desenvolvimento.

Com isso, a *participação para o desenvolvimento* implica o deslocamento dos tempos pessoais para relacionar com outros tempos, outras temporalidades. Ou seja, além das diversas temporalidades que as pessoas estão cotidianamente em direcionamento como, por exemplo, das famílias, dos amigos, das atividades laborais, do calendário gregoriano, do calendário lunar, das instituições, do comércio, dos utensílios, entre outros, também há, para aqueles que se direcionam a tal, um fenômeno temporal da *participação para o desenvolvimento*. Todos interrelacionados. Portanto, a todo instante, o ser humano é permeado por ritmos, tempos, fenômenos que o transferem de uma infinidade de possibilidades de sua condição existencial da pre-sença, para injetar-se nas temporalidades da condição de ser-no-mundo-com-os-outros, ou seja, para estabelecer-se em seus cotidianos

modos de ser (HEIDEGGER, 1998).

Neste contexto, desvelar o fenômeno temporal da *participação para o desenvolvimento* é a introdução para poder empreender uma análise fenomenológica deste discurso. Através do desvelamento temporal realizado *a priori* nos níveis teórico e empírico, foi possível colocar o discurso da participação em evidência para, logo, poder explorar, junto às pessoas entrevistadas, a construção dos significados sobre o mesmo. Ou seja, “o tempo é o ponto de partida do qual a *pre-sença sempre compreende e interpreta implicitamente o ser*” (HEIDEGGER, 1998, p. 45).

Assim sendo, as páginas seguintes desta seção serão ocupadas pela revisão teórica dos enunciados que entende-se estarem relacionados a ideia de *participação para o desenvolvimento*, atentando também para as particularidades de sua dimensão étnica. Desta forma, estar-se-á explicitando elementos teóricos históricos, contemporâneos e conjunturais que podem, de modo geral, contribuir para o desvelamento do fenômeno em questão.

3 DESENVOLVIMENTO E ETNODESENVOLVIMENTO

O desenvolvimento e o etnodesenvolvimento são categorias teóricas de relevância incomensurável para a elaboração desta tese, tanto as atividades acompanhadas em “terreno” como as entrevistas realizadas com as pessoas estão relacionadas a estas categorias e condicionam-se, de alguma forma, em meio à proteção do amplo guarda-chuva do desenvolvimento. Deve-se destacar que tais categorias, por sua vez, estão amplamente teorizadas e dispõem de um referencial de difícil esgotamento teórico. Portanto, fez-se necessário realizar uma marcante delimitação teórica que atentasse para as relações que foram consideradas mais pertinentes com os objetivos estabelecidos para a presente tese.

A ideia central deste capítulo é dar sequência ao desvelamento do fenômeno temporal da participação, o que, conseqüentemente, nos leva a explorar mais detidamente as composições que vão preenchendo e dando forma às interpretações sobre os supracitados discursos. Com isso, buscou-se ressaltar os elementos e as relações que estabelecem-se como condicionantes do fenômeno em questão, conformando sua temporalidade.

Através da leitura de seus processos históricos poderemos verificar as marcantes transformações e heranças conceituais que, apesar do passar dos anos, permanecem atribuindo sentido a estes discursos. O desenvolvimento e o etnodesenvolvimento estão imersos em componentes metafísicos determinantes para o estabelecimento das conjuntas organizacionais que direcionam-se a sua promoção e, com isso, as bases para a participação das pessoas. Através destes discursos é potencializado o vislumbamento de possibilidades.

Neste sentido, conforma-se um importante escopo simbólico que não pode ser negligenciado, principalmente quando analisamos um discurso com tantos componentes metafísicos. As possibilidades de encontrar-se em melhor posição e promover melhores posições para os demais são trabalhadas e reforçadas incessantemente, produzindo um forte apelo simbólico e semiótico que incide direta e indiretamente sobre a ideia da participação nos modos de ser do desenvolvimento.

A busca pelo desvelamento desta temporalidade fez-nos atentar também para as relações fenomênicas que permeiam os discursos do desenvolvimento e do etnodesenvolvimento.

3.1 Emergência, decadência e ressurgência do desenvolvimento⁵: uma história discursiva

Inicialmente, argumentou-se que em torno do discurso do desenvolvimento circundam enunciados em que subentende-se a ideia de uma mudança de posição, onde, ao abandonar a original, deslocar-se-ia para outra melhor, atribuindo-o um sentido simbólico de evolução. Destacou-se, também, que a este discurso atrelam-se inúmeras organizações que elaboram e compartilham práticas de projeção social para que se alcancem tais transformações. Não obstante, tanto as ideias de evolução como os exercícios de projeção social são elementos de socialização bastante antigos, talvez tão antigos quanto o próprio discurso em questão. Quando foi, então, que estes enunciados associaram-se ao desenvolvimento, atribuindo-lhe os sentidos que atualmente observamos? Alguns autores tentaram construir esta delimitação teórica. Tentar-se-á, nos próximos parágrafos, trazer um pouco destas perspectivas.

Beltrão (1965), em seu clássico livro denominado *“Sociologia do Desenvolvimento”*, nos traz um dos pioneiros trabalhos para delimitar tal questão. Neste livro, o autor elabora uma leitura aprimorada sobre os processos e características que compõem seu objeto principal. Segundo ele, o desenvolvimento possui uma delimitação histórica, a qual revela-se na convergência entre alguns processos, entretanto, o mesmo destaca que a pedra fundamental que promoveu a ruptura da inércia desenvolvimentista teria sido a associação entre a revolução científico-tecnológica e/ou a revolução industrial. Esta conjuntura teria promovido o aumento exponencial das forças produtivas e possibilitado, assim, o significativo incremento econômico necessário para se pensar ideologias de projeção social, trazendo ao projeto moderno fatos relevantes para a emergência das inúmeras utopias relativas à evolução das sociedades.

Na apresentação das distintas perspectivas elencadas por Beltrão (1965), é possível identificar que o conjunto das ideias acerca do desenvolvimento resultam da variação de duas características principais deste processo, a abordagem em torno da organização socioeconômica e o pensamento acerca do ideal de bem-estar

⁵ O título desta seção é inspirado na abordagem realizada pelo Professor José Marcos Froehlich para a disciplina de “Teorias de desenvolvimento”, ministrada no Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural (UFMS).

ocidental, os quais eram baseados, respectivamente, na organização do trabalho resultante da ética protestante e na busca pelo conforto material. Neste contexto, o autor destaca que através da leitura das distintas perspectivas subentende-se que o desenvolvimento resultaria, de modo geral, de um processo linear, o qual poderia ser conduzido através de distintos modelos, de acordo com a realidade em que se inserisse. Contudo, em todos os casos, estaria vinculado à difusão tecnológica e à integração econômico-burocrática. Como exemplo, cita-se um dos mais destacados e, por sua vez, criticados modelos lineares para o desenvolvimento, explicitado por W. W. Rostow sob o título de *“The Stages of Economic Growth: A Non-Communist Manifesto”* (1960).

Esta análise, entretanto, nos deixa um problema quando, eu diria, “coloca em um mesmo saco”, ao menos quatro discursos que sabemos que foram sumamente importantes para as sociedades nos últimos dois séculos: progresso, crescimento econômico, desenvolvimento econômico e, por fim, desenvolvimento. Assim, fica subentendida na exposição de Beltrão (1965), um processo de transmissão dos enunciados direcionados a tais discursos, em que o último, o desenvolvimento, herda e combina os enunciados de seus antecessores. Ao projeto moderno inscrevem-se possibilidades e simbolismos que a expressão “desenvolvimento moderno” tenta conservar, delimitando cronologicamente este processo prático-discursivo que inicia-se com o final da segunda guerra mundial. Este problema, então, nos deixaria uma questão intrigante, saber o porquê desta transição discursiva.

Em *“Doctrines of Development”*, de Cowen & Shenton (1995), destaca-se a discussão entre três pensadores, Adam Smith, Thomas Maltus e Saint-Simon, os quais aportavam enunciados direcionados à ideia de progresso que já tangenciavam, de modo geral, os demais discursos em questão. A discussão entre estes pensadores sobre o progresso não questionava, de certa forma, a capacidade de gerar benefícios do sistema industrial e capitalista, mas sim, se haveria necessidade ou não de intervenções socioinstitucionais sobre estes avanços, pois não havia consenso quanto a sua capacidade de distribuição dos benefícios. Neste sentido, a ideia de desenvolvimento vinculava-se à busca pelo equilíbrio e pela estabilidade social através da convergência entre as ideias de progresso e de ordem.

Seguindo esta linha de raciocínio, os autores destacam o pensamento

comtiano, em que progresso seria o desenvolvimento da ordem, o qual deveria ocorrer sistematicamente através do entendimento gradual das leis da natureza. Neste sentido, a evolução social abarcaria dois aspectos: desenvolvimento e melhora. Assim, este seria um processo universal, contínuo e transferível de locais mais desenvolvidos a menos, pois as leis da natureza, incluindo as leis sociais, seriam universais. Entretanto, segundo os mesmos autores, seria com John Stuart Mill, em 1848, que haveria uma separação mais explícita entre os termos progresso e desenvolvimento, pois Mill passou a considerar que não seria de todo mal que as sociedades encontrassem no processo final de desenvolvimento, um período estacionário, o que seria, de alguma forma, um afronte ao progresso. De acordo com os autores, as intervenções britânicas na Índia forneceram suporte para acreditar que o desenvolvimento não dependeria somente da organização interna e poderia ser de origem externa, fato que transformou a representação do desenvolvimento, aproximando-a a uma doutrina (COWEN & SHENTON, 1995).

Como se pode observar, é difícil encontrar o porquê desta transição discursiva, entretanto, percebe-se que grande parte da discussão girava em torno dos enunciados alimentados pela economia política. Neste contexto, surgem inúmeras críticas aos modelos e interpretações das ideias de evolução social e dos exercícios de projeção social baseados nos enunciados econômicos. Fato que imprime uma forte transferência dos mesmos para o desenvolvimento, um discurso muito mais polissêmico, em detrimento, principalmente, daqueles relacionados ao progresso, crescimento e ao desenvolvimento econômico, bastante atrelados à racionalidade econômica. Concomitantemente, emergem os enunciados ambiental-culturalistas relacionados às matrizes de evolução e projeção social, os quais impõem limites amplos às análises derivadas das abordagens unidimensionais economicistas.

Com isso, destaca-se aqui outro livro clássico da teoria em questão, denominado de *“O Mito do Desenvolvimento Econômico”* (FURTADO, 1974). Neste livro, o autor explora as evidências que indicam a incapacidade natural do Planeta Terra em promover e suprir as perspectivas humanas de desenvolvimento a partir dos pressupostos aportados pela economia capitalista-industrial. Baseando-se principalmente nas denúncias elaboradas pelo texto *“The Limits to Growth”* (1972) e nas interpretações das leis da termodinâmica de Georgescu-Roegen (1971), o autor mitifica a leitura puramente economicista sobre o desenvolvimento, a qual, segundo

ele, estaria repetindo os mesmo erros já vivenciados na história da humanidade em prol de uma teoria globalizante e evolucionista.

Assim, o autor descreve os processos de estruturação do sistema capitalista mundial, discriminando as problemáticas levantadas pela crença nas “vantagens comparativas” que, para ele, distorceu-se durante a globalização do capitalismo e contribuiu, de forma significativa, para formar a lacuna entre o desenvolvimento e subdesenvolvimento (centro e periferia). Declarou, então, que a acumulação e a concentração de capital não proporcionavam a distribuição esperada pela supracitada crença (FURTADO, 1974).

Neste contexto, a transição discursiva responde, aparentemente, a uma necessidade dos ideais de evolução incorporarem enunciados derivados de distintas dimensões analíticas. Ou seja, o discurso do desenvolvimento emerge como uma resposta à insuficiência dos enunciados puramente econômicos em contemplar a discussão acerca dos supracitados ideais, por exemplo, progresso e crescimento econômico. Contudo, suas relações históricas com as leituras economicistas o colocam no fronte das críticas relacionadas aos mesmos.

Já em um período de decadência do desenvolvimento, Edgar Morin (1984) busca evidenciar e esclarecer os indícios que categorizavam uma crise sobre esta ideia. Contudo, referencia tal crise levando a entender que esta não seria apenas uma crise isolada, e sim uma crise relacionada à evolução do pensamento humanista racionalista, bem como, do pensamento humanista crítico. Ou seja, a decadência do discurso para o desenvolvimento relacionava-se, de acordo com o autor, com a retroalimentação das ideias pobres que direcionavam as perspectivas em relação as sociedades, tais ideias pobres culminavam no *“mito humanístico/racionalístico, unidimensional e pobre, do homem, e sobre uma ideia mecanística/economística da sociedade espantosamente limitada”* (MORIN, 1984, p. 348). Deste modo, o autor categoriza a crise do desenvolvimento a própria crise do pensamento ocidental, o qual empobreceu-se ao delimitar-se dentro apenas das perspectivas materialistas e antropocêntricas.

Outros autores, porém, vão ainda mais longe, denotam ao discurso do desenvolvimento, enunciados representativos de uma crença a-histórica e intrínseca ao imaginário ocidental, um mito compartilhado socialmente para a expansão cultural ocidental (RIST, 1990; CRUSH, 1996; ESCOBAR, 1996). As críticas destes autores buscam denunciar e combater a incorporação de enunciados construídos a

partir de matrizes teóricas não-econômicas, propondo, por sua vez, o abandono dos discursos para o desenvolvimento.

Gilbert Rist (1990), por sua vez, busca evidenciar as características mitológicas dos discursos para o desenvolvimento, entendendo que a mudança de foco do discurso para os aspectos culturais ressaltava esta característica. Neste sentido, o autor contrapõe-se à perspectiva de Marcel Gauchet, o qual afirmava sobre o progressivo enfraquecimento da religião na humanidade, que vinha sendo substituída pelos mitos, entre eles, o desenvolvimento. Entretanto, Rist prefere adotar o desenvolvimento como parte componente do “Mito Moderno”, o qual, por sua vez, seria intrínseco à própria perspectiva sociocultural ocidental, que traz inclusa sua religião e provém, deste modo, como consequência de seu processo histórico. Ao corroborar com tal perspectiva, Palenzuela (2009) prefere apresentar o desenvolvimento hegemônico como um *mitema*, ou seja, um componente importante do mito da modernidade.

Diferentemente de outras sociedades, as ocidentais não compartilhavam de deuses representados através dos elementos da natureza, que seriam, de certa forma, mais palpáveis. O Deus ocidental sempre foi inalcançável e onipresente. Neste contexto, a perspectiva ocidental, apesar de substituir os dogmas religiosos (*stricto sensu*), sempre convergia para a busca de uma posição que é inalcançável e onipresente, uma posição melhor, atualmente, composta pelo “Mito Moderno” e seu consequente discurso de desenvolvimento. Assim, *grosso modo*, o autor indicou que as buscas ocidentais são, principalmente, derivadas do imaginário ocidental, que pela presença histórica do mito inalcançável e onipresente, seguia compartilhando dos ideais que convergiam as sociedades para o infinito caminho da evolução (RIST, 1990).

Já Jonathan Crush, através do livro “*Power of Development*” (1996), realiza uma abordagem, de certa forma, niilista acerca do termo desenvolvimento. Sua perspectiva, como a de Gilbert Rist, tende a interpretar o desenvolvimento como uma criação do imaginário ocidental que, por sua vez, transcende a qualquer leitura historicista. Entretanto, o autor é enfático na existência de uma associação entre ciência, machismo, colonialismo, capitalismo e o desenvolvimento, ou seja, relaciona a ideia de desenvolvimento ao imaginário da ordenação, típica das sociedades ocidentais. Deste modo, o autor observa a dificuldade de categorizar historicamente a ideia de desenvolvimento, no entanto, entende que geograficamente tornar-se-ia

mais palpável sua visualização, levando-nos diretamente a observá-la como um produto puramente eurocêntrico.

Deste modo, Anibal Quijano (2005) e Walter D. Mignolo (2005) estruturam e promovem o debate acerca do desenvolvimento através daquilo que denominam de “colonialidade do poder”. Ou seja, uma matriz ou um padrão de poder que estrutura o sistema mundo moderno, hierarquizando e governando os seres humanos, o trabalho, as subjetividades e o conhecimento a partir das heranças do processo de “racialização” historicamente alimentado em território europeu e estabelecido no marco da operacionalização de determinado modo de produção e distribuição da riqueza. A colonialidade, por sua vez, não se encerra com o colonialismo, pois apesar da destituição da dominação político-administrativa colonialista, a colonialidade mantém vigente as estruturas socioinstitucionais e esquemas de pensamento que legitima a manutenção do poder conforme as heranças colonialistas. Neste contexto, o desenvolvimento seria apenas mais um dos discursos que estruturam-se através da plataforma estabelecida pela colonialidade do poder, alimentando-a. O desenvolvimento como algo que também relaciona-se com a “cara oculta da modernidade”, a colonialidade (MIGNOLO, 2001).

Seguindo esta linha de raciocínio, Escobar (1996) observa e descreve o discurso do desenvolvimento como um aparato que serviria, entre tantas coisas, para a ocidentalização das sociedades, ou seja, um aparato para incluir sociedades dentro do mítico projeto ocidental, no entanto, mantendo-as no subdesenvolvimento. Escobar (1996), por sua vez, também avança através desta perspectiva, declarando que entende o desenvolvimento como um conjunto discursivo particular de relações de poder que constrói as representações e os valores de qualidade. Ou seja, enunciados para a evolução e a projeção social.

Este período, portanto, é quando explicitam-se as mais pesadas críticas aos enunciados relacionados ao discurso do desenvolvimento, colocando-o, destacaria, em um breve período de “decadência”. No entanto, este ressurge. A incorporação de um elemento, até então, ausente no projeto moderno não apaga suas duras críticas, mas fornece-o novo fôlego. O *espaço* surge como elemento renovador do pensamento acerca do desenvolvimento. A inserção deste enunciado fertiliza o diálogo em torno deste e transforma o substrato discursivo do desenvolvimento em amplas e multifacetadas dimensões. Constituindo-se, novamente, em um ambiente interessante para os exercícios de projeção social.

É o que se pode observar em Souza (1996), que indica a necessidade de avançar para uma “teoria aberta” do desenvolvimento socioespacial, a qual poderia associar as diversas teorias e territórios em processos interdependentes, porém, autônomos, contribuindo para alcançar uma posição intermediária entre as perspectivas ocidentais universalizadoras e a construção de um conjunto plural de sociedades.

Apesar da ruptura estabelecida em parte dos pressupostos modernistas, a inserção do espaço ou território como condicionante do desenvolvimento proporcionou uma solução interessante para as relações entre o global e o local, (re)configurando-o. O hegemônico discurso do desenvolvimento passava a dividir espaço com suas versões alternativas e multidimensionais (VEIGA, 2008; ESTEVA, 2010). E, neste contexto, promoveram-se e potencializaram-se estruturas socioinstitucionais que direcionaram-se à ação em torno destas novas dimensões.

A perspectiva multidimensional do desenvolvimento permitia retomar as esperanças sobre este discurso através de sua adjetivação. E aquelas dimensões que pareciam ser negligenciadas na operacionalização histórica do desenvolvimento passaram a ocupar espaços exclusivos de teorização e organização socioinstitucional como, por exemplo, a dimensão étnica do desenvolvimento.

Não obstante, a ideia de ir de uma posição a outra melhor, as ideias e símbolos da evolução, protagonistas no desenvolvimento durante a construção do projeto moderno e, concomitantemente, do estado de bem-estar, passou a dividir espaços com discursos catastróficos e apocalípticos durante a emergência das demais dimensões do desenvolvimento, ou seja, a ideia de tentar não ir de uma posição a outra pior. A política da convivência, idealizadora do estado de bem-estar moderno, é complementada com a emergência da “política da sobrevivência”, a qual estabelece-se para dinamizar as ações nas dimensões negligenciadas pelo desenvolvimento hegemônico (ABÉLÈS, 2008).

Durante a análise das demais dimensões do desenvolvimento, transmitem-se discursos de incertezas em relação ao futuro, de prováveis colapsos ambientais, culturais, energéticos, econômicos, sociais que potencializam a estruturação de organizações socioinstitucionais internacionais dedicadas a combater tais problemas, estabelecendo o que se denomina de “política da sobrevivência”. Uma política que legitima, principalmente, a ação destes organismos internacionais em prol das dimensões negligenciadas do desenvolvimento (ABÉLÈS, 2008).

Atualmente, são muitas as dimensões relacionadas ao discurso do desenvolvimento, não cessam as interações do mesmo com formações enunciativas representativas da busca por uma posição melhor. “*The eternal challenge of development is to do better*” (CHAMBERS, 2004, p. 1). Os ideários de evolução persistem, mas agora são acompanhados pelos ideários de sobrevivência como, por exemplo, a teoria de “decrecimento” (LATOUCHE, 2009) ou a teoria do “*maldesarrollo y malvivir*” (TORTOSA, 2011) . Entretanto, neste momento, cada um toma uma pequena parte deste discurso, deixando que, cada vez mais, novos ideais permeiem o desenvolvimento.

Nesta extrapolação multidimensional do desenvolvimento, a participação tornou-se uma premissa para verificar a pertinência da realização de esforços institucionais direcionados à promoção de cada uma destas dimensões, bem como para indicar que tais esforços eram resultantes de ações menos verticais. A política da sobrevivência, neste contexto, é apenas mais um dos reflexos desta necessidade legitimatória. O fenômeno da *participação para o desenvolvimento*, neste sentido, emerge como um elemento de atração para o fortalecimento prático-discursivo destas dimensões, em que a participação das pessoas é relativamente necessária para consolidar a emergência e a reprodução das mesmas.

Para tal, é de suma importância que haja o direcionamento das pessoas para ocupar as instâncias de participação, as quais encontram-se recheadas com os simbolismos do desenvolvimento. Discursivamente, o fenômeno da *participação para o desenvolvimento* apresenta-se de forma a contextualizar a aproximação e o estabelecimento das pessoas nas distintas ocupações institucionalizadas para a reprodução destas dinâmicas discursivas, ou seja, é um fenômeno que atrai as pessoas para ocuparem-se nos modos de ser do desenvolvimento.

3.2 A dimensão étnica do desenvolvimento

Durante este processo de ressurgência e extrapolação multidimensional do desenvolvimento, um dos enunciados que mais foram atrelados ao mesmo foi *cultura*. Ao incorporar uma dimensão espacial em que deixava implícitas as questões ambientais, tornou-se latente a necessidade de discutir tal questão. Mesmo porque, já se havia identificado nesta nova fase a aproximação com os enunciados voltados ao pluralismo. Entretanto, a discussão entre cultura e desenvolvimento permeava,

não necessariamente, os enunciados referentes às questões indígenas, mas buscava, de modo geral, trabalhar com as relações entre as ideias de local, global, nacional, internacional, territorial.

Pieterse (1995) realizou aportes sobre a interação entre as culturas locais e nacionais e a ideia de desenvolvimento. Assim, ressaltou a presença de problemas emergentes do uso extremo de ambas as perspectivas, a cultura nacional, através da agressão à diversidade cultural disposta nos territórios, e a cultura local, através da manutenção de padrões tradicionais excludentes. Neste contexto, deixou a entender que, ao relacionar a ideia de cultura ao desenvolvimento e vice-versa, abriria possibilidades para adentrar numa nova fase, a qual buscaria “um novo sentido de equilíbrio entre o universalismo e o localismo” (PIETERSE, 1995, p.190), denominada por este autor como “hibridismo”.

Também discutindo as nuances alavancadas pelas afirmações que tendem a relacionar cultura e desenvolvimento, Tucker (1996) buscou elaborar outra crítica sobre esta problemática, no sentido de observar que elementos concretos realmente teriam os estudiosos e ativistas do desenvolvimento para poder trabalhar sobre esta relação (cultura e desenvolvimento). Neste sentido, o autor indicou que somente existe um superficial escopo teórico acerca do tema, o qual, em sua maioria, explicita apenas as perspectivas das organizações, que se direcionam a facilitar a disseminação do aparato desenvolvimentista, através de análises que este denomina de “studying down”. Além disso, o autor levanta questionamentos que destacam as dificuldades que estariam compreendidas em processos de “culturalização”, referindo-se principalmente como uma problemática que submerge dentro das relações de poder. Deste modo, também utilizou o exemplo de Pieterse para elaborar uma analogia sobre as relações culturais contemporâneas, as quais avançam para um processo de hibridismo, em que seus padrões variam de acordo com as relações de poder emergentes destas transações inter e intraculturais (TUCKER, 1996).

Deste modo, pode-se observar que a discussão envolvendo cultura e desenvolvimento não nos remete para elaborar uma leitura do que denominou-se aqui de dimensão étnica do desenvolvimento. Esta discussão, por sua vez, herda os enunciados de um contexto discursivo diferenciado, do indigenismo. No entanto, se visualizará que o mesmo tem um aspecto bem importante em comum, suas raízes econômicas.

Em 1928, José Carlos Mariátegui afirma em um de seus famosos ensaios que *“la cuestión indígena arranca de nuestra economía. Tiene sus orígenes en el régimen de propiedad de la tierra”* (MARIÁTEGUI, 2007, p. 26). Desde então, como se pode observar, a discussão acerca dos processos interculturais relacionados à população indígena não buscava contemplar as “origens” do problema, e sim os possíveis modelos para a sua interação com o mesmo, o qual é doutrinário para o mundo ocidental, onde a terra também pode ser apropriada e transformada em mercadoria.

Atualmente, compreende-se que os marcos iniciais para a emergência desta dimensão étnica do desenvolvimento relacionam-se, simbolicamente, com dois eventos dedicados a tratar a questão indígena nas Américas. O primeiro, em 1940, no México e o segundo, em 1949, no Peru, denominados de 1º e 2º Congresso Indigenista Interamericano. Tais eventos contaram com a participação de jornalistas, acadêmicos, artistas, escritores, entre outros personagens que se autodenominavam “indigenistas”. De modo geral, tratavam da busca pela constituição de um movimento reagente às posturas “hispanistas” e/ou “arielistas” frente a tal questão. Neste contexto, havia a intenção de elaborar estratégias que diminuíssem os efeitos negativos da interação destas populações com o já estabelecido sistema econômico mundial (VERDUM, 2006).

Deste modo, observa-se, nesta construção do indigenismo, a incorporação de um discurso para o desenvolvimento baseado em enunciados relacionados às perspectivas econômicas. No diálogo deste discurso com a questão indígena, as principais temáticas que envolviam as discussões e as propostas do denominado “indigenismo social” relacionavam-se a adoção da livre iniciativa, do lucro e da propriedade privada (DÍAZ-POLANCO, 2005).

No início da década de 1950, entra em ação o primeiro programa multilateral dirigido a trabalhar esta política indigenista clássica. Desenhado pela Organização das Nações Unidas (ONU) e conduzido pela Organização Internacional do Trabalho (OIT), o “Programa Andino” relacionava os seguintes enunciados:

desenvolvimento comunitário, moradia, serviços sociais, técnicas sócio-antropológicas, educação, saúde e saneamento e formação e capacitação de pessoal. Entre as atividades estavam, por exemplo: a construção de escolas; a abertura de oficinas de produção de artesanato; a construção e melhoria de estradas, represas e pontes; a construção e melhorias de hospitais; o melhoramento na forma de aprovisionamento de água e evacuação de águas residuais; entre outras. Ou seja, o conjunto de “ações

básicas de melhoria das condições de vida de uma população” (VERDUM, 2006, p. 54).

Portanto, contempla-se nas atividades relacionadas a tal programa uma forte explicitação de uma busca pela interação das populações indígenas com o aparato discursivo do desenvolvimento, ou seja, com os ideais de evolução e projeção social inseridos nas dinâmicas organizacionais econômico-burocráticas.

No contexto do final da década de 1960, quando ao desenvolvimento já vinculavam-se, como vimos, inúmeras críticas dirigidas a explicitar as insuficiências teórico-práticas em relação a sua capacidade de expansão global, perante a questão indígena, as críticas acentuavam-se principalmente em relação às suas características etnocêntricas.

Deste modo, se buscava solucionar este problema através de uma nova postura indigenista, a integracionista. Ao indigenismo integracionista, portanto, denotou-se inicialmente o sentido de uma proposta de superação das problemáticas etnocêntricas observadas nos ideais de seu antecessor, em que passava-se a aceitar o direito indígena de manutenção de suas características culturais dentro do amplo projeto de construção das sociedades nacionais (AGUIRRE BELTRÁN, 1984).

Neste sentido, as principais mudanças desta fase integracionista são observadas no âmbito da busca pelo consenso dos membros das populações indígenas em promover sua inclusão nas estratégias econômicas e organizacionais em ocorrência (AGUIRRE BELTRÁN, 1984). Tangenciava estas ideias, a proposta de um “indigenismo de participação” (VERDUM, 2006, p. 24), o qual subentendia-se a intenção de que os membros destas populações fossem os principais promotores de sua própria integração. Assim, *“o ‘Mercado’ aparece como o melhor ambiente para educar e disciplinar os indígenas no controle e gerenciamento do uso do dinheiro, base das relações econômicas em um mundo economicamente globalizado”* (VERDUM, 2006, p. 24).

Deste modo, para as populações indígenas elaboraram-se as primeiras propostas e condicionantes de sua participação, a qual ocorre através da construção de organizações econômico-burocráticas, denominadas de Organizações de Segundo Grau (OSG's) que, de modo geral, eram organizações comunitárias (SALVIANI, 2002). Entendia-se que este era o ponto inicial, ou um marco necessário para que pudesse haver qualquer diálogo com o desenvolvimento. Como se pode observar, estabelece-se, através da ONU, uma conjuntura organizacional que

proporcionava atrelar as populações indígenas ao discurso do desenvolvimento. Ou seja, fornecia-se às OSG's *“as condições organizativas e os conhecimentos necessários para a incorporação na prática do “espírito do desenvolvimento” – em alusão ao clássico de Max Weber”* (VERDUM, 2006, p. 83). Eu diria, proporcionava-se às populações indígenas, uma modalidade organizacional para participar das dinâmicas ou dos ritmos do desenvolvimento.

Neste período, portanto, do indigenismo integracionista, é quando se consolidam os padrões organizacionais para a atuação das organizações no âmbito do desenvolvimento em sua dimensão étnica. Com isso, este torna-se também uma dimensão fértil para ações elaboradas pelas agências de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (CID).

No entanto, a decadência do discurso desenvolvimentista atinge também o integracionismo. No ano de 1971, em Barbados, um grupo de antropólogos elaboraram um documento em tom de denúncia, declarando que as populações indígenas das Américas permaneciam em “situação colonial de subordinação, e que a política indigenista adotada pelos governos latino-americanos está dirigida à destruição das culturas autóctones” (VERDUM, 2006, p. 43). Entre estes antropólogos estavam: G. Bonfil Batalla; G. C. Cardenas; M. C. Sardi; G. Grunberg; M. A. Bartolomé, Darcy Ribeiro e Stefano Varese. Denominado de Declaração de Barbados, este documento introduziu um segundo, o qual, após outra reunião, em 1978, os “neo-indigenistas” propuseram conceitos alternativos ao indigenismo integracionista, entre estes, “etnodesenvolvimento”, “diversidade cultural”, “pluralismo cultural” e “etnocídio” (VERDUM, 2006). Este foi o Grupo de Barbados (SOUZA LIMA, 2005).

De acordo com Souza Lima (2005) e Verdum (2006), a história da elaboração e disseminação da ideia de etnodesenvolvimento está marcada por três eventos principais:

- Declaração de Barbados - Simpósio sobre “Fricção Interétnica na América Latina”, realizado em Bridgetown (Barbados), em janeiro de 1971;
- Declaração de Barbados II (1979);
- “Reunión de Expertos sobre Etnodesarrollo y Etnocídio en América Latina”, que produziu a Declaración de San José (1981).

De modo geral, os efeitos práticos principais da substituição do discurso

integracionista pelos discursos para o etnodesenvolvimento foram a incorporação mais intensa dos enunciados ambiental-culturalistas e a forte inserção das organizações internacionais e da sociedade civil ao contexto de atividades relacionadas à questão indígena, diminuindo a presença estatal.

Entre as agências mais reconhecidas no âmbito da atuação para o etnodesenvolvimento estavam: Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD); o Banco Inter-Americano de Desenvolvimento (BID); o Sistema de Agências das Nações Unidas (PNUD, FAO, UNICEF, OIT, OMS, CEPAL, UNESCO, etc.); a Corporación Andina de Fomento (CAF); o Fundo Internacional para o Desenvolvimento da Agricultura (FIDA/IFAD); o Fondo Indígena; a Sociedade Alemã de Cooperação Técnica (GIZ), o Departamento para o Desenvolvimento Internacional do Reino Unido (DFID), a Fundação Inter-Americana (IAF), a agência norte-americana (USAID), a agência norueguesa (NORAD), a Agência Espanhola de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (AECID) e, mais recentemente, a Comunidade Européia (CE) (VERDUM, 2006). A incorporação do etnodesenvolvimento aos discursos das instituições de desenvolvimento, especialmente, as transnacionais e as oficiais, é um bom exemplo da capacidade de fagocitação (cooptação) das propostas alternativas pelo discurso hegemônico, sem que isto resulte em uma reorientação radical de suas práticas. Estas instituições não aceitaram a premissa de “controle cultural” como mecanismo fundamental para a tomada de decisões, que se referia Bonfil Batalla (1995) e autodefiniram como etnodesenvolvimento qualquer projeto que se destinasse a populações tradicionais.

Em linhas gerais, podemos dizer que se desenrola nos anos 1980/1990 um encontro entre um processo de globalização “desde abaixo” com outro “desde acima”, o que possibilita a criação de “redes” e conexões “locais/globais” baseadas em “interesses convergentes”, ainda que originalmente distintos em termos de expectativas, de referências conceituais, de valores, de aporte técnico, de conhecimentos, de formas de organização social e de direcionamento político (VERDUM, 2006, p.93).

Desenha-se, com isso, um esboço do que se tornaria a convencional conjuntura organizacional que relaciona as atividades para o etnodesenvolvimento, a qual visualiza-se, atualmente, com muito mais palpabilidade. Ou seja, uma conjuntura organizacional que associa organizações internacionais, das sociedades civis e comunitárias.

Portanto, a dimensão étnica do desenvolvimento, bem como suas demais dimensões, emergem sob o contexto de ressurgência do desenvolvimento, quando

na interação deste discurso com o *espaço*, possibilita-se ao mesmo a incorporação de distintos adjetivos. Como a Fênix, o desenvolvimento ressurgiu do umbral muito mais forte, sua associação com o “*espaço*” lhe dá novas adjetivações, multiplicando suas dimensões. Torna-se assim, mais um ambiente fértil para as organizações. Para cada uma delas, o desenvolvimento terá uma dimensão apropriada para que estas, por sua vez, continuem dando forma à empresa ocidental da evolução.

As principais referências teóricas iniciais sobre a ideia de etnodesenvolvimento nas Américas vieram de Rodolfo Stavenhagen e Guillermo Bonfil Batalla. Roberto Cardoso de Oliveira aportou ao Brasil, em 1981, o debate mexicano e internacional em torno desta ideia com a publicação da “*Declaración de San José*” no Anuário Antropológico, onde, em 1985, também foi publicado o clássico artigo de Rodolfo Stavenhagen, denominado “*Etnodesenvolvimento: uma dimensão ignorada no pensamento desenvolvimentista*” (CARDOSO DE OLIVEIRA, 2000).

Já no âmbito político-operacional desta ideia, destaca-se como uma das pioneiras e principais intervenções das organizações internacionais a “*Declaração de Manual Operacional 2.34*” (DMO 2.34) sobre “*Povos Tribais em Projetos Financiados pelo Banco*”, produzida pelo Banco Mundial em 1982, a qual apareceu como um documento interno que tratava de “orientar a atuação dos funcionários do Banco nas negociações em torno do Projeto Estrada de Ferro Grande Carajás, sendo posteriormente utilizado em outras regiões do mundo” (VERDUM, 2006, p. 100). Após um período, é publicado o livro “*Poblaciones Indígenas y Desarrollo Económico. Consideraciones Ecológicas-Humanas*”, apresentando ao público externo a política do Banco acerca das populações indígenas (SALVIANI, 2002).

Também torna-se um marco operacional para as ações no âmbito do discurso do etnodesenvolvimento, a “*Convenção 169*”, de 1989, gerada pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) sobre o direito dos “povos indígenas e tribais”, em que destacam-se os enunciados pluralistas e ambiental-culturalistas no suporte de tais atividades. Verdum (2006, p. 129) ressalta que, na prática, estes documentos tendem “*a constituir formas renovadas - ou nem tão novas - de integração econômica, cultural e política dos indígenas*”.

Em 1991, após reuniões e negociações envolvendo representantes brasileiros, dos sete países mais ricos (G7), do Banco Mundial e da Comunidade Europeia, foi criado o PPG7, que buscava dar início aos seus sub-programas e

projetos de etnodesenvolvimento. Neste contexto, dois programas tornam-se marcos iniciais para as atividades referenciadas para este discurso, o *Proyecto de Desarrollo de los Pueblos Indígenas y Afro-Ecuatorianos* (PRODEPINE), no Equador, e os *Projetos Demonstrativos dos Povos Indígenas* (PDPI), no Brasil. Estes, surgem com um novo estilo para instrumentalizar a incorporação dos povos indígenas às estratégias de crescimento econômico regional; à gestão dos recursos naturais; e como ferramenta para disciplinarização do comportamento individual e coletivo destes povos (VERDUM, 2002; PALENZUELA, 2011; BRETÓN & PALENZUELA, 2014).

Como vemos, o tom da crítica relativa à emergência desta dimensão étnica do desenvolvimento é bastante ruidoso. De modo geral, propõe-se um sentido de integração dos povos indígenas ao aparato desenvolvimentista, ou seja, uma busca pela construção de uma relação de conformidade destas expressões étnicas à empresa ocidental da evolução. Assim, o contexto histórico de atividades para o desenvolvimento envolvendo tais populações atribui à contemporaneidade o seguimento das ações em torno de um ambiente herdeiro deste processo. Ou seja, uma conjuntura organizacional que relaciona organizações internacionais, das sociedades civis e comunitárias em torno dos exercícios de evolução social imersas em dinâmicas de participação, onde os enunciados pluralistas e ambiental-culturalistas são os elementos linguísticos preferidos para o diálogo (DAVIS & SOEFTESTAD, 1995).

Apesar da relativização cultural que a dimensão étnica pretende inserir nas propostas desenvolvimentistas, a maioria dos autores não destacam grandes alterações nas possibilidades emergentes das instâncias participativas em relação ao modelo hegemônico do desenvolvimento. O fenômeno da participação, no caso do etnodesenvolvimento, é permeado por características semelhantes àquelas que conformam sua versão hegemônica. Sendo assim, o fenômeno apresenta-se também como elemento de atração e direcionamento das pessoas para que ocupem-se nos modos de ser disponibilizados pelas organizações socioinstitucionais do desenvolvimento.

4 ESTUDOS ORGANIZACIONAIS E SUA HERANÇA DISCURSIVA NO DESENVOLVIMENTO

4.1 A ética organizacional do desenvolvimento

Se a ideia em torno do desenvolvimento seria ir de uma posição à outra melhor⁶, incita-se a construção de sentidos para estas possíveis melhorias e formas para alcançá-las. Quer dizer, a construção de valores, qualidades e, além disso, métodos, projetos, de modo geral, caminhos a percorrer. No caso do desenvolvimento, essas são tarefas das organizações. Entretanto, é somente a partir de sua integração econômico-burocrática que estas se tornam organizações para o desenvolvimento. Portanto, as organizações para o desenvolvimento não são qualquer tipo de organização, mas formas sociais específicas que interagem com as dimensões econômico-burocráticas das sociedades para instituir as dinâmicas do desenvolvimento. Na contemporânea fase multidimensional, as organizações, em sua interação, seriam as responsáveis por constituir as dinâmicas destas distintas dimensões.

Como veremos nesta seção, a vida organizacional vigente tem origem no desenvolvimento, (re)nasceu na modernidade como a nova estrutura social que permitia às sociedades ocidentais, nesta fase moderna, dar sequência a sua empresa da evolução.

Acompanhando a onda positivista que demarcou significativamente o paradigma moderno, introduziram-se nos mais diversos campos de conhecimento, a tendência à extrapolação dos métodos e técnicas usualmente praticados pelas ciências naturais às ciências sociais e humanas. Neste processo, constituíram-se cenários para a interpretação, também das organizações, que assumissem a metáfora dos sistemas biológicos como base principal de teorização nas ciências organizacionais.

O método sociológico e o funcionalismo alavancados por Durkheim, denotaram um sentido sistêmico às sociedades, as quais, através da reificação do fato social, adquiriram um objeto empírico e positivo passível de análises quantitativas, avançando para o estabelecimento das ideias de normalidade junto às

⁶ Lacoste (1959); Chambers (2004).

práticas sociais. Além disso, as interpretações (*a posteriori*) dos aportes realizados por Max Weber em torno da instituição do modelo burocrático, inspiraram outros representativos modelos na busca pela racionalização e eficiência, influenciando à difusão da “*crença de que a burocracia formal é um dos meios mais eficazes de atingimento dos objetivos organizacionais*” (REED, 2004, p.38).

Portanto, as leituras de Weber e Durkheim criam norteamentos e enunciados fundamentais para a emergência daquilo que conhecemos como teoria organizacional, que encontra no pensamento de Talcott Parsons e seus alunos, entre estes Robert K. Merton, importantes construções teóricas. O primeiro, avançando na idealização das organizações como uma estrutura formal e integral, em que a ação era compreendida em termos de papéis sociais, que correspondiam a determinadas funções adaptáveis para a concertação dos objetivos organizacionais, ou seja, uma extrapolação do modelo burocrático weberiano à ação organizacional. E o segundo, caracterizando-se por aproximar a ideia de normalidade ao contexto organizacional. Esta aproximação derivou da análise do ideário circunscrito no conceito de função, proporcionando, através da extrapolação do binômio durkheimiano “normal-patológico”, a instituição do binômio mertoniano “funcional-disfuncional”, que subentendia, por sua vez, as capacidades adaptativas de determinadas funções ou papéis à composição e manutenção de dado sistema (SOUZA, 2001).

Apesar de que as teorizações iniciais sobre as organizações utilizassem um viés funcionalista-sistêmico, em que os operários, vistos como seres humanos, recebiam atenções secundárias. Houve, através do processo de teorização, uma aproximação significativa ao trabalhador. Neste acercamento, inaugura-se uma perspectiva que seria fundamental para delimitar o mundo organizacional, o *cânone funcional-estruturalista*, internalizando, com isso, a tentativa de quantificar, também, as relações sociais. Mesmo que de maneira “primitiva”, o operário passou a ser entendido como ator e, neste caso, suscetível a transformações relacionais no âmbito da “firma”, passando-se a considerar aspectos relacionados, por exemplo, a liderança e a dinâmica de grupos.

De modo geral, poder-se-ia categorizar a instituição e a formação do modelo organizacional do desenvolvimento em três momentos: um breve início, em que os autores focaram na compreensão das organizações frente aos fenômenos sociais em ocorrência; num segundo, avançando para a construção de tarefas para a engenharia organizacional direcionadas às “firmas”, traçando, assim, enunciados

iniciais. E, por fim, o “processo de canonização”, quando a “firma” é adotada de maneira fiel como o modelo organizacional para o desenvolvimento.

Três décadas (1900-1930) foram necessárias, portanto, para realizar a transição entre as primeiras idealizações, com Taylor e Fayol, e a conformação de um padrão organizacional, que já compreendia a organização a partir de, no mínimo, três dimensões complementares: a estrutura, as pessoas e o ambiente, as quais, deste modo, serviam de substrato para a elaboração dos principais ideais utilizados pelo mundo organizacional na sequência deste período, correlacionando-se ao apresentar forte aproximação com a abordagem sistêmica (SOUZA, 2001).

Mas, o que explicaria esta rapidíssima transição?

Não foi somente no mundo organizacional que as coisas efervesceram-se; as sociedades conviveram, na passagem do século XIX para o XX, com transformações que mudariam de forma significativa o planeta. Entre estas, poder-se-ia elencar: a consolidação do Estado Moderno de plataforma gerencial antropocêntrica, formal e racional; a afirmação da empresa privada e de base industrial; a instituição da divisão do trabalho; o crescimento das urbanizações; a difusão da mecanização industrial e agrícola; a expansão do petróleo e o consequente uso de seus derivados plásticos; a utilização em larga escala dos insumos agrícolas sintéticos; a difusão da educação técnica; o incremento tecnológico da comunicação e transporte, como, telefonia, automóvel e aviação; o acontecimento da primeira guerra mundial; etc.

Neste contexto, observa-se como o projeto moderno associou ciência, política, religião, tecnologia, capital, recursos, símbolos e ideologia para consolidar-se como uma plataforma global de organização social. Portanto, o mundo complexificou-se, dinamizou-se, integrou-se e, deste modo, foram rápidos também os avanços perceptivos sobre as forças que interagiam com as organizações. Entretanto, nenhuma força alterou tanto o mundo organizacional, neste período, quanto a expansão do uso do petróleo e seus derivados, pois este acontecimento deu início a um modelo industrial de caráter altamente inovador, ou seja, capaz de modificar, de forma singular, o ritmo de transformações nas sociedades.

Da mesma forma, estes sucessos tecnológicos avalizavam a tecnologização do mundo acadêmico e o positivismo denotava o sentido ético ao mesmo, o qual passou a realizar sua “vontade de verdade”, mas, por outro lado, passava também a submeter-se às orientações do principal indicador de desenvolvimento, o capital.

Neste caso, era óbvia a associação entre a ciência, dentre estas a organizacional, e a empresa privada, uma das principais forças dinamizadoras dos processos capitalistas durante um período em que se consolidavam padrões compatíveis entre as plataformas estatais. Em um mundo em que o capitalismo difundia-se pelos Estados-Nações, os enunciados gerados pelo modelo organizacional empresarial amplificavam esta difusão.

Às matrizes da modernidade, deste modo, introduziam-se às distintas dimensões das sociedades, substituindo praticamente todas as plataformas dialógicas tradicionais. A subjetividade eclesiástica dava lugar à objetividade científica; a personalidade à autoridade; a religião à ideologia; a contemplação à experiência; a ascese extramundana à intramundana; e o saber tácito ao empírico. Enfim, as sociedades ocidentais passaram a gerenciarem-se através de outras bases ontológicas, as quais davam centralidade à expressão máxima das capacidades humanas em adequar os socioambientes aos seus ideários de bem-estar moderno. Assim, passava-se por um período de enorme crença sobre a capacidade de concretização do projeto moderno que, concomitantemente, transcendia aos padrões organizacionais. O reducionismo cartesiano e a máxima comtiana de ordem e progresso expressavam-se no conjunto social através da formalização, do controle e do planejamento, num mundo ocidental em que o crescimento econômico era visto, cada vez mais, como um sinônimo de desenvolvimento.

As teorias organizacionais, com isso, também assumiram estas premissas para sua cientificação e, neste contexto, prezaram pelas teorizações que complementassem suas perspectivas em torno da “firma” através de abordagens sistêmicas. A meta principal do sistema organizacional era seu desenvolvimento, entretanto, o indicador qualitativo era representado pelo crescimento econômico. *“Consequentemente, o estudo da organização foi modelado como uma ciência aplicada. Sua compreensão positivista da prática da ciência tornou-se o princípio organizador da pesquisa sobre organizações”* (REED, 2004, p. 39).

Deste modo, a ciência organizacional autodefinia-se como um espaço disciplinar bastante fechado, girando em torno das interpretações sobre as contribuições weberianas, aquelas que tangenciavam os campos da psicologia e da sociologia, e, utilizando a plataforma positivista, que atentava, principalmente, para a pesquisa aplicada. De forma geral, esta ciência seguia fielmente um momento

histórico que expressava-se na busca pela racionalização e objetivação, priorizando, portanto, determinadas perspectivas para a idealização da realidade, que atendessem, com isso, a suplantação de paradigmas associados à priorização de análises subjetivas.

O amalgame difuso entre psicologia aplicada, sociologia e relações humanas foi dirigido a resolução de problemas, [...] os parâmetros de pesquisa de campo legítimos foram definidos pela intersecção entre um entendimento particular de Weber e um entendimento particular da ciência (REED, 2004, p.39).

Portanto, a ciência organizacional delimitava-se a si própria para tornar-se uma ciência aplicada destinada a contribuir para a gestão das organizações modernas. Estas assumidas opções ideológicas enfocaram-se nos valores culturais norte-americanos, que, no período pós-guerra, promoveram energicamente a difusão do capitalismo inserido à instituição indiscutível da propriedade privada. *“A autoridade da ciência confirmou a validade do conceito americano de administração e propriedade e impregnou a ciência organizacional com uma falsa universalidade”* (REED, 2004, p.42).

O cânone construído pela ciência organizacional nesta fase moderna delimitou de forma significativa à inserção de problemáticas às discussões acerca das organizações, padronizando-as. Assim, o modelo burocrático referenciava a condição existencial e as matrizes dialógicas organizacionais, enquanto que, simultaneamente, as relações mercadológicas e econômicas indicavam a qualidade de seus processos. Ao discurso do desenvolvimento, então, atrelaram-se os enunciados organizacionais que, embora não tenham sido elaborados diretamente para este, encontraram pontos convergentes na operacionalização global deste discurso.

Poder-se-ia destacar que, através das escolhas e opções ideológicas, paulatinamente, constituíram-se as organizações socioinstitucionais. Estas, por sua vez, apresentaram, através da entidade burocrática, uma condição existencial, enquanto o capital indicava o sentido de sua existência. Deste modo, as relações com o capital e com o universo burocrático influenciaram diretamente para a instituição das organizações como a forma social de diálogo no desenvolvimento.

De modo geral, a burocracia estatiza as organizações, delimita sua posição, seu espaço, controla e determina seu universo interno e externo de diálogo, dá forma, assim, a sua estratégia. Com isso, antes de qualquer coisa, para participar na

realidade do desenvolvimento, é necessário integrar-se a sua dimensão econômico-burocrática, ou seja, é necessário integrar-se às organizações.

Perpassa pelas organizações cultivar a empresa ocidental da evolução, assim, perpassa por estas também, trabalhar a filosofia desta empresa, bem como os caminhos para segui-la. Já observou-se que o caminho é a integração econômico-burocrática, mas qual seria sua filosofia?

Portanto, não se reconhece qualquer tipo de economia, qualquer tipo de burocracia, qualquer tipo de organização, qualquer tipo de participação, mas somente tipos específicos, os quais, de modo geral, fazem parte da herança discursiva ocidental e, supostamente, são os únicos tipos que contemplariam os níveis adequados de racionalidade, compartilhando assim, com os mitos da integração econômico-burocrática que contribuem para a sustentação do desenvolvimento. “Faça sua parte”, expressa o famoso jargão altruísta, mas uma parte que deve levar em consideração a existência de pressupostos organizacionais.

Não obstante, pode-se observar que, nesta história organizacional, houve uma mudança importante no teor discursivo, na perspectiva e na conjuntura política das organizações em seu relacionamento com o desenvolvimento. Conforme nos demonstra o antropólogo Marc Abélès, a principal mudança no teor discursivo do desenvolvimento se deu pela emergência de uma “política da sobrevivência”, a qual passa dividir a espaço com aquilo que era denominado de política da convivência, tão aclamada para conformação do Estado de bem-estar moderno. Este autor destaca que, na transição entre o breve período de decadência da ideia de desenvolvimento e seu posterior período de ressurgência caracterizado pela entrada da abordagem multidimensional, produziu-se uma marcante reformulação ou complementação político-organizacional. Aquelas dimensões do desenvolvimento que eram, até então, negligenciadas, foram abordadas pelas organizações socioinstitucionais através de um discurso apelativo caracterizado pela utilização de um viés catastrófico ou apocalíptico como, por exemplo, no tratamento dado às questões ambiental-culturalistas.

Além disso, o autor indica que, sob a influência destes discursos catastróficos, houve uma rápida estruturação estatal e global para potencializar as intervenções nos mais distintos âmbitos e problemáticas sociais, estabelecendo, assim, um espaço organizacional particular que estruturou-se rapidamente através da política da sobrevivência. Um espaço permeado, principalmente, por enunciados que

remetem a ideias de um futuro ameaçador com incerteza, precariedade, pobreza, destruição ambiental e cultural, fome, doença, etc., e que se identifica pela transferência de poder para as organizações internacionais. Organismos que, por sua vez, assumem funções de governança que competem ou complementam os Estados nacionais como, por exemplo, FMI, Banco Mundial ou OMC e também ONG's internacionais, que gerenciam recursos econômicos e influenciam sobre governos, empresas, meios de comunicação e sociedade civil (ABÉLÈS, 2008).

É neste contexto que podemos categorizar as organizações que trabalham para o etnodesenvolvimento, ou seja, a partir de uma conjuntura organizacional estabelecida sob o viés da política da sobrevivência. Uma política que lança ainda mais elementos simbólicos sobre o fenômeno da participação, atraindo as pessoas e direcionando-as para as ocupações disponibilizadas nestas dinâmicas organizacionais. Ou seja, participar do desenvolvimento é dar esperanças para a sobrevivência de territórios, ambientes, ecossistemas, nações, instituições, sociedades, culturas, etnias, etc.

4.2 A versão étnica das organizações para o desenvolvimento e suas intervenções via projetos

Em 20 de janeiro de 1949, o presidente americano Harry S. Truman pronunciou o emblemático discurso que divulgou a expressão subdesenvolvimento, constituindo um episódio histórico que pode ser considerado, simbolicamente, como o ponto de partida político-organizacional para a estruturação e operacionalização global da ideia de desenvolvimento moderno. A Doutrina Truman, já estabelecida dois anos antes deste discurso através apoio estadunidense aos países europeus para reestabelecerem-se no período pós-guerra (Plano Marshall), indicava a intenção de promover uma estrutura organizacional global capaz de levar o modelo de desenvolvimento para os demais países⁷ (ESTEVA, 2010). Em 1950, é lançado, nos EUA, o Programa Internacional para o Desenvolvimento (Act for International Development, na sigla em inglês, AID) que, logo, seria estendido às Nações Unidas através da Resolução 200/1949, que criava o *Expanded Programme for Technical Assistance*, um programa para promover ações multilaterais em prol do

⁷ Cabe destacar que esta nova estratégia política estadunidense operacionalizou-se no marco do período da denominada “guerra fria”, quando países como EUA e URSS apontavam saídas e projetos para a reorganização social no pós-guerra.

desenvolvimento (VALLER FILHO, 2007).

De modo geral, a divisão entre desenvolvimento e subdesenvolvimento, presente no discurso de Truman de 1949, pretendia estabelecer o sentido das mudanças a serem estabelecidas na operacionalização do desenvolvimento. Os países desenvolvidos estavam no ápice da pirâmide evolutiva, devendo ser seguidos como modelos e, inclusive, tutores para os países subdesenvolvidos, considerados em condição de atraso na implantação do modelo industrial típico dos países desenvolvidos (ESTEVA, 2010; FAÉ, 2009).

No contexto da política da convivência, estruturaram-se, inicialmente, as organizações socioinstitucionais que dariam forma às dinâmicas do desenvolvimento, as quais não se diferenciavam substancialmente de acordo com o país, a cultura, a etnia, o ambiente ou qualquer outro fator diferencial que pudessem apresentar o âmbito de implantação destas dinâmicas. As incidências étnicas, ambientais ou culturais que poderiam estar contidas nestas propostas de mudanças promovidas pelo discurso do desenvolvimento, por sua vez, não poderiam ser claramente reconhecidas ou identificadas. De modo geral, as dimensões étnicas e culturais eram negligenciadas quanto às suas particularidades e eram tratadas indiscriminadamente frente às propostas de cunho integracionistas. Poder-se-ia destacar que tais particularidades étnicas e culturais eram muitas vezes entendidas mais como um entrave ao estabelecimento das intervenções desenvolvimentistas do que como formas organizacionais a serem preservadas ou otimizadas. Little (2002, p. 41) comenta que para a maioria dos países, *“os grupos étnicos foram considerados como um estorvo: seja por serem supostos “vestígios” do passado assimilados na sociedade nacional, seja por serem supostos núcleos de proto-estados”*. Pensamento que, todavia, hoje, é considerado por muitos críticos teóricos do desenvolvimento como fundamentalmente presente neste discurso e que estruturalmente irradia-se através de intensas condições cotidianas, imprimindo dinâmicas como, por exemplo, as que alguns autores destacam como o fenômeno da colonialidade do poder, ou seja, dinâmicas sociais derivadas de instituições culturais historicamente constituídas (QUIJANO, 2005; MIGNOLO, 2005).

Executado na década de 1950, o Programa Andino pode ser considerado como a primeira ação multilateral direcionada aos povos indígenas, sendo instituída sob o viés da política indigenista clássica. Com isso, as metas e objetivos estabelecidos pelas propostas de mudanças não diferenciavam-se substancialmente

das políticas desenvolvimentistas e ressaltavam a necessidade de acelerar a integração com os mercados capitalistas através da adoção da livre iniciativa, do lucro e da propriedade privada (DÍAZ-POLANCO, 2005). Em termos organizacionais, o Programa Andino foi desenhado pela ONU e OIT e exigia como premissa o cumprimento e adaptação, das partes envolvidas, às diretrizes e dinâmicas econômico-burocráticas aos moldes das instituições sociais modernas. As relações organizacionais, deste modo, constituíram-se principalmente em torno do modelo que associa organismos internacionais, instituições nacionais, organizações da sociedade civil, organizações de segundo grau e empresas, configurando um padrão organizacional presente no etnodesenvolvimento até a atualidade (SALVIANI, 2002).

De modo geral, é marcante a presença dos organismos internacionais no que tange a aproximar o desenvolvimento das populações indígenas, os quais concentram suas atividades, principalmente, na promoção de discursos, captação e distribuição de recursos, capacitação e distribuição de agentes e voluntários, produção e distribuição de material de divulgação, promoção e gestão de ações para o desenvolvimento, avaliação do andamento das atividades, etc. Sob este guarda-chuva institucional internacional, apresentam-se inúmeras outras organizações que estabelecem relações com as populações indígenas para cumprir com as indicadas pressuposições discursivas. Estas relações organizacionais são, por vezes, bastante complexas e torna-se difícil para as pessoas envolvidas perceber os diversos níveis de diálogo e, mesmo, associar as forças para que os benefícios desta conjuntura organizacional sejam prioritariamente direcionados aos grupos étnicos. Como se tem observado, o grande desafio para o grupo étnico local tem sido otimizar as *“conexões que mantêm com grupos e instituições nos outros níveis - organizações não-governamentais, órgãos governamentais, agências multilaterais de financiamento, etc. - para seu próprio benefício”* (LITTLE, 2002, p. 43).

Portanto, tem-se registrado historicamente a prevalência de uma abordagem de orientação mercadológica nestas relações organizacionais, cujo objetivo central das ações de etnodesenvolvimento concentram-se em torno de uma tentativa de inserção mercadológica das etnias envolvidas (DÍAZ POLANCO, 2005; AGUIRRE BELTRÁN, 1984; BONFIL BATALLA, 1995; STAVENHAGEN, 1985; CARDOSO DE OLIVEIRA, 2000; LITTLE, 2002; VERDUM, 2006). Neste sentido, o mercado tem sido utilizado como o principal substrato das relações organizacionais e das iniciativas em prol do etnodesenvolvimento, concentrando grande parte das mesmas

no âmbito das atividades econômicas sustentáveis (VERDUM, 2006).

Cabe ressaltar que os primeiros programas de etnodesenvolvimento (Programa Andino, Prodepine, PPG7, etc.) receberam duras críticas em relação às incidências das intervenções, as quais poderiam englobar outras orientações como, por exemplo, saúde, educação, moradia, produção agrícola através de uma abordagem similar às intervenções realizadas nas sociedades nacionais. Como elemento diferencial, nestes âmbitos, a presença dos “antropólogos do desenvolvimento” era entendida como mais uma ferramenta para a integração destes grupos étnicos em tais intervenções. Desta forma, a administração nacional foi assumindo o controle sobre as demais dimensões intervencionadas, enquanto as ações de etnodesenvolvimento direcionaram-se para o âmbito das atividades econômicas sustentáveis, onde o mercado aparecia como dimensão dialógica de caráter multicultural (VERDUM, 2006).

Com isso, a principal diferença em relação ao modelo hegemônico de desenvolvimento tem sido a peculiaridade de se admitir aproximações mais “relativistas” em relação ao mercado e às atividades econômicas, em que os grupos étnicos possam paulatinamente absorver suas dinâmicas. As conjunturas organizacionais, neste contexto, têm experimentado diferentes formas de relacionamento com o mercado e, além disso, têm observado a presença de alguns perigos inerentes a esta conjuntura.

Por exemplo, em avaliação realizada nos “Projetos Demonstrativos Tipo A” (PD/A – PPG7), Little (2002) registrou a presença de alguns “micro-modelos de relacionamento com o mercado”, entre os quais destacou o:

- fortalecimento das atividades de subsistência;
- estabelecimento de economias paralelas (subsistência + mercado);
- terceirização das atividades produtivas com fiscalização por parte do grupo local;
- controle total do processo econômico para parte da organização local;
- criação de um valor econômico étnico para seus produtos.

Não obstante, cabe destacar que a maioria dos casos concentra-se em torno dos três primeiros micro-modelos, sendo escassos os casos de controle total do processo econômico e de criação de um valor econômico étnico, este último com apenas um caso registrado (LITTLE, 2002).

Deste modo, alguns autores têm enfatizado a presença de alguns perigos

derivados da utilização da abordagem mercadológica através da conjuntura organizacional estabelecida para as ações de etnodesenvolvimento, os quais incidem, principalmente, sobre os preceitos da autonomia cultural, provavelmente, atraindo consequências negativas para o desenvolvimento de suas características étnicas. Observam-se três perigos de maior iminência neste contexto.

O primeiro perigo refere-se a cooptação dos grupos étnicos locais por organizações e forças maiores em que os mesmos estão inseridos em conjunturas políticas e econômicas de tal forma que acabam perdendo o poder de decisão e ação dentro da mesma (LITTLE, 2002).

O segundo perigo emerge da modalidade de diálogo organizacional que tem sido chamado de “projetismo” e, conseqüentemente, estabelece os “dilemas do projetismo”. Tal modalidade de diálogo organizacional prevê que o trabalho acerca de diversos discursos seja “traduzido” em um documento denominado “projeto” que será apreciado para a aprovação ou não dos recursos e financiamentos distribuídos por programas governamentais, organismos internacionais, fundações, ONG's, etc. Segundo Little (1998) e Pareschi (2002), a modalidade de diálogo organizacional apresentada pelo projetismo é de caráter puramente ocidental, burocrática, modernizante e dispõem de um viés “curtoprazista” na forma de abordar os problemas cotidianos de um grupo étnico determinado. Assim, a busca pelo cumprimento das exigências do “projetismo” pode ser a fonte principal para muitos conflitos internos nestes grupos.

Já o terceiro perigo inerente ao estabelecimento destas relações e conjunturas organizacionais no etnodesenvolvimento consiste na emergência de um novo tipo de “paternalismo” que deriva, principalmente, da monopolização do poder por parte de algumas instituições e organizações, em que os grupos étnicos podem perder o total controle de seu território, das relações internas e externas, tornando-se exclusivamente dependente de alguma destas organizações, convivendo, assim, em situação de tutela⁸ (BAINES, 1994 *apud* LITTLE, 2002).

Portanto, pode-se perceber que em torno da dimensão organizacional do etnodesenvolvimento podem ser observadas algumas problemáticas importantes no que se refere à operacionalização deste discurso. Fatos que demonstram como é difícil operacionalizar o desenvolvimento e, simultaneamente, cumprir com o

⁸ Para contextualização deste tipo de perigo e de sua incidência na expropriação do controle de um projeto originalmente proposto por uma organização indígena, verificar a análise do projeto PRODECO, no Equador, realizada por Palenzuela & Olivi (2011).

compromisso de preservar a autonomia cultural. O jogo colocado sobre o tabuleiro não pode abrir mão de suas regras econômico-burocráticas – da inegociável filosofia administrativa - fundadoras do mesmo, conseqüentemente, o conhecimento destas regras e as fichas da participação não se distribuem uniformemente, ademais, seus próprios jogadores não apresentam objetivos comuns. Neste sentido, trata-se de um jogo bastante caótico que nem sempre os grupos étnicos são os principais beneficiados.

A temporalidade da participação introduz dinâmicas variadas que devem ser conjugadas pelas pessoas que nelas ocupam-se. De modo geral, vão condicionando-se as possibilidades que emergem das experiências participativas, vão delimitando-se as práticas desenvolvimentistas. O fenômeno da *participação para o desenvolvimento*, mais do que atrair as pessoas para diretamente interagirem em um diálogo político aberto, apresenta possibilidades de ocupação em que o diálogo é bastante delimitado. Ao menos é o que o estudo destas experiências vêm demonstrando aos que se dedicam a tal, indicando, inclusive, que tendências conjunturais perigosas podem resultar das mesmas.

Participação e desenvolvimento encontraram-se após uma longa trajetória discursiva e prática por caminhos bastante distintos, contudo, a convergência entre as suas rotas estabeleceram formas peculiares de abordá-los. A participação exigia uma nova premissa às estruturas do desenvolvimento, que a operacionalizou a sua maneira, transformando também aquilo que era conhecido acerca da própria participação.

As organizações socioinstitucionais do desenvolvimento necessitavam das pessoas e não pouparam esforços para atraí-las, iniciando um processo de valorização do uso deste conceito que influenciou tanto a instituição das novas modalidades participativas, como a ressignificação da mesma em relação à polaridade conceitual que a colocava em oposição à representação. Iniciou-se, portanto, um processo *lato sensu* de construção conceitual e ideal sobre a participação que não considerou, de forma integral, os elementos que no debate *stricto sensu* caracterizavam seu ideário.

Apesar desta transformação, a operacionalização dos enunciados participativos pelas organizações socioinstitucionais dedicadas ao desenvolvimento não deixou de aportar esperanças discursivas de que tais organizações atentavam para a instituição de formas de diálogo social menos impositivas. De acordo com

Sangreman & Santos (2012), o processo de valorização da participação associado à abordagem multidimensional do desenvolvimento compôs o cenário para a emergência de um novo paradigma para a CID, o “paradigma da eficácia da ajuda” ou “paradigma do *Monterrey Consensus*”. Distintamente dos dois paradigmas anteriores - “dos projetos setoriais” e “do ajuste estrutural”⁹ - o contemporâneo “paradigma do *Monterrey Consensus*” caracteriza-se pela atenção às demais dimensões do desenvolvimento e, principalmente, pela necessidade de contar com instâncias de valorização da participação.

9 Tais paradigmas serão melhor explorados a partir da página 106 desta tese.

5 PARTICIPAÇÃO E DESENVOLVIMENTO

5.1 Nuances históricas da emergência dos enunciados participativos no âmbito do discurso para o desenvolvimento

Inicialmente, poder-se-ia destacar que se tentará aqui descrever sobre as nuances dos processos que conduziram a que a ideia de participação se tornasse um dos enunciados operacionais do desenvolvimento no âmbito da democracia representativa. Emergente da década de 1960, este enunciado passa a referenciar-se como uma proposta para superar as problemáticas relativas à aplicação de políticas de transformação social de “cima para baixo” (CHAMBERS, 1992). Assim, paulatinamente, torna-se um ícone para a instituição da democracia, em que deixa implícito ou busca representar a ideia de que o desenvolvimento pode ser operacionalizado através do diálogo social (JACOBI, 1999).

Os principais modelos estatais que sucederam o fim da segunda guerra mundial, Estado de bem-estar, desenvolvimentista e socialista compartilhavam, de modo geral, com padrões de gestão organizacional centralizados, apesar de os dois primeiros apresentarem a abertura tanto para as organizações públicas quanto privadas, diferenciando-se dos casos socialistas, que apenas reconheciam organizações públicas. As decisões organizacionais, neste período, seguiam um padrão centralizador, no sentido de atender prioritariamente a reprodução técnico-burocrática que garantia os direitos sociais na promoção do desenvolvimento econômico (FINOT, 2001).

A ideia de participação passa a ser tratada, através deste enunciado, principalmente no âmbito dos processos de modernização tardia, ou seja, quando os enunciados econômicos acerca dos discursos para o desenvolvimento são alvos de severas críticas e, ainda assim, seguem sendo operacionalizados. Em uma atmosfera de “recrudescimento da guerra fria”¹⁰, os enunciados participativos surgem como uma ferramenta à modernização tardia, no sentido de potencializar a legitimação dos processos de transformação através de um caráter menos centralizador. Segundo Jacobi (1999), a questão da participação insere-se nas discussões internacionais sobre o desenvolvimento na década de 1960, recebendo maior ênfase na década de 1970, quando fortalecem-se “as *propostas alternativas*

10 Diesel & Neumann (2010, p. 251).

de desenvolvimento e da desilusão com relação à própria capacidade do Estado de controlá-lo e planificá-lo” (JACOBI, 1999, p. 35).

Neste contexto, as experiências mais marcantes de uso dos enunciados e aplicação de ferramentas participativas se deram, inicialmente, no âmbito da tardia modernização agrícola da década de 1970, em países da Ásia, África e das Américas. Em um momento em que os enunciados ambiental-culturalistas passaram a permear o discurso para o desenvolvimento, complexificando a legitimação dos processos de modernização. Neste sentido, a participação foi utilizada para complexificar o diagnóstico acerca dos sistemas rurais na intenção de diminuir as problemáticas resultantes das transformações da modernização. A ideia central era construir atmosferas em que as populações locais, e não “as pessoas de fora”, fossem promotoras de suas próprias transformações (CHAMBERS, 1992). Além disso, emergia como uma proposta alternativa à atuação centralizadora do Estado (FINOT, 2001).

Com isso, através da participação denotou-se e cultivou-se também um significado de oportunidade e esperança de que as decisões para o desenvolvimento pudessem ser compartilhadas através do diálogo social. Componente que levou tais enunciados a ser utilizados com bastante frequência pelas organizações relacionadas ao desenvolvimento comunitário, com as correntes dialógicas, nos processos de tomadas de consciência estimulados por Paulo Freire, entre outras (CHAMBERS, 1992).

A participação popular se transforma no referencial de ampliação de possibilidades de acesso dos setores populares dentro de uma perspectiva de desenvolvimento da sociedade civil e de fortalecimento dos mecanismos democráticos, mas também para garantir a execução eficiente de programas de compensação social no contexto das políticas de ajuste estrutural e de liberalização da economia e de privatização do patrimônio do Estado (JACOBI, 1999, p. 32).

Deste modo, na medida em que a democracia pluralista incrementava-se, os enunciados participativos tornavam-se indispensáveis nas ações para o desenvolvimento, pois, através dos mesmos, ficavam implícitos sentidos de concretização dos processos de integração econômico-burocrática que resguardassem a pluralidade cultural das sociedades. Já na década de 1990, estes enunciados deixaram de ser entendidos como uma busca para os processos de transformação para o desenvolvimento, tornando-se premissas. A participação tornou-se uma necessidade para a legitimação do discurso para o desenvolvimento,

principalmente, no que tange as ações organizacionais em torno de comunidades rurais, populações tradicionais e povos indígenas.

É neste âmbito que estes enunciados ganham amplitude, a participação mostra-se como uma ferramenta que potencializaria o encaminhamento de soluções às dificuldades locais sem derivar na simples adoção de modelos externos, prometendo atacar, com isso, as problemáticas derivadas da relação entre os enunciados ambiental-culturalistas e o desenvolvimento.

Na discussão sobre o desenvolvimento, por exemplo, abordagens relativistas lentamente foram ocupando os espaços deixados por um evolucionismo em crise, sustentando discursos em defesa da democratização - da “participação”, agora percebida como estratégia para assegurar poder aos indivíduos e coletividades na definição da natureza das mudanças sociais a serem perseguidas (DIESEL & NEUMANN, 2010, p. 250).

Neste sentido, o fenômeno da participação insere um marcante arcabouço simbólico que aporta esperanças de otimizar as democracias com possibilidades participativas, as quais denotavam a ideia de uma maior permeabilidade social nas estruturas desenvolvimentistas.

5.2 As condições participativas e suas tipologias “*top-down*”

Portanto, denota-se à participação a possibilidade de co-construção das transformações sociais em que o cidadão também poderia exercer o controle sobre as transformações em ocorrência. Esta ideia, assim, torna-se um enunciado operacional renovador para a democracia. O qual, segundo alguns autores, poderia ser entendido de duas formas: “participação em” ou “participação sobre” (PATEMAN, 1992; DAHL, 2001; SANTOS & AVRITZER, 2003; CORNWALL, 2008; SALM & MENEGASSO, 2010).

A primeira significa ser ou ter parte na comunidade para decidir sobre algo que é do interesse de todos. Já a participação sobre dá a ideia de controle, tipificado pelo caso da participação na comunidade para exercer o controle social sobre as atividades do poder público. Em qualquer um desses casos, quando dirigida à construção do bem comum e à estabilidade da sociedade, a participação é entendida como uma ação legítima a ser exercida pelo cidadão. A participação também é necessária para proteger a liberdade, desenvolver a democracia e permitir o equilíbrio psíquico do cidadão (SALM & MENEGASSO, 2010, p.4).

Poder-se-ia colocar que, neste contexto, à participação designa-se um sentido panaceico frente aos problemas derivados da relação entre o desenvolvimento e o

sentido da existência pessoal. Com isso, eleva-se ao extremo um sentido sistêmico da interação entre as formas de organização social, o qual indica uma ideia de interação permanente entre a existência pessoal e a organização social para o desenvolvimento.

Os enunciados participativos tenderam a incorporar significados que atribuem uma ideia de intrinsecidade entre a existência pessoal e as formas organizacionais para a ação pública. A qual desenha para tal enunciado, significados bipolares em que, em um extremo o indivíduo é manipulado enquanto no outro, é este quem manipula. As principais tipologias acerca da participação tendem a realizar-se através de análises escalares destes enunciados e compartilham a interpretação de que o uso do mesmo referencia-se através dos processos de legitimação para as ações organizacionais (SALM & MENEGASSO, 2010).

Dentre os autores que construíram tipologias acerca da ideia de participação, o comum foi o entendimento da mesma através da análise escalar. Arnstein (1969) descreveu sua tipologia na forma de uma escada em que entre o degrau mais alto e o mais baixo destacaria, respectivamente, os seguintes tipos de participação: controle do cidadão sobre o estado; poder delegado ao cidadão; parceria com o cidadão; consulta; informação; pacificação; manipulação.

Em Pretty (1995) observa-se similar tipologia, em que este descreve sua escada colocando entre o ponto mais baixo e o mais alto os tipos de participação como: manipulativa; passiva; por consulta; por incentivo; funcional; interativa; automobilização.

Já White (2000) é mais generalista, destaca apenas quatro tipos de participação, também de modo escalar, colocando entre o ponto mais baixo e o mais alto os seguintes tipos: nominal; instrumental; representativa; transformativa.

Além disso, Salm & Menegasso (2010) avançam, ainda mais, sobre estas tipologias, construindo outra. Mantendo o padrão da análise escalar, são interrelacionadas as três tipologias supracitadas. Entretanto, no caso destes autores, há uma explicitação ainda maior da crença na ideia de uma integração indissociável entre o sentido da existência pessoal e as formas de organização social. Então, os autores elaboram sua tipologia através da extrapolação da ideia de participação para a construção de "*modelos de coprodução*". Ou seja, ressaltando a impossibilidade de haver uma separação entre o sentido da existência pessoal e as formas organizacionais, assim, colocam em sua tipologia não mais tipos de participação,

mas “*modelos de coprodução*”. No entanto, não deixam de compartilhar com as propostas escalares dos primeiros tipólogos da participação, indicando entre as expressões inferiores e superiores da participação, respectivamente, cinco “*modelos de coprodução*”: nominal; simbólica; funcional; representativa com sustentabilidade; para a mobilização comunitária.

A participação, nestas tipologias, é sempre vista como uma reação a algum agente externo, nestes casos, as organizações socioinstitucionais governamentais, internacionais, das sociedades civis e de segundo grau, persistindo a questão sobre o porquê da participação necessitar sempre de um balizamento em relação a algo? Pode-se perceber, então, que há pressupostos ideológicos por trás da construção das tipologias. Os agentes externos são sempre vistos como necessários, colocando as experiências participativas em um feixe complexo de relações com tais agentes. São estas características que permitem-nos categorizar as críticas participativas em dois grandes grupos de discussão, *stricto* e *lato sensu*. A participação, em seu sentido amplo, traz esperanças de que a democracia representativa pode ser permeada pelo povo de forma mais direta, diminuindo os paradoxos da representação sem promover qualquer ruptura com a inegociável filosofia administrativa que estruturou as organizações socioinstitucionais para a operacionalização dos modelos vigentes. Portanto, em seu sentido amplo, a participação não exige a revisão sobre os contratos sociais que atualmente vigoram e, de maneira reformista, é introjetada nas agendas sociopolíticas para otimizar as experiências representativas, onde é enormemente valorizada.

Como observa-se, a participação passa, portanto, de necessidade à premissa. A resignificação e a reformulação do discurso para o desenvolvimento proporcionadas pela aproximação do mesmo ao *espaço* promoveu a associação dos enunciados ambiental-culturalistas. O que possibilitou a relativização necessária para a amplificação do desenvolvimento através da apropriação de novas dimensões, em que praticamente toda ação social humana passou a ser atrelada ao desenvolvimento. Os enunciados participativos, por sua vez, reforçam a ideia de uma relação indissociável entre o sentido da existência pessoal e as formas de organização social. De modo geral, em um extremo você é co-gestor e no outro você é gerido (é um recurso, um objeto).

Frente a este contexto, observa-se a tendência de “valorização da participação” (DIESEL & NEUMANN, 2010). Ou seja, frente aos processos

organizacionais para o desenvolvimento, a participação torna-se um enunciado que atribui uma dimensão qualitativa para a legitimação destes processos. O desenvolvimento que, até então, era alvo de infinitas críticas por priorizar apenas dimensões quantitativas, principalmente relacionadas às matrizes econômicas, ganha fôlego ao atrelar uma dimensão qualitativa positiva, a participação. Assim, este enunciado passa a ser valorizado nos processos organizacionais, onde fica implícita a ideia de que, quanto mais elevada a atuação social na escada da participação, melhor é a qualidade destes processos.

A partir destas mudanças paradigmáticas amplas, valorizadoras da “participação”, práticas sociais são problematizadas e renovadas, sobretudo quando já eram percebidas como limitadas, não atendiam mais as expectativas criadas em torno delas. Assim, a participação passa a se constituir fator de renovação das práticas sociais, assumindo caráter multifacetado [...] (DIESEL & NEUMANN, 2010, p. 250).

Conforme destacam Diesel & Neumann (2010), são observadas pelos menos três formas de valorização da participação: **na gestão pública**, que buscaria fertilizar, mais diretamente, os processos de democratização através, por exemplo, da construção de instâncias para a participação ou do fortalecimento das organizações da sociedade civil¹¹; **nos processos de geração de tecnologias e na assistência técnica**, que compreenderia, de modo geral, a renovação das abordagens relativas à construção de tecnologias e da resolução de problemas no âmbito da pesquisa agropecuária como, por exemplo, a ideia da co-construção de inovações¹²; e, por fim, **nas intervenções via projetos**, que relacionaria as intervenções direcionadas, principalmente, as variadas dimensões desenvolvimentistas como, por exemplo, ao desenvolvimento rural e ao etnodesenvolvimento incluindo, nestes casos, populações rurais, tradicionais e povos indígenas inseridas em conjunturas organizacionais voltadas à execução de intervenções via projetos¹³. Esta última, por sua vez, relacionando-se diretamente com o presente projeto de tese e que tentaremos explorar mais detidamente na seguinte seção.

A valorização da participação em seu sentido amplo conformou novas formas

11 Finot (2001) dá ênfase a esta questão em “*Descentralización en América Latina: teoría y práctica*”.

12 Ver maiores detalhes em Sabourin (2006).

13 Uma forma de intervenção amplamente utilizada pelas agências de CID, baseada na modalidade de projetos em que preza-se pela participação local na gestão (DAVIS & SOEFTESTAD, 1995) e onde difundiram-se amplamente as ferramentas participativas (CHAMBERS, 1992; 2004; GEILFUS, 2002).

de abordar este discurso que já não opõe-se simbolicamente as dinâmicas representativas, mas sim introduz símbolos que indicam a necessidade das pessoas ocuparem-se com a gestão do desenvolvimento nas modalidades predelineadas de modo a não radicalizar suas estruturas socioinstitucionais.

5.3 A valorização da participação nas intervenções via projetos para o etnodesenvolvimento

Os mesmos enunciados ambiental-culturalistas que impregnaram fortemente o discurso para o desenvolvimento, promovendo a relativização do “projeto moderno” através da concomitante multiplicação da suas dimensões, foram, como contemplou-se, propulsores também para emergência dos enunciados participativos, os quais supriam, simbolicamente, a necessidade de uma dimensão qualitativa para tais processos.

No caso das intervenções para o desenvolvimento em territórios e povos indígenas, houve grandes esforços por parte das agências de CID, para a construção e elaboração de uma modalidade de intervenção que dialogasse com os efervescentes enunciados ambiental-culturalistas. Assim, aglutinou-se ao modo operativo baseado na “intervenção via projetos” tipicamente utilizados no período indigenista, os enunciados participativos. De modo geral, houve a substituição dos “diagnósticos rápidos de sistemas rurais (DRSR)” pelos “diagnósticos participativos de sistemas rurais (DPSR)” (CHAMBERS, 1992). Buscou-se promover a percepção de que o *“conhecimento técnico nativo (Indigenous Technical Knowledge – ITK) tinha uma grande riqueza e valor para os propósitos práticos das pessoas de fora”* (CHAMBERS, 1992, p. 17).

Portanto, a utilização de ferramentas participativas indicava, teoricamente, o incremento nas possibilidades de apropriação da população local na gestão dos processos para o desenvolvimento. Trataria-se, de modo geral, de um exercício de “engenharia social”, em que as organizações concertariam-se para atingir os objetivos associados a estes processos (CERNEA, 1995, *apud* VERDUM, 2006).

Este ideário de intervenção derivou, principalmente, das construções e teorizações elaboradas pelo destacado Grupo de Barbados e está explícito no documento denominado *“Declaración de San José”* (CARDOSO DE OLIVEIRA, 2000), onde evoca-se a ideia de etnodesenvolvimento. A qual, pressupõe a

existência de “*condições necessárias para que a capacidade autônoma de uma sociedade culturalmente diferenciada possa se manifestar, definindo e guiando seu desenvolvimento*” (VERDUM, 2006, p. 73).

O início dos processos para o etnodesenvolvimento exigiria, de acordo com Bonfil Batalla (1995, p.480), “*la capacitación de cuadros especializados dentro de los propios grupos étnicos*”, garantindo o direito a estes povos de formar quadros técnicos que proporcionassem, assim, a estruturação e a gestão das unidades político-administrativas necessárias para a gestão dos seus territórios (BONFIL BATALLA, 1995). A ideia em torno destas colocações, é que somente com a formação adequada poderia haver a apropriação dos “*conocimientos y prácticas ajenos que resulten necesarios para formar un personal de enlace entre la cultura propia y la universal*” (BONFIL BATALLA, 1995, p. 480).

Seguindo estas concepções, a “valorização da participação nas intervenções via projetos” compreendia inicialmente a estruturação das formas organizacionais através da construção de projetos em torno de “planejamentos participativos”, ou seja, o planejamento de intervenções em que necessariamente fossem utilizadas, ao menos, ferramentas participativas de diagnóstico.

Em sintonia com as abordagens relativistas, que vem substituir o evolucionismo nas concepções sobre o desenvolvimento, ao longo da década de 1980 formula-se o ideário do “outro desenvolvimento”, que aponta numa perspectiva de desenvolvimento endógeno, traduzindo e valorizando os ideais de desenvolvimento próprios da sociedade com quem se trabalha. A radicalidade democrática implicada nesta proposição, por sua vez, passa a requerer níveis de planejamento que possibilitem participação direta, com valorização das esferas da comunidade, local e territorial no planejamento do desenvolvimento (DIESEL & NEUMANN, 2010, p. 253).

Este tipo de abordagem participativa, baseada nas intervenções via projetos, foi amplamente utilizada pelas organizações internacionais de cooperação para o desenvolvimento. Propunha, de modo geral, a concertação entre organizações internacionais de CID, nacionais, não-governamentais (ONG's) e comunitárias ou de segundo grau (OSG's), conformando conjunturas organizacionais para a execução de projetos específicos. De acordo com Salviani (2002), as diretrizes operacionais para as atividades demarcadas no contexto do etnodesenvolvimento emergiram de documentos institucionais produzidos pelo Banco Mundial (BIRD), o Banco Inter-Americano de Desenvolvimento (BID), e o Sistema de Agências das Nações Unidas (PNUD, FAO, UNICEF, OIT, OPS/OMS, CEPAL, UNESCO, etc.).

Este autor destaca três documentos como marcos operacionais para as

intervenções baseadas na modalidade de projetos, os quais deixam referências para a utilização dos enunciados participativos. A “*Declaração de Manual Operacional 2.34*” (DMO 2.34) sobre “*Povos Tribais em Projetos Financiados pelo Banco*”, produzida pelo Banco Mundial em 1982; o livro “*Poblaciones Indígenas y Desarrollo Económico. Consideraciones Ecológicas-Humanas*”, publicado em 1984 e que apresentava ao público externo a política do Banco acerca das populações indígenas; a “*Convenção 169*”, de 1989, gerado pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) sobre o direito dos “povos indígenas e tribais” e que ressaltava explicitamente a necessidade do uso dos enunciados participativos nestes tipos de intervenções (SALVIANI, 2002).

Deste modo, observa-se certa centralidade das organizações internacionais na concertação discursiva da valorização da participação nas intervenções via projetos. De acordo com Salviani (2002), os primeiros documentos referentes diretamente à temática da participação para o etnodesenvolvimento partem do Banco Mundial e são compilados na coletânea “*Environment Department Papers - Participation Series*”, onde destaca-se o documento intitulado “*Participation and Indigenous People*” (Davis & Soeftestad, 1995). Neste é possível observar sucintamente a forma com que estas organizações buscam valorizar a participação.

Culturally-appropriate modes of communication are important ingredients in the design of consultation, development outreach and extension strategies. The production of materials in the vernacular languages, and the use of indigenous extension agents, are essential for the communication and introduction of new ideas and technologies in an indigenous context. Development practitioners need to give more attention to the overall issue of culturally-appropriate communication strategies, which may be one of the most important ingredients in successful participatory development projects (DAVIS & SOEFTESTAD, 1995, p. 21).

Ademais, explicita-se também referências sobre a conjuntura organizacional desejada para as intervenções via projetos, bem como as principais metas relacionadas à execução dos mesmos.

Hence, the challenges are: (a) to prepare indigenous communities and organizations to manage and use funds effectively (ie., in terms of the peoples' actual needs and values); and, (b) to ensure that those funds go directly to them. Sometimes intermediaries, such as non-indigenous NGOs or government agencies, will be needed, but the long-range goal should be the control and management of funds by indigenous peoples themselves (DAVIS & SOEFTESTAD, 1995, p. 24).

Neste contexto, as primeiras intervenções via projetos no marco do etnodesenvolvimento, propondo a valorização da participação segundo as diretrizes

destacadas pelas organizações internacionais, ocorreram na América Latina. Mais especificamente, no Equador, como o *Proyecto de Desarrollo de los Pueblos Indígenas y Afro-Ecuatorianos* (PRODEPINE), e no Brasil com os *Projetos Demonstrativos dos Povos Indígenas* (PDPI) do *Programa Piloto para Proteção das Florestas Tropicais do Brasil* (PPG7). Este, uma iniciativa que associava o governo brasileiro, o grupo dos setes países mais ricos do mundo (G7), o Banco Mundial e a Comunidade Europeia (SALVIANI, 2002; VERDUM, 2006).

Buscava-se, através da utilização das ferramentas participativas, promover um processo diferenciado para a integração econômico-burocrática dos povos indígenas e populações tradicionais. Uma outra modalidade de legitimação para a incorporação destas populações “nas novas estratégias de crescimento econômico regional; na gestão dos recursos naturais; na disciplinarização do comportamento individual e, principalmente, coletivo” (VERDUM, 2006, p. 148).

Deste modo, observa-se que através do discurso para o etnodesenvolvimento ocorre a promoção de uma convencional condição organizacional direcionada a realizar intervenções no âmbito dos territórios das populações tradicionais e povos indígenas, que associava, não necessariamente de forma horizontal, organizações internacionais, nacionais, não-governamentais e comunitárias. Além disso, prezava-se que a atuação destas conjunturas organizacionais se desse, prioritariamente, no contexto de territórios “deprimidos”, os quais eram categorizados através de uma série de indicadores que determinavam o grau de “pobreza” indígena. De acordo com Hall & Patrinos (2005), tais indicadores respeitavam a existência e acesso a:

- sistemas de educação escolar e de atenção à saúde adequados;
- serviços de assistência social;
- ao mercado de trabalho;
- um rendimento derivado do trabalho;
- infra-estrutura e a tecnologias adequadas.

Além disso, interpretavam-se as condições de acesso e o controle territorial e aos recursos naturais existentes, e as possibilidades de extração do sustento de excedentes para atender às demandas individuais, familiares e, até, comunitárias (HALL & PATRINOS, 2005).

Verdum (2006) destaca em seu estudo realizado em 76 projetos constituintes do banco de projetos denominado de “Projetos Demonstrativos dos Povos

Indígenas” (PDPI), a apresentação de fortes semelhanças com a plataforma gerencial acima citada. Ademais, o autor revela que 70% destes projetos dedicavam-se, prioritariamente, à geração e promoção de empreendimentos econômicos ou, como destaca o mesmo, “atividades econômicas sustentáveis” (VERDUM, 2006, p. 146).

Com isso, a valorização da participação nas intervenções via projetos no âmbito da atuação organizacional para o etnodesenvolvimento constituía-se, principalmente, no estímulo à participação destas populações em torno das matrizes preestabelecidas pela conjuntura organizacional. Se tratava, de modo geral, de um processo de “animação à participação” que, em muitos casos, denotava aos enunciados participativos um sentido lúdico, que se destacava pelas mediações de carácter particular; ou utilitário, quando, por exemplo, o interesse pela mão de obra comunitária estabelece as relações participativas.

As intervenções são redefinidas visando revelar/construir/implementar/avaliar projetos que sejam significativos para as pessoas envolvidas. Recorrem-se a estratégias diversas, lúdicas e criativas em diagnósticos rápido-participativos para revelação dos “sonhos”/projetos/ necessidades das pessoas envolvidas. O planejamento participativo busca, então, mobilizar, definir os caminhos e gerar comprometimento dos participantes com o projeto acordado coletivamente. O monitoramento e avaliação participativos, além de possibilitarem a correção de rumos, são percebidos como possibilitadores de aprendizagem coletiva. Assim, garantiria-se que os ideais das pessoas viessem a ser conhecidos e formalizados na forma de projetos (DIESEL & NEUMANN, 2010, p. 254).

À participação, no contexto deste tipo de intervenções, atrelaram-se diversos tipos de instrumentos, ferramentas, métodos e outros tipos de elementos dialógicos que conformassem atmosferas mais acolhedoras e incentivadoras para que as populações e/ou organizações comunitárias pudessem aproximar-se dos processos de desenvolvimento aos quais foram envolvidos e, ademais, pudessem os mesmos promovê-los.

Entendeu-se, de modo geral, que para a aproximação das populações aos processos organizacionais para o desenvolvimento seria necessária a incorporação de técnicas, posturas, enunciados e instrumentos que facilitassem a mesma. Era preciso convencer tais populações a adentrarem aos processos para o desenvolvimento, ensinando-as assim, como relacionarem-se com os mesmos, para que, em um futuro indeterminado, ficasse sob responsabilidade destas populações a promoção destes processos. No âmbito da modalidade de intervenções via projetos,

observou-se a busca pela instituição de animadores dos processos para o desenvolvimento, sob os quais ficava a atribuição de aproximar as organizações e atores comunitários a tais processos, de modo que estes pudessem incorporar e associarem-se as suas dinâmicas. Assim, os técnicos de antes, os quais incidia a responsabilidade de treinar e visitar, ganham novas atribuições que buscam potencializar ou valorizar a participação.

Além de assessor técnico, passa a ser também o mediador e animador de processos de desenvolvimento. Nessa perspectiva, ele deve ter uma sólida formação técnica (agronômica, florestal, veterinária, sociológica, etc.) e complementar seus conhecimentos com conhecimentos de outros campos das ciências, de modo que possa ter uma visão e uma atuação sistêmica e holística (CAPORAL & RAMOS, 2006, p.10).

Portanto, além das atribuições de caráter técnico, onde já ficava implícita a busca pelo doutrinação da produção agropecuária para o desenvolvimento, insere-se também, a partir da emergência dos enunciados participativos, à atribuição de promover o doutrinação em relação aos processos organizacionais para o desenvolvimento.

Diante do fenômeno temporal da *participação para o desenvolvimento*, aquilo mais descaracteriza-se é a possibilidade de uma direta intervenção dos participantes sobre as diretrizes do desenvolvimento. Por outro lado, os enunciados participativos preservam a característica marcante de promover uma forte atração simbólica para que as pessoas direcionem-se e ocupem-se com tais diretrizes. Neste contexto, um processo de valorização da participação é fundamental para que as estruturas prático-discursivas do desenvolvimento possam vigorar. Neste sentido, antes de qualquer coisa, o fenômeno da participação apresenta-se através de sua valorização discursiva como um chamado para os predelineados modos de ser do desenvolvimento.

6 OS MODOS DE SER DO DESENVOLVIMENTO E A PARTICIPAÇÃO COMO DISCURSO

“O discurso que se pronuncia é comunicação. A tendência ontológica da comunicação é fazer o ouvinte participar do ser que se abriu para o referencial discursado no discurso”.

Martin Heidegger (Ser e tempo).

Como pôde-se acompanhar na construção dos capítulos que preenchem a presente seção, a participação como discurso nos remete a pensar sobre as condições e as possíveis formas que as pessoas e, conseqüentemente, as organizações podem se relacionar com o discurso do desenvolvimento. A partir desta análise teórica, parte-se do pressuposto que o discurso da participação e seus processos de valorização produzem atos comunicativos que chamam, atraem, convidam, convocam o ouvinte para participar do ser que se abre para um determinado referencial discursado, neste caso, a referência principal para uso do discurso da participação é chamar atenção para o desenvolvimento. De acordo com o que destaca a epígrafe acima, a tendência ontológica do discurso da participação é fazer o ouvinte participar dos modos de ser do desenvolvimento (o ser que se abre para o desenvolvimento).

Durante a construção desta seção, dedicada a desvelar o fenômeno temporal da *participação para o desenvolvimento*, foi possível verificar algumas das construções e interpretações teórico-práticas que circundam, respectivamente, o discurso do desenvolvimento, seu contexto organizacional e, por fim, a emergência e o sentido amplo atribuído à participação enquanto discurso para o desenvolvimento. Pudemos contemplar, portanto, uma parte dos elementos e condicionantes que estão teoricamente dispostos para a análise discursiva disso que atualmente denominamos também de participação. Esta leitura das condições e interpretações em torno da ideia de desenvolvimento, das organizações e da participação vão dando forma às possibilidades de aproximação a estes contextos e à ideia de participação que provoca uma comunicação explícita, ao mesmo tempo, influencia para o desenho das conjunturas impessoais do desenvolvimento. É neste desvelamento da temporalidade da participação que, então, poderemos alcançar o “ente” do ser que está no modo de ser do desenvolvimento, ou seja, o ente do ser que se lança e se projeta para o desenvolvimento, em outras palavras, a parte da

pessoa que se ocupa com o desenvolvimento.

Nas elucidações teóricas realizadas nesta seção, foi possível identificar que há uma forte demarcação teórico-prática sobre as relações que circundam a ideia de *participação para o desenvolvimento*, tendo como consequência a necessidade de cumprir ou de tentar atender a determinadas exigências conjunturais para poder acessar ao desenvolvimento. Este processo de desvelamento da temporalidade da participação nos possibilita entender as articulações que estabelecem as possibilidades que se apresentam às pessoas que se ocupam com o desenvolvimento, colocando em evidência, com isso, o “ente” do ser que está no modo de ser do desenvolvimento e que, através desta interação direta, constrói significados sobre sua própria participação.

De forma simplificada, poder-se-ia colocar que o modo de ser do desenvolvimento refere-se, principalmente, a uma modalidade de ocupação da presença em que a pessoa direciona-se para participar do desenvolvimento, constituindo-se como possibilidade ôntica. A pessoa, assim, direciona-se para uma modalidade impessoal de ocupação (modo de ser do desenvolvimento) que, como vimos, contém seus próprios condicionamentos históricos e contemporâneos que a deslocam, nesta ocupação, para ser-no-mundo-com-os-outros. Em outras palavras, para enredar-se a conjuntura do desenvolvimento e experienciar a temporalidade da participação.

Não obstante, deve-se levar em consideração que as relações emergentes destes condicionamentos históricos e contemporâneos apresentados até o momento devem ser entendidos como generalidades que podem ou não permear as específicas e praticamente infinitas conjunturas que se estabelecem a partir do desenvolvimento. Deste modo, o desvelamento do fenômeno temporal da participação nos apresenta espaços temáticos de evidenciação dos modos de ser do desenvolvimento que, por sua vez, possibilita-nos objetivar o “ente” deste ser para dar forma a uma construção de significados sobre a participação de caráter não-coisificante.

A participação como discurso, abordando-a simplificada, é um chamamento para o desenvolvimento, é um chamamento para o impessoal que não pode ser entendido somente como uma tentativa de distúrbio às possibilidades da presença. A possibilidade do impessoal pode ser também reconfortante ou, como diria Heidegger, apresenta-se como uma *tentação tranquilizadora* que abre portas

temporais para a pre-sença, permitindo-a afastar-se de sua angústia existencial. “A pretensão do impessoal, de nutrir e dirigir toda “vida” autêntica, tranquiliza a pre-sença, assegurando que “tudo está em ordem” e que todas as portas estão abertas” (HEIDEGGER, 1998, p. 239).

A participação como discurso, portanto, não apresenta-se para as pessoas através de enunciados amorfos, vazios, atônitos, mas, ao contrário disto, invadem uma dimensão simbólica que se traduz na vivida e constante emergência de sentimentos, reações e interpretações. A participação, sem embargo, não é um chamamento qualquer, pois seu apelo é marcante. De alguma forma, produz um espaço de exterioridade que atrai a pessoa para responsabilizar-se por parte de um projeto coletivo e institucional e que provoca relações não somente com o próprio mundo, mas incide também sobre os mundos alheios. Assim, a participação como discurso, como aqui temos nos referido, tem sido utilizada também como uma ferramenta política de atração para o desenvolvimento, ou seja, uma prática política que produz relações de poder e organizações coletivas (FAIRCLOUGH, 2001).

Podemos observar que tanto este discurso como qualquer outro não pode ser resumido somente como um conjunto de signos que designam coisas, estes, por sua vez, constroem temporalidades e espaços de exterioridade múltiplos que necessitam ser revelados e descritos (FOUCAULT, 2008). Ao atrair ou chamar a atenção da pessoa através da comunicação, o discurso complementa a existência através de possibilidades abstratas desfragmentadoras, constroem-se *continua*, que dão sentido e significados às realidades, reconfortando a pre-sença. Neste sentido, mais do que enunciados explicativos e determinantes das realidades, os discursos são conjuntos de relações em que “*podem ser determinadas a dispersão do sujeito e sua descontinuidade em relação a si mesmo. É um espaço de exterioridade em que se desenvolve uma rede de lugares distintos*” (FOUCAULT, 2008, p. 61).

Simultaneamente, é através da problematização desta descontinuidade e dispersão do sujeito que poderemos alcançar, objetivamente, os significados atribuídos por estes a sua própria participação. A temporalidade da participação apresenta este espaço de exterioridade, um espaço-tempo simbólico e relativo que chama a atenção para o modo impessoal de ser do desenvolvimento. De modo geral, são possibilidades que se apresentam a pre-sença e a direcionam ou não para a referida temporalidade. Uma temporalidade que atrai a emergência das formas impessoais dos modos de ser do desenvolvimento.

Por outro lado, a participação como discurso promove um debate diferencial sobre as questões da impessoalidade atreladas as estruturas democráticas contemporâneas. A emergência dos enunciados participativos é potencializada em um momento em que revelam-se processos de relativização acerca dos discursos modernos, defensores da impessoalidade democrática. A participação, aparentemente, requisita certa “pessoalidade” em seu discurso. De alguma forma, estes processos de relativização discursiva influenciam para a emergência de ideias que propõem um reposicionamento da impessoalidade democrática nas relações socioinstitucionais, um tipo de impessoalidade democrática de viés participativo. Esta tênue ideia de personalidade associada à “impessoalidade democrática” fortalece-se com a valorização do discurso da participação, transmitindo uma potente, mas talvez ilusória, disposição de personalidade, conformando um tipo de “impessoalidade democrática participativa”.

O discurso da participação também pode ser entendido, neste caso, segundo aquilo que colocaram Hardy, Palmer & Philips (2000), como elemento reestruturador do discurso do desenvolvimento através do que denominaram de interdiscursividade. Os autores destacam que o contato de um discurso com outro pode ser fonte de mudanças organizacionais, principalmente, quando os discursos em interação apresentam diferenças marcantes em termos de valores, crenças e lógicas. Neste sentido, o discurso do desenvolvimento trata-se de um ótimo exemplo das influências da interdiscursividade, pois seu histórico demonstra grandes transformações na forma de ser operacionalizado e apresentado. Transformações tais que podem ser identificadas, por exemplo, através de suas adjetivações multidimensionais como, etnodesenvolvimento, desenvolvimento comunitário, social, holístico, etc.

A interdiscursividade apresentada entre a participação e o desenvolvimento tem provocado mudanças significativas nas organizações socioinstitucionais, principalmente, no que tange a possibilidade de permeabilidade social às mesmas. Não obstante, o mais intrigante e interessante para a concepção desta tese é observar como a participação permeou o discurso do desenvolvimento através de possibilidades existenciais, potencializando, com isso, a definição de seus modos de ser.

A valorização da participação na operacionalização do desenvolvimento contribuiu para a explicitação e análise das conjunturas e condições estabelecidas

em seus processos, des-cobrimdo suas temporalidades. Neste contexto, o fenômeno da participação é capaz de revelar e dar sentido aos modos de ser do desenvolvimento.

Em conjunturas muito diferentes das vivenciadas durante os totalitarismos explícitos dos séculos passados, poder-se-ia colocar, superficialmente, que, na contemporaneidade, a participação para o desenvolvimento é uma opção. Entretanto, podemos identificar que se trata de uma frágil e superficial opcionalidade, pois o modelo *latu sensu* da participação não conserva as possibilidades que não atendam as condições estabelecidas pela “inegociável filosofia administrativa”. Conforme destacam Lavallo & Vera (2011), as possibilidades que preenchiam e significavam o ideário da participação praticamente sucumbem no processo de preservação das condicionantes e referências representativas. No caso das intervenções via projetos dedicadas ao desenvolvimento, por exemplo, as opcionalidades participativas apresentam-se em dois momentos. Num primeiro momento, o grupo social pode escolher entre adentrar ou não às iniciativas do desenvolvimento, sendo que muitas vezes as escolhas se dão através de unidades organizacionais que dependem de decisões coletivas contingenciais ou consensuais. E, num segundo momento, o grupo pode optar entre algumas alternativas disponibilizadas, as quais são concebidas previamente pelas instituições promotoras do desenvolvimento.

De modo geral, é esta frágil e superficial opcionalidade que influencia para a configuração do fenômeno temporal da participação e dá forma aos modos de ser do desenvolvimento, pois é este tipo de opcionalidade que apresenta e determina, respectivamente, a conjuntura simbólica que se abre para o ser da pre-sença e os possíveis posicionamentos impessoais assumidos pelos modos de ser do desenvolvimento. A participação como discurso, neste sentido, conserva o predomínio da interpretação pública e histórica construída para o desenvolvimento. Neste sentido, é que a mesma, da forma que vem sendo utilizada, é reduzida a um chamamento, uma atração para modos de ser que estão junto-ao-mundo e aos outros, numa ocupação que dispõe de uma frágil e superficial opcionalidade. A temporalidade da participação, com isso, se abre ao ser com as possibilidades e esperanças discursivas simbólicas que circundam as ideias sobre o desenvolvimento, enquanto o mesmo, por sua vez, conserva o predomínio da interpretação pública de frágil e superficial opcionalidade.

A interdiscursividade entre participação e desenvolvimento relativiza ambos os discursos no sentido de potencializar um debate teórico e algumas adaptações organizacionais. No entanto, a participação para o desenvolvimento não supera o predomínio da interpretação pública que, por si só, *“já decidiu até mesmo sobre as possibilidades de sintonização com o humor, isto é, sobre o modo fundamental em que a pre-sença é tocada pelo mundo. O impessoal prescreve a disposição e determina o que e como se vê”* (HEIDEGGER, 1998, p. 229).

É importante esclarecer que, apesar dos paralelismos e tangenciações, a análise fenomenológica do discurso realizada aqui difere substancialmente do direcionamento tomado pelos analistas do discurso moderno acima citados. A perspectiva estruturalista do discurso, relacionada também a Michel Foucault, apresenta o discurso como abordagens epistêmico-ontológicas das realidades emergentes das relações sociais, traduzindo-se, por sua vez, em processos de significações direcionados e referências comportamentais condicionadas, estruturadores de uma ordem socialmente institucionalizada. Neste sentido, através do discurso perpassa a emergência de espaços de exterioridade e de dispersão do sujeito que, compartilhados socialmente, possibilitam estabelecer processos contínuos de reprodução e estruturação individual e social (FOUCAULT, 2007).

Foucault (2007) não poupa páginas para demonstrar como o discurso influencia para legitimar a distribuição do poder na estrutura sócio-institucional moderna. Através de sua análise discursiva do conhecimento e da loucura, o autor dissecou o discurso e o apresenta como um escopo simbólico regulador de crenças e doutrinas que sustentam grandes sistemas de exclusão. A *palavra proibida*, a *segregação da loucura* e a *vontade de verdade* são três contextualizações histórico-institucionais utilizadas pelo autor que através de uma simples extrapolação podem simbolizar os discursos retóricos utilizados para estruturar, respectivamente, sistemas legais, normativos e ontológicos.

Neste contexto, a análise estruturalista do discurso apresentada por Foucault (2007), diferencia-se do tratamento dado ao discurso nesta tese pela forma com que se refere à pessoa ou, para utilizar a expressão do autor, o sujeito. Foucault (2007) parece tentar impor, intencionalmente, uma imagem caricaturada das estruturas socioinstitucionais em que o sujeito praticamente desaparece. Não obstante, é esta mesma imagem caricaturada que transmite a ideia de uma inflexível defesa da dignidade e da liberdade da individualidade ao estilo Hannah Arendt (REALE &

ANTISERI, 2006). Fica claro que não é o objetivo do autor expor o sujeito, mas sim, demonstrar que discurso e estrutura modernos sustentam um falso humanismo e, ademais, outros tipos de totalitarismos. O totalitarismo do discurso. O totalitarismo da razão.

A presente tese, por sua vez, não discorda da leitura foucaultiana no sentido de contemplar esta forte dimensão estrutural, entretanto, intencionalmente utiliza-se de uma estratégia fenomenológica para poder explorar as perspectivas e possibilidades pessoais frente esta imensa estrutura, ressignificando fenomenologicamente os discursos. O discurso da *participação para o desenvolvimento*, como comentou-se aqui, traz esperanças sobre uma maior abertura para possíveis inferências pessoais na estrutura, motivando-nos, com isso, a estabelecer outro ponto de partida.

Neste contexto, podemos adiantar que a análise proposta pela presente tese também difere-se da *Análise Discursiva Textualmente Orientada* (ADTO) levantada por Norman Fairclough (2001). Segundo este autor, sua abordagem traça uma perspectiva sobre as condicionalidades discursivas, ou seja, “sobre as ‘regras de formação’ que definem possíveis ‘objetos’, ‘modalidades enunciativas’, ‘sujeitos’, ‘conceitos’ e ‘estratégias’ de um tipo particular de discurso” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 63). Sendo, de acordo com este autor, uma releitura metodológica da análise foucaultiana que aporta ferramentas mais explícitas para a análise discursiva. Sua explicitude, por sua vez, revela uma abordagem ainda mais estruturalista que direciona-se em sentido totalmente oposto ao aqui intencionado. Sua preocupação, como podemos ver em suas colocações, também não é a de observar as possíveis relações existenciais derivadas das práticas discursivas, pois para este autor, tais práticas são moldadas “de forma inconsciente, por estruturas sociais, relações de poder e pela natureza da prática social em que estão envolvidos, cujos marcos delimitadores vão sempre além da produção de sentidos” (FAIRCLOUGH, 2001, p.100).

Para a presente tese, enfocada em produzir uma análise fenomenológica do discurso, não há como pressupor que as práticas sociais sejam moldadas de forma inconsciente e, ao mesmo tempo, transcendem a produção de sentidos. Pois, sob este viés, são as próprias práticas sociais (abstratas ou materiais), através do direcionamento temporal do ser, que nos permitem tomar consciência e dar sentido as mesmas. Tanto uma coisa quanto a outra fazem parte da natureza humana

(HEIDEGGER, 1998). Simplificadamente, há uma busca por observar, neste contexto, que espaço ainda há para as pessoas e como estas, assim, significam suas próprias experiências participativas.

A construção de significados sobre a *participação para o desenvolvimento* somente é possível, pelas linhas fenomenológicas aqui utilizadas, pelo fato de que as pessoas, através do chamamento ou direcionamento apontado pela participação, relacionam-se com as possibilidades que se abrem à consciência e, conseqüentemente, à produção de sentidos. Deste modo, a temporalidade da participação evidencia as possibilidades de estabelecer-se nos modos de ser do desenvolvimento, uma modalidade impessoal que só pode ser significada pelas construções derivadas da consciência, da produção de sentidos e dos demais processos significativos resultantes das relações entre o mundo fenomenológico e o “mundo” cartesiano. De nenhuma forma, partimos do pressuposto de que as modalidades impessoais sejam posturas inconscientes ou despregadas de sentidos, mas do pressuposto de que qualquer direcionamento da pre-sença já aflorou algumas dimensões ontológicas, ou seja, de que já houve um redirecionamento que é continua e significativamente interpretado pela pessoa.

Estaremos na busca, portanto, de apresentar e explorar as relações significativas que são expressadas pelas pessoas que direcionam-se aos modos de ser do desenvolvimento e que, com isso, podem contribuir na construção de significados sobre a *participação para o desenvolvimento* através de suas próprias experiências nestas modalidades *lato sensu* de usos e vivências deste discurso.

7 MARCO EMPÍRICO: O CONTEXTO DE INVESTIGAÇÃO E AS CONJUNTURAS INSTITUCIONAIS

Com a busca em apresentar a construção de significados sobre a participação para o desenvolvimento a partir de seu fenômeno temporal, a investigação elaborada para a presente tese teve a oportunidade de traçar observações e realizar atividades empíricas associadas às conjunturas institucionais do desenvolvimento e do etnodesenvolvimento, vinculadas, ademais, à plataforma da Cooperação Internacional para o Desenvolvimento. Neste contexto, a experiência empírica realizada durante este estudo contou com a contribuição de pessoas relacionadas a algumas instituições associadas a este campo de atividades, bem como da comunidade local beneficiária em projetos de etnodesenvolvimento realizados através desta plataforma de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento.

Um pressuposto estabelecido através da crítica às tipologias sistêmicas da participação é de que, um dos principais problemas encontrados na construção e uso de tais tipologias está em sua característica de estabelecer uma leitura da participação enfocada somente nas práticas realizadas em “terreno”, ou seja, nas práticas realizadas junto aos beneficiários das ações institucionais. Fato que negligencia, de modo geral, a participação das demais pessoas que dedicam-se à operacionalização dos discursos institucionais, acarretando em problemas graves na abordagem da ideia de participação. Esta crítica da “ponta do *iceberg*” da participação induz a emergência de, ao menos, três problemas analíticos graves.

O primeiro problema que podemos observar claramente é a crença extrema no sistemismo, em que as pessoas, diante das propostas institucionais, não são levadas em consideração em suas possibilidades, dando margem ao estabelecimento de uma “ditadura do impessoal”, pois as pessoas invariavelmente deveriam encaixar-se nas dinâmicas institucionais. Revela-se, portanto, o problema da objetivação coisificante, em que a pessoa já está objetivada em meio ao processo institucional.

Outro problema se revela através da falta de expressão em relação à participação das pessoas que gerenciam as instituições proponentes e executoras das atividades discursivas, gerando as famosas críticas sobre as abordagens político-pedagógicas utilizadas nas intervenções institucionais como, por exemplo, “*top-down*” e “*bottom-up*”, e constituindo aspectos ontológicos e teóricos com

pressupostos verticalizantes, formadores de escalas sociais e contraditórios em suas filosofias sistêmicas. As pessoas que direcionam-se aos cargos diretivos das instituições, neste caso, ao não contarem com a possibilidade de expressão tendem a ser duvidosamente classificadas em um hipotético ranqueamento em relação ao seu poder de manipulação junto aos beneficiários.

Além disso, ainda poder-se-ia destacar outro problema derivado da crítica da “ponta do iceberg” da participação, de não haver necessidade de levar em consideração a expressão da qualidade da experiência institucional contemplada na operacionalização da ideia de participação. Grande parte da experiência institucional não é reconhecida e analisada em termos de participação e, neste sentido, há uma inegociável filosofia administrativa que está etereamente posicionada em um espaço que não dialoga com os possíveis aspectos culturais ou simbólicos presentes na ação institucional.

Neste contexto, permanecem as incógnitas relativas à participação no que tange a toda esta parte submersa deste *iceberg*. Em linhas gerais, sob os sonhos de construir no “terreno” os discursos institucionais, estão escondidos elementos que dão formas e significados para experiências pessoais diversas. Deste modo, entende-se que a operacionalização do desenvolvimento envolve preocupações experienciais próprias que deixam lacunas em sua busca por transferir energia para a parte aparente deste *iceberg*. Necessitamos, portanto, de instrumentos para abordar o conceito de participação através de uma análise crítica mais rigorosa, em que fosse possível estabelecer uma avaliação conceitual que colocasse em evidência tais experiências pessoais em seus diversos campos e conjunturas de ação, desvelando detalhes deste fenômeno que aporta tantas esperanças sobre as possibilidades da democracia.

Com este propósito, a experiência empírica desta tese direcionou-se para a tentativa de observar o fenômeno da *participação para o desenvolvimento* em torno da rede que conforma aquilo que se conhece como Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (CID). Uma rede bastante complexa, visto que está composta por uma variedade institucional significativa que é ocupada com uma ampla gama de atividades e experiências, entretanto, que estruturam-se atualmente em torno daquilo que é chamado de “paradigma do *Monterrey Consensus*” (SANGREMAN & SANTOS, 2012).

De acordo com Sangreman & Santos (2012), a cooperação internacional para

o desenvolvimento operacionalizou-se historicamente através de três paradigmas:

- o paradigma dos projetos setoriais, centralizado no apoio a construção das plataformas estatais de desenvolvimento setorial;
- o paradigma do ajustamento estrutural ou “*Washington Consensus*”, direcionado prioritariamente à promoção de programas de estabilização das economias estatais;
- o paradigma do “*Monterrey Consensus*”, que sob as duras críticas aos paradigmas centralizadores anteriores, propôs uma agenda de pluralização institucional e participação social na gestão das políticas de cooperação para o desenvolvimento.

Neste terceiro e contemporâneo paradigma, o debate atual gira em torno das possibilidades da construção de metodologias que produzissem experiências pluralistas e participativas. Neste sentido, observou-se um direcionamento institucional para dar ênfase aos aspectos normativos de tais experiências, regulando as ações conforme as diretrizes estabelecidas neste processo normativo.

Depois da falha do *Washington Consensus* ser atribuída também à imposição de conhecimentos por parte dos intervenientes centrais do “campo” com pouca ou nenhuma atenção aos intervenientes locais, o debate actual estabelece uma inversão na metodologia, incluindo uma maior percentagem a ser executada através do apoio ao orçamento dos países receptores (SANGREMAN & SANTOS, 2012, p. 9-10).

Neste contexto de busca pela pluralidade e valorização da participação multiplicaram-se as formas organizacionais e, com isso, multiplicaram-se também as formas de abordagem da ideia de participação. Por exemplo, os dados apresentados pelo Programa da Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) demonstraram um crescimento acentuado na presença de organizações não-governamentais (ONGD's) no contexto da CID, em que o número de 13 mil organizações em atividade no ano de 1981 alcançou, em 2001, o número de 47 mil organizações (UNDP, 2002). São 47 mil organizações que, juntamente às agências governamentais de CID, provavelmente, não apresentaram qualquer incidência na construção e realização das análises escalares da participação e do que significa participar do desenvolvimento. Podemos facilmente perceber que é necessário também atentar para as diversas conjunturas institucionais que conformam as redes dedicadas a promover o desenvolvimento, ou seja, que direcionam-se para participar do desenvolvimento.

Neste contexto, percebeu-se a necessidade de estabelecer uma experiência empírica que pudesse proporcionar uma perspectiva renovadora sobre a ideia de participação. Em termos analíticos, atentou-se também para a utilização de bases metodológicas que contribuíssem para uma aproximação aos caracteres do fenômeno da participação, com vistas a expressar as relações emergentes destas experiências institucionais. E, ao longo do caminho de construção analítica, encontrou-se nas bases epistemo-ontológicas da fenomenologia um ambiente fértil para realizar a leitura deste fenômeno através de lentes analíticas que visualizassem a expressão do mesmo nas diferentes formas de ocupação com o desenvolvimento encontradas nas conjunturas organizacionais, renovando a perspectiva sobre esta ideia.

Entendeu-se que, para transcender as análises escalares e estimular a construção de significados de caráter não sistêmico, seria imprescindível explorar as distintas conjunturas que formam as redes que operacionalizam as atividades em prol do desenvolvimento. Então, se queremos saber o que é isso que estamos denominando de participação, devemos atentar para as pessoas que ocupam-se cotidianamente nestas conjunturas, vivenciando diretamente as organizações socioinstitucionais dedicadas ao desenvolvimento. Atrelado ao contexto de democracia representativa, o sentido amplo da participação deveria absorver não apenas as experiências pessoais que se desenrolam na realidade social que é intervinda, mas também nas cotidianidades institucionais que, a seus modos, promovem modalidades participativas.

O significado da participação, neste sentido, não limita-se àquilo que realiza-se no “terreno” com os beneficiários locais, podendo revelar-se também através das conjunturas institucionais que dão forma às distintas modalidades existenciais emergentes de suas cotidianidades do desenvolvimento. Os significados da participação podem ser muito diferentes em cada uma destas experiências, pois as suas cotidianidades impessoais de ocupação para o desenvolvimento refletem as diferentes possibilidades emergentes das predeterminadas conjunturas institucionais. Assim sendo, a experiência empírica deve ser realizada em realidades organizacionais diferentes para revelar as expressões das pessoas em distintos marcos de atuação como, por exemplo: proponentes, executores e beneficiários.

7.1 O estudo empírico das conjunturas institucionais de participação para o desenvolvimento

Como pudemos constatar na seção anterior, foi registrado um incremento significativo no número de organizações e instituições dedicadas a trabalhar no âmbito da cooperação internacional para o desenvolvimento. Além disso, os discursos da participação e do desenvolvimento, de modo geral, passaram a ser utilizados como elementos norteadores para grande parte das atividades de gestão social. No contexto de enorme quantidade de experiências participativas e de uma abordagem empírica geralmente direcionada ao estudo das situações de “terreno”, podemos considerar que os estudos sobre a ideia de participação encontram-se, atualmente, em fase embrionária.

O presente estudo, com isso, considerou a possibilidade de elaborar uma investigação inovadora para levantar elementos sobre a ideia de participação. Como pressupostos, resistiram as preocupações em construir uma pesquisa que não recaísse nos problemas anteriormente citados, atentando, principalmente, para escapar das tendências investigativas de produzir uma objetivação coisificante do ser, de usar a participação como um conceito de “terreno” e, por fim, de limitar o conceito de participação às perspectivas sistêmicas.

Neste sentido, o marco empírico que nos primeiros três anos de investigação estava concentrado nas dinâmicas de “terreno”, necessitou reforçar-se com as demais dinâmicas que congregam-se para conectar as redes direcionadas a promover atividades para o desenvolvimento. Além disso, as reflexões iniciais realizadas sobre a ideia de participação, em sua aplicabilidade empírica, demonstravam que as bases teóricas disponíveis para operacionalizá-la não contemplavam detalhes importantes do processo participativo como, por exemplo, o significado e o sentido da participação das pessoas nestes processos a partir de suas próprias experiências.

Neste contexto, esta experiência empírica contou com a contribuição de instituições vinculadas à plataforma da Cooperação Internacional para o Desenvolvimento, a qual convive, atualmente, com o “paradigma do *Monterrey Consensus*”. Tal paradigma tem como característica principal a busca pela pluralização e participação nas ações para o desenvolvimento e, com isso, é permeável à entrada de inúmeras e variadas organizações e instituições. Não

obstante, ainda resiste a clássica divisão dicotômica entre doadores e beneficiários, a qual se deixa lentamente dissolver neste processo de pluralização e participação. Portanto, podemos de imediato perceber que a participação pode ter significados muito diferentes de acordo com o posicionamento em que a pessoa se encontra e o modo de ser que se abre em seu cotidiano.

Deste modo, as conjunturas institucionais foram os substratos para a problematização da ideia de participação. Para esta tese foram empiricamente pesquisadas três tipos de conjunturas institucionais:

- A conjuntura dos gestores proponentes ou, resumidamente, proponentes;
- A conjuntura dos gestores executores ou parceiros locais;
- A conjuntura dos gestores beneficiários ou, abreviadamente, beneficiários.

7.1.1 Os gestores proponentes: as matrizes do desenvolvimento

A conjuntura dos gestores proponentes faz referência às conjunturas institucionais estabelecidas em países que historicamente conformam as redes de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento na condição de proponentes prático-discursivos, financiadores ou arrecadadores de recursos para realização das atividades no referido marco. Neste contexto, são encontradas organizações internacionais, estatais e não-governamentais dedicadas a concertar o campo discursivo, organizacional e prático da CID.

Neste caso, foi possível contar com a contribuição de três instituições estabelecidas em território espanhol, das quais algumas pessoas se propuseram a participar da experiência empírica proposta para esta tese. Entre estas instituições, duas são ligadas formalmente às estruturas estatais, uma delas através da comunidade autônoma (semelhante, no Brasil, ao governo estadual) e a outra através da universidade pública. Já a terceira, assume a forma jurídica de organização não-governamental, a qual está entrelaçada a uma ampla rede de cooperação internacional de caráter eclesástico.

De modo geral, foi possível constatar que as organizações destacadas por este grupo, que denominou-se de gestores proponentes, dedicam-se as seguintes atividades:

- Discussão sobre as principais políticas e diretrizes das ações para o desenvolvimento;

- Arrecadação de recursos junto a fundações, governos, iniciativa privada, pessoas físicas, captação de sócios, etc;
- Financiamento de atividades junto aos parceiros locais estabelecidos em “terreno”;
- Fiscalização contábil e burocrática através da exigência de rígida prestação de contas;
- Análise e avaliação de projetos propostos e executados encaminhados pelos parceiros locais;
- Envio de representantes, dirigentes e voluntários para acompanhamento das atividades desenvolvidas pelos parceiros locais em “terreno”;
- Promoção do voluntariado.

Organizacionalmente, pôde-se constatar também que este grupo de organizações estabelece uma conjuntura que operacionaliza-se através de uma modalidade funcional e hierárquica, onde as funções a ser desenvolvidas pelas pessoas estavam formalmente estabelecidas em estatutos e regulamentos, que determinavam também a composição e o modelo da estrutura hierárquica que deveria ser executada. Há nestas entidades, portanto, uma estrutura formal de participação, em que cada participante encaixa-se na estrutura institucional de modo a cumprir com as tarefas preestabelecidas para sua função.

A conjuntura institucional dos gestores proponentes, com isso, é determinada por uma estrutura de caráter formal e rígido, que geralmente não pode ser alterada sem uma profunda discussão interna, as quais implicam em mudanças regulamentares e estatutárias. Há, portanto, um compromisso em mantê-las e alterá-las somente através de ações que preservem sua transparência e formalidade administrativa, resguardando suas autonomias a partir de uma estrutura que atende as bases legais e constitucionais estabelecidas para as instituições públicas.

Neste sentido, tais conjunturas institucionais estabelecem um modelo organizacional burocrático e funcionalista-sistêmico, em que as pessoas participam através de ocupações que se pretendem que sejam impessoais. Assim sendo, os aspectos dinâmicos de tais conjunturas institucionais dependem, em grande parte, das diretrizes estabelecidas externamente, onde instituições normativas determinam as prioridades das ações e intervenções. Simultaneamente, é através de tais prioridades que as instituições normativas (organismos internacionais) direcionam seus recursos financeiros, constituindo influentes referências e norteamientos para

as atividades demarcadas no âmbito das conjunturas institucionais dos gestores proponentes.

Pode-se destacar como exemplo, neste contexto, a importância que recebem os distintos paradigmas da CID para o direcionamento dos esforços dos gestores proponentes. No “paradigma do *Monterrey Consensus*”, como caso atual, destaca-se a busca por estabelecer uma dinâmica pluralista e participativa na CID que, sem embargo, deve cumprir com as normativas e diretrizes estabelecidas pelas reuniões e conferências internacionais promovidas, principalmente, pela Organização das Nações Unidas (ONU). Neste caso, observa-se a vigência daquilo que foi estabelecido pela Declaração do Milênio (ONU, 2000), de onde destacaram-se os Objetivos do Desenvolvimento para o Milênio (ODM), indicando pontualmente os âmbitos de ações a que devem os gestores proponentes direcionarem-se.

Cabe aos gestores proponentes, com isso, atentar para os objetivos estabelecidos nestas instâncias internacionais de diálogo, incorporando seus discursos para construir a possibilidade de mediar a transferência de recursos através de sua conjuntura. Neste sentido, tais conjunturas trabalham como intermediárias no processo que transfere os recursos desde organismos internacionais centralizadores de recursos e países doadores para conjunturas de gestores executores ou parceiros locais e, conseqüentemente, para a conjuntura dos beneficiários. Devemos visualizar que os gestores proponentes estão, de modo geral, localizados em situação de proximidade em relação aos organismos internacionais e países doadores, constituindo uma relação de confiança interinstitucional para regular as transferências de recursos para as atividades que se pretende que sejam realizadas em “terreno”.

Não obstante, são estes mesmos gestores proponentes que são responsáveis por realizar o diálogo com as entidades que encontram-se nos locais escolhidos para que estes recursos humanos e materiais sejam direcionados. Perpassa pela conjuntura dos gestores proponentes o estabelecimento de instrumentos de gestão para que sua distribuição de recursos humanos e materiais incida naquilo que foi normativamente instituído. Constroem-se, com isso, mais regras, indicadores, sistemas avaliativos, modelos financeiros e demais ferramentas que possam contribuir para o processo de intermediação exigido para estes gestores.

Resumidamente, estes gestores trabalham como intermediários no difícil processo de transferência de recursos e gestão de projetos que pretendem-se que

sejam realizados em “terreno”. Uma complexa intermediação que gerencia discursos, recursos e intervenções de modo a concertar uma parte daquilo que denominamos de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento.

Claramente, podemos observar que há instâncias de participação dispostas por toda esta rede de CID, em que os proponentes representam mais uma das conjunturas que operacionalizam o discurso do desenvolvimento. O fenômeno da *participação para o desenvolvimento* apresenta-se de forma particular para cada uma destas conjunturas e os proponentes também deparam-se com as relações simbólicas que associam-se a este campo de intervenções. Tal temporalidade revela, com isso, um conjunto de referências que relaciona este fenômeno com elementos que provocam sentimentos, ações e interpretações que não limitam-se àquilo que circunda as cotidianidades destas pessoas, mas transmitem indicações de que suas experiências participativas realmente concertam esforços em prol do desenvolvimento de realidades sociais alheias. O fenômeno, portanto, apresenta-se de forma a atrair para os modos de ser do desenvolvimento disponibilizados pelas conjunturas dos proponentes, onde as pessoas, por sua vez, constroem e experienciam suas cotidianidades participativas, significando-as.

7.1.2 Os gestores executores: os parceiros locais

Diferentemente do ambiente de ação burocrática e institucional observado no contexto dos gestores proponentes, o ambiente dos gestores executores ou parceiros locais caracteriza-se pelo estabelecimento de práticas intervencionistas e/ou extensionistas realizadas junto aos beneficiários das políticas de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento. Não obstante, também caracteriza-se pela interação com os gestores proponentes, no sentido de atender aos requisitos exigidos por estes para que os parceiros locais adentrem às dinâmicas da CID, recebendo o apoio necessário para a realização das intervenções.

Neste contexto, os caracteres da conjuntura institucional dos parceiros locais revelam-se através das relações estabelecidas, de um lado, com os beneficiários da CID em que serão executadas as intervenções previamente planejadas. E, por outro lado, com os gestores proponentes que monitoram e fiscalizam as atividades realizadas junto aos beneficiários, exigindo para tal, um constante e completo repasse de informações sobre os procedimentos utilizados nas intervenções, bem

como uma rigorosa prestação de contas sobre os recursos disponibilizados para as mesmas.

Deste modo, estabelece-se uma conjuntura a qual, simultaneamente aos processos derivados das relações com os beneficiários em “terreno”, os parceiros locais devem poder cumprir com os requisitos estabelecidos pelos proponentes que, de modo geral, estão fisicamente posicionados em outros países, neste caso, em outro continente. Neste sentido, ao mesmo tempo em que os parceiros locais devem se estabelecer como organização formal capaz de cumprir com os requisitos exigidos pelos proponentes, estes devem também alcançar os requisitos que conformam a atração dos beneficiários para participar desta rede institucional para o desenvolvimento.

Assim sendo, a segurança institucional observada na conjuntura dos gestores proponentes não é repassada à conjuntura dos parceiros locais e, neste sentido, estes convivem com níveis de incerteza muito maiores. Tais incertezas derivam, principalmente, da necessidade de cumprir com os requisitos dos proponentes sem deixar de estabelecer, em “terreno”, os acordos construídos junto aos beneficiários. Além disso, deve-se levar em consideração que os parceiros locais são os únicos que, provavelmente, podem constituir dívidas financeiras das atividades realizadas na plataforma da CID, visto que as demais conjunturas estão geralmente atreladas as estruturas públicas ou são penalmente inimputáveis em relação aos procedimentos financeiros realizados, como no caso da maioria dos beneficiários. Perpassa pela conjuntura dos parceiros locais, com isso, estabelecer o contato entre um mundo, que se reconhece como desenvolvido, e outro, que se determina estar em processo de desenvolvimento.

No caso da presente investigação, foi possível observar, de forma imediata, a constituição de modalidades de participação nos parceiros locais muito diferentes das constatadas na conjuntura explicitada na seção anterior deste capítulo, fato que reforçou a necessidade de avançar no desenvolvimento da presente proposta de estudo. Verificou-se, portanto, que o fenômeno temporal da participação incide no direcionamento às modalidades de ocupação para o desenvolvimento que diferem-se completamente umas das outras, revelando, conseqüentemente, processos de significação dependentes das conjunturas apresentadas para as pessoas e internalizadas pelas mesmas.

A conjuntura institucional dos parceiros locais dispõe, neste sentido, de

atividades e contextos de ação particulares mas que, por sua vez, não deixam de conviver com as seguintes atribuições e necessidades:

- constituir-se e manter-se formal e burocraticamente como organização capaz de integrar a rede de CID;
- atender discursivamente os gestores proponentes para poder inserir-se ao campo da CID;
- responsabilizar-se financeiramente pelos recursos disponibilizados pelos proponentes;
- contar com diagnósticos e relações sociais prévias que permitam propor intervenções;
- disponibilizar e gerenciar corpo técnico capacitado para gerir as atribuições fiscais, burocráticas e financeiras, prestando contas de todas as atividades;
- disponibilizar e gerenciar corpo técnico capacitado e especializado para construir diálogos participativos junto aos beneficiários, respeitando suas particularidades culturais, sociais e ambientais;
- cumprir com as diretrizes estabelecidas pelos proponentes, quaisquer que sejam as mesmas;
- estabelecer relações de confiança com os beneficiários;
- realizar e acompanhar constantemente as ações pontuais estabelecidas pelo projeto ou programa de desenvolvimento;
- motivar os beneficiários para participar da construção e execução das intervenções;
- produzir, divulgar e distribuir equipamentos, cartilhas e materiais diversos que compõem o conjunto de materiais de consumo destas intervenções;
- verificar e analisar o andamento das atividades, estabelecendo sequência lógica e continuidade nas intervenções;
- apresentar-se e responsabilizar-se pessoalmente frente aos proponentes e beneficiários;
- prestar contas de todos os recursos utilizados e apresentar relatórios bimestrais, demonstrando lógica, racionalidade pragmática e planejamento no desenvolvimento das intervenções.

Com isso, podemos observar que a construção de significados sobre a participação para o desenvolvimento realizada pelas pessoas que encontram-se na conjuntura dos parceiros locais é feita através de outras referências. A experiência

da participação difere substancialmente tanto da conjuntura dos proponentes como da conjuntura dos beneficiários e, neste sentido, a participação é experienciada através de estruturas, atividades e diálogos que dão forma às vivências geradoras de significações a partir de outras bases referenciais. Produzem, deste modo, sentimentos, ações e interpretações distintos aos que podem ser observados nas demais conjunturas.

7.1.3 Os gestores beneficiários: o *Tekoha Ytu*

A terceira unidade de análise observada durante a realização deste projeto de tese foi denominada de conjuntura dos gestores beneficiários. Tal conjuntura compreende as relações que estabelecem-se junto ao espaço de organização dos beneficiários. Neste caso, este espaço de organização é denominado pelos próprios beneficiários de *Tekoha Ytu*, sendo a palavra *Tekoha* a forma guarani e mbya guarani para designar aquilo que nós, aproximadamente, chamamos de território ou espaço comunitário.

Desde 2008, o *Tekoha Ytu* vem recebendo intervenções através de projetos de etnodesenvolvimento realizados na plataforma da Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (CID) e, neste contexto, tornou-se também uma conjuntura de participação para o desenvolvimento. As pessoas da comunidade mbya guarani de Ytu, neste caso, participam de tais intervenções na condição de beneficiários.

A condição de beneficiário de projetos de CID resulta, de modo geral, de uma relação direta com os parceiros locais, onde devem emergir laços de confiança suficientemente fortes para que ambos concordem e queiram operacionalizar os discursos e atividades propostos pelos gestores proponentes. Deste modo, a conjuntura dos beneficiários é aquela que emerge diretamente do lócus ao qual se pretende que seja desenvolvido. Portanto, um espaço físico ao qual se pretende que, através de intervenções planejadas e esforços coletivos, seja potencializado, construído e conduzido o desenvolvimento.

Pelos beneficiários, com isso, perpassa a esperança de que sejam incorporados uma série de elementos propostos pelas intervenções, em que os mesmos devem:

- dialogar e acordar com extensionistas e agentes do desenvolvimento sobre a realização dos projetos em seu espaço comunitário;

- constituir-se burocraticamente para poder firmar acordos institucionais, formalizando e legalizando as intervenções;
- permitir e participar de diagnósticos e planejamentos sobre as ações a serem realizadas nas intervenções;
- desempenhar parte das ações planejadas;
- acompanhar, discutir e avaliar o andamento das atividades realizadas nas intervenções;
- receber fluxo constante de informações e indicações sobre possíveis procedimentos e atividades a serem realizadas;
- oportunizar e permitir o trânsito constante de representantes institucionais e demais pessoas relacionadas as intervenções no espaço comunitário;
- internalizar as mudanças propostas para a comunidade, etc.

Devemos considerar que espera-se que a conjuntura dos beneficiários coexista com um espaço de ampla transformação, visto que a mesma configura-se como espaço físico escolhido para que o desenvolvimento seja promovido de forma mais rápida. Neste sentido, os gestores beneficiários são aqueles que a participação exige uma predisposição as transformações estabelecidas pelas propostas de mudanças que acompanham as intervenções para o desenvolvimento.

Não obstante, também devemos considerar que tal conjuntura estabelece-se, geralmente, em um contexto em que estes beneficiários encontram-se em situação de vulnerabilidade social. Assim, as propostas de mudanças atreladas as intervenções para o desenvolvimento são particularmente tentadoras, no sentido de atrair a atenção para possibilidades de alcançar melhorias em termos de qualidade de vida que corriqueiramente não estão tão presentes em seu espaço comunitário.

Participar na conjuntura dos beneficiários geralmente implica estar em meio a um contexto em que são indicadas transformações em diversos aspectos da vida pessoal como, por exemplo, na forma de relacionar-se com o ambiente, a educação, a agricultura, a saúde, etc. Enfim, em torno dos beneficiários é que se realizam as transformações que são esperadas para o “terreno”, o espaço próprio e legitimado para que o desenvolvimento seja objetivado.

A conjuntura dos beneficiários é aquela que contempla a transformação do próprio espaço comunitário e, portanto, compreende também as formas de organização comunitária. A estrutura do *tekoha*, neste contexto, traz consigo as possibilidades que condicionam os modos de ser mbya. O *tekoha* é, conforme a

própria tradução etimológica do termo, o lugar onde se expressa a cultura (*teko*) mbya guarani. Não obstante, como conjuntura dos beneficiários é também o lugar onde será operacionalizada e experienciada a cultura do desenvolvimento.

Antes um espaço de expressão da cultura mbya guarani, o *tekoha* hoje recebe as possibilidades emergentes da temporalidade da participação, as quais colocam em evidência modalidades de ocupação projetadas para que o desenvolvimento se expresse.

O fenômeno da *participação para o desenvolvimento* apresenta-se de forma marcante para os beneficiários, introduzindo referências que indicam a emergência de outras possibilidades cotidianas para este espaço conjuntural. Ao entrelaçarem-se às estruturas desenvolvimentistas, os beneficiários entrelaçam-se também ao escopo simbólico que relaciona este discurso com esperanças de alcançar melhores situações conjunturais. Participar para o desenvolvimento, assim, é introjetar-se também ao conjunto de relações que vinculam-se à difusão e operacionalização deste discurso, abrindo os espaços comunitários e pessoais para as transformações que derivam destes processos. Como espaços de expressões culturais, *tekoha* e desenvolvimento associam-se para conformar novos sentimentos, ações e interpretações, aportando distintas possibilidades cotidianas que emergem das vivências dos beneficiários em torno dos modos de ser do desenvolvimento. É através destes processos que estas pessoas podem expressar suas significações para contribuir na construção de significados a partir de suas próprias experiências participativas.

**2ª SEÇÃO: A LIBERAÇÃO DO “ENTE” DO SER QUE ESTÁ NO
MODO DE SER DO DESENVOLVIMENTO**

8 A SEMIÓTICA DA PESSOA

“Todos os objectos das inclinações têm somente um valor condicional, pois, se não existissem as inclinações e as necessidades que nelas se baseiam, o seu objecto seria sem valor”.

Immanuel Kant (Fundamentação da metafísica dos costumes)

Mesmo neste momento de valorização das perspectivas inter/transdisciplinares, não é usual observar a utilização do conceito de pessoa em produções intelectuais. Paradoxalmente, é raro encontrar, na sociologia e na antropologia, algum debate ou trabalho que explicita sobre a utilização deste conceito nas construções intelectuais. De modo geral, a utilização do conceito de pessoa está concentrada nos trabalhos elaborados sob o cânone das tradicionais disciplinas que desenvolveram as discussões sobre o mesmo, a teologia, a filosofia, refletindo, na contemporaneidade, em aportes importantes para a teoria do discurso do direito (FERRATER MORA, 1971; GÜNTHER, 2006). Não obstante, emergem alguns estudos no campo da bioética, herdeiros do personalismo, que o atraem para dar subsídio ao debate sobre a construção dos direitos da natureza (ENGELHARDT Jr., 1998; SGRECCIA, 2002). Neste contexto, o conceito de pessoa recebeu atenção especial a partir dos estudos renovadores de ética aplicada realizados por Peter Singer (2000), em que o mesmo retoma o conceito para estabelecer uma diferenciação conceitual entre ser humano e pessoa, atentando para subsidiar as discussões da bioética acerca do aborto e das possibilidades em torno da emergência dos direitos da natureza.

De nenhuma forma, poderíamos contemplar algum tipo de abandono ao conceito em questão, entretanto, é observável, na antropologia e na sociologia, um tipo de ruptura com o mesmo, em que outras formas de tratamento ao ser humano são preconizadas como, por exemplo, indivíduo, agente social, ator social, sujeito, autor, etc. (DURKHEIM, 1999; GIDDENS, 2003; BOURDIEU, 1998; BERGER & LUCKMANN, 2001). Como podemos observar, o ser humano como unidade de análise pode ser objetivado através de um amplo conjunto de abordagens epistemo-ontológicas.

Para buscar elucidar sobre o que estamos tratando quando utilizamos o conceito de pessoa, poderíamos iniciar realizando a mesma pergunta colocada por Peter Singer: - todo ser humano é uma pessoa? No estudo da história ocidental

podemos observar que o processo de personificação era limitada a poucos, em que era comum a impossibilidade de mulheres, escravos e estrangeiros em participar deste processo. Na atualidade, ainda temos muitos casos semelhantes, em que grupos sociais e indivíduos são desprovidos de personalidade plena como, por exemplo, os indígenas brasileiros. Não é tão simples alcançar uma resposta definitiva para esta questão, mas se queremos avançar na construção de significados sobre a participação, devemos também explorar mais detidamente o conceito de pessoa, pois é esta entidade que constituiu-se historicamente como objeto para estabelecer possibilidades de ação participativa.

A antropologia filosófica nos conduz a uma aproximação com o conceito de pessoa, uma forma de tratamento que, desde o início, deixa transparecer as condicionalidades presentes na existência humana, sem deixar de contemplar, simultaneamente, o círculo que encerra o ser humano como seu próprio fim (KANT, 2007). A pessoa, neste sentido, não seria parte de um simulacro onde o ser humano é colocado completamente em evidência para estabelecer um paradigma de determinada realidade social. A pessoa, ao contrário, já é o ser social que denota ao ser humano uma ideia de inacessibilidade integral. A priori, já é uma existência condicionada que deixa transparecer uma clara distinção entre suas relações fenomenológicas e cartesianas. Esta complexidade conceitual presente no conceito de pessoa nos permite partir de pressupostos indefinidores do ser humano para tentar, simplesmente, evidenciar os distintos e, talvez, infinitos modos de ser emergentes das diversas temporalidades a qual o mesmo pode direcionar-se.

Deste modo, ao optar pelo conceito de pessoa deixa-se claro a contemplação de um ser humano imerso, como mínimo, em relações derivadas de um mundo fenomenológico e um “mundo” cartesiano. O conceito de pessoa, com isso, apenas deixa explícito que a vida humana encontra-se “mascarada” pelas temporalidades sociais e contextos que nos permitem acessar, minimamente, um direcionamento fenomenológico do ser e, ademais, de saber que nunca podemos realizar uma leitura completa e eternamente válida do mesmo (HEIDEGGER, 1998).

O conceito de pessoa nos permite escapar da tentativa falha de alcançar o ente humano, ou seja, de realizar uma objetivação coisificadora do ser humano. Nos permite partir do pressuposto de que colocamos em evidência apenas um “ente” que emerge das relações com uma das diversas temporalidades. A objetivação não coisificadora, portanto, visa liberar o “ente” que interage com o campo temático e

analítico conformado pela temporalidade em questão, neste caso, da participação. De modo geral, busca traçar uma perspectiva sobre a pessoa que emerge desta temporalidade.

Etimologicamente, a palavra pessoa é considerada uma derivação da forma grega “*πρόσωπον*” (foneticamente, *prósōpon*), cujo significado seria “máscara”. Mais especificamente, se tratava de uma máscara que cobria o rosto dos atores nas peças teatrais da Grécia Antiga, principalmente, na tragédia. Já na forma latina, derivada do etrusco, podemos observar esta mesma referenciação à ideia de máscara, contudo, contempla-se uma derivação diferenciada a partir do verbo “*persono*” (infinitivo “*personare*”), a qual incide na forma *per sona* (sonar através de algo, de um orifício, fazer ressonar a voz). Neste caso, o ator fazia sua voz ressonar através do orifício da máscara e, assim, o ator mascarado era alguém personificado, “*personatus*” (FERRATER MORA, 1971; SINGER, 2000).

Como podemos sugerir nesta leitura etimológica da palavra pessoa, a sua própria origem atribui o sentido de que o acesso de um ser humano por outro, aparentemente, está sempre permeado por “películas”, “filtros” ou máscaras que limitam o pleno e objetivo alcance ao ser humano enquanto ente. Esta ideia de inacessibilidade parece ser a grande convergência entre as diferentes linhas de pensamento derivadas das ciências humanas e sociais. A motivação para a construção de distintas nomenclaturas para a indicação do ser humano enquanto unidades de análise, por sua vez, encontra-se mais concentrada na capacidade e formas com que o ser humano apresenta para adaptar-se e interpretar as dinâmicas das realidades sociais e, simultaneamente, transformá-las. Deste modo, as divergências se constroem a partir dos pressupostos estabelecidos pelos próprios intelectuais em seus modos de direcionamento para a observação das relações humanas e de suas realidades. Por exemplo, dos pressupostos apresentados em relação aos graus ou níveis de consciência do ser humano, às formas organizacionais, às motivações comportamentais, etc. Portanto, não é incomum deparar-se com inúmeras explicações cabíveis e, muitas vezes, complementares para o mesmo caso. O que deve ser ressaltado é que, apesar da tentativa objetivadora instituída pelas ciências humanas e sociais em seu processo de modernização, a clara distinção entre os pressupostos analíticos apresentados pelas diferentes linhas de pensamento acabou por explicitar, novamente, as inclinações filosóficas presentes nestas construções científicas (HUSSERL, 1996; PEIRCE,

2012; FOUCAULT, 1999). Ao utilizar o conceito de pessoa, busca-se refletir claramente as inclinações filosóficas presentes na construção desta tese.

8.1 O conceito de pessoa

Inaugurada no século XVIII, com a publicação da *Fundamentação da metafísica dos costumes* (1785) e da *Antropologia de um ponto de vista pragmático* (1798), a antropologia kantiana discorre sobre o conceito de pessoa humana, inspirando e dando forma à construção de distintas metodologias para a interpretação das realidades sociais e da ação humana, estabelecendo, ademais, um novo período histórico para a filosofia, a contemporânea. Sua marcante contribuição reflete-se, principalmente, de sua típica abordagem dicotômica realizada também nestas duas publicações. Estas expressam os papéis fundamentais dos númenos, enquanto objetos incognoscíveis integralmente, e dos fenômenos, a parte dos objetos que se mostram ao ser. As existências práticas e pragmáticas apresentadas, respectivamente, na *Fundamentação* e na *Antropologia*, configuraram uma inspiração para a completa analítica de apresentação das relações numênicas e fenomênicas, apresentada pelos fenomenólogos. Estes trabalhos antropológicos de Kant explicitam de forma renovadora, em sua época, a constante interação entre as dimensões prática (tácita) e pragmática (empírica) como condicionantes da existência humana. Ao mesmo tempo, provocadora de uma busca de adaptação que resulta no desenvolvimento contínuo como espécie e indivíduo ou, nas palavras do autor, no progresso (KANT, 2007; CHAVES, 2009).

A pessoa humana, de acordo com a antropologia kantiana, está lançada a uma existência de apreensão parcial e temporal do mundo, a qual não suporta uma completa separação entre o tácito e o explícito, entre o ideal e o real, entre o subjetivo e o objetivo, entre a prática e a pragmática. Não obstante, tal dicotomia acaba por integrar-se no conceito de pessoa através da ideia de liberdade, que, de modo geral, estaria sempre condicionada aos ditames da natureza, mas que tenta diminuir tais condicionantes através da razão. O sujeito kantiano, com isso, somente alcança a liberdade através da regulação das inclinações naturais, processo que somente pode ser alcançado através da racionalização sobre os valores universais do ser humano.

Quase dois séculos mais tarde Sartre afirmou: - O ser humano está

condenado a ser livre. Como podemos ler tanto na afirmação de Sartre, como na antropologia kantiana, suas ideias de liberdade envolvem processos de deliberação quanto ao agir. Entretanto, aquilo o que em Kant depende de uma deliberada separação do ser humano aos condicionamentos da natureza, em Sartre aparece no próprio ato deliberativo, visto que, enquanto pessoas, estamos condenados a ser livres, ou seja, assumir a responsabilidade sobre todos os nossos atos. A conquista da liberdade através da racionalização dos valores morais proposta por Kant, após dois séculos é interpretada por Sartre, um contemporâneo da sociedade moderna e racionalizada, já como uma condenação.

A pessoa, neste contexto, é o ente que constrói-se enquanto ser social para ora deliberar (cidadão), ora cumprir o deliberado. Ser livre, neste sentido, seguiria aquilo expressado nas afirmações rousseauianas, ou seja, seria cumprir apenas as leis democráticas em que você pode participar diretamente do processo de construção. A construção da liberdade através da razão, como nos apresenta Kant, seria a expressão da razão no processo de organização social impessoal e democrática, sendo a pessoa esta explicitude existencial participante deste processo. Em outras palavras, somente a pessoa é que pode participar.

O conceito de pessoa, neste sentido, nos traduz, entre tantas coisas, uma nova empreitada instituída pelos filósofos contemporâneos com o intuito de categorizar o ser humano como ser integralmente inapreensível, não objetivável, incognoscível e, simultaneamente, em progressiva mutação intelectual, abrindo, com isso, possibilidades para a emergência das abordagens contemporâneas. Tal conceito nos retrata o ser humano através das relações entre os mundos tácito e empírico, inferindo para a construção das devidas categorias existenciais de modo a refletir suas relações. Além disso, atribui sentido para as construções discursivas possibilitando que as mesmas não sejam interpretadas somente através de lentes dogmáticas. Por fim, podemos destacar que através do conceito de pessoa estabelece-se uma clara distinção epistemo-ontológica para a (re)construção do ser humano, em que o mesmo reaparece como um ser simbólico, permeado pela natureza, pelas pessoas, pelas sociedades, pelas ideias, pelas culturas, pelas realidades e pelos discursos.

A pessoa, com isso, é uma unidade de análise que nos permite experimentar e desenvolver estas relações simbólicas, perceber e conhecer a doutrina dos signos e observar suas implicações para a construção das realidades humanas. A liberdade

kantiana, neste sentido, se resume na busca pela construção de realidades projetadas socialmente e dispostas através de discursos que configuram-se como norteamentos ou orientações existenciais universais. A liberdade refletiria, neste caso, a busca por deliberações que eliminassem os condicionamentos da natureza para imprimir orientações e projeções humanas à existência como, por exemplo, o caso do desenvolvimento com participação. Kant, neste sentido, rompe com a imagem dogmática do ser humano bíblico sustentada no medievo e até mesmo com a existência cartesiana, para estabelecê-lo como um construto, uma interpretação que deixa um legado paradigmaticamente revolucionário.

O conceito de pessoa, com isso, conquista uma dimensão ontológica. A pessoa, deste modo, reflete tanto a existência material como a imaterial, ocupa um espaço social e natural condicionado e em constante transformação. Suas capacidades de adaptação e transformação atreladas a racionalidade e a inacessibilidade alheia, dão forma à pessoa como uma entidade que encerra-se *em si mesma*. Ou seja, o ser humano, ao aparecer fisicamente, existe e está condicionado às relações sociais e naturais, ao mesmo tempo, conta com a capacidade de transformá-las e racionalizá-las¹⁴. A pessoa, com isso, torna-se uma importante unidade de análise para o ser humano, capaz de ser operacionalizada nas construções intelectuais e resguardada na estrita e rigorosa busca de expressão. Mais do que uma definição, o conceito de pessoa nos deixa enigmas insolúveis, refletidos na impossibilidade de objetivação do ser humano.

O enigma objetivo do ser humano, sem embargo, encontra nas matrizes kantianas um terreno fértil para reestabelecer esta busca pelo conhecimento do ser estancada até o *cogito* cartesiano. O construto humano kantiano explicitado através de sua antropologia da pessoa não é, portanto, um chamamento para este conceito que logo foi e continua sendo tão orientador e inspirador para a construção da teoria do direito, mas sim, um chamamento para a retomada, principalmente, da questão do ser e do ato de conhecer.

Estes pressupostos kantianos estão explícitos na emergência do método fenomenológico que, por sua vez, fertilizam esta retomada sobre as citadas questões. A *Sexta Investigação* de Husserl (1996) dedica-se quase que exclusivamente a trabalhar a questão do conhecimento, em que a orientação principal da investigação é a plataforma dicotômica kantiana. Entretanto, as

14 Um tipo de pensamento que é fundamental para instituir as bases fundadoras da teoria crítica.

dimensões práticas (tácitas) e pragmáticas (empíricas) são substituídas na elucidação fenomenológica do conhecimento, respectivamente, pela intuição preenchedora (tácita) e pela intenção de significar (empírica). O ato de conhecer, deste modo, é explicitado através das relações numênicas e fenomênicas e o ser humano é novamente elucidado na forma de um construto (HUSSERL, 1996).

Através destas matrizes fenomenológicas de vertente kantiana também é retomada a questão do ser. Em *Ser e Tempo*, o filósofo Martin Heidegger (1998) transforma a dicotomia tácito – empírico nos mundos fenomenológico (mundo) e cartesiano (“mundo”). Tal elucidação sobre a questão do ser complementa o *cogito* cartesiano através do desvelamento dos fenômenos temporais e introduz as bases conceituais para estabelecer uma nova antropologia filosófica, de caráter fenomenológica.

Cada vez mais, discriminaram-se estes espaços de exterioridade e interioridade responsáveis pela “*dispersão do sujeito*”, revelando, com isso, as influências institucionais e discursivas na conformação das condições de possibilidade da experiência humana (FOUCAULT, 2004). Neste sentido, a pessoa ou o ser social e natural kantiano intercepta e demarca a existência através de uma interação institucional e discursiva que estipula, *a priori*, diversas condicionantes sociais e naturais. Não obstante, a antropologia kantiana construída através da elucidação do *caráter da pessoa* contribui para demarcação de alguns limites sobre sua perspectiva. A antropologia fenomenológica, por sua vez, rompe com os axiomas da racionalidade libertária kantiana e a pessoa, neste contexto, desprende-se da questão do ser. O princípio da razão, pedra fundamental da liberdade kantiana, já não sustentava-se após a elucidação heideggeriana sobre a questão do ser, a qual fica palpavelmente explicitada nas características condicionais da racionalidade e suas diretrizes sobre a liberdade (HEIDEGGER, 1996). As teses foucaultianas, por fim, acabaram por desmitificar o princípio da razão através do estudo dos sistemas de exclusão que determinaram, simultaneamente, as condições de possibilidade estabelecidas pela razão.

Neste sentido é que o conceito de pessoa ganha ainda mais legitimidade enquanto elemento de denominação para o ser humano como unidade de análise social, demarcando categoricamente o mesmo como um ser social e natural. Ao conceito de pessoa, entretanto, ficaram atreladas estas características que indicam um ser humano participante das redes sociais e institucionais atreladas à liberdade e

ao progresso e/ou desenvolvimento e, simultaneamente, participante das relações que emergem das condições e possibilidades naturais.

Este construto denominado pessoa, portanto, emerge do ser que está imerso nas condicionalidades estabelecidas na busca pela liberdade e o desenvolvimento. O fenômeno temporal da participação, deste modo, nos permite acessar, inicialmente, a pessoa, sendo esta a unidade de análise cujo contato ontológico será o mais provável de ser estabelecido. É a pessoa que carrega consigo as condicionantes sociais e naturais estabelecidas pelo desenvolvimento em seus discursos, diálogos e práticas. É a pessoa que vai sendo atraída pelo chamamento da participação, que vai ocupando-se com o modo de ser do desenvolvimento e que, portanto, expressa suas significações frente à conjuntura institucional e discursiva. Neste contexto, são as pessoas que, também, idealizam, promovem e realizam estas projeções discursivas e institucionais enquanto estabelecem-se nestas ocupações como, por exemplo, dos modos de ser do desenvolvimento. É a pessoa, com isso, o “ente” que está no modo de ser do desenvolvimento.

A pessoa, como unidade de análise antropológica, evidencia estas relações permeadas pela busca socioinstitucional em concertar as condicionantes naturais e sociais para promover melhorias. Um sentido de desenvolvimento que é colocado por Kant como elemento intrinsecamente preso ao próprio conceito de pessoa, mas que, como demonstra Foucault (2004), aparenta não exigir mais sujeitos. O *principio da razão* kantiano, cuja manifestação seria potencializador das bases para o estabelecimento da liberdade, ruiu no século XX e, paradoxalmente, deu ainda mais sentido a sua famosa dicotomia prática – pragmática (intuição–significação em Husserl ou mundo-“mundo” em Heidegger). Percebeu-se que a carga simbólica presente na construção social da realidade desempenha um papel fundamental para as dinâmicas institucionais e discursivas, tornando os impessoais modos de ser em espaços de liberdade não necessariamente racionais (HUSSERL, 1996; PEIRCE, 2012; HEIDEGGER, 1998; ARENDT, 1997; FOUCAULT, 1999). Havia uma doutrina sîgnica a ser desvelada e que entrelaçava-se à citada dicotomia para estabelecer uma conexão lógica de caráter semiótica (PEIRCE, 2012). Fenomenologicamente, pressupõe-se que os discursos direcionados às pessoas, em contexto de estruturação da liberdade e do desenvolvimento, apresentam-se de formas bastante tentadoras e realizam uma conexão lógica tranquilizadora às temporalidades impessoais (HEIDEGGER, 1998). A antropologia foucaultiana, com sua objetividade

antropologicamente desfocada ao estilo Polanyi, cria vários exemplos através de seus *sistemas de exclusão* que evidenciam a coexistência de princípios simbólicos entrelaçados ao *princípio da razão*.

8.2 A pessoa e a atração simbólica do fenômeno da participação

As pessoas, como unidades ontológicas (“entes”) enredadas conceitualmente aos projetos da liberdade e do desenvolvimento, tem experimentado, como vimos no Capítulo 5, o processo de valorização da participação na gestão destes projetos. Os discursos da participação apresentam-se como um dos principais e mais complexos escopos simbólicos de direcionamento aos modos de ser do desenvolvimento neste momento democrático. Portanto, além dos aspectos racionais direcionadores da pessoa para a busca da liberdade e do desenvolvimento, entrelaçam-se aspectos simbólicos que influenciam sobre este direcionamento. A pessoa, como o “ente” do ser que está modo de ser do desenvolvimento, receberá nesta seção do capítulo uma discriminação metodológica para referenciar a construção de significados sobre a participação. Uma construção de significados que inicia, portanto, assumindo os pressupostos semióticos como elementos centrais da mesma. Tais pressupostos semióticos servirão de base ou plataforma para a análise da construção de significados da participação a partir de seu fenômeno temporal.

O entendimento dos aspectos relativos ao universo simbólico humano é tratado de forma consistente, nas linhas fenomenológicas aqui adotadas, pela análise semiótica peirceana. Charles Sanders Peirce (2012) propõe, através de sua teoria, uma elegante explicação dos processos semióticos que indica uma atribuição de sentidos e significados sobre as temporalidades através de um processo lógico, que este autor denomina de semiótica, “*a quase-necessária, ou formal, doutrina dos signos*” (PEIRCE, 2012, p. 45).

O aspecto doutrinário destacado pelo referido autor, busca ressaltar o pressuposto de que a observação e compreensão das realidades perpassa pela presença de uma crosta ou lente sýgnica que é responsável pela mediação destes processos. Deste modo, o autor constrói uma explicação lógica para os papéis da interação numênica e fenomênica nos processos de formação dos sentimentos, das ações e das interpretações humanas e, além disso, exemplifica logicamente o peso intersubjetivo destes processos. Seguindo a afirmação de Kant destacada na

epígrafe deste capítulo, Peirce ressalta o papel das inclinações ou “caminhos interpretativos” nestes processos, elucidando-o através da apresentação das relações emergentes da triangulação entre interpretante, objeto e fundamento. Uma triangulação responsável pela emergência de uma construção simbólica ou de um signo que Peirce denomina de *representâmen*, “aquilo que, sob certo aspecto ou modo, representa algo para alguém” (PEIRCE, 2012, p. 46). Por exemplo, em um hipotético primeiro momento de abordagem a um *objeto*, este não pode ser abordado em todos os seus aspectos e mostra-se, de modo geral, através de um *interpretante* (um signo primário e incompleto ou código perceptivo), para logo relacionar-se com um *fundamento* (uma dimensão ideal do signo, uma idéia). O *objeto* em si não contém a significação ou uma representação completa, a expressão do objeto, com isso, depende de uma primeira amostra ou de uma captação (*interpretante*) que fertiliza e une-se a determinada ideia ou correlação ideal sobre este *objeto*, um *fundamento* do *representâmen*. Tal *representâmen* é o resultado desta indissociável triangulação simbólica, com isso, “dirige-se a alguém, isto é, cria na mente dessa pessoa, um signo equivalente, ou talvez um signo mais desenvolvido” (PEIRCE, 2012, p. 46)

Neste contexto, como pessoa, o “ente” em questão recebe, desde o início de sua existência, os reflexos das condições sociais e naturais construtores de sua contemporaneidade. Além disso, levanta-se a hipótese de que, talvez, seja praticamente impossível que haja algum objeto que possa encontrar-se desvinculado de algum tipo de evidência prévia sobre sua existência ou de algum tipo de relação ou especulação com algo que atribua significado ao mesmo. Peirce (2012), portanto, defende que, através do processo de simbolização das distintas realidades, configuram-se indicadores para que o mundo seja lido. Como comenta Lucia Santaella (1985, p. 8), sob a perspectiva de Peirce “a vida se desenvolve através da interação dialética entre acaso e desígnio”.

Deste modo, o autor destaca a necessidade da presença desta crosta ou lente sígnica para, de alguma forma, poder aceder aos elementos das realidades, sendo esta mesma crosta ou lente, portanto, que abre a possibilidade de praticar e incrementar o conhecimento. Neste contexto é que Peirce denomina sua doutrina dos signos de “quase-necessária”, pois, segundo destaca o autor, ao observarmos os caracteres de um objeto “somos levados a afirmações, eminentemente falíveis e por isso, num certo sentido, de modo algum necessárias, a respeito do que devem

ser os caracteres de todos os signos" (PEIRCE, 2012, p. 45).

O *representâmen*, neste sentido, se aproximaria a uma espécie de *fac simile* da realidade, quase único para cada pessoa. Uma quase-exclusividade perspectiva determinada pela forma com que as mesmas conjugam objeto, interpretante e fundamento¹⁵. Ao mesmo tempo, é esta mesma conjugação triádica que atribui a estas perspectivas quase exclusivas dimensões dialéticas. Por estar ligado a estas três coisas, objeto, interpretante e fundamento, o *representâmen* abre intersecções dialógicas em uma ou mais partes que potencializam as interações objetivas. Esta característica da conjugação triádica do *representâmen* faz com que a ciência da semiótica seja dividida em três ramos: a gramática pura, com a tarefa de determinar o que deve ser verdadeiro quanto ao *representâmen* utilizado; a lógica, como a ciência do que é quase necessariamente verdadeiro; e a retórica pura, cujo objetivo é o de determinar as leis pelas quais um signo dá origem a outro signo e, principalmente, um pensamento leva a outro (PEIRCE, 2012). Através destes três ramos, podemos observar que a semiótica peirceana deriva naquilo que foi denominado de relação triádica dos signos, um conjunto de 10 tricotomias dos signos, isto é, as dez divisões triádicas do signo, que, de modo geral, configuram matrizes de análises para os três ramos destacados e explicitam uma nova proposta epistemológica para as ciências, o pragmatismo¹⁶.

No que tange aos aspectos metodológicos disponibilizados pela ciência semiótica e que serão utilizados para o desenvolvimento da proposta metodológica desta tese é a concepção semiótica que atribui uma importância fundamental aos signos ou *representâmens* como mediadores das realidades. A mediação complexa realizada por estes *representâmens* é o que nos deixa pistas ou caminhos interpretativos para abordar a relação entre as pessoas e as temporalidades, oportunizando, com isso, elucidar o alcance ao "ente" que direcionou-se ao modo de ser impessoal do discurso, neste caso, do desenvolvimento. Um *representâmen* não deixa de ser, também, uma temporalidade, oportunizando-nos a utilizar algumas categorias semióticas.

As temporalidades, de modo geral, estão enredadas em uma conjuntura simbólica que, do mesmo modo que os *representâmens*, envolvem parte de nossas

15 Podemos observar que em vários sistemas de símbolos se pretende que não haja esta quase-exclusividade perspectiva como, por exemplo, na aritmética, nos sinais de trânsito, etc.

16 Apesar de que as divisões tricotômicas não serão aprofundadas nesta proposta metodológica, cabe destacar que Peirce seguiu trabalhando em suas combinações que resultaram em "64 classes de signos e a possibilidade lógica de 59 049 tipos de signos" (SANTAELLA, 1985, p. 13).

interações e de nossa consciência de mundo e, para o bem e para o mal, deixam rastros e semáforos que incidem, invariavelmente, sobre a determinação das condições e possibilidades existenciais.

Eis aí, num mesmo nó, aquilo que funda a miséria e a grandeza de nossa condição como seres simbólicos. Somos no mundo, estamos no mundo, mas nosso acesso sensível ao mundo é sempre como que vedado por essa crosta sgnica que, embora nos forneça o meio de compreender, transformar, programar o mundo, ao mesmo tempo usurpa de nós uma existência direta, imediata, palpável, corpo a corpo e sensual com o sensível (SANTAELLA, 1985, p. 11).

Na busca de categorizar nossas vias de acesso ao mundo em acordo com os pressupostos estabelecidos pelas ciências semióticas, Peirce (2012) destaca três categorias básicas para a leitura desta mediação complexa realizada pelos representâmens e temporalidades nas nossas relações com os mundos (fenomenológico e cartesiano). Tais categorias são denominadas de: primeiridade, secundidade e terceiridade.

Primeiridade, portanto, seria, mais especificamente, o modo mais imediato das relações com o mundo, ou seja, a qualidade de sentimento, *“uma finíssima película de mediação entre nós e os fenômenos”* (SANTAELLA, 1985, p. 10). O sentimento (primeiridade) é uma forma primeira de interação com o mundo, portanto, uma *“forma rudimentar, vaga, imprecisa e indeterminada de predicação das coisas”* (SANTAELLA, 1985, p. 10).

Secundidade, por sua vez, refere-se à facticidade do existir, à materialização do sentimento, a vontade, ao conflito, é a *“ação e reação em seu nível de binariedade pura, sem o governo da camada mediadora da intencionalidade, razão ou lei”* (SANTAELLA, 1985, p. 11).

Por fim, terceiridade seria o que mais propriamente denomina-se de interpretação, é a representação da síntese intelectual, através da aproximação entre a qualidade e a materialização do sentimento, ou seja, *“corresponde à camada de inteligibilidade, ou pensamento em signos, através da qual representamos e interpretamos o mundo”* (SANTAELLA, 1985, p. 11).

Em torno dos fenômenos temporais, deste modo, emergem três categorias básicas de expressão da pessoa: os sentimentos, as ações e as interpretações. Em torno do fenômeno temporal da participação, neste caso, conjugar-se-iam uma série de relações simbólicas que mediarão o direcionamento da pessoa aos modos de ser do desenvolvimento. Tais relações simbólicas são percebidas pelas pessoas

através da experiência em termos de primeiridade (sentimento), secundidade (ação) e terceiridade (interpretação), direcionando (atraindo) ou não a pessoa para o modo de ser do desenvolvimento. Portanto, o direcionamento da pessoa para o modo de ser do desenvolvimento está condicionado à experiência simbólica proporcionada pelo fenômeno temporal da participação, onde está depositada a carga simbólica que será “digerida” continuamente nas relações entre as categorias da primeiridade, secundidade e terceiridade. Tal configuração metodológica pode ser observada diagramaticamente através da ilustração 1.



A construção de significados da participação para o desenvolvimento a partir de seu fenômeno temporal, neste sentido, emerge, metodologicamente, através da problematização das categorias da primeiridade (sentimentos), secundidade (ação/reação) e terceiridade (interpretação). Tais categorias são utilizadas como orientação metodológica inicial para detalhar os processos de significação do fenômeno temporal da participação, a qual dedica-se o próximo capítulo.

9 A SEMIÓTICA DO FENÔMENO TEMPORAL DA PARTICIPAÇÃO

“Os atos significativos envolvem a mesma intenção que os intuitivos, sem terem o recheio desses últimos; eles simplesmente “exprimem” esta intenção; nossa analogia calha bem aqui, tanto mais que, mesmo depois de desaparecidos os atos intuitivos, os atos significativos conservam o sentido da intuição, como um invólucro vazio ao qual faltasse o núcleo intuitivo”.

Edmund Husserl (Investigações Lógicas).

No capítulo anterior, nos detivemos a explorar, particularmente, dois aspectos metodológicos fundamentais para atingir o objetivo central desta tese, que é de realizar um estudo sobre a construção de significados da participação para o desenvolvimento em torno de seu fenômeno temporal. O primeiro aspecto se refere à concertação do conceito de pessoa enquanto unidade ontológica básica para expressão dos modos de ser do desenvolvimento. Enquanto que, o segundo aspecto explicita, através das categorias semióticas peirceanas da primeiridade, secundidade e terceiridade, os elementos metodológicos para discriminar os processos de mediação simbólica, no contexto da temporalidade da participação, influentes nas interações entre as pessoas e os modos de ser do desenvolvimento.

A semiótica da pessoa nos fornece, com esta tricotomia peirceana, as relações gerais dispostas nos processos de mediação simbólica. Entretanto, que são praticamente inacessíveis em contexto de investigação, visto que há uma continuidade instantânea no estabelecimento destas relações tricotômicas que impediria a apreensão do significado da participação. A expressão da pessoa enquanto modos de ser do desenvolvimento, neste contexto de investigação, é resultante de um processo de problematização da temporalidade da participação (entrevista) e, portanto, passa a construir os significados da participação em torno de elementos que extrapolam a instantaneidade da mediação simbólica, resgatando-os com a problematização das experiências ou vivências em torno do discurso do desenvolvimento (nos modos de ser do desenvolvimento).

Deste modo, a tricotomia peirceana nos fornece pressupostos e elementos metodológicos básicos para configurar uma plataforma de problematização destas experiências, em que a primeiridade (sentimentos), secundidade (ação/reação) e terceiridade (interpretação) são resgatadas e problematizadas para que a pessoa (“ente”) dê forma a construção de significados. Portanto, o significado, neste contexto de investigação, é a expressão problematizada do “ente”, exigindo, com

isso, um complemento de aferição metodológica para referenciar este processo de problematização.

A mediação simbólica realizada pelos representâmens ou fenômenos, atribuem aos mesmos um caráter experiencial, de onde emergem as relações tricotômicas peirceanas. Os sentimentos, ações/reações e interpretações emergentes desta experiência simbólica ou fenomenal tornam-se objetos para a construção de significados. De modo geral, poder-se-ia colocar que as expressões em torno dos fenômenos transformam-se em *vivências momentâneas próprias*, passíveis de certa objetivação (HUSSERL, 1996).

9.1 A tricotomia husserliana da construção e expressão de significados

Dando continuidade à antropologia kantiana que, como vimos, está concentrada nos aspectos dicotômicos derivados da interação prática (tácita) e pragmática (empírica), a antropologia husserliana levanta uma problemática e um ponto de ruptura no que concerne à elucidação do conhecimento e o sentido das experiências humanas. A problemática concentra-se, especificamente, na necessidade de explicar antropologicamente a concertação desta dicotomia kantiana. A experiência tácita e empírica kantiana negligenciou, de acordo com Husserl, Peirce e Heidegger, a experiência simbólica concentrada nos fenômenos. Neste contexto, tais críticos dedicaram-se veementemente a explicitar o caráter fenomenológico da experiência humana, exprimindo, cada vez mais, o princípio da razão. O fenômeno, com isso, insere-se como um terceiro incluso à antropologia kantiana e fecha o circuito da objetividade fenomenológica tendo como principal reflexo, a acentuação dos aspectos simbólicos na construção de significados.

Na Sexta Investigação de Husserl (1996), onde o autor se dedica especificamente à elucidação do conhecimento humano e, como consequência, aos processos de construção de significados, destaca-se que durante o processo de expressividade dos “entes”, que este denomina de “*atos expressos*”, a experiência de expressão em torno dos fenômenos temporais derivam em “*vivências momentâneas próprias*”, que, por sua vez, são os objetos para os “*atos significativos e intuitivos*”.

Neste sentido, a expressão dos “entes”, ao exprimir as vivências momentâneas próprias, explicitam o fenômeno temporal que constitui-se enquanto

“objetos da significação e, ao mesmo tempo, da intuição” (HUSSERL, 1996, p. 195). Portanto, na expressão exigida durante a problematização do fenômeno temporal da participação conduzida na experiência empírica desta tese, as pessoas expressam suas construções sobre os significados da participação através dos atos significativos e intuitivos. Desta forma, os significativos tentam explicitar os aspectos mais objetivos, imprimindo, *“em geral significação às expressões e que visam, à sua maneira significativa, uma certa objetividade”* (HUSSERL, 1996, p. 195). Enquanto os intuitivos conferem preenchimento ao visar significativo da expressão, neste sentido, *“presentificam intuitivamente os objetos visados de um modo significativo, presentificando-os, outrossim, num “sentido” intuitivo”* (HUSSERL, 1996, p. 195).

A evidenciação do fenômeno como proposta de objetivação e experiência científica ganhou adeptos e tanto a fenomenologia de Husserl, como a semiótica peirceana, tornaram-se fundamentais para discutir sobre as influências fenomênicas para a construção de significados. A extrapolação das relações tricotômicas entre empiria, intuição e fenômeno tornam-se os substratos principais para a estruturação das bases fenomenológicas husserlianas e da ciência semiótica de Peirce¹⁷.

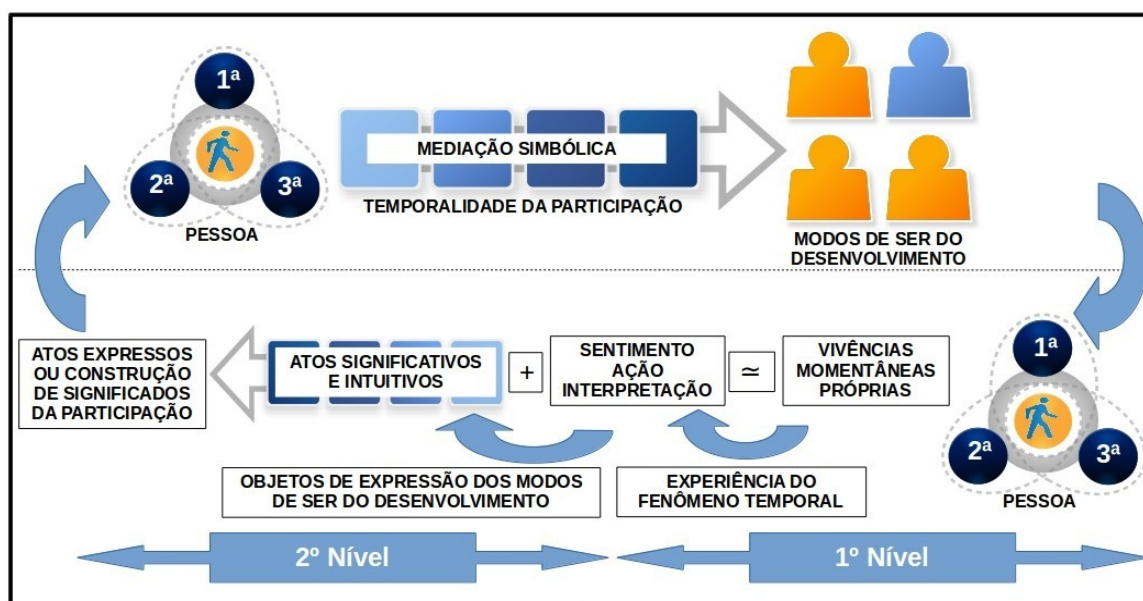
O modelo metodológico construído para alcançar os objetivos desta tese provoca este processo de problematização do fenômeno temporal da participação, pressupondo-o como evidenciador dos elementos de mediação simbólica e de atração ou direcionamento do ser aos modos de ser do desenvolvimento. Neste sentido, a problematização do fenômeno torna suscetível para a pessoa a emergência de relações semióticas de primeiridade (sentimentos), secundidade (ação/reação) e terceiridade (interpretação), sendo as mesmas um conjunto semiótico e, concomitantemente, fenomenológico de vivências momentâneas próprias, ou seja, os próprios objetos de significação e intuição que em suas expressões conformarão a construção de significados à participação.

Alcançamos, neste sentido, um segundo nível para esta estruturação metodológica, em que as expressões das pessoas (unidades ontológicas) exprimem as vivências momentâneas próprias na forma de sentimentos, ações/reações e interpretações. Neste sentido, primeiridade, secundidade e terceiridade tornam-se os objetos da significação e da intuição, que, simultaneamente, conformam atos

17 Não há um consenso de que Peirce e Husserl tenham influenciado um ao outro durante a construção de suas teorias, entretanto há uma forte complementação entre ambos os trabalhos. Mais tarde, o próprio Peirce integrou-se a corrente fenomenológica através de explícita referência. Ver maiores detalhes em Spiegelberg (1956).

significativos e intuitivos expressos e, conseqüentemente, explicitam e constroem o significado da participação.

Conforme apresenta-se na ilustração 2, este segundo nível de categorização metodológica emerge da problematização em torno do fenômeno temporal da participação, em que as pessoas expressam suas vivências momentâneas próprias através das categorias peirceanas. Neste contexto, tais categorias semióticas são expressões da mediação simbólica intrínseca à temporalidade da participação, disponibilizando, de modo geral, certa objetividade nestas derivações semióticas. Este segundo nível de análise, com isso, resulta do processo de problematização das categorias semióticas, os quais são utilizados como objetos orientadores para a construção dos atos expressos significativos e intuitivos. Assim, são tais atos expressos que nos aproximam da possibilidade de construção de significados da participação. De modo geral, teremos apenas um recorte de um processo contínuo que pode dar forma a diferentes significados da participação, entretanto, uma significação relacionada com a temporalidade em questão.



Para o caso desta tese, podemos observar que a problematização realizada com as pessoas se dá em um contexto em que as mesmas, enquanto unidades ontológicas, já estão nos modos de ser do desenvolvimento. Neste sentido, já conduziram-se em direção às possibilidades apresentadas pela experiência

simbólica em torno do fenômeno temporal da participação. Não obstante, estas mesmas possibilidades são passíveis de transformações constantes, as quais perpassam pela, também constante, ressignificação da experiência simbólica do fenômeno da participação. A construção de significados, de modo geral, é um processo constante que, através de seu caráter complexo, restabelece continuamente a mediação simbólica entrelaçada a um determinado fenômeno temporal. Com isso, são observadas também as transformações sobre as possibilidades, estabelecendo condições para o direcionamento ou afastamento do ser em relação ao modos de ser em evidência através de determinado fenômeno temporal.

9.2 A semiótica fenomenológica e a construção de significados

Esta relação metodológica entre a fenomenologia de Husserl e a doutrina “quase-necessária” dos signos de Peirce não vem a ser, nesta tese, um mero capricho intelectual. Ao contrário, tenta operacionalizar umas das mais importantes questões deixadas na Sexta Investigação no que tange à emergência dos atos expressos ou da expressividade das pessoas. Tal questão coloca em evidência a dificuldade de captar e problematizar objetivamente os atos significativos e intuitivos das expressões.

Conforme destacamos anteriormente, poderíamos resumir que, na fenomenologia husserliana, os atos expressos expressam vivências momentâneas próprias que se tornam objetos para os atos significativos e intuitivos. Entretanto, devemos considerar também, conforme explicitamos antecipadamente na epígrafe deste capítulo, que associados aos atos intuitivos existem uma série de elementos que são expressados somente através dos atos significativos. Nestes, portanto, os atos intuitivos disponibilizam o preenchimento ou recheio que encerra as expressões em pouca ou muita objetividade. Trata-se, de modo geral, de uma característica das expressões que denota às comunicações este processo de mediação simbólica, complexificando-a e atribuindo sentidos mais ou menos objetivos e/ou subjetivos para as expressões. As expressões, deste modo, conservam significados que não se restringem aos aspectos objetivos daquilo que é expressado.

Mas razão de toda a dificuldade reside no fato de que, na aplicação direta das expressões, ou dos atos que exprimem, às vivências internas com-

preendidas intuitivamente, os atos significativos são completamente preenchidos pelas intuições internas correspondentes e, portanto, os dois se fundem da maneira mais íntima, ao passo que as intuições, enquanto internas, são absorvidas pela simples apresentação dos atos significados (HUSSERL, 1996, p. 196).

Os atos expressos significativos, deste modo, são os principais responsáveis pela expressão dos significados da participação na problematização das relações estabelecidas por seu fenômeno temporal. Neste contexto, é que entende-se as relações de primeiridade, secundidade e terceiridade da semiótica peirceana como elementos importantes para a elucidação destas expressões significativas. E, portanto, um fundamental enlace metodológico para problematizar tais significações.

Com isso, Peirce identifica e explicita em suas categorias semióticas elementos que subsidiam o esclarecimento das complexas relações que entrelaçam os atos expressos em seu jogo entre a intenção de significar e a intuição sensível expressa. O autor propõe, através da discriminação dos sentimentos, ação/reação e interpretação, um ponto de partida complementar e elucidador para a construção de significados frente a mediação simbólica realizada pelos fenômenos temporais.

A presente tese se utiliza, metodologicamente, de tal complementação, fazendo destas categorias semióticas um cenário elucidativo para apresentar os atos significativos expressos através da problematização destas categorias, que, por fim, acabam por dar forma a um conjunto mais amplo de significações. Neste sentido, constitui-se a possibilidade das pessoas expressarem um conjunto mais amplo de relações emergentes do processo de mediação simbólica, contribuindo para que a problematização derive em maior número de significações, explorando, conseqüentemente, uma gama mais ampla de intuições.

Metodologicamente, a pessoa, como unidade ontológica, passa pela problematização de sua própria experiência em torno do fenômeno da participação, que em linhas gerais resgata a participação deste “ente” do ser que está no modo de ser do desenvolvimento. Portanto, “aquilo que se mostra ao ser” através de sua experiência com a participação é problematizado para que seja possível expressar os significados da mesma. Como diria Heidegger (1998, p. 44), “*as modalidades de acesso e interpretação devem ser escolhidas de modo que este ente possa mostrar-se em si mesmo e por si mesmo*”. Não obstante, emergem destas problematizações aspectos que nos permitem observar, também, as intenções das pessoas frente ao fenômeno temporal da participação e, conseqüentemente, os elementos de

direcionamento ou afastamento do ser em relação aos modos de ser do desenvolvimento. Aspectos tais, que serão trabalhados, metodologicamente, na seguinte seção através das matrizes fenomenológicas heideggerianas.

10 A ANTROPOLOGIA HEIDEGGERIANA E OS MODOS DE SER COMO POSSIBILIDADES: A SEMIÓTICA EXISTENCIAL

“A interpretação fenomenológica deve oferecer para a própria presença a possibilidade de uma abertura originária e, ao mesmo tempo, da própria pre-sença interpretar a si própria. Ela apenas acompanha essa abertura para conceituar existencialmente o conteúdo fenomenal do que assim se abre”.

Martin Heidegger (Ser e Tempo).

À guisa de apresentar os elementos que completam o círculo metodológico utilizado para a experiência analítica desta tese, nos deparamos neste momento com a necessidade de explicitar os caracteres fenomenológicos que compõem o terceiro nível desta análise. Sob a influência da antropologia heideggeriana, atenta-se, com isso, para explorar e interpretar as expressões que deixam margens para compreender a abertura e o direcionamento do ser que está nos modos de ser do desenvolvimento.

Como destacou-se nos capítulos anteriores, o fenômeno temporal da participação para o desenvolvimento emerge com uma substancial carga simbólica de atração do ser que, nesta experiência simbólica, pode ou não direcionar-se para o modo de ser do desenvolvimento, um modo impessoal de ocupação aberto pelas possibilidades emergentes do fenômeno temporal da participação. Essas possibilidades, diria Heidegger (1998, p. 39), *“são ou escolhidas pela própria presença ou um meio em que ela caiu ou já sempre nasceu ou cresceu”*.

Através desta ideia que enreda a pre-sença em um feixe de possibilidades, podemos explorar mais um dos pressupostos da antropologia heideggeriana que influenciam sobre a presente metodologia. De acordo com esta, deparamo-nos constantemente com as possibilidades emergentes das temporalidades as quais visamos, porém cada temporalidade influencia para a conformação de distintas formas de abertura do ser. Para o caso dos modos de ser do desenvolvimento, a pessoa já experienciou a temporalidade da participação, a qual possibilitou a abertura do ser para os modos de ser do desenvolvimento. Podemos considerar, então, que estaremos nos deparando com a pessoa enquanto ser que está na cotidianidade do desenvolvimento, sendo assim, “sujeito” da cotidianidade, ou seja, o próprio impessoal.

Através da antropologia heideggeriana devemos considerar que na

cotidianidade da pre-sença que conformam os modos de ser do desenvolvimento, como em qualquer outra cotidianidade da pre-sença, as pessoas experienciam estas ocupações impessoais através de uma ideia de *espacialidade* que o autor denomina de circunvisão. Esta, deriva das relações inerentes aos sentidos do mundo (intuitivo/fenomenológico), do “mundo” (cartesiano) e dos outros (impessoal). Tais relações emergentes da circunvisão são importantes elementos para entender o direcionamento do ser frente aos entes e, com isso, suas relações com as possibilidades.

Ou seja, Heidegger dá destaque à composição de sentidos que conformam as percepções e experiências, em que a circunvisão concentra e dá sentido às relações mundanas. Seguindo as orientações husserianas, as características deste “mundo circundante” das ocupações derivam, principalmente, destas relações entre o intramundano (intuitivo), empírico (cartesiano) e impessoal (simbólico/discursivo). Assim sendo, na circunvisão da pessoa que está na cotidianidade da pre-sença derivam-se, geralmente, os modos de ser-no-mundo (intuitivo), de ser-em-si (cartesiano) e de ser-com-os-outros (impessoal).

Neste sentido, ao estar direcionado para as ocupações do mundo circundante do desenvolvimento, a pessoa tende a deparar-se com as possibilidades evidenciadas nesta conjuntura, a qual está imersa, ao mesmo tempo, nas relações com os outros. As ocupações pressupõem uma abertura do ser da pre-sença para os modos de ser-no-mundo que, conseqüentemente, pré-ocupa a pre-sença com a abertura do ser aos outros, conformando um modo de ser-no-mundo-com-os-outros. *“Os ‘outros’ são aqueles dos quais, na maior parte das vezes, ninguém se diferencia propriamente, entre os quais também se está”* (HEIDEGGER, 1998, p. 169)

A convivência nesta cotidianidade simbólica que entrelaça as relações sociais, naturais e intuitivas enjaula as ocupações na impessoalidade. Nas ocupações com o mundo circundante, diria Heidegger (1998, p. 179), *“o arbítrio dos outros dispõe sobre possibilidades cotidianas do ser da pre-sença”*. Configura-se, de acordo com o autor, uma situação de *“tutela dos outros”* e desta tutela emerge o impessoal. Podemos observar nas palavras do autor que o sujeito da cotidianidade tende a ser algo impessoal. *“O quem não é este ou aquele, nem o próprio do impessoal, nem alguns e muito menos a soma de todos. O quem é o neutro, o impessoal”* (HEIDEGGER, 1998, p. 179).

O domínio dos outros estabelecido sobre os modos de ser do

desenvolvimento determina à pessoa uma modalidade impessoal de ser, dissolvendo a pre-sença no modo de ser dos outros, onde a cotidianidade é dominada pelo impessoal. Neste sentido, “*o impessoal pertence aos outros e consolida seu poder*” (HEIDEGGER, 1998, p.179).

Portanto, nesta conjuntura da ocupação, os modos de ser do desenvolvimento encontram-se, simultaneamente, em relações intramundanas (ser-no-mundo), sociais, discursivas e simbólicas (ser-com-os-outros) e físicas ou materiais (ser-em-si), de onde emergem elementos analíticos indicadores para tratar sobre o direcionamento do ser. Emergem, com isso, relações de espacialidade em que uma conjuntura intencionada e complexa de sinais, referências e significâncias conduzem a pre-sença em seu dis-tanciamento e direcionamento em relação aos entes. “*Esta orientação regional da multiplicidade de locais do que está à mão constitui o circundante, isto é, o fato de os entes que de imediato vêm ao encontro no mundo circundante estarem em torno de nós*” (HEIDEGGER, 1998, p.150).

Metodologicamente, a problematização da pessoa visa destacar este caráter impessoal do modo de ser do desenvolvimento através da explicitação dos aspectos que conformam as distintas cotidianidades, onde a pessoa encontra-se dispersa na impessoalidade. Busca-se, portanto, evidenciar esta dispersão da pessoa para que se promova a emergência de possibilidades que serão confrontadas em relação às possibilidades dos modos de ser do desenvolvimento.

A pessoa deve poder problematizar seu modo de ser impessoal para, com isso, possibilitar uma abertura originária para que a própria pre-sença possa interpretar-se suficientemente para poder revisar suas significações. Em torno desta abertura originária do ser da pre-sença é que podemos resgatar as possibilidades e discutir o direcionamento do ser da pre-sença em relação aos modos de ser do desenvolvimento. Assim, o modo de ser do desenvolvimento, como uma cotidianidade da pre-sença, será também problematizado como mais uma das possibilidades.

De início, a pre-sença é impessoal e, na maior parte das vezes, assim permanece. Quando a pre-sença des-cobre o mundo e o aproxima de si, quando ela abre para si mesma seu próprio ser, este descobrimento de “mundo” e esta abertura da pre-sença se cumprem e realizam como uma eliminação das obstruções, encobrimentos, obscurecimentos, como um romper das deturpações em que a pre-sença se tranca contra si mesmo (HEIDEGGER, 1998, p. 182).

10.1 A semiótica heideggeriana

Para definir o direcionamento do ser frente às temporalidades da ocupação, a antropologia heideggeriana constrói categorias analíticas que, de acordo com suas referências fenomenológicas, aproximam-se, também, da doutrina “quase-necessária” dos signos de Peirce. No entanto, nos estudos dos processos de mediação simbólica, a semiótica peirceana se dedica, principalmente, para explicitar a “força” simbólica na interação imediata com as realidades. Heidegger, sem descaracterizar a proposta de Peirce, descreve diferentes espaços ou regiões onde estabelecem-se tais mediações simbólicas, apontando, neste sentido, para uma diferenciação analítica complementar a de Peirce, atentando, contudo, para o estudo do direcionamento do ser frente às temporalidades.

Nas ocupações que compõem a cotidianidade da pre-sença, Heidegger identifica, pelo menos, três “dimensões” entrelaçadas que orientam o processo de mediação simbólica: o circundante do mundo intuitivo, do mundo físico da existência e do impessoal. Uma tricotomia heideggeriana que contribui para elucidar o direcionamento do ser, em que as relações que conformam esta conjuntura possibilita alcançar um elevado senso de espacialidade, passível de direcionamentos. Não obstante, não se trata somente de uma orientação geográfica ou “espacial”, mas sim uma orientação que aborda os distintos modos de ser e considera suas relações com os mesmos. *“Todos os onde são descobertos e interpretados na circunvisão, através das passagens e caminhos do modo de lidar cotidiano, e não constatados e enumerados numa leitura de medições do espaço”* (HEIDEGGER, 1998, p. 151). De acordo com o autor, tal senso de espacialidade revela-se através das características do *dis-tanciamento* e do *direcionamento*.

Contrariamente ao que possa-se imaginar, dis-tanciamento faz referência à aproximação em relação àquilo que está no entorno (à mão) na circunvisão da cotidianidade da pre-sença, ou seja, levando a pre-sença mais próxima à conjuntura de referências impessoais da ocupação. Com isso, há um dis-tanciamento em relação ao ser da pre-sença e um direcionamento aos entes da ocupação. *“A ocupação exercida na circunvisão é um dis-tanciamento direcional”* (HEIDEGGER, 1998, p. 157). Neste sentido, a ocupação disponibiliza para a cotidianidade da pre-sença uma série contínua de *sinais* que, por sua vez, ganham *significância* dentro de uma *conjuntura* (relações complexas de *referências*) e, neste contexto, o

direcionamento sempre está dotado de intencionalidade, predelineando a ocupação.

Aquilo que, de certa forma, é denominado por Peirce de representâmens e que transmitem a ideia da presença de uma crosta símica que quase-necessariamente conduz nossas relações com as realidades é explicitado por Heidegger através da denominação de *totalidade referencial*. Objeto, fundamento e interpretante que na teoria peirceana dão forma aos representâmens podem ser comparados, quase sem perda de sentido, aos sinais, referências e significâncias que na teoria heideggeriana conformam a *totalidade referencial*. De fato, os dois autores buscam denominar e discriminar uma situação conjuntural que é determinante para a atração e permanência do ser da pre-sença para os modos de ser da ocupação, explicando as tendências humanas em optar por caminhos preestabelecidos. Conforme destaca Heidegger (1998, p. 160), “*o destino em geral acha-se prelineado pela totalidade referencial estabelecida numa destinação da ocupação, em cujo seio a ação libertadora de deixar e fazer em conjunto instaura referências*”. Seria, de alguma forma, aquilo que Peirce (2012) define como a “doutrina quase-necessária dos signos” que, de modo geral, usurpa de nós uma mediação existencial direta com as realidades, mas que ao mesmo tempo, permite-nos verificá-la e experimentá-la construtivamente, progressivamente e através de diferentes vieses.

Em torno desta relação intencional da ocupação, onde destacam-se as categorias do dis-tanciamento e direcionamento, que podemos contemplar o terceiro nível de análise metodológica estabelecido para esta tese. Um nível de análise que preza por evidenciar as tendências de continuidade das pessoas em relação às experiências de ocupação nos modos de ser do desenvolvimento.

As similaridades entre a antropologia heideggeriana e a semiótica peirceana não são meros elementos do acaso, mas sim uma demonstração dos esforços de ambos os autores em explicar e elucidar as influências dos aspectos simbólicos na concertação das experiências humanas. Com isso, pode-se identificar complementariedades no trabalho destes autores em que a centralidade dos distintos níveis analíticos aqui utilizados conformam um caminho lógico de análise. Neste último nível, porém, prezou-se pela tentativa de abertura do ser para as possibilidades da pre-sença, em que as possibilidades do modo de ser do desenvolvimento podem ser compreendidas e comparadas para revelar as tendências de continuidade nas experiências do desenvolvimento, ou seja, as

tendências de continuidade na participação para o desenvolvimento.

De modo geral, podemos observar que os dois primeiros níveis de análise visam evidenciar, respectivamente, as categorias semióticas peirceanas e os atos expressos husserlianos. Neste contexto, preza-se para que o primeiro nível de análise explicita as vivências momentâneas próprias das pessoas que estão no modo de ser do desenvolvimento, as quais serão problematizadas como objetos para dar forma, no segundo nível de análise, a construção de significados em torno do fenômeno temporal da participação. Por fim, no terceiro nível de análise, atentamos para destacar os elementos mais aparentes presentes na circunvisão da ocupação do desenvolvimento e que, de alguma forma, conduzem ao distanciamento direcional das pessoas. Busca-se, com isso, explorar a totalidade referencial ou o conjunto de representâmens destacados nas entrevistas, bem como as significações expressas para colocar em evidência a experiência total do ente do ser que está no modo de ser do desenvolvimento. A construção do discurso das pessoas entrevistadas abre espaço para a *compreensão* desta experiência cotidiana a partir de uma situação de estar-lançado em uma temporalidade, potencializando a *disposição* para outro processo de projeção ou para dar sequência a experiência cotidiana da participação.

Portanto, estaremos observando no próprio discurso pessoal que dá forma a construção de significados da participação a partir de seu fenômeno temporal, um processo de comparação entre aquilo que foi projetado simbolicamente (*disposição*), remetendo-a para o modo de ser do desenvolvimento, e a leitura de sua experiência enquanto estar-lançado no projeto (*compreensão*). “*Disposição e compreensão são, de maneira igualmente originária, determinadas pelo discurso*” (HEIDEGGER, 1998, p. 187). Ou seja, através do discurso de significação apresentado pela pessoa durante a problematização realizada na entrevista estaremos atraindo-a para as possibilidades da pre-sença de modo a evidenciar os elementos expressos que influenciam em suas projeções enquanto pessoa.

10.2 O 1, 2, 3 da semiótica heideggeriana

De acordo com a antropologia heideggeriana, nossos direcionamentos e projeções em relação aos entes e fenômenos também dependem de um processo de mediação simbólica que potencializa a emergência de perspectivas e releituras

das conjunturas as quais o ser pode imergir. Resumidamente, observamos que na citada mediação simbólica emerge uma espacialidade, de onde revelam-se os processos da primeiridade, secundidade e terceiridade como indicadores perceptivos para o direcionamento do ser. Apesar da dedicação de Peirce em apresentar as diversas derivações possíveis de suas relações tricotômicas, no 1, 2, 3 da semiótica peirceana não encontramos elucidações mais específicas ou categorias analíticas para interpretar fenomenologicamente os direcionamentos do ser e a abertura do ser para as possibilidades. É exatamente isto que complementarmente estabelece Heidegger através das categorias da *disposição* e da *compreensão*.

Disposição é um conceito chave para entender o processo de mediação simbólica proposto por Peirce, potencializando o entendimento conjuntural de sua composição para as inclinações das pessoas em relação aos fenômenos. De modo geral, seria outra forma de filtro que, exemplificadamente, poder-se-ia colocar que “colore” as relações semióticas peirceanas. Onticamente, diria Heidegger, a disposição revela-se ao ser através do que se conhece como estado de humor. “O humor revela *“como alguém está e se torna”*. É nesse *“como alguém está”* que o humor conduz o ser para o seu *“pre”*” (HEIDEGGER, 1998, p. 188). Por exemplo, podemos verificar que para uma mesma pessoa, dois sentimentos de dor muito semelhantes vivenciados em momentos diferentes, pode representar, em um momento, sofrimento e, em outro momento, prazer, dependendo do estado ou da afinação do humor, em termos gerais, da disposição.

Neste contexto, o 1, 2, 3 da semiótica heideggeriana constrói-se através do estado de humor que, por sua vez, determina a disposição, potencializando a discriminação de elementos para interpretar o direcionamento e as possibilidades de abertura do ser. Pode-se identificar, com isso, três modos de disposição em que o humor conduz a mediação simbólica. Em um primeiro modo, de caráter mais ontológico, o humor funciona como um desvio, uma inclinação programada, um algoritmo perceptivo que, tendenciosamente, abre ou fecha nossas possibilidades. “O *“mero humor”* abre o *pre* de modo mais originário, embora também o feche de modo ainda mais obstinado do que qualquer não percepção” (HEIDEGGER, 1998, p.190). Neste contexto, da mesma forma com que o bom humor pode levar a abertura do modo de ser da ocupação a sua totalidade, o mau humor pode provocar uma cegueira completa em relação aos direcionamentos e possibilidades de

abertura do ser, onde, inclusive, a ocupação se desencaminha. Trata-se, de modo geral, das inclinações das pessoas em relação as possibilidades discursivas apresentadas pelo fenômeno da *participação para o desenvolvimento* que, desde a primeira impressão, produz alterações sobre o estado de humor e, com isso, influencia para o direcionamento em relação ao fenômeno em questão.

Um segundo modo, é o que permite a revelação do ser enquanto ser-no-mundo-com-os-outros, ou seja, a mediação simbólica contempla sua espacialidade, considerando as aberturas intramundanas, cartesianas e impessoais. Deste modo, já é possível direcionar-se e mover-se nesta espacialidade, no entendimento de Heidegger (1998, p 191) é que, neste segundo modo da disposição, “*o humor já abriu o ser-no-mundo em sua totalidade e só assim torna possível um direcionar-se para...*”. O estado de humor, exemplificadamente, trabalha como uma espécie de receptor que, de acordo com a frequência em que este se estabelece, regula os modos de abertura do ser no que tange a percepção das experiências e possibilidades. Estaremos verificando, portanto, o direcionamento pessoal em relação as possibilidades dialógicas apresentadas pelo fenômeno da *participação para o desenvolvimento*, em que evidenciam-se as respostas das variações sobre o estado de humor e a disposição frente ao campo dialógico que atrela-se ao fenômeno.

Já em um terceiro modo da disposição, o humor transcende a percepção dos modos de ser da ocupação e conduz para uma abertura mundana da pre-sença, um modo em que a pre-sença abre-se em possibilidades mais amplas, incidindo sobre as possíveis relações cotidianas que podem emergir do fenômeno da participação. Apresentam-se, com isso, referências para estabelecer uma leitura das possibilidades cotidianas a partir das variações sobre o estado de humor, que serão um substrato importante no momento realizar um direcionamento fenomenológico.

Portanto, o que nos revela o conceito de disposição é que uma mesma situação ou experiência pode incidir em distintas formas de abertura do ser e, com isso, em emergências diferenciadas de possibilidades. “*Na disposição subsiste um liame de abertura com o mundo, a partir do qual algo que toca pode vir ao encontro*” (HEIDEGGER, 1998, p. 192).

Tal liame de abertura com o mundo, por sua vez, revela uma dimensão comparativa que é denominada de *compreensão*, a qual emerge do encontro da pessoa com o modo de ser da pre-sença. Neste contexto, a abertura em relação as

possibilidades deste terceiro nível da disposição proporciona uma releitura deste estar-lançado (junto a um projeto de mundo) e, simultaneamente, um novo projetar-se. A compreensão é o poder-ser do modo de ser da pre-sença, ou seja, uma nova projeção do ser. *“Compreender é o ser existencial do próprio poder-ser da pre-sença de tal maneira que, em si mesmo, esse ser abre e mostra a quantas anda seu próprio ser”* (HEIDEGGER, 1998, p. 200).

Na mediação simbólica com o mundo, podemos verificar, então, que a disposição ou inclinação em relação ao 1, 2, 3 da semiótica peirceana relaciona-se, oportunamente, com o 1, 2, 3 da semiótica heideggeriana, condicionando um grau de variabilidade e complexidade as percepções humanas que não se cansa de renovar as perspectivas. *“É justamente na visão instável e de humor variável do “mundo” que o manual se mostra em sua mundanidade específica, a qual nunca é a mesma”* (HEIDEGGER, 1998, p. 192).

Para completar a interpretação fenomenológica alavancada nesta proposta metodológica faz-se necessário problematizar estas experiências das pessoas nos modos de ser do desenvolvimento, colocando em evidência tanto os aspectos expressos através da expressão das vivências momentâneas próprias, como as formas de abordagens estabelecidas pelas pessoas em relação as mesmas. Na evidenciação destes aspectos institui-se, finalmente, um discurso ressignificado (reprojetado) que revela o direcionamento da pessoa frente a temporalidade da participação.

A problematização, deste modo, transforma as possibilidades do ente que está no modo de ser do desenvolvimento e fornece ao mesmo, um espaço de construção discursiva mediador de sua experiência simbólica junto ao desenvolvimento. Aquele ser que outrora foi atraído pelo fenômeno temporal da participação e direcionou-se ao modo de ser do desenvolvimento compreende o projeto vivido em sua condição de lançado (*a posteriori*), revelando outro projetar-se, em um processo de interpretação que, ao mesmo tempo, reelabora-se para realizar outro lançamento. Deste modo, *“interpretar não é tomar conhecimento de que se compreendeu, mas elaborar as possibilidades projetadas na compreensão”* (HEIDEGGER, 1998, p. 204).

Deste modo, as possibilidades projetadas na compreensão elaboram-se em formas conceituais que emergem através das interpretações, sendo estas assim, a expressão de sentidos sobre as possibilidades projetadas. A comparação entre o

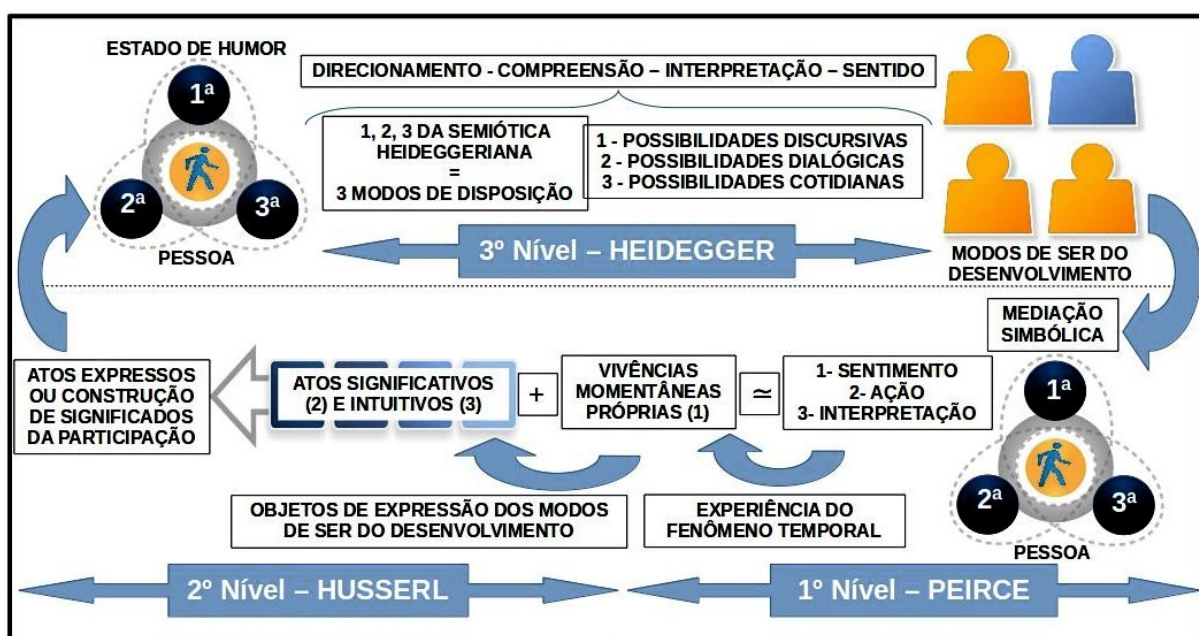
projeto vivido e o novo projeto realizada na compreensão encontra na interpretação sua elaboração conceitual para dar sentido ao novo projeto. Neste caso, há um caráter de previsibilidade nas elaborações que conformam as interpretações, quase-necessário para que se possa traduzir ou dar sentido a um novo projeto. *“Como quer que seja, a interpretação sempre já se decidiu, definitiva ou provisoriamente, por uma determinada conceituação, pois está fundada numa concepção prévia”* (HEIDEGGER, 1998, p. 207).

Em linhas gerais, encontramos na interpretação a expressão conceitual da comparação entre o vivido e o projetado experienciado na compreensão. Assim sendo, o projetado, invariavelmente, depende das experiências prévias que, por sua vez, são imprescindíveis para alcançar um sentido para as projeções. Quando se chega a uma compreensão é porque o ser da pre-sença já encontrou um sentido. *“Sentido é a perspectiva em função da qual se estrutura o projeto pela previsão prévia, visão prévia e concepção prévia. É a partir dela que algo se torna compreensível como algo”* (HEIDEGGER, 1998, p. 208). Conforme aquilo que destaca Lucia Santaella (1985), em todo momento vamos deixando semáforos, rotas, caminhos necessários para interpretar e reconhecer o mundo, em que a mediação simbólica humana desempenha papel fundamental para que os sentidos de nossas projeções possam ser construídos sem a necessidade de uma contínua e profunda reflexão, mas pelo simples fato ou quase-necessidade de conceber o adiante. *“O “círculo” da compreensão pertence a estrutura do sentido, cujo fenômeno têm suas raízes na constituição existencial da pre-sença, enquanto compreensão que interpreta”* (HEIDEGGER, 1998, p. 210).

Metodologicamente, este terceiro nível de análise estará enfocando nos processos de abertura e/ou fechamento do ser e de mundo, revelados através do 1, 2, 3 heideggeriano emergentes dos estados de humor intencionais. Em outras palavras, os estados de humor nos indicam a forma com que as possibilidades discursivas, dialógicas e cotidianas se apresentaram às pessoas e, conseqüentemente, com que disposição as mesmas foram interpretadas. Se trata, portanto, de elaborar uma justificativa metodológica para as expressões que dão forma ao direcionamento do ser. O sentido deste direcionamento, deste modo, está também na expressão da interpretação do ser que comparou a situação de ser projetado frente a um novo projetar-se, ou seja, nas aberturas e possibilidades discursivas, dialógicas e cotidianas exploradas na compreensão. Este terceiro nível

de análise se dedica, prioritariamente, a observar as transformações sobre as possibilidades que emergem da temporalidade da participação e suas relações para o direcionamento do ser para os modos de ser do desenvolvimento.

Ilustração 3 busca exemplificar diagramaticamente a composição conceitual dos três níveis de análise elaborados para a presente tese. Através desta plataforma metodológica serão apresentadas as expressões das pessoas a partir de suas próprias experiências participativas, enfocando, portanto, para explorar as relações que contribuam para concertar a construção de significados sobre a participação e, além disso, verificar o direcionamento pessoal frente a transformação sobre as possibilidades estabelecidas pela experiência do fenômeno em questão.



Os três níveis de aferição metodológica apresentados na Ilustração 3 visam aportar a experiência empírica desta tese instrumentos para a leitura da *participação para o desenvolvimento* através seu fenômeno temporal. Com isso, estabelecem-se contextos metodológicos para a apresentação das relações que conjuntamente contribuirão para realizar a construção de significados aqui proposta. Na seguinte seção, a qual dedica-se à expressão dos “entes” que estão nos modos de ser do desenvolvimento, poderemos contemplar, de forma mais palpável, as relações que circundam o fenômeno da *participação para o desenvolvimento* e que foram explicitamente expressadas pelas pessoas em suas experiências participativas.

**TERCEIRA SEÇÃO: A EXPRESSÃO DO “ENTE” QUE ESTÁ NO
MODO DE SER DO DESENVOLVIMENTO**

11 A SEMIÓTICA DO DESENVOLVIMENTO: RELAÇÕES PARA A CONSTRUÇÃO DE SIGNIFICADOS DA PARTICIPAÇÃO

"I believe that we should make available to peace-loving peoples the benefits of our store of technical knowledge in order to help them realize their aspirations for a better life. And, in cooperation with other nations, we should foster capital investment in areas needing development."

Harry S. Truman, 1949.

Como pode-se perceber na emblemática epígrafe acima destacada, o contexto do desenvolvimento está carregado de esperanças discursivas que conduzem ao entendimento do mesmo como um espaço de participação recheado de simbolismos. Neste sentido, a inserção das pessoas nestas cotidianidades, como em muitas outras, revela experiências significativas que vão além daquilo que materialmente podemos contemplar. Desde há muito tempo, o desenvolvimento vem, literalmente, movendo pessoas, sonhos, ideologias, filosofias e instituições na tentativa de alcançá-lo, muitas vezes tais tentativas acabam por materializar discursos e propostas de mudanças.

Sem embargo, o que acontece nos bastidores do desenvolvimento não tem sido objeto de muita preocupação, fazendo valer a velha máxima maquiavelista de que os fins justificam os meios. Apesar de que todos os olhares estejam voltados para aquilo que acontece no "terreno", não devemos simplesmente descartar as experiências proporcionadas pela prática deste discurso em suas diversas cotidianidades.

Simbolicamente potente, o discurso do desenvolvimento influenciou para a construção de diversos campos de práticas em que a participação nos mesmos tende a herdar seus aspectos simbólicos. Sendo um meio para o desenvolvimento e vivenciando suas cotidianidades, as pessoas constantemente deparam-se com tarefas, atividades e afazeres que conduzem às práticas em torno deste discurso. Estas não podem ser simplesmente consideradas impessoais, vazias, inconscientes ou sem sentido, pois, como poderemos observar no material que apresentaremos a seguir, são elementos de grande relevância para as pessoas que nestas conjunturas participam.

A experiência cotidiana do desenvolvimento encontra-se impregnada por seu simbolismo complexo e a participação, neste contexto, adquire significados que vão

além da experiência material, produzindo sentimentos, ações, interpretações e transformações que tornam-se importantes referências para as demais experiências pessoais. Palenzuela (1995), por exemplo, utiliza-se da expressão “culturas de trabalho” para categorizar teoricamente as práticas cotidianas nos processos de trabalho e nas relações sociais de produção e suas influências para que as pessoas gerem experiências tanto materiais, como ideais.

A mediação simbólica da temporalidade da participação carrega as cotidianidades do desenvolvimento de significados, os quais podem diferenciar-se de acordo com a conjuntura e o modo em que a pessoa participa. Neste sentido, antes de incidir diretamente sobre a construção de significados da participação para o desenvolvimento convém conhecer um pouco das relações entre as modalidades de participação das pessoas e a apropriação semiótica destas experiências. O significado da participação, porém, pode estar intrinsecamente associado a este processo de apropriação simbólica. Para tal, fica estabelecida a exploração das entrevistas proporcionadas pelas pessoas através das três conjunturas observadas durante o estudo empírico desta tese: a conjuntura dos gestores proponentes, dos gestores executores e dos gestores beneficiários.

O significado da *participação para o desenvolvimento*, portanto, está vinculado aos aspectos conjunturais em que as pessoas se inserem, ocupando-se com elementos que transformam suas pessoalidades através de modalidades de ocupação que operacionalizam este discurso. Neste sentido, os modos de ser do desenvolvimento são modalidades de ocupação que prezam-se que sejam impessoais, contudo, é inevitável que inferências pessoais conformem-se através das conjunturas institucionais, construtoras de cotidianidades. As atividades cotidianas experienciadas pelas pessoas, no contexto metodológico deste tese, são elementos de problematização, da qual derivam os objetos da análise semiótica do desenvolvimento. De modo geral, trata-se de dar forma à expressão dos “entes” que estão no modo de ser do desenvolvimento.

11.1 A conjuntura dos gestores proponentes: os modos de ser dos proponentes

Como pudemos verificar na apresentação do marco empírico desta tese, no capítulo 7, a conjuntura dos gestores proponentes é suportada por uma estrutura

organizacional formal, onde as pessoas ocupam-se através de funções burocraticamente preestabelecidas, caracterizando formas de operacionalização organizacional hierárquicas. Neste contexto, ao estar no modo de ser do desenvolvimento, os proponentes geralmente convivem com atividades cotidianas claramente delimitadas dentro de um marco funcional, em que as mesmas, com o tempo, passam a repetirem-se cotidianamente. Portanto, independentemente do propósito das atividades destas organizações, os modos de ser dos proponentes não contemplam grandes variações em suas atividades cotidianas.

Não obstante, outra característica marcante no cotidiano das pessoas que estão nos modos de ser dos proponentes é a grande distância física que estas encontram-se do “terreno”. Ou seja, muitas destas pessoas não contam com uma retroalimentação de informações sobre os resultados de suas práticas cotidianas no contexto de “terreno”, carregando, ainda mais, o campo simbólico dos discursos que são operacionalizados nestas conjunturas.

Apesar desta regularidade das atividades cotidianas e esta grande distância em relação àquilo que acontece no “terreno”, que são características marcantes contempladas na conjuntura dos proponentes, foi possível verificar que a participação destas pessoas nestas cotidianidades é mediada por uma carga simbólica importante, capaz de gerar distintas inferências sobre o fenômeno em questão. A problematização das atividades cotidianas realizadas no contexto empírico de investigação desta tese pôde verificar, por exemplo, que a maior parte das pessoas entrevistadas que estavam no modo de ser dos proponentes constataram mudanças importantes em suas vidas relacionadas às práticas cotidianas realizadas em sua *participação para o desenvolvimento*.

No quadro 1 abaixo podemos verificar uma transformação derivada principalmente da extrapolação das práticas cotidianas à vida pessoal, em que fica explícita a utilização das práticas realizadas na conjuntura institucional como modelo de organização aplicável também à vida pessoal.

Atividades cotidianas	Mudanças
<p>“Yo me dedico a gestionar 4 o 5 procedimientos básicos que son: la inscripción de las entidades que quieren recibir subvenciones de la organización, es decir, inscribirse a esta gente, hay una serie de procedimientos establecidos, presentamos una serie de documentaciones, se</p>	<p>“Quizas, yo he aprendido a ser muchísimo más ordenado, porque para gestionar un registro de agencias, tiene que ser sumamente ordenado, muy cuidadoso con la documentación. Quizas este aspecto se ha extrapolado a mi vida diaria en la gestión de mi documentación domestica</p>

<p>examina esta serie de documentaciones, si se ve que hacen falta algo si no no, así se decide la inscripción de esta entidad. Una vez inscrita esta debe actualizar estos datos anualmente. Este es outro procedimiento, la actualización de datos, otro es la modificación y el otro es de la cancelación de las inscripciones por los motivos que sean. Tambien me encargo de dar soporte al departamento de gestión de ayuda.” (Proponente 2)</p>	<p>que la hago de otra forma. Tambien he aprendido a ser mas cuidadoso a establecer una serie de pautas a la hora de manejar la documentación.” (Proponente 2)</p>
<p>“Yo estoy contratada responsable del proyecto de voluntariado, o sea, toda la parte administrativa y tecnica de este proyecto. Entonces me encargo de todas las formulaciones de proyectos, de las justificaciones, las evaluaciones y la gestion propia del programa, es decir, contractos con la contraparte, estudios de propuestas, formación en este ambito, divulgación. Todo que tiene que ver con este programa. Cosas que hacemos diariamente, tanto yo como la otra tecnica, asesoramos a los miembros de la comunidad universitaria que quieren poner en marcha actividades de cooperación. Tambien me encargo de la gestion de las intervenciones.” (Proponente 5)</p>	<p>“Hoy en día soy mucho más política, pró-participación, más humana, al final te permite tener una vision de la política que no habría desarrollado en otro trabajo. Antes de trabajar con las metodologías participativas ni me ocurría pensar que todas actividades deben ser desarrolladas a partir de una demanda y que las personas esteen allí para confirmar estas demandas. Y esto acaba inserindo a tu vida personal, al día de hoy tengo un respecto brutal por cualquier persona que me encuentro, porque cada uno tiene las experiencias de su propia vida. O sea, un cambio principalmente en reconocer las calidades humanas. Mucho más sensibilidad. Me parece que deberia aprender todo el mundo estas metodologias participativas.” (Proponente 5)</p>

Quadro 1 – Relação entre atividades cotidianas da participação e mudanças na vida pessoal dos proponentes 2 e 5.

Em alguns casos, esta extrapolação da cotidianidade conjuntural à vida pessoal se dá de forma mais dramática. Em que as pessoas que estão no modo de ser do desenvolvimento registram um direcionamento quase que integral da vida pessoal às dinâmicas das conjunturas institucionais. Como podemos observar no quadro 2, algumas delas ainda destacam a necessidade de realizar esta integração como uma premissa para participar destas conjunturas, como enfatiza o Proponente 4.

Atividades cotidianas	Mudanças
<p>“Mi función es de coordinación regional, yo soy coordinadora regional y tengo tambien un componente educativo, del tema de educación para el desarrollo. Tengo las dos funciones. Acompañamiento de las delegaciones, aqui en Andalucía hay 7 delegaciones, una por provincia, nos queda Jaen, pero tenemos representaciones de centros educativos. Entonces esto implica estar atenta a las necesidades, que se fortalezcan y que se crezcan en su formación en la organización, evaluar, difundir. Allí hay un</p>	<p>“Si trabajas en cooperación, principalmente, en países, en terreno, ya estás cambiando tu vida. Porque te implicas en conceptos absolutamente nuevos que te obliga a entender, a verlo, o sea, esto ya es por si, hay un espacio físico geográfico de culturas diferentes que ya eso te hace ser otra persona. Necesitas entender. Y, luego, trabajar aquí en España es un compromiso, que vá más allá de tu remuneración, que no suelen ser elevadas; que vá más allá de tu horario, pues debes estar</p>

<p>trabajo constante y a lo largo del tiempo, cotidiano. Van surgiendo cosas en cada provincia como se hace, como hacerlo, como ligarla a que esta estrategia general, como ligarla a los recursos que tenemos. Esa es una parte importante de mi día a día, que es el acompañamiento de las personas. Luego, el acompañamiento más técnico de la parte educativa, toda la planificación, todo lo que es el aterrizaje, de la planificación, de coordinar los equipos de educación dentro de la región. Todo este marco de cosas. La actividad más común yo creo que sea el acompañamiento de los grupos de voluntarios. Es variado porque tengo doble función.” (Proponente 4)</p>	<p>disponible 80% del día. Porque tu lo crees, porque otros lo hacen voluntariamente, o sea, que están dedicando su tiempo que no tienen a esto. O sea, que tu tiene que estar también en esta disposición. El personal de la institución es personal técnico muy bien preparado, con unos cuantos máster, con muchas capacidades, con muy poca remuneración y con alto grado de voluntariado. O sea, que hay que mezclar tu voluntariado con tu trabajo. Sinó es muy difícil llegar a este trabajo, porque es mucho trabajo, con mucho compromiso. Tiene que estar en este “para que?”, “para que” estás trabajando? “Para que” estás haciendo esto? Porque? Así que esto es compromiso y eso es tu motivación.” (Proponente 4)</p>
---	--

Quadro 2 - Relação entre atividades cotidianas da participação e mudanças na vida pessoal do proponente 4.

Como vemos, a participação nas conjunturas do desenvolvimento são bastante significativas para as pessoas que dedicam-se às mesmas, podendo provocar transformações marcantes e incidindo diretamente sobre as vidas pessoais destes participantes. Neste contexto, aquilo que, muitas vezes, torna-se uma atividade de caráter altruísta, como pudemos verificar nas transcrições destacadas no quadro 2 (acima), pode tornar-se elemento de grande frustração e causar mudanças que são entendidas como danos a própria saúde. No quadro 3 (abaixo) poderemos verificar a relação entre sentimentos opostos derivados das práticas cotidianas, de um lado motivação e, de outro, estresse.

Atividades cotidianas	Mudanças
<p>“Ahora mismo mi actividad es la búsqueda de financiación europea, la búsqueda de personal que quiera presentar un proyecto a la convocatoria con fondo europeo y el asesoramiento de estas personas en relación a las convocatorias que van saliendo. Eso es una de las cosas principales. Mi trabajo esta directamente relacionado al director de la oficina. Yo le apoyo a el y sobretodo, cuando hay que hablar en francés o inglés. También me ocupo de coordinar las actividades y solicitudes que hacen las ONG's. Y, después, también me ocupo de una base de datos del ministerio que me piden todas las actividades que se hagan con ayuda al desarrollo. Ir informando sobre las actividades, financiaciones, etc... En efectivo, todo los días tengo que mirar si hay convocatoria europea, así todos los días tengo que buscar los profesores que tenga algo que ver y si quieren presentar un proyecto. Algunas son de obras, otras de servicios y otras de ONG's. Lo que pasa es que hay apenas unos pocos profesores que quieren hacer cooperación, así son siempre los mismos.” (Proponente 7)</p>	<p>“El cambio es que tengo un stress tremendo. O sea, yo veo la cooperación como sea parte de tu voluntad. La cooperación te exige mucho más que yo puedo dar sin limites. Es imposible, somos limitados, físicamente, mentalmente, todos tenemos limites. Te das cuenta que no puede ser, que no puedes estar infinitamente con un tema. Tu necesitas tu parte privada y todo propia parte en tu vida. Otro cambio, es que me siento mucho más motivada en este trabajo con el que hacia antes, mucho más interesante. Entonces, allí sí da cierta felicidad que contrasta este stress tan horroroso. Es verdad, eso es como el síndrome del quemado, cuando te quemas ya no quieres más. Hay que ponerse limites, parar un poco.” (Proponente 7)</p>

Quadro 3 - Relação entre atividades cotidianas da participação e mudanças na vida pessoal dos proponentes 7.

Para alguns, a participação para o desenvolvimento revela-se como uma experiência que é acompanhada de relações que dão forma a distintos espaços cotidianos que vão além das conjunturas institucionais formais de participação, conformando novas amizades, debates, conjunturas e grupos sociais. No quadro 4 apresentam-se algumas considerações que demonstram como os diferentes tipos de relações emergentes da *participação para o desenvolvimento* podem extrapolar estas cotidianidades.

Atividades cotidianas	Mudanças
<p><i>“Lo que hago es llevar el blog de la oficina, bueno, tambien lo llevo con otra técnica, así llevamos las dos. Luego que hacemos es la parte administrativa de los voluntarios, hemos estado con la resolución de las cuentas del voluntariado. Atendo el teléfono, ricibo las personas con documentación y ahora con la evaluación de proyectos y curriculum. He estado leyendo por internet sobre estes temas. Hemos pasado las ultimas 4 semanas leyendo proyectos y curriculum. Un poco así atendemos el teléfono, la gente que viene pedir informacion en general, hago fotos, hablo con las personas que organizan eventos.” (Proponente 8)</i></p>	<p><i>“Desde que empecé con estas actividades mi vida ha cambiado totalmente, talvez sea por mi edad. Cuando empecé tenía 19 años y apenas habia entrado en la universidad. Pues ahora tengo 23 y digamos que un poco como una cosa que me interesó ahora ya me va llevando por un camino profesional que yo realmente no lo me esperaba, pero que ahora me gusta. Mis amigos, el entorno en que me nuevo. Mi idea del mundo ha cambiado totalmente, pero no lo se si es bueno porque ahora mismo me siento un poco pesimista. O sea, aunque trabaje no estoy muy convencida de que realmente esto sirva para algo, talvez en sentido local. Penso que quizas mi idea de globalidad tiene un poco de orgullo, estoy trabajando un poco conmigo en este sentido. Mi idea del mundo ha cambiado totalmente, pues yo creo que tiene que ver con los cambios en España en los ultimos 4 años. Ha cambiado mi intención de trabajo, porque ahora pienso que el trabajo que haga sea de acuerdo con mi conciencia, evidentemente, si yo necesito para comer estamos sujetos a la desesperación.” (Proponente 8)</i></p>
<p><i>“Trabajo en el grupo de trabajo de cooperación descentralizada aqui em Andalucia. Y trabajos con otras redes, una de trabajo con la infancia y otra de grupo de trabajo de organizaciones afines a la iglesia o de origen espiritual que tienen una campaña por Africa. 1- Estamos en estas redes pues son redes de accion publica, pero el trabajo puede ser muy diverso, 2- en momento determinado estamos haciendo un seminario, en otro momento sacamos una pequeña publicación, en outro momento estamos sacando notas de prensa o estamos entrevistando politicos sobre el tema. 3- Otra seria participar de seminários, cursos. Y, 4, seria interlocución politica, las relaciones con la agencias de</i></p>	<p><i>“Yo diria que el principal cambio es que entras em un circulo que empieza a conocer muchas experiencias, mucha gente. Es decir, pasas de una idea profisionalizada de la cooperación donde los contenidos tienen que ser buenos, tienen que tener un discurso coerente a, de repente, estar mucho más sensibilizado por la experiencia que te cuentan, que has vivido, que ves. Ese es quizás el principal cambio. Pasar de la teoria a la práctica, mi trabajo me ha permitido contactar con gente que has venido de proyectos o que has venido de estar conociendo algun proyecto, o que pasan algun video de algun proyecto concreto, de contar experiencias. Eso que es lo que de, alguna manera, más te cambia.</i></p>

cooperación, los técnicos de cooperación. Esas serían las 4 líneas de actividades principales, de mis tareas. La práctica más común sería preparar contenido en ordenador, esos contenidos podrían ser o para las publicaciones o para presentaciones, que material que vamos utilizar en un curso, en un taller, esas serían mis actividades más comunes. Es decir, es estar delante del ordenador preparando contenidos.” (Proponente 3)	De tener una empatía, de tener mucho más cercanas estas realidades que solo desde lo teórico.” (Proponente 3)
---	---

Quadro 4 - Relação entre atividades cotidianas da participação e mudanças na vida pessoal dos proponentes 8 e 3.

Em muitas destas experiências de *participação para o desenvolvimento*, a cotidianidade está preenchida com uma série de atividades que, devido as suas características, exigem, por exemplo, a realização de viagens ou comunicações externas que ocupam as pessoas em momentos que não podem ser realizados somente no espaço físico da organização. Portanto, *a priori*, são exigidas mudanças nas vidas cotidianas para que as pessoas possam participar em determinadas ocupações existentes nas conjunturas do desenvolvimento. Neste contexto, pode-se observar nestes comentários dos entrevistados que há uma ênfase na ideia de adaptação, refletindo o esforço das pessoas para participar nestes modos de ser do desenvolvimento.

Nas transcrições apresentadas pelo quadro 5 fica clara a percepção de que, em determinadas ocupações do desenvolvimento, deve ocorrer uma forte adaptação pessoal para poder cumprir com as atividades cotidianas das mesmas.

Atividades cotidianas	Mudanças
“Lo que hacemos normalmente en el día a día negociamos como trabajamos con la gente y vamos viendo como van la gente de los distintos proyectos y vamos tomando decisiones. Sobre que hacer, como avanzar, que cosas deberíamos hacer. Yo ahora, mi agenda esencial esta en la solicitud de nuevos proyectos y estoy ahora mismo trabajando en nuevos proyectos europeos de convocatorias de la Union Europea que tengo bastante trabajo y reuniones, revisar documentos, informes vinculados con nosotros. Proyectos que llevo personalmente en la cooperación me ocupan un día y luego despues ir reunindome con distintas personas para ver becas, con la gente de becas,	Ahora viajo mucho, bueno no tanto, pero si me pongo a pensar a cada dos semanas tengo un viaje. Antes, yo viajaba pero no tanto. Ahora tengo menos docencia, entonces mi trabajo con el alunado ha disminuido, pero a parte tengo muchos problemas a resolver. O sea, estoy todo el día intentar solucionar los problemas que van surgiendo. Si que has cambiado substancialmente. Primero, me he tenido que adaptar a un ritmo de trabajo diferente. Ahora necesito ser productivo donde estés, con la gente donde esté, estando en mi país o fuera tengo que hacer. Entonces, a nivel psicológico ha tenido que haver una adaptación fuerte. Es difícil tambien personalmente adaptarte a un contexto donde siempre estas viajando, esto te cuesta trabajo adaptar porque además tiene que seguir siendo productivo igualmente. Segundo, tiene que tomar decisiones rápidas a veces, es una de las cosas que no estamos acostumbrados normalmente, los problemas surgen sobre la marcha y

<p>haciendo la seleccion, vendo los problemas con alunado para venir. Todo este tipo de cosas vamos nos reunindo cada poco tiempo y tomando decisiones. Tambien con la gente de la educacion para el desarrollo con los cursos que van haciendo, tambien con la gente de los proyectos que van vendo convocatorias. Cada semana va cambiando..." (Proponente 6)</p>	<p>tienen que ser decididas sobre la marcha. Tiene que aprender tambien a delegar, porque si tu no puede llevar adelante todo el trabajo. Pero, delegar de una manera ordenada tambien es complicado porque si delegas de forma desordenada terminas formando una organizaci3n de multiples culturas que no es lo que tu pretendes. Otra cosa es que contamos con que contamos, la falta de recursos te hace que no puedes contractar y tiene que formar a los que tienen y eso requiere tiempo, un proceso. (Proponente 6)</p>
---	---

Quadro 5 - Relaç3o entre atividades cotidianas da participa33o e mudanç3as na vida pessoal dos proponentes 6.

Como pudemos verificar nas transcriç3es destacadas, as atividades cotidianas derivadas da participa33o para o desenvolvimento influenciaram a ocorr4ncia de distintas mudanç3as nas vidas das pessoas que est3o no modo de ser do desenvolvimento sob a condiç3o de proponentes. Metodologicamente, tais mudanç3as podem ser compreendidas como f4rtil substrato para realizar as an3lises semi3ticas propostas para esta tese. Assim sendo, contemplaremos as citadas mudanç3as como relaç3es emergentes do fen3meno temporal da participa33o, no sentido de que estas s3o problematizaç3es sobre a experi4ncia deste fen3meno.

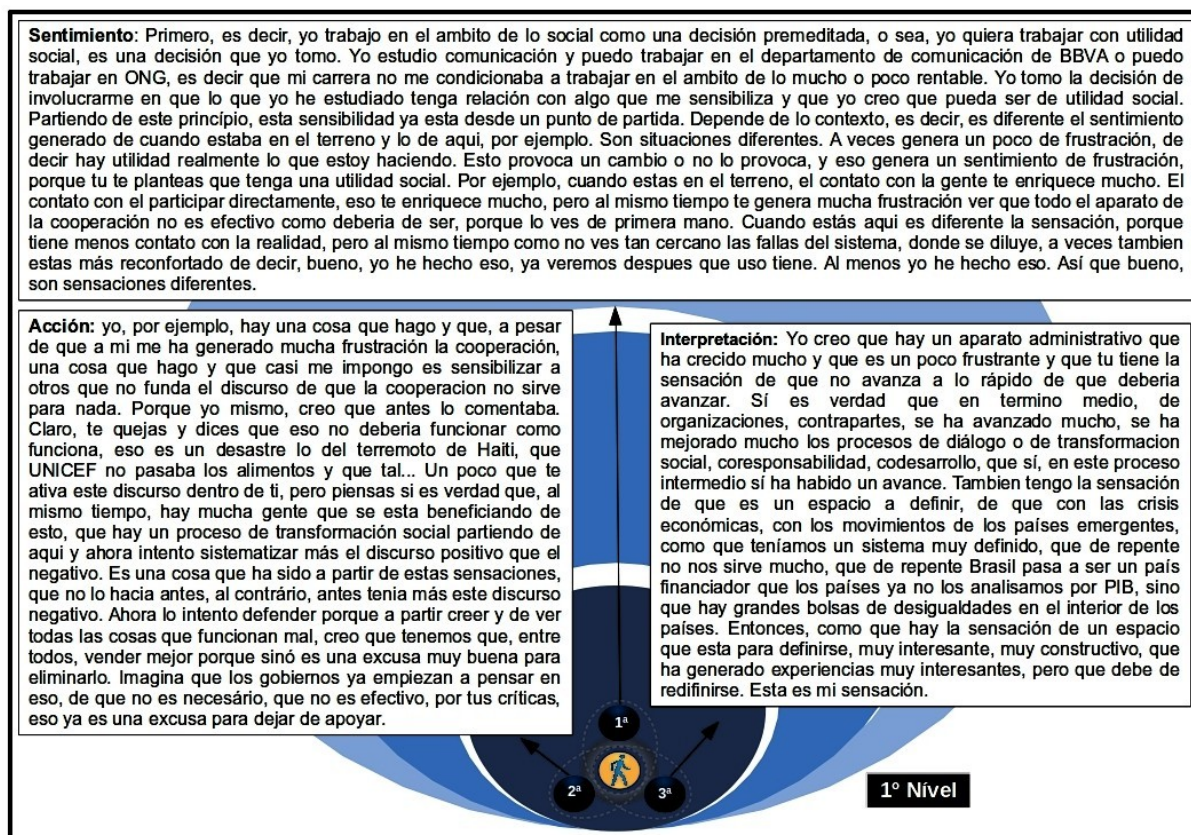
O registro destas mudanç3as derivadas das experi4ncias do fen3meno temporal da participa33o torna-se um importante instrumento anal3tico no momento de realizar as tarefas metodol3gicas propostas nesta tese. Atrav4s das mesmas inicia-se o processo de problematizaç3o fenomenol3gica que constitui os tr4s n4veis de an3lise aqui trabalhados. Quando utilizamos a palavra *mudanç3as* estamos nos referindo, metodologicamente, às *transformaç3es sobre as possibilidades*, atentando para que as mesmas possam fertilizar a emerg4ncia de *objetos* que reflitam sobre a experi4ncia de estar no modo de ser do desenvolvimento. Trata-se, portanto, de constituir um processo de tematizaç3o ontol3gica para desenvolver os tr4s n4veis anal3ticos que se pretende alcanç3ar.

Deste modo, a an3lise semi3tica peirceana que estar-se-3 destacando a seguir constitui o primeiro n4vel de an3lise da experi4ncia emp4rica desta tese, o qual busca destacar a mediaç3o simb3lica do fen3meno da participa33o como ponto de partida para promover a emerg4ncia de atos expressos que contribuir3o para a pretendida construç3o de significados da participa33o (2º n4vel) e, al4m disso, para o estudo do direcionamento das pessoas que est3o no modo de ser do desenvolvimento (3º n4vel).

Sem embargo, 4 neste 1, 2, 3 da semi3tica peirceana que poderemos contar

com as expressões mais latentes produzidas pela experiência da participação, com isso, influentes tanto para a significação quanto para o reposicionamento pessoal frente a estas experiências e possibilidades que apresentam-se deste fenômeno temporal. Desde um ponto de vista especial, poderemos contemplar, através das análises semióticas, a forma com que as mudanças derivadas das atividades cotidianas relacionam-se de forma quase-necessária ao discurso do desenvolvimento, ou seja, a *participação para o desenvolvimento*, constituindo um forte enlace entre aquilo que é realizado nas cotidianidades e aquilo que é buscado discursivamente.

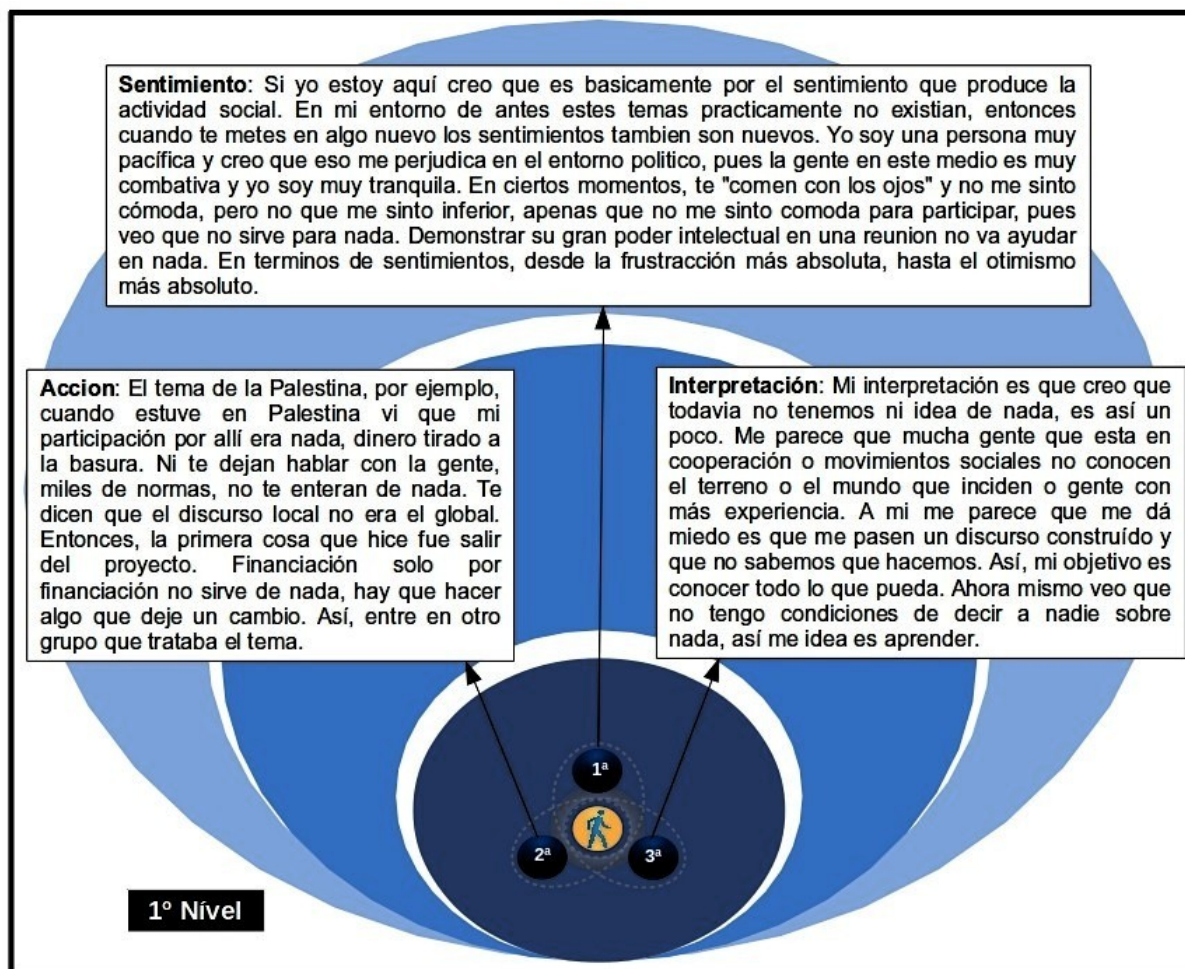
Elucidativamente, destacamos na ilustração 4 (abaixo) uma das análises semióticas que realizam este forte enlace entre as mudanças vivenciadas através das cotidianidades e o discurso que se pretende promover, constituindo, de forma imediata, atos significativos e intuitivos que darão suporte à construção de significados de sua própria experiência participativa.



Como podemos observar na ilustração 4 (acima), há uma intensa

problematização sobre como a experiência do fenômeno temporal da participação, através da conjuntura dos proponentes, pode incidir sobre as possibilidades de alcançar aquilo que é proposto discursivamente pela organização. Ficam claras as tensões e dúvidas geradas sobre o que realmente resulta concretizar-se em “terreno” a partir da realização de atividades cotidianas tão delimitadas pelo marco burocrático-institucional. Neste sentido, tais sentimentos, ações e interpretações tornam-se cruciais no momento de significar o discurso, a própria participação, e na busca de reprojeter suas experiências neste âmbito discursivo.

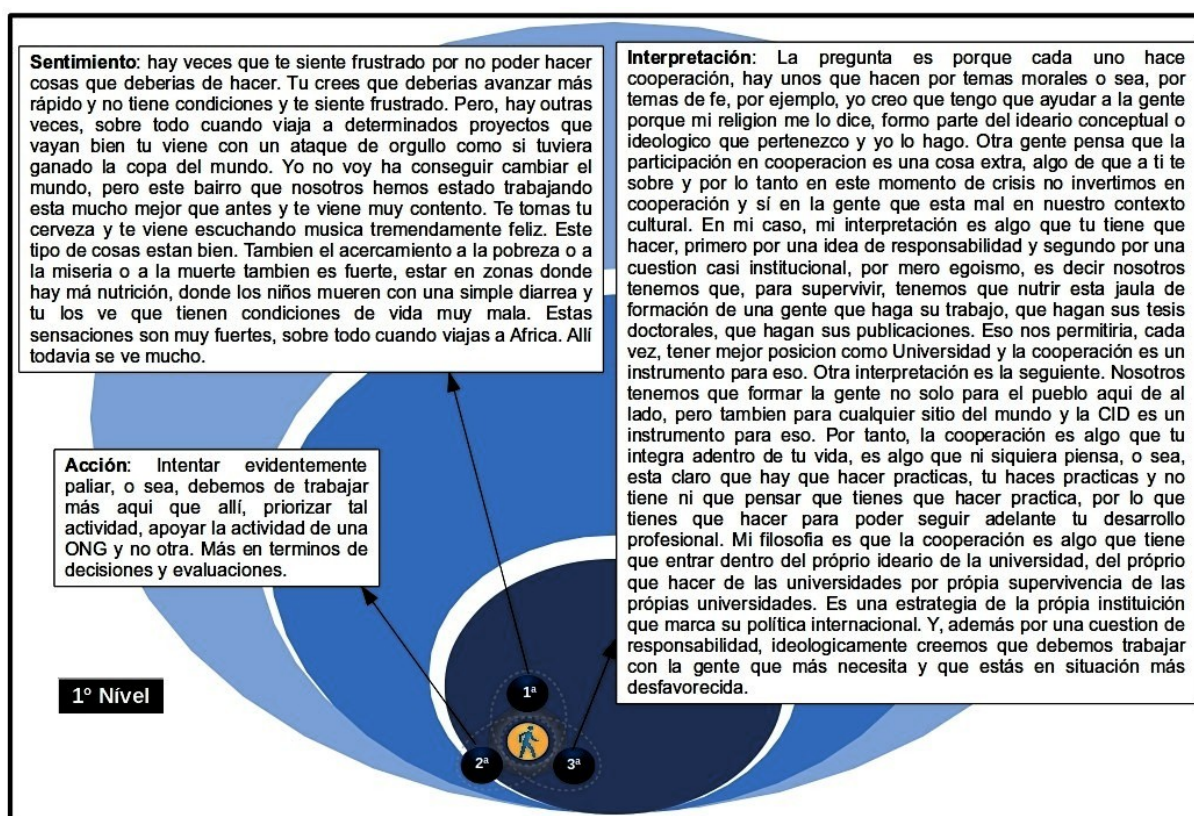
Diferentemente da perspectiva mais otimista apresentada na análise semiótica destacada acima, a ilustração 5 (abaixo) indica uma perspectiva mais pessimista em relação à possibilidade de que suas atividades cotidianas possam resultar nas transformações propostas pelo discurso operacionalizado. Não obstante, a ilustração pode demonstrar também como podem ser efetivos os aspectos simbólicos experienciados nas cotidianidades institucionais, principalmente quando as mesmas possibilitam realizar ações que enquadram-se naquelas que são denominadas de “atividades sociais”.



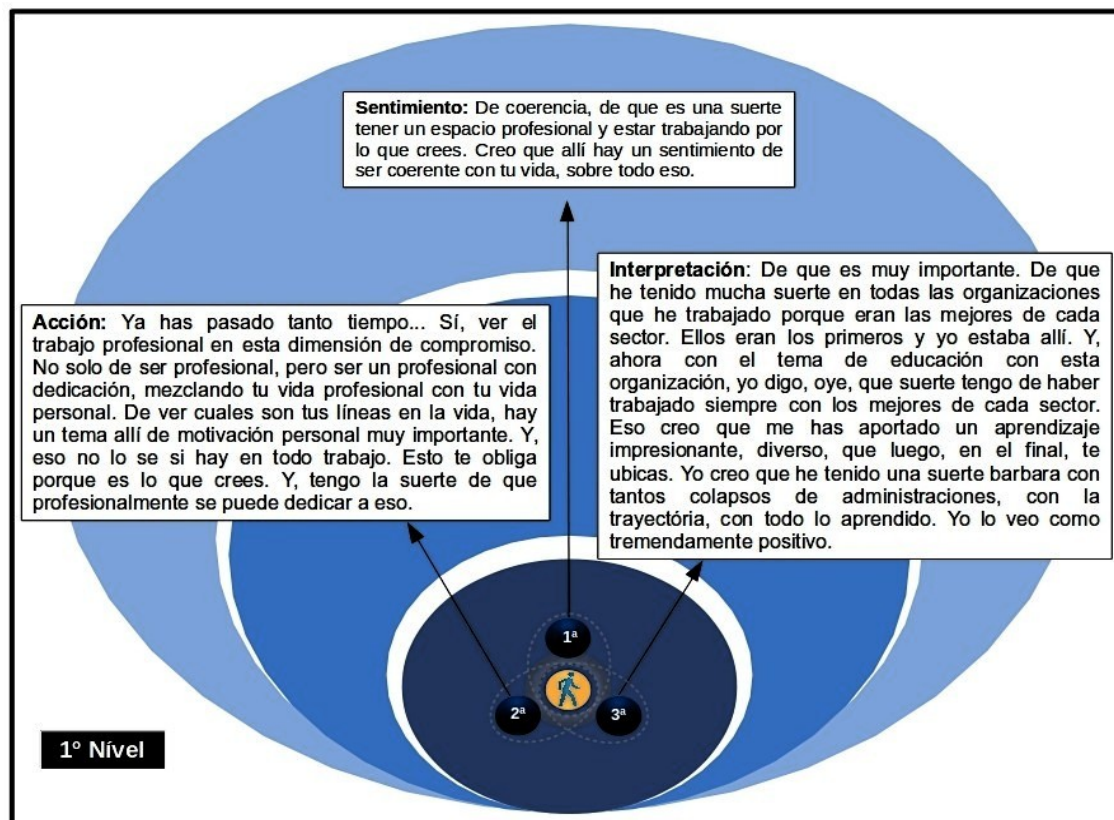
Apesar do explícito pessimismo em relação às possibilidades de alcançar os objetivos discursivamente propostos, é marcante o destaque dado pela proponente entrevistada aos sentimentos produzidos pela experiência da participação, declarando, da mesma forma que podemos observar também na ilustração 5 (anterior), que o principal motivo para sua participação seria a busca pelos sentimentos que são produzidos pela experiência. Neste sentido, podemos superficialmente inferir sobre como pode ser importante a mediação simbólica da prática cotidiana no momento de dar significado às experiências participativas e aos discursos.

Seguindo esta linha de pensamento, podemos conferir na ilustração 6 a seguir como a experiência do fenômeno temporal da participação está associada à produção de uma série de sentimentos que variam entre os extremos da alegria e da frustração. Além disso, destaca-se a extrapolação realizada pelo proponente

entrevistado em relação à necessidade de estar direcionando-se e constituindo espaço para a participação em tais processos, em que os mesmos tornam-se espaços de caráter utilitaristas, propícios para o desenvolvimento e a sustentabilidade institucional. Neste sentido, o fenômeno temporal da participação gera possibilidades de aproximar-se de práticas que relacionam dimensões ideológicas e institucionais. O que, de fato, poderíamos inferir que tratamos de uma experiência explosivamente simbólica.



Finalmente, seria importante enfatizar como, na conjuntura dos proponentes, os elementos simbólicos do desenvolvimento são fundamentais para que as pessoas sejam atraídas pelo fenômeno temporal da participação. Nesta semiótica do desenvolvimento, aplicada às pessoas que estão no modos de ser dos proponentes, é corriqueira a utilização de sinônimas de palavras como crença e ideologia para justificar as práticas cotidianas realizadas pelas pessoas em suas conjunturas, bem como para explicar a permanência das pessoas nestas modalidades de ocupação. Neste sentido, a ilustração 7 (abaixo) permite-nos contemplar tais componentes.



Com isso, podemos observar como os aspectos simbólicos relacionados ao discurso do desenvolvimento exercem influência para a participação das pessoas nos modos de ser do desenvolvimento disponibilizadas pelas conjunturas dos gestores proponentes. A mediação simbólica do desenvolvimento lança luz sobre uma multiplicidade de elementos que conectam simples práticas cotidianas em contribuições para a realização de ações que acredita-se que sejam capazes de transformar realidades sociais para melhor, aproximando-as do desenvolvimento. Uma conexão quase-mágica, pois muitas vezes tais resultados não são conhecidos pelos proponentes e tampouco observados *in loco*. Entretanto, quase-necessária para que o discurso do desenvolvimento siga simbolizando a busca de melhores situações para muitas pessoas.

Desde a apresentação destas primeiras expressões daqueles que ocupam-se nas conjunturas dos proponentes, podemos verificar o quão importante seria conhecer com mais detalhes as experiências participativas que desenrolam-se externamente às situações de “terreno”, deixando-nos criticamente atentos em

relação às teorizações e tipologias que dedicam-se exclusivamente a analisar este contexto. Podemos perceber que mesmo para os proponentes, que nestas tipologias corriqueiramente eram taxados como impositivos e centralizadores das decisões, estabelecem-se condições participativas restritas que não deixam tantas margens para decisões. A experiência *lato sensu* disponibilizada pelo fenômeno da *participação para o desenvolvimento* preliminarmente aporta referências de que isso que estamos denominando também de participação pode ser experienciada através das impessoais ocupações historicamente construídas pelas organizações desenvolvimentistas.

11.2 A conjuntura dos gestores executores: os modos de ser dos executores ou parceiros locais

Como comentou-se anteriormente, a conjuntura dos gestores executores é aquela responsável por realizar a “ponte” entre aquilo que é discursivamente buscado pelos proponentes e aquilo que é a esperança de melhores situações para os beneficiários. Portanto, destaca-se um posicionamento diferenciado em relação ao discurso do desenvolvimento quando comparado à conjuntura dos proponentes.

Neste sentido, as referências sobre as crenças e ideologias tão destacadas na análise semiótica da conjuntura anterior vão sendo substituídas pela carga simbólica derivada das práticas cotidianas realizadas junto aos beneficiários, de onde emergem também as marcantes transformações sobre as perspectivas daqueles que participam nos modos de ser dos executores. Por outro lado, é através da comunicação e das práticas cotidianas realizadas em contato com os proponentes que os discursos operacionalizados estão sujeitos às maiores problematizações, evidenciando os tradicionais debates entre teoria e prática.

Na conjuntura dos gestores executores ou parceiros locais, muitas das mudanças estão relacionadas às práticas cotidianas que se estabelecem com ambas as conjunturas, de um lado os proponentes e, de outro, os beneficiários. Fato que difere significativamente da conjuntura anteriormente apresentada, onde as práticas cotidianas encerravam-se em torno da própria conjuntura. Neste contexto, os executores tendem a ter mudanças mais drásticas, em que a participação nos modos de ser dos executores exigem esforços para contemplar e conectar as demais conjunturas.

Deste modo, poderemos observar nas transcrições que serão apresentadas a seguir diferentes tipos de mudanças, em que, de um lado, estão aquelas derivadas das relações com os proponentes enquanto que, de outro, estão aquelas relacionadas aos diálogos com os beneficiários. Além disso, podemos verificar alterações que derivam de relações com ambas as partes. No quadro 6 (abaixo) poderemos conferir como as atividades cotidianas relacionadas à participação nos modos de ser dos executores podem alterar drasticamente a vida destas pessoas.

Atividades cotidianas	Mudanças
<p><i>“Las actividades principales, así como yo veo, es más bien de administración. Como yo estoy directamente en campo, entonces trato de manejar todas las cosas que hay. No precisamente solo la parte técnica. Mi función sería asistir técnicamente a los productores, pero también hago mucha parte de administración. Manejo, por ejemplo, herramientas, semillas o cualquier otra cosa que se necesite acá en la comunidad. Todo aquí en el centro está a mi cargo también. La parte de producción de apicultura yo estoy llevando. Tenemos un apiario. En términos generales, estoy manejando la parte productiva. El ganado, vacunación, todo estoy haciendo yo.”</i> (Executor 1)</p>	<p><i>“Yo creo que uno adquiere más conocimiento haciendo diferentes actividades. Más conocimiento y por supuesto la experiencia, que es lo más importante. Pero cambio directamente en mi vida cotidiana no. Estar aquí de lunes a viernes y estar un poco aislado por el tema de las comunicaciones. No tenemos internet y muchas cosas. Eso sí es un cambio, sí, sí. No estar con la familia por ejemplo. Ese sería el cambio.”</i> (Executor 1)</p>
<p><i>“La actividades prácticas que más se repiten, la actividad más típica que yo recuerdo, son las largas conversaciones. Uno recuerda que en todos nuestros proyectos que yo trabajo, son largas conversaciones, interminables conversaciones, esta, por ejemplo, es una de las actividades. Luego, como en este caso, nuestra particularidad es que eso se entenece y se trata de organizar cada conversación, aunque no llegue a tener la condición de organizar todo, pues es mucho. En otros casos, en otros proyectos, a veces, persisten en hacer una cosa y deja de lado todo lo otro. En este caso no, se trata de no desperdiciar nada, se trata de clasificar este aquí, este otro por allá, este tipo de clasificación.”</i> (Executor 3)</p>	<p><i>“Sí, muchísimos. Lo de las mudanzas mismo. De estar 6 meses en un lado y 6 meses en otro, esto te marca. Así como te puede destruir, te marca sí o sí y al final uno tiene sus cosechas. Por otro lado, al final, uno depende y uno repite también las cosas, uno va incorporando nuevas cosas y al final, cuando uno va para desarrollar una cosa, uno ve que uno también acaba se revolucionando. Los lados ingratos son que estos son cosas a tiempo determinado. Luego, eso me ha hecho ser funcionario público, pero mi invitación ha venido de estar allí. Lo que es muy diferente, pues aquí es como un teatro. Pero, es bueno el dinero que hago con la función pública, aunque uno hace una actividad muy limitada.”</i> (Executor 3)</p>

Quadro 6 - Relação entre atividades cotidianas da participação e mudanças na vida pessoal do Executor 3.

Como se pode observar nas transcrições acima destacadas, as mudanças se dão, neste caso, muito mais no plano prático que no plano teórico e estão diretamente relacionadas com a modalidade de participação. Muitas vezes, para estar no modo de ser dos executores são exigidos longos afastamentos da vida

privada em que o ser que está no modo de ser do desenvolvimento ocupa quase que integralmente a vida pessoal.

Tanto quanto podemos perceber, as cotidianidades dos executores imprimem mudanças à vida pessoal que derivam, principalmente, de novas experiências práticas vivenciadas pelos participantes. Em muitos casos, a participação exige aproximações com modelos culturais distintos que são capazes de ressignificar as crenças construídas por suas próprias sociedades. Neste sentido, muitas das mudanças expressadas pelos “entes” que estão no modo de ser dos executores podem estar vinculadas com a superação de perspectivas preconceituosas, estereotipadas e ilusórias sobre as pessoas que convivem em modelos étnicos e culturais diferenciados.

No quadro 7 (abaixo) podemos contemplar como as atividades cotidianas realizadas na conjuntura dos executores pode provocar mudanças importantes na forma com que estes participantes percebem as realidades. A partir da experiência com a realidade do “terreno”, há, de certa forma, a expressão de uma forte ressignificação de diversos campos simbólicos, em que crenças e práticas são problematizadas a partir de distintas referências.

Atividades cotidianas	Mudanças
<p><i>“Yo aparte de dar clases de informática que para ellos es todo un mundo nuevo. Hay esse diálogo, estoy más como un observador y escuchando. Haciendo un análisis de esto que para mi es una experiencia demasiado enriquecedora. Estar con ellos. La primera vez que vine hice una cartografía de la zona, con todos los lugares y puntos donde ellos se van, que hacen, que comen, que hablan. Luego, conocer los nombres, quien es quien, familias, todas estas cosas. Estar para servir, en ver como puedo ayudar. Como se entiende. Luego, venir acá en clases y conocer y los chicos. Ver que piensan, en como puedo comunicarme con ellos porque el lenguaje de la informática es muy abstrato para ellos. Teniendo ellos un lenguaje muy concreto. Conocer más la comunidad, para hacer más una didáctica informal. Más de vivencias o de mentoría o tutoría de que dar cosas para repetir. Un poco de disciplina sí, hace falta. A la clase, recién cuando empezamos, como ellos son muy submisos, escuchan mucho, no hay</i></p>	<p><i>“A mi me produjo un monton de cosas. En terminos refenciales, estando acá en la comunidad. Estando aislado acá, yo digo aislado en el sentido del mundo exterior, de no escuchar television, la tele, la radio o de saber los problemas sociales del Estado Paraguayo. Me voy y me choca mucho de las cosas de que veo afuera y (en relación) de que hay acá adentro. Son dos cosas muy distintas. Yo me voy con una tranquilidad o una pasividad mucho más fuerte que antes, antes tenía preocupaciones, más inquietudes. Voy allá y mi forma de resolver las cosas allá afuera era diferente, yo me voy ahora más tranquilo, no me voy con este empuje de que voy a cambiar las cosas. Enseño en la facultad, enseño a la noche, en los viernes, metodología y investigación, y siempre uso acá, la comunidad, como ejemplo. Para mi ellos estan empezando ahora un proceso de aprendizaje, estan empezando del “algo” guaraní y cuando voy a la facultad, yo les conto mi experiencia a todos los chicos allá que para mí es impresionante. Para mí, producen muchas emociones. Viendo a ellos me diciendo un montón de cosas que para mi era desconocida y de repente se abrió así una relación con ellos. De preguntas y respuestas de allá que solamente tenían que repetir como máquina. Y con mi familia, con mi novia, que preguntan: - que hacen? - porque te vas? - Eso es una perdida de tiempo. - Vas</i></p>

<p>problema, en comparación con la sociedad paraguaya que, en general, los chicos no te escuchan, no le importa. Para ellos sí, estaban atentos, todo era nuevo. No había drama de esta parte. No tenía que corregirles o decirles algo. Ahora sí, mi guaraní era muy corto en este tiempo y como decirles lo que era bueno, lo que era malo in situ, como a ellos le corrigen para mi era adjetivos paraguayos. Hasta conocer un poco más de ellos. Saber que significa, para ellos, trabajo, tarea, entonces ya cambió mi percepción de como darles clase.” (Executor 2)</p>	<p>estar allí con esta gente que estan atrasados? Y, en la realidad, tengo más influencia en ellos, de como, necesitamos hacer más, necesitamos movernos, hay montón de gente que estas marginada, que necesitan. No es instituciones religiosas que traen ropas, nos es asistencialismo. Yo vengo y conozco a quien le doy, entonces hablo estas cosas, traigo regalos, les llevo algunos chicos a la facultad, les presento allá. Ellos cuentan sus experiencias. Todo tipo de cosas que no existían en mi vida. Mi vida normal era levantarme por la mañana, ir al trabajo y hacer las cosas que hacía antes. No había nada de estas minorías étnicas que se estudia como que ya se fueron, nunca que todavía están.” (Executor 2)</p>
--	---

Quadro 7 - Relação entre atividades cotidianas da participação e mudanças na vida pessoal do Executor 2.

Seguindo esta linha de raciocínio, podemos observar no quadro 8 (abaixo) outra indicação de renovações perceptivas relacionadas à participação na conjuntura dos executores. Fica claro que, para aqueles que tem a possibilidade de estar em “terreno”, são aportadas novas referências para a observação das realidades que chocam-se com as anteriores. Assim sendo, novos elementos são introduzidos aos campos simbólicos destes participantes, refletindo-se em experiências que vão além daquilo que é praticado nas cotidianidades.

Atividades cotidianas	Mudanças
<p>“A nivel de esta organización, yo trato de ver que recursos tenemos, cuanto estamos gastando, para que estamos teniendo y que estan ellos precisando. Me van diciendo yo tengo esta, esta y esta actividad o esta, entonces bueno, en estas actividades es un control, digamos así, bien ida y vuelta con la direccion y ella que maneja todas sus actividades, sus informes mensuales que van haciendo y su plan operativo anual, entonces para ir controlando. Que tenemos? Y en base a esto que tenemos, este dinero que se tiene estipulado y si no tenemos, me habla de donde podemos ver, entonces direccionamos un poco más, utilizamos un poco más de que aquel presupuesto que estaba más flexible. Esto, por un lado, mantener el presupuesto al día, actualizado para poder informar a ellos como vamos y con base a esto ellos pueden ver hasta que punto se puede desarrollar porque hay cosas que ellos si cubren. Sería un control un poco más presupuestario desde este lado. Yo trabajo directamente con el que hace la evaluación económica de la cooperación, entonces allí otra vez, pero primero, cualquier modificación,</p>	<p>“Sí, en algunos aspectos. El hecho de que yo cambié la percepción de haber trabajado en comunidades indígenas, talvez anteriormente yo trabajaba con comunidades campesinas. Allí era una cuestión de que yo soy del campo tenía una proximidad, pero de hecho tambien fue aprendiendo más porque yo trabajaba pecuaria y me fui al norte y es agricultura, o sea, allí ya comienzo, con las cooperaciones comenzó a cambiar. Venir de una zona plana que es más allí en mi ciudad y tener que pasar por elevaciones, entonces trabajar en tierras lindas, que producen bien y gente con otro enfoque y diversidad de gente. Ese es uno, con la primera cooperación de haber entrado en eso. Esas experiencias no fueron positivas desde la cooperación necesariamente y sí, desde las comunidades. Y fue en la comunidad indígena lo que más marcó. Pues, lo que hacíamos en mi zona, en mi casa nosotros decíamos “vos indio”, entonces, lo errado que veíamos, porque vos te das cuenta, despues que entré y trabajé, pero de donde es que sacabamos esto? Capaz en la escuela y algun lado, es verdad? Primero, acá em Paraguay te decian “vos campesino”, ese era lo más</p>

<p>cualquier sugerencia que sea o para responder mismo, alguien me hace la evaluación económica, primero discutimos, analizamos y vemos. Por otro lado, la otra actividad es ir al campo, hablar con la gente, con cada uno que en primer momento fue la parte de la producción, entonces como de repente también ellos necesitan otras y otras personas para mostrar a ellos la importancia de que ellos vienen haciendo. Como administrar y lo que implica eso, el costo, hablando de costo-beneficio, no hablando en términos muy administrativos, sino usando otros términos para decir tu costo es eso. Dando el ejemplo, tu bolsa de maíz es esto, tu costo es eso lo que vos consumís, lo que vos hiciste, que gastaste para trabajar y el valor que implica esto, no necesariamente en dinero. Una bolsa de maíz te dá para alimentar a tanto, cambiando que puede comprar de lo que te falta, vas viendo la cuestión y tratando de hablar otras personas más, mi caso, para que puedan ir haciéndole ver lo valioso que es su enfoque económico y haciéndole ver los enfoques económicos que hay y hablando en guaraní.” (Executor 7)</p>	<p>despectivo, “pe campesino”. Eso yo lo sentía más por mí, pues yo venía del campo. Y consté que acá tampoco es tan ciudad. Entonces, cuando me fue por primera vez a la comunidad indígena yo dice “uau” y está gente porque, porque “vos indio”? Porque este concepto? Siendo personas tan iguales a nosotros, gente que maneja tan bien los recursos naturales, gente que tiene una concepción, que no necesitan escribir y manejan, esas cosas... Te vas y después ya me reía de la gente que decía, pero que vas hacer en la comunidad indígena? Y, pensar que vos y todos nosotros somos casi todos descendientes de los indígenas. Esas cosas así fueron muy positivas y que te hace poder discutir con propiedad. Y, decir para la gente, estas hablando así porque no tienes experiencia en eso. Otro fue de lo que estábamos hablando antes, de la cooperación, haber entrado aquí y llegar a percepción de decir, yo puedo discutir contigo, o sea, Banco Mundial vos sos tan igual a mí. Y vos sos de la cooperación y vos sos tan igual a mí. No porque vos sos español vas a ser mejor. O sea, son estas actitudes positivas que te ayudan. Nosotros podemos defender lo local.” (Executor 7)</p>
--	---

Quadro 8 - Relação entre atividades cotidianas da participação e mudanças na vida pessoal do Executor 7.

Como podemos contemplar, as mudanças extrapolam espetacularmente as percepções e os conhecimentos sobre as realidades, influenciando para uma renovação dos campos simbólicos em que as referências sobre estas são transformadas drasticamente. Nos casos apresentados acima, podemos observar como referências despetivas em relação a determinadas pessoas e realidades transitam para referências valorativas sobre as mesmas. Por outro lado, pode-se contemplar alterações sobre as referências utilizadas tanto em relação à conjuntura dos proponentes, quanto dos beneficiários, em que as atividades cotidianas realizadas junto aos mesmos são as principais influências para tais alterações.

Na conjuntura dos executores, os contatos com as realidades quase sempre são importantes elementos para transformações sobre as referências que determinam os significados das participações. Neste sentido, emergem das práticas cotidianas referências que, de modo geral, constituem rupturas com ideologias e crenças que levaram as pessoas a direcionarem-se aos modos de ser do desenvolvimento. Diferentemente da conjuntura dos proponentes, em que podemos perceber um reforço simbólico sobre ideologias e crenças emergentes da realização das atividades cotidianas, na conjuntura dos executores, tais ideologias e crenças

são geralmente contestadas e ressignificadas por aqueles que estão no modo de ser dos executores. De certa forma, há algum tipo de desencaixe entre ideologias e experiências vivenciadas por quem está nos modos de ser dos executores. No quadro 9 (abaixo) podemos contemplar, nas palavras de um experiente participante, um exemplo de como a experiência cotidiana pode influenciar para rupturas ideológicas e perceptivas.

Atividades cotidianas	Mudanças
<p><i>“Yo estoy como tecnico agroecologico, entonces yo trabajo directamente con el ingeniero agronomo y conjuntamente trabajamos en todo en lo que sea, mejoramiento de suelo a través de rotacion de cultivo, asociacion, en Paraguay es tradicional la quema del cultivo anterior. Y, eso, yo diria que casi un 80% hemos logrado que no lo repitan, pero a no repetir tambien le hemos explicado cuales son las desventajas y, luego, los beneficios. Que tambien se va por un lado, trabajamos en la parte de viveros justamente con todo lo que sean semillas de arboles nativos, tambien de la parte de frutales y estamos trabajando en la recuperacion de las frutas nativas que practicamente las estan extinguiendo. En el año 1982, hice el curso de apicultura en la Universidad Nacional y eso tambien es otra de las cosas que tambien trabajamos precisamente dentro de ese proceso. Luego, todo lo que tenga que ver con la produccion del arte indigena es algo que tambien yo lo hago en paralelo con la directora, acompaño toda esta funcion, por un lado, por otro lado me toca eso dentro de la produccion del proyecto dentro de las comunidades indigenas. Luego, ya en la parte digamos burocrática yo hago el enlace con todos los ministerios, busco algunos proyectos que a lo mejor no lo tenga que ver con la parte indigena y si con la campesina, a través de eso hago tambien el nexo con las empresas que nos puedan proporcionar herramientas, semillas, entonces busco todo lo que sea el contacto con empresas privadas, Gobierno y la ONG. Mira! Cuando hablamos tambien en terminos de organigrama, Paraguay tiene proyectos relativamente cortos, porque los proyectos en Paraguay nos toca son paternalistas, de corto tiempo, donde lo que se busca es lo que nosotros denominamos “parche”, o sea, tapar una pequeña grieta que en algun momento eso vá saltar por el otro lado, no? Pero, de lo que se trata es de paliar el momento y por eso, justamente, nos interesa, porque tambien el de llegar a las comunidades campesinas. A nosotros lo que a mi me ha hecho es que conozca mas tambien la produccion, porque acá también hay una cultura de que a los campesinos no les gusta trabajar, que son vagos, los indigenas son lo más parecido o peores y cuando en estos proyectos a lo que yo denomino paternalistas que solamente danles implementos de la brasa y</i></p>	<p><i>“Sí, de pasar de ser profesor de artes en una universidad y de esculpir y de relacionarme con el arte, hemos dejado la ciudad y nos fuimos al campo y muchas veces al monte. Una vez que estás en el monte, es tener el día y la noche. Eso hace que al concentrarte en tu trabajo, al comprometerse y por eso estas allí, nosotros pasamos casi la mitad del mes en las comunidades. Eso hace que vos tambien empieze a ver de forma diferente y dentro de tus actividades cambia totalmente tu vida, pues tu vida es con el sol, salen todos a funcionar desde que tenga el sol y la ciudad tiene otras características. Eso por un lado, por otro lado, el contacto con grupos indigenas de alguna manera te sensibiliza y te endurece al mismo tiempo. O sea, te va fortaleciendo en ciertos aspectos y si, yo creo que en gran manera ha fortalecido lo que uno ha creído y, al mismo tiempo, se encuentra con muchas sorpresas quier sea positiva o negativa, eso es la constancia. Es más, a mi me paso que cuando recién llegamos a la zona, te estoy hablando del Departamento de Caazapá, los brasileños productores, grandes productores, los veíamos casi como enemigos, gente que venia sin arraigo, sin comunicarse con los locales, sin tener ningun tipo de comunicación, una colonia en pleno desarrollo. Pero, en ese proceso de ir implementando los proyectos fuimos conociendo gente muy interesante dentro de esos productores y luego entendimos que con la ausencia del Estado, estos productores y vecinos de muchas comunidades, los indigenas les denominan “mis patrones”, son las personas que le dan trabajo por temporada o acuerdo a la necesidad de los indigenas. Le dan trabajo a los indigenas, pagan relativamente bien, por allí aprenden a manejar un tractor o una camioneta, le han enseñado a la mayoría a usar a los celulares, a usar las motos y en un momento de gran necesidad, que puede</i></p>

<p><i>semillas, pero este contacto humano hace que tambien vaya conociendo a las bases de estas organizaciones campesinas. Y, te puedo decir que en este tiempo que yo he conocido varios grupos, vi gente muy organizada y muy interesante para poder luego hacer otros proyectos con ellos, de como estan organizados, con consciencia, de como te consultan o por ejemplo, te dicen, nosotros estamos trabajando con mucho veneno que desconocemos, pero estamos interesados en conocer una manera diferente de trabajar, es más, nos gustaria no dejar de tirar veneno, pero ir empezando a desarrollar tecnicas diferentes que nos permitan mejorar nuestra calidad de vida y tambien el producto que podamos ofrecer sea lo suficientemente sano para darle un flujo. Entonces vemos que dentro del campesinado tambien hay gente muy interesante y piensas que quieres contruir. Entonces, es por eso que la ONG tambien se estas acercando a los campesinos.” (Executor 6)</i></p>	<p><i>ser accidente, una urgencia o de una necesidad de dinero, son esos vecinos, los que les ayudan y todavia les siguen ayudando y finalmente, se han convertido en la gente que finalmente les apoya, se han convertido en aliados, mas que en enemigos. Eso fuimos aprendiendo, ha cambiado totalmente el concepto y que te dá eso, la vivencia. Hay muchos tabues que a veces uno tiene y finalmente por allí estás compartiendo con personas que piensan lo opuesto, pero hay mucha relación finalmente a la hora de trabajar, tienen los mismos deseos de mejorar, trabajan la tierra, se contaminan, entienden que si hay una sequilla se quedan praticamente en la calle. Hay un riesgo y arriegas tu vida por vivir y producir en el campo.” (Executor 6)</i></p>
--	---

Quadro 9 - Relação entre atividades cotidianas da participação e mudanças na vida pessoal do Executor 6.

No caso apresentado acima podemos observar como as atividades cotidianas daqueles que estão no modo de ser dos executores podem tornar-se experiências renovadoras de conceitos e significados, muitas vezes demonstrando que crenças e ideologias podem ter se transformado em referências enganosas sobre aquilo que foi encontrado nas realidades sociais. Neste caso marcante, símbolos materialistas que podem ser resumidos através da “luta de classes” são entendidos como tabus prejudiciais ao desenvolvimento que são diluídos através da experiência participativa. Assim sendo, a exacerbação ideológica explicitada na conjuntura dos proponentes é interpretada de maneira totalmente oposta pelos executores, os quais vão desconstruindo suas próprias crenças a partir do contato com as realidades locais.

Neste contexto de crenças e descrenças ideológicas emergem elementos conflitantes na comunicação entre as conjunturas de executores e proponentes. Fica claro que a tradução do discurso em práticas de “terreno” nem sempre encontra tantos problemas quanto a tradução de práticas de “terreno” em discursos e, geralmente, é esta última ação que exige-se no momento da comunicação entre ambas as partes. As práticas realizadas junto aos beneficiários nem sempre são facilmente traduzidas em relatórios e informes e, neste sentido, é ainda mais difícil a tarefa de relacioná-las com as ideologias e crenças que buscam que sejam contempladas pelos proponentes. Então, muitos acontecimentos, fatos e experiências importantes registradas pelos executores nem sempre possuem

relevância para cumprir com os indicadores construídos no momento de elaborar as propostas, quando as referências ideológicas são muito mais significativas que as ainda inexistentes práticas de “terreno”.

No quadro 10 (abaixo) podemos observar algumas mudanças que derivam, principalmente, das atividades cotidianas relacionadas à prestação de contas realizada pelos executores que, por sua vez, trata-se da principal forma de comunicação entre executores e proponentes.

Atividades cotidianas	Mudanças
<p><i>“En este momento, para un proyecto soy la coordinadora general, pero tambien soy la que trabajo la parte puntual de artesanía, de producción artesanal y comercialización artesanal y rescate de eso. Despues colaboras en todas las otras áreas. Es estar continuamente con todos los técnicos que estan trabajando en las diferentes áreas Viendo si se esta desarrollando lo que se tiene que desarrollar. Es estar aparte de la reunión que hubo con los apicultores, es estar aparte de comprar semillas de maíz que faltaron para la parte productiva. Despues de los artesanos, el centro, la clase de costura, de informática. De todas las comunidades que están participando porque son muchas. Todos tenemos que estar en contato con todos y tenemos que saber lo que pasa y como se puede mas o menos resolver las cosas o problemas que se presenten.” (Executor 4)</i></p>	<p><i>“Que me rompe mucho las bolas (risos). El tema de cooperación lo veo como un mal necesario. Tener que dedicar mucho tiempo a la cosa burocrática y no al terreno. Porque nosotros, Yo y mi compañero ya trabajábamos y íbamos a la comunidad. Como vos ya disponía, no tenía que rendirle cuentas a nadie y ni contarles que es lo que estabas haciendo, era más relajado. Cuando vos ya te tiene que rendir cuenta a alguien y en todas las cosas es horroroso. Porque te vas sin paz. Porque no se puede traducir, por más que me digas que si, la vivencia y la actividad en terreno en un papel o en una planilla. No! El relacionamiento con toda esta gente.” (Executor 4)</i></p>

Quadro 10 – Relação entre atividades cotidianas da participação e mudanças na vida pessoal do Executor 4.

De modo geral, aquilo que praticamente traduz a participação na conjuntura dos proponentes e que dedicam-se às pessoas que estão neste modo de ser do desenvolvimento é aquilo que se torna instrumento de repressão para as pessoas que estão no modo de ser dos executores. “*La cosa burocrática*”, como se referiu a executora entrevistada, concentra quase todas as atividades cotidianas na conjuntura dos proponentes, os quais destacam suas frustrações, estresses e desilusões como mudanças relacionadas as suas atividades cotidianas. Assim sendo, alcançamos um ponto de convergência nas referências sobre as práticas burocráticas que, na conjuntura dos executores, também é entendida como “*horrorosa*”.

Não obstante, as mudanças que mais são referidas nas transcrições das pessoas que estão no modo de ser dos executores estão relacionadas ao enriquecimento simbólico emergente das experiências vivenciadas junto aos

beneficiários. Neste caso, as mudanças causadas pela participação na conjuntura dos executores está associada com experiências perceptivelmente renovadoras e enriquecedoras, em que ideologias e crenças vão assumindo diferentes sentidos.

No quadro 11 (abaixo) destaca-se mais um dos relatos que conferem importância significativa aos conhecimentos adquiridos em suas atividades cotidianas.

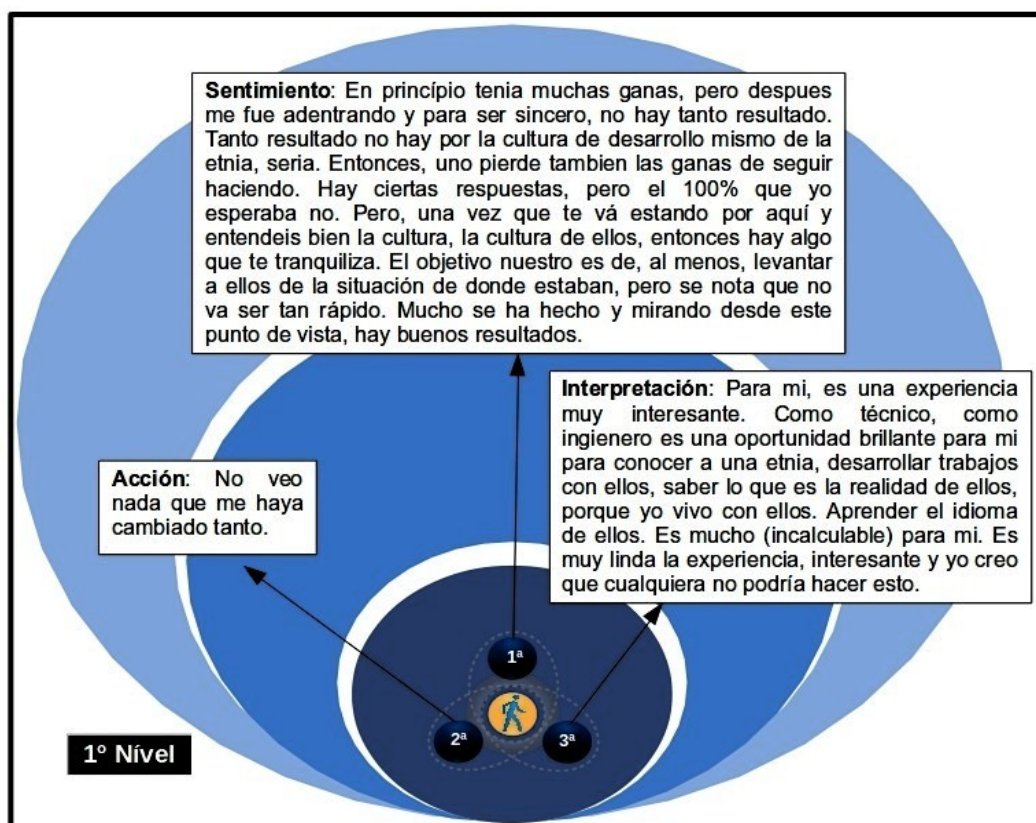
Atividades cotidianas	Mudanças
<p><i>“Fundamentalmente, es trabajar los derechos indígenas, la participacion indigena, entonces, eso significa que lo que esta en el derecho legislado y en el derecho positivo que esta vigente y lo que tiene relacion con el mejor vivir, el desarrollo y el mejor vivir de los pueblos indigenas. Yo estoy ayudando a que ellos conozcan, entonces, para que conozcan más se traduce inclusive a la propia lengua de ellos, al M'bya, para tener tambien en los papeles escritos. Por que la palabra lleva el viento, vuelan, entonces, lo que estamos hablando para que ellos tengan y dentro de poco me parece que vamos a tener así como sale ya en la imprenta, en materiales donde esta en Mbya. Entonces que ellos le conozcan que lean con los maestros, con los que leen. Leen en su propia lengua y entender los derechos y las obligaciones que tienen los pueblos indigenas. Entonces, todo eso, cuando ellos leen, no pueden comprender, logicamente, en su profundidad, porque son terminos juridicos y en otra lengua. Entonces, ahora es diferente, cuando ellos puedan leer y escuchar en su propia lengua, entonces, es diferente. Mi funcion es eso y ademas tratar juntos de caminar, mostrarles, conociendo eso, adonde llegar, adonde golpear la puerta para que pueda hacer y como utilizar esa herramienta para que ellos sean reconocidos como pueblos indigenas y se les deen este derecho que tienen. Dentro de eso, tambien, el fortalecimiento de los lideres espirituales, que es fundamental para el pueblo M'bya Guaraní. La cultura pasa por ellos porque ellos son los depositários, que conocen y una vez que ellos entiendan eso, se van a fortalecer y ganar fuerza y confianza dentro de su pueblo. Los xamanes tienen su fuerza espiritual cuando su pueblo le responde y el pueblo tambien tiene su fuerza espiritual cuando el lider espiritual responde a su pueblo, es reciproco. Son reuniones que pueden durar 1 dia o 2 dias y ademas de eso, cuando hay ocasiones de dialogo con un xamán o dos xamanes, algun anciano o algun referente, se aprovecha para hablar y explicarle algo, escuchar su inquietud, entonces, eso hace parte tambien y se aprovecha la presencia de cualquier uno de ellos en cualquier momento así, tomando el tereré o el mate o esperando la comida, o sea, así se habla. Hacen muchas bromas tambien, se juega y allí tambien sale y se pregunta cosas y cuando se pregunta con respecto, ellos te cuentan. Porque en la cultura guaraní, el conocimiento, el saber, la sabiduria no se ofrece, hay que preguntar. Yo tengo que acercarme y preguntar, no es una cosa que se dispersa, se tira, no, se tiene que preguntar. Ese es el metodo, saber acercarse.”</i> (Executor 5)</p>	<p><i>“Sí. Especialmente el conocimiento de la medicina guaraní, que es una cosa así muy rica, inagotable para mí. Como, a veces, ellos mismo dicen, esto es inagotable. Tanto conocimiento, tanta riqueza, es imposible tambien que en un día, dos días, tres meses o en un año se pueda sacar todo, verdad. Una cantera, así parece. Entonces, mi conocimiento, yo digo una suerte que yo tengo, porque muy poca gente tiene la oportunidad tambien de conocerles y ganarles la confianza. Y, ademas tambien que mucha gente me dice que tengo un don tambien de poder comunicarme con ellos. Eso me ayuda a que me cuentan muchas cosas. Eso hace que yo utilize y tambien cuente, diga, enseñe a mucha gente que este interesada en medicina alternativa para ciertas dolencias, enfermedades y utilizar este conocimiento de la medicina natural. Además de eso, como que estoy en la Secretaria, va hacer un año ahora dentro de un mês, de politicas linguisticas, estoy aportando mucho a los conocedores de las lenguas guaranies, así en guaraní paraguay hay muchas palabras que no tienen ellos, que no llegó, que no fue transmitido, que no llego del guaraní M'bya al guaraní paraguay, muchas palabras. Entonces allí es un aporte que yo estoy dando a ellos para que eso en un momento sea publicado y que se utilize. Que sea parte del léxico del guarani hablante del Paraguay.”</i> (Executor 5)</p>

Quadro 11 – Relação entre atividades cotidianas da participação e mudanças na vida pessoal do Executor 5.

As mudanças são marcantes, muitos executores destacam, mas nem sempre as atividades cotidianas são tão regulares como no caso dos proponentes. Quando a pessoa está constantemente em “terreno”, a diversidade dos fatos e realidades tende a diluir drasticamente as rígidas crenças e estruturas ideológicas. Como vemos, um caminho diferente daquele assumido pelos proponentes, um caminho diferente que relativiza o conhecimento sobre as pessoas, ou seja, onde as mesmas já não encontram tantos pontos de apoio à objetivação em relação aos beneficiários, mas sim em relação aos proponentes. Poderíamos inferir a partir destes relatos que a objetivação é fruto, principalmente, das distâncias entre as relações comunicativas e dialógicas, ou seja, da falta de conhecimentos das experiências de um e de outro.

De fato, são muitas mudanças. Mudanças que dão forma a distintos atos intuitivos e significativos que não param de renovar as referências sobre a própria participação daqueles que estão nos modos de ser dos executores. Mudanças que atribuem às cotidianidades desta conjuntura formas diferenciadas de olhar o desenvolvimento.

Na mediação simbólica do desenvolvimento, na conjuntura dos executores, poderemos observar na ilustração 8 que há certo desapontamento em relação às esperanças discursivas do desenvolvimento. Aquilo que talvez simbolizava um grande aparato de transformação social, uma empreitada internacional para o desenvolvimento, passa a ser comparado com aquilo que cada pessoa, em seu modo de ser, observa em suas realidades. Por exemplo, no caso exposto abaixo temos a opinião de um técnico que convivia com grandes possibilidades e esperanças de incrementar a produção agrícola.



Apesar dos bons resultados, observa-se que a mediação simbólica do desenvolvimento apresentava melhores expectativas na pessoa que apresenta seu relato na ilustração acima. Neste sentido, há a busca por encontrar respostas para entender os porquês de não haver alcançado plenamente os objetivos que, neste caso, a causa acabou vinculada, como cita este executor, a “*cultura de desarrollo de la etnia*”. Neste caso, não há uma crítica direcionada ao aparelho desenvolvimentista, mas à busca por uma explicação endógena.

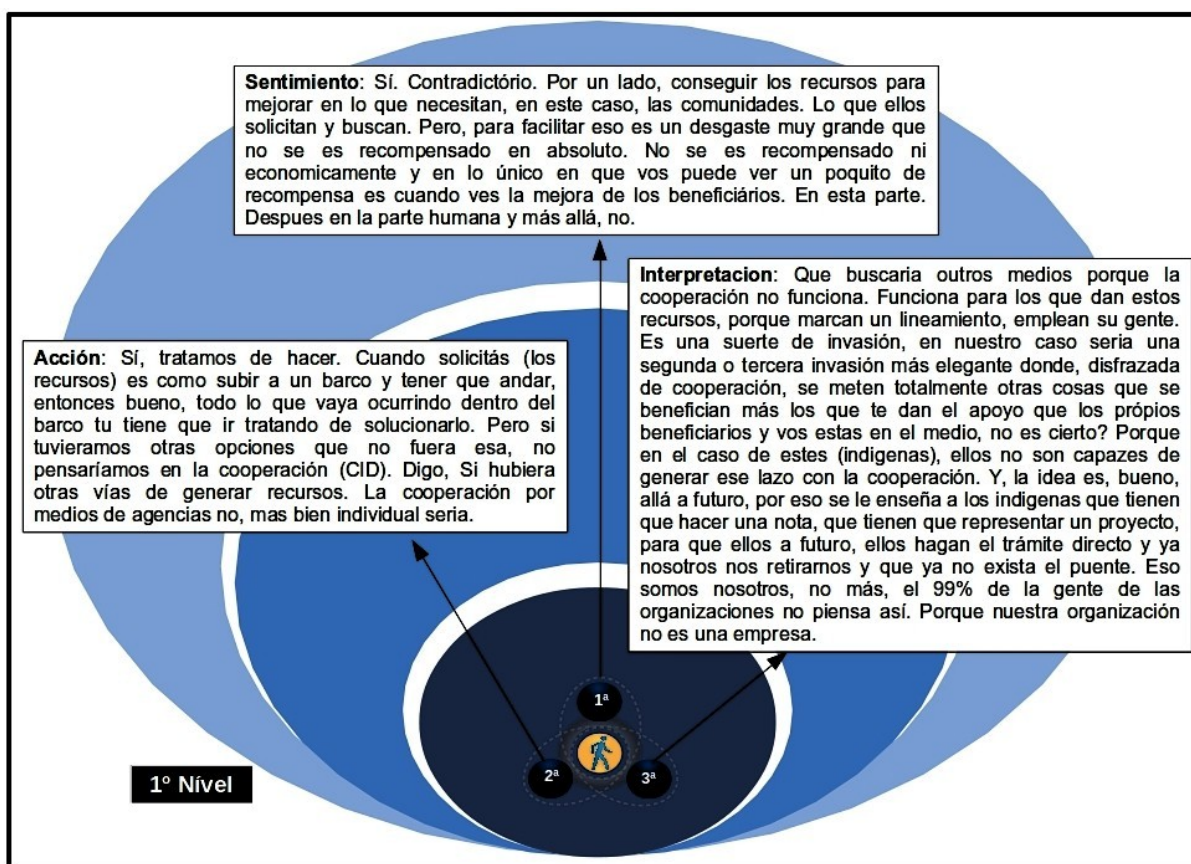
Por outro lado, outras pessoas passam a alterar suas referências sobre o discurso, bem como as modalidades de funcionamento do desenvolvimento. Nestes casos, como o que podemos acompanhar na ilustração 9 (abaixo), introduzem-se novas referências sobre as formas com que se poderia operacionalizar o discurso do desenvolvimento.



No relato apresentado pela ilustração acima, podemos observar mudanças significativas em relação às modalidades de operacionalização do discurso do desenvolvimento, emergindo, neste caso, uma perspectiva de valorização das capacidades endógenas. Neste sentido, há certa problematização em relação às capacidades de promover o discurso do desenvolvimento a partir das estruturas exógenas da Cooperação Internacional para o Desenvolvimento. Deste modo, pode-se observar alterações marcantes nas referências sobre a operacionalização do discurso do desenvolvimento, em que o “internacional” deveria ser substituído pelo “nacional”.

Seguindo esta linha de pensamento, também podemos observar, na expressão de pessoas que estão nos modos de ser dos executores, a construção de referências simbólicas que passam a contestar determinados discursos sustentados por alguma das conjunturas dedicadas à operacionalização do desenvolvimento. Neste caso, o campo simbólico emergente da experiência de sua participação trata de realizar uma problematização que coloca em evidência dúvidas sobre as verdadeiras intenções daqueles que estão nos modos de ser do desenvolvimento em outras conjunturas. A ilustração 10 aporta um dos relatos que demonstra outra

forte alteração referencial das pessoas que estão nos modos de ser dos executores.



Como pode-se contemplar na análise semiótica apresentada pela ilustração acima, expressam-se elementos que indicam descrenças quanto aos verdadeiros objetivos dos proponentes nestas intervenções, bem como quanto aos métodos utilizados pelos mesmos. Além disso, registra-se explicitamente o desconforto de estar participando nesta modalidade, em que os avanços conquistados em “terreno” são, as vezes, menos marcantes que as relações derivadas das comunicações entre as distintas conjunturas, podendo definir, inclusive, o direcionamento das pessoas nas modalidades de *participação para o desenvolvimento*.

Poderíamos destacar que, para aqueles que estão nos modos de ser dos executores, ocorrem determinadas incompatibilidades práticas relacionadas com a conjuntura dos proponentes. Neste sentido, determinadas posturas, atitudes e diálogos destas pessoas que não condizem com aquilo que são observadas em “terreno”, por exemplo, de impor diretrizes e atividades que não encaixam-se às realidades que recebem estas intervenções.

Na semiótica do desenvolvimento, com isso, podemos contemplar a emergência de sentimentos, ações e interpretações que contestam a capacidade técnica dos proponentes em contribuir para que o discurso seja alcançado. Para muitos, aquilo que o ex-presidente Truman chamava de “*benefícios da loja de conhecimentos técnicos*” (citação exposta na epígrafe inicial deste capítulo), torna-se, em muitos casos, o principal obstáculo para que as intervenções sejam bem sucedidas, onde os indicadores técnicos e burocráticos tornam-se mais importantes que os resultados de “terreno” e, além disso, não refletem as particularidades encontrados no mesmo.

“En un momento parecíamos que hablávamos en mismo lenguaje del equipo de cooperacion, cuando te encontrás con la parte burocrática, vemos que le interesa más el informe que la accion, el informe que los resultados. Entonces, me parece que hay como una brecha y como una indiferencia hacia los resultados finales, porque fijáte que los financiadores te visitan una vez durante un período del proyecto que dura 30 meses, el director general y lo mismo los componentes de las agencias de desarrollo de cualquier gobierno. Te visitan una vez, te pueden visitar máximo 2 veces. A que nosotros sí que parecía interesante de la agencia intermediaria es que nosotros teníamos un acompañamiento directo, en este caso, de un economista, pero él, evidentemente, es una persona que has desarrollado toda su parte humanista a través de eso y fue un compartir de conocimientos. Digamos, desde la parte de la economia que nos enseñó un monton de cosas, y nosotros de la parte de la produccion en comunidades indigenas, o sea, de etnodesarrollo. Y, ese seguimiento constante, eso si nos parecio que si se involucraba, pero con una persona y eso nos parecio muy interesante. Ahora, que tambien dentro del funcionamiento de una organización, uno tambien siempre va rescatando lo positivo y lo negativo. Por suerte, eso es muy humano, y en algunos aspectos y en algunas agencias nos a causado hasta, que te diria, rechazo. Hay ciertas ONGs que vienen desde Europa a Paraguay con un concepto netamente colonialista, o sea, tienen la verdad, te cuentan cosas que vos ya sabeis, pero tienen que decirte, tienen que sugerirte como que para que vos le pueda aplicar y muchas veces no te escuchan de que vos ya aplicaste hace 30 años y no funciona. Entonces, lo que estas ocurriendo en muchas agencias de desarrollo es que es muy repetitiva la accion, muy copia y pegue, se viene haciendo más de lo mismo sin resultados y no le escuchan a los actores locales. Esa es la parte digamos del rechazo o de la parte negativa que hemos tenido con estas agencias. Vi todavia la colonia en funcionamiento, eso es la parte, mas o menos, que le falta involucrarse y bajar a terreno, siempre estan un poquito de una altura y siguen cometiendo los mismos errores. Los sentimientos positivos pueden ser las primeras etapas de todos los proyectos donde hay mucha comunicación, donde por allí te encontrás con otros tecnicos, de las mismas ONG que vos te das cuenta que es gente comprometida y preparada. Yo siempre digo que no hay que cerrar todas las puertas, no? Yo creo que a través de vários encuentros uno va haciendo ciertos diagnósticos de algunas agencias y tambien te permite conocer a otras ONGs que nunca has tenido la oportunidad de compartir. Sobretudo como todos nosotros somos cazadores y recolectores, uno finalmente esta en esta etapa de que no puede dejar todavia, uno necesita de la financiación para poder ejecutar parte de tu sueño, y parte de tu sueño te permiten ellos, sino no lo tendria y yo creo que eso es lo positivo. Luego hay

todo un organigrama que hay que cumplir y ciertos aspectos que ya bajan posiblemente desde el gobierno que te financia y eso es como una cosa repetitiva de burocratas que finalmente nunca han salido de la oficina y me parece que por allí empieza la problemática. Yo he conocido a muchos burocratas que nunca han salido de su oficina, que ellos mismos nos comentaban, entonces, por allí hay agencias o gobiernos que vienen por allí hacer un diagnóstico de la necesidad del momento y le empiezan a aplicar dentro de 15 años cuando ha cambiado totalmente la escenografía. Y, mira lo que te digo más, de técnicos que nunca han conocido el Paraguay y le trajeron un diagnóstico que le hicieron en 5 días y le lleva a una persona que no conoce el País y ellos son los que arman el proyecto. Entonces, como puede funcionar eso? Imposible! Eso se hace muy a menudo.” (Executor 6)

A pergunta respondida pelo relato acima foi: - Participar nestas atividades relacionadas ao desenvolvimento te gera algum tipo de sentimento? Podemos observar que esta pessoa, a exemplo de muitas outras que estão nos modos de ser dos executores, tende a expressar-se de forma bastante crítica em relação aos proponentes, evidenciando problemáticas enfrentadas no momento de executar as atividades cotidianas relacionadas a sua participação.

Diferentemente dos proponentes que, em suas análises semióticas, tendiam a expressar-se através de relações entre seu modo de ser e a estrutura de sua cotidianidade, os executores, geralmente, se referem às relações sociais. Ou seja, há uma tendência dos executores de atentar para as relações sociais emergentes de sua *participação para o desenvolvimento*. A situação de intermediário das relações entre proponentes e beneficiários, coloca os executores em contexto de constante comunicação entre as partes e isso torna-se fundamental no momento de expressarem as perspectivas sobre suas ações em meio a este contexto.

A mesma pessoa que expressa seus sentimentos através de uma crítica construtiva aos proponentes pode, na pergunta posterior, realizar uma interpretação de sua participação no desenvolvimento que aponta criticamente para as relações dialógicas estabelecidas junto aos beneficiários. A semiótica do desenvolvimento, para os proponentes, passa por constante renovação das referências causada principalmente pelos aportes simbólicos emergentes dos diálogos vivenciados na cotidianidade.

“Yo lo que interpreto? Yo creo que cualquier accion que uno realice, no todo es visto netamente de forma positiva. Digamos, toda accion siempre tiene como un equilibrio, no todo es positivo, por um lado. Por otro lado tambien, que pasa con las comunidades? Los indigenas, principalmente los guaranies, en este caso, los M'bya son extremadamente conservadores, orgullosos de su todo, de su tekoha, de su cultura general, o sea, de su forma de cultivo, de su organización politica, de como ellos veen la vida. Y,

cuando solicitan nuestra ayuda, de que ellos necesitan mejorar porque ya no pueden vivir como han vivido sus padres y sus abuelos ellos solicitan y allí es cuando entra nuestra organización, pero, al mismo tiempo, hay como una resistencia de adotar nuevas técnicas y eso es un proceso que es muy difícil de hablar del tiempo. El tiempo, por ejemplo, nos está pasando ahora que después de 5 años de trabajar lo de la producción de yerba mate recién ahora empezaron a como a tener y a ellos a solicitar. Entonces, 5 años de trabajo, es un tiempo, no? A lo mejor para ellos no y a nosotros sí, pero tampoco podemos decir la apicultura tiene un tiempo de 5, 10 o 15 años, yo no sé, estaría equivocado, en este caso fue eso. En 5 años de eso y varias comunidades con ese componente que se fue dando como eso. Después también están dentro de las comunidades también hay ciertos celos, y si porque son organizaciones que están entrando personas de afuera que se involucran dentro de la comunidad y siempre, dentro de las comunidades, van haber quien están a favor y quien están en contra, por infinitas de motivos. Eso hace con que a veces tu trabajo no puede atender todo el logro que uno pretende a pesar de que uno está viendo que el campo de acción podría ser muy simples, pero es muy complejo trabajar en comunidades indígenas. Es más complejo de lo que uno realmente cree que estás visualizando, es muy complejo. Y, a parte fijáte, que esa tierra fue de ellos desde siempre, vos no terminás de ser el enemigo. Vos siempre vas a ser el que vino, a ocupar, el extranjero, encima, ocupastes el espacio y tenes dinero, tenes poder, tenes posibilidades y ellos no. Entonces esta diferencia va ser siempre.” (Executor 6)

Nem de dentro, nem de fora. Para os proponentes, os executores são parceiros locais, mas para os beneficiários talvez sejam tão estrangeiros quanto os proponentes. Uma situação peculiar. Saber comunicar-se com ambas as partes, dialogando com as distintas conjunturas de forma eficaz parece ser o grande dilema dos executores. Os dilemas relacionados ao diálogo social é evidenciado pelos executores que, em suas análises semióticas, podem expressar a extrapolação destes dilemas a distintos contextos.

“Sí, me genera, mucho sentimiento. Uno, para mí, yo me siento enriquecido, he aprendido mucho, yo digo que aporté algo también a los pueblos indígenas. Pero, yo creo que más recibí que aporté. Y el sentimiento que tengo es que el Estado, las autoridades no tienen consciencia, no hay consciencia de que la cultura y la sabiduría de los pueblos indígenas puede dar soluciones a muchos problemas que tenemos a nivel del Estado. Y, acá, el Estado le está viendo de otra manera, como un problema, para muchas autoridades del Estado, los indígenas son un problema, de la miseria, de la marginidad que van a la ciudad. Y se ve a la inversa, siendo que ellos están aportando mucho, mucho conocimiento, entonces, ese es un sentimiento de rabia, de impotencia, de que lastimosamente la ceguera no le deja ver o entender que apoyando, aportando a los pueblos indígenas, por ejemplo, eso que dijiste, el tema de la salud, los xamanes, es una gran solución, ellos no pueden ver y, talvez, yo tengo miedo de que, era muy lindo el proyecto, no puedan entender. Porque su mente, la educación occidental, muchas veces no nos deja, yo también fui víctima de eso. Lo que te dan en el colegio, no te dejan ver que eso es diferente a que nos enseñan, entonces ese es un sentimiento que pesa. Pero, pienso que igual tenemos que hacer algo. Nuestra obligación moral es hacer algo, si no son comprendidos, bueno, paciencia. Llegará un momento que va ser comprendido.” (Executor 5)

O diálogo entre as partes concentra significativamente o campo simbólico do desenvolvimento e, com isso, torna-se referência para explorar o discurso do desenvolvimento a partir da conjuntura dos executores. Há, portanto, através da expressão daqueles que estão nos modos de ser dos executores, a esperança de que as conjunturas que ocupam-se do discurso do desenvolvimento possam realizar tal diálogo, explorando de forma consensual as potencialidades de ambas as partes.

Atentando para a crítica às tipologias escalares da participação poderíamos diretamente nos perguntar: onde estão, nestas escalas, os executores? Como extensionistas e/ou agentes do desenvolvimento, estas conjunturas são abordadas pelas críticas teóricas ora pelas formas e metodologias com que estabelecem os mediações de “terreno”, ora pelo tipo de tecnologias que propõem aos beneficiários. Não obstante, suas próprias experiências participativas praticamente não são levadas em consideração. Fato que, de modo geral, tende a colocá-los no grupo dos animadores do desenvolvimento. Mais uma das negligências das tipologias escalares da participação que subestima a importância destas experiências na composição e no entendimento das instâncias participativas.

A experiência *lato sensu* da participação proporcionada por este fenômeno temporal que a involucra ao contexto do desenvolvimento, indica que os parceiros locais não possuem uma instância formal ou específica para opinar ou decidir sobre as características da ação mediadora que estes realizam entre proponentes e beneficiários, executando as determinadas ocupações objetivadas para a operacionalização do desenvolvimento. Neste sentido, são estabelecidas ferramentas, metodologias, modelos e estratégias que inserem-se aos projetos previamente apresentados para a realização destas mediações. Tal conjuntura coloca os executores sob condições participativas bastante específicas, as quais são, por sua vez, geralmente contestadas nas expressões destas pessoas. Neste sentido, observa-se que no sentido amplo da participação englobam-se também as experiências de direcionamento aos modos de ser do desenvolvimento em ocupações determinadas como, por exemplo, dos executores.

11.3 A conjuntura dos gestores beneficiários: os modos de ser dos beneficiários

O que poderíamos esperar de diferente na análise semiótica do

desenvolvimento dos gestores beneficiários daquilo que já observamos na conjuntura dos proponentes e executores? Quase tudo! Pois como temos nos referido desde o início desta tese, o desenvolvimento trata da busca de melhores situações. Assim sendo, o principal motivo de um grupo social tornar-se beneficiário de projetos de desenvolvimento é alcançar melhores situações para si próprios. Os beneficiários são, de modo geral, aqueles que se propõem a passar pelas mudanças.

No contexto empírico desta tese houve a oportunidade de acompanhar as atividades discursivamente encaixadas no marco do etnodesenvolvimento realizadas junto a comunidades indígenas M'bya Guaraní, de acordo com aquilo que foi descrito no capítulo 7. Na conjuntura dos beneficiários, há esperança de que haja mudanças significativas nas vidas das pessoas que participam nestes modos de ser, levando-as para melhores situações. Neste sentido, as mudanças na vida pessoal não são somente derivações de atividades impessoais realizadas em torno de determinado discurso e, sim, a principal busca de estar participando. A forma e o sentido em que se realizam as mudanças parecem conformar os detalhes que definem a utilização de determinado discurso. No caso do etnodesenvolvimento, o qual acompanhamos nesta conjuntura dos beneficiários, espera-se, ademais, que as mudanças possam preservar e respeitar suas expressões étnicas e culturais.

As mudanças incidem diretamente sobre as vidas pessoais destes participantes, portanto, ao estar no modo de ser dos beneficiários as pessoas também esperam que mudanças ocorram, em que as mesmas simbolizam a abertura para distintas possibilidades. Assim sendo, é raro que possamos contemplar as críticas em relação às demais conjunturas, como pudemos anteriormente observar. A própria conjuntura dos beneficiários é o espaço de problematização para aqueles que estão em seus modos de ser.

Como pode-se verificar no quadro 12, a participação nos modos de ser dos beneficiários pode ser caracterizada por mudanças que extrapolam significativamente as cotidianidades do desenvolvimento, produzindo alterações que transcendem a experiência discursiva.

Atividades cotidianas	Mudanças
<i>"Dice que cuando era criatura, muchas veces su mamá y su papá le llevaban a otra comunidad y ellos le decían como</i>	<i>"Dice que acá todo es por su pedido, porque ella ha querido, la luz, agua, la</i>

<p>tenia que vivir, manejarse dentro de su vida y llevar su vida en relación con los demás. Pero, tambien, muchas veces cuando se iban a otra comunidad, la costumbre dice que por la mañana, cuando estaban los abuelos, los caciques y los xamanes, temprano se van y le saludan según la cultura. Allí justamente se quedan parados en frente a ellos y allí justamente le dan los consejos los de la otra comunidad. Como ya conocen la cultura, su papá y su mamá le pedian para que le bendigan y le hablen a la hija para reforzar los consejos de como tienen que vivir según su costumbre. Respetar eso y respetar aquello. Otra costumbre de cuando era criatura, por la mañana le daban todos los consejos y entonces cada uno ya tiene su tarea. Los muchachos de onze, doce, treze años ya se van a la chacra para sembrar. Por que eso es una chacra comunitária del cacique que es para el consumo de la comunidad y de las visitas. Las muchachas, por ejemplo, tienen que cocinar. Otros ya van al monte buscar la trampa, el mondé, para ver si hay un tatú, un chancho y se cocina y se comparte todo. Comen todos juntos y comida bien al estilo tradicional, que usaban muchos maíces, no habian molinos. Todo era con el estero para hacer el maíz y la carne toda era conseguida al estilo M'bya guaraní. Así continua... despues dice que al medio-día, por allí, ya vienen los que fueron detras de la comida de la chacra, el mismo lo que fueron al monte a buscar miel, todos estos ya vuelven. Entonces, los que llegan del trabajo ya almuerzan, ya comen. Comen la comida y despues de un rato ya vuelven todos al trabajo. Para las 4 (de la tarde) tienen que estar de vuelta para la cena ya. Tienen que cenar temprano, tienen que digerir, porque en seguida, un poco más tarde ya tienen que ir al "Opy" para la danza de la noche. Porque no tienen que ir con el estomago cargado, pesado, lleno. Entonces tienen que cenar temprano, tienen que estar bien para la danza. Los temas que más hablan, uno es tratar de mantener, cuidar las costumbres, para no desviar mucho de la costumbre. Despues, temas de trabajo. Cuestiones de como trabajar, como organizar, de animar para que trabajen. Explico que ahora es mas pesado y todo es mas dificil, hay mucho gasto y tienen que sacar de la tierra. Que ademas del alimento, tienen que vender algo para poder comprar otras cosas, otras necesidades. Entonces, estos son los temas principales." (Beneficiário 1)</p>	<p>tele, heladera que algunos tienen, otros no. Eso es necesario, necesitamos tambien, queremos usar y los que pueden compran. Y, los que no pueden, paciencia. Pero, esto no perjudica nuestra cultura (en el sentido estructural). Porque nosotros seguimos haciendo nuestra danza, seguimos hablando nuestro mismo idioma, a pesar de que yo digo a mi hijo, mi hija, mis nietas que aprendan castellano, portugués o otro idioma. Porque cuando necesitamos hablar con los brasileros, con los vecinos (los yuruá, los paraguayos), entonces ellos tienen que hablar, porque yo no sé y tengo que pedir a ellos para que me digan, como que de interlocutores o intérprete. Tenemos la necesidad de comunicar con ellos. Pero, eso no significa que vamos dejar nuestra lengua, nuestro idioma, nuestra cultura. Al contrário, sirve para fortalecer nuestra forma de ser. Ella enfatiza el cambio." (Beneficiário 1)</p>
--	--

Quadro 12 - Relação entre atividades cotidianas da participação e mudanças na vida pessoal do Beneficiário 1.

Mudanças necessárias foram palavras que se destacaram no relato desta entrevistada. O relato desta pessoa que está no modo de ser dos beneficiários nos explicita a busca de mudanças para sua atual conjuntura. Neste sentido, as propostas de mudanças trazidas pela operacionalização do discurso do desenvolvimento aparecem como esperanças de superar situações em que estas pessoas não observavam com otimismo. O desenvolvimento, com isso, renova uma série de perspectivas e coloca diante destas pessoas, esperanças para a construção

de novos destinos.

Tanto no relato apresentado acima, quanto no apresentado pelo quadro 13 (abaixo), podemos conferir como as mudanças não são observadas através de reflexões sobre o momento atual, mas sim de possibilidades que surgem para estabelecer perspectivas futuras. Ao entrar em contato com as propostas de mudanças do desenvolvimento, é possível perceber que os beneficiários podem promover a emergência de distintas referências e abstrações sobre o futuro de seu próprio espaço de convívio.

Atividades cotidianas	Mudanças
<p><i>“Dice que él, cuando era niño siempre creció con su papá y su mamá en su comunidad y fue educado de acuerdo con la costumbre Mbya. Entonces, decidió seguir estos consejos de su educación para vivir cuando era niño, joven, adulto y también ahora que ya es mayor. Para mantener esa cultura. Entonces, dice que después de eso, hubo un cambio muy grande con la destrucción del monte, con la llegada de los paraguayos, los blancos, los brasileños. Entonces cuando se terminó el monte se acercaron mucho los brasileños y paraguayos. Entonces, hay muchas costumbres que no es propio de ellos y los jóvenes están se agarrando en eso. Se están apropiando de eso y que eso no es propio de ellos. Es perjudicial. Pero también es consciente. Debemos entender nosotros, como Mbya, también hay costumbres que tenemos que cambiar. Costumbres de la cultura, parte de la cultura Mbya que funcionaba cuando él era, por ejemplo, niño o joven y, eso, hoy ya no funciona. Entonces, tenemos que cambiar, tenemos que dejar de lado algunas cosas y agarrar las costumbres de los paraguayos y de los brasileños. Algunas cosas que a nosotros nos va ser útil, de provecho, pero no todo. Entonces, eso es lo que se decide y lo que están hablando permanentemente. De que cosa es útil y de que cosa perjudica a la cultura. Ese es el tema que más se habla en los domingos.” (Beneficiário 2)</i></p>	<p><i>“Dice que él encuentra un cambio muy grande, porque con el agua era un problema porque los niños tenían que irse con el calor. Eran los niños los que más sufrían por que tenían que ir a correr a buscar agua, con lluvia o con sol. Eso, por ejemplo, ahora que tienen agua, es un gran cambio. Dice que cambió todo. Las necesidades que tenían eran muy duras, recién sufridas dice. Con el proyecto cambió totalmente, es otra cara. Todo lo que se hizo resulta muy útil, provechoso. En algún momento él sintió una amargura. Cuando en el monte él tenía todo, tenía todas las riquezas. Y, después, se destruyó todo su monte y ellos vivían en la pobreza. Pobreza extrema. Eso le deprimió y le hizo sentir muy mal. Después, con la llegada de este proyecto, él se siente ahora diferente. Alto, arriba, fuerte. Se siente importante, porque la comunidad, por los vecinos y otras comunidades indígenas, es vista como en otro nivel. Los brasileños que pasan miran y dicen que no parece indígena. Parece una ciudad. Parece un pueblo, parece que nos es indígena. Entonces eso, le hacen sentir a ellos con mucha fuerza. Fuerza espiritual y fuerza física. Por que él trabaja aquí y en todas las comunidades y su compromiso fue que en todas las comunidades que necesitan apoyo para el trabajo o para plantar su mandioca o su maíz, que él se comprometió a ayudar generosamente. Entonces, él dijo que es un compromiso que él hizo con todos, además que todos quieren ayudas para poner agua, la luz, los postes. Y, él era lo principal, antes que todos él ya estaba allí. Entonces, para él es demasiado importante, él se siente demasiado feliz. Es un cambio muy grande que le hace sentir otra vez, joven, fuerte y con mucho espíritu.” (Beneficiário 2)</i></p>

Quadro 13 - Relação entre atividades cotidianas da participação e mudanças na vida pessoal do Beneficiário 2.

Apesar de que sejam substanciais as mudanças materiais, o relato enfatiza as mudanças de percepção em relação a sua própria pessoa e o espaço conjuntural

dos beneficiários, revelando a renovação de referências e perspectivas futuras. As mudanças trazidas pela operacionalização do discurso do desenvolvimento, de certa forma, torna-se um marco referencial que dá origem a novas possibilidades para as pessoas que estão nos modos de ser dos beneficiários, ressignificando suas realidades.

Mais do que problematizações sobre as relações burocráticas ou sobre os diálogos interinstitucionais, as pessoas que estão nos modos de ser dos beneficiários destacam através das mudanças, a emergência de novas possibilidades que nem sempre podem ocorrer na contemporaneidade dos fatos, mas sim nos hipotéticos futuros que podem emergir das relações que as mesmas possuem através da operacionalização do discurso do desenvolvimento.

Neste contexto, podemos observar nos relatos da maioria dos beneficiários as indicações sobre as mudanças atuais observadas em suas vidas pessoais, entretanto, a maioria também tende a enfatizar as relações que as mudanças possam ter para a construção de novas possibilidades futuras. No quadro 14 (abaixo) podemos contemplar mais um dos relatos que indicam como as mudanças relacionadas a inserção destas pessoas nas cotidianidades do desenvolvimento podem tornarem-se objetos para a reconstrução de possibilidades futuras.

Atividades cotidianas	Mudanças
<p><i>“Él dice que desde su punto de vista, que con este proyecto lograron cierto desarrollo. Que él apoya fundamentalmente la parte agrícola, la apicultura, la agricultura y también el cuidado con la producción de ganado vacuno o animales. Esa es su tarea específica dentro de la comunidad. Ayudo a los otros indígenas a entender eso.”</i></p> <p>(Beneficiário 3)</p>	<p><i>“Son cambios muy importantes, por que para él fue una oportunidad, através del proyecto, de que aprendan cosas nuevas. Fue una oportunidad para aprender muchas cosas, cuidado con animales, por ejemplo. Muchas otras cosas que se aprendió con este proyecto. Él, en este sentido, es un ejemplo para su hijo. Para los chiquitos. Tenemos que hacer un esfuerzo y que este esfuerzo sirva después para los más jóvenes, los niños y todos de la comunidad. Ese es un cambio positivo.”</i></p> <p>(Beneficiário 3)</p>

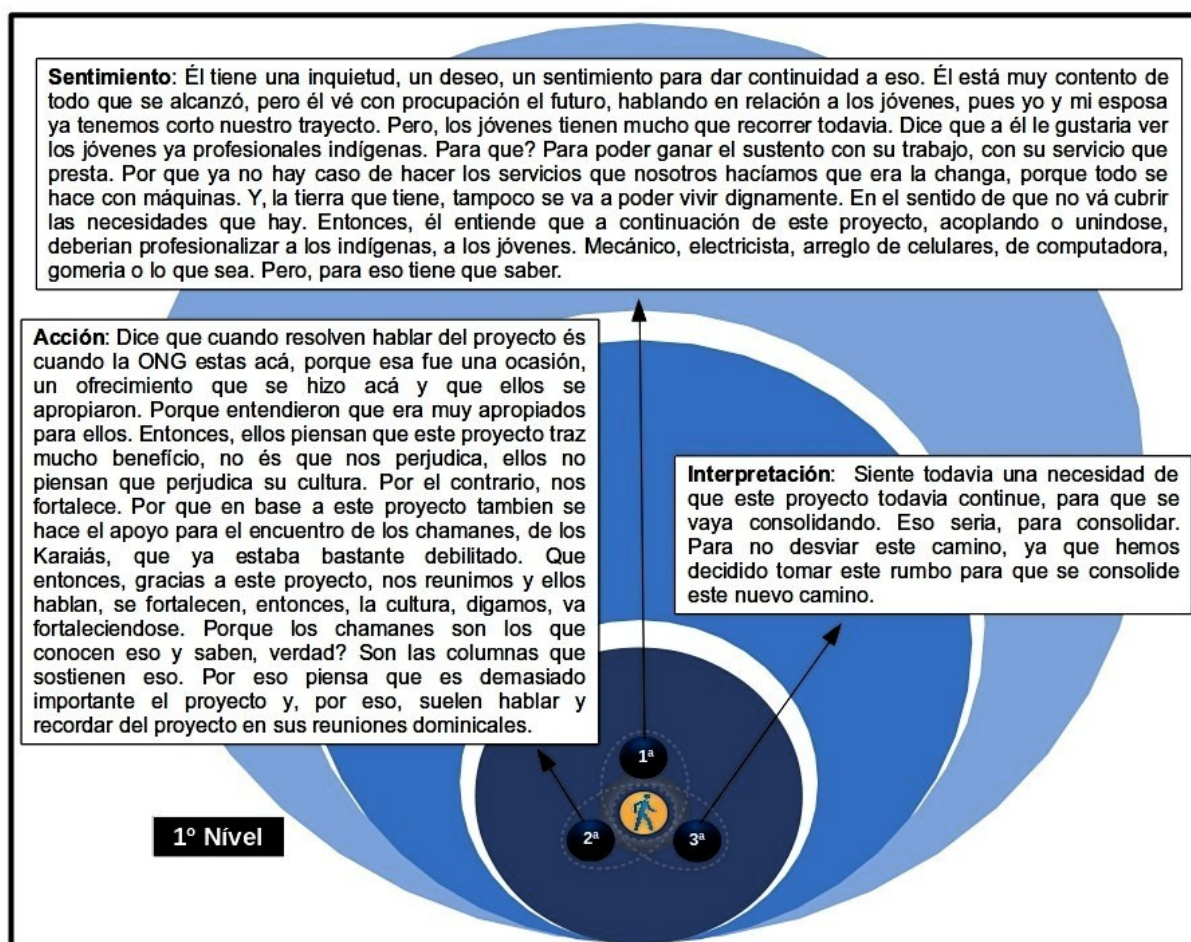
Quadro 14 – Relação entre atividades cotidianas da participação e mudanças na vida pessoal do Beneficiário 3.

Ao fazer parte das cotidianidades do desenvolvimento, pode-se observar que a maioria dos beneficiários se depara com mudanças que extrapolam suas realidades cotidianas, traçando perspectivas sobre possibilidades futuras que não limitam-se as suas próprias pessoalidades. Assim sendo, surgem elucidações sobre possíveis e melhores futuros que estas pessoas podem vivenciar. Portanto, quando se trata de observar as mudanças decorrentes das atividades cotidianas

relacionadas a operacionalização do discurso do desenvolvimento junto aos beneficiários, deve-se atentar para a renovação do campo simbólico de suas conjunturas.

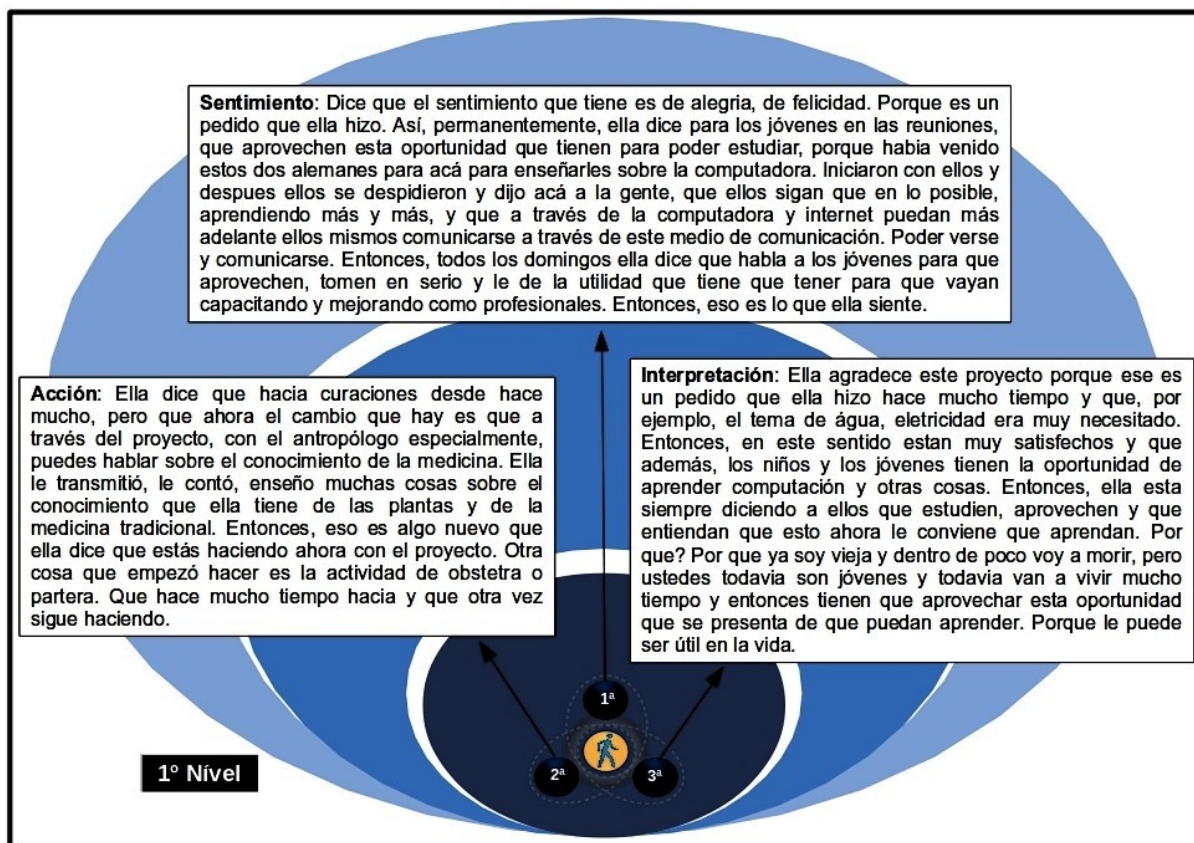
Diante de passados devastadores, presentes perturbadores e futuros catastróficos, as conjunturas do desenvolvimento apresentam-se como possibilidades renovadoras e esperançosas para as situações cotidianas. Com isso, a participação para o desenvolvimento, na conjuntura dos beneficiários, é simbolicamente preenchida com esperanças de superar as difíceis situações cotidianas, dando forma a novas possibilidades futuras.

Mais do que apenas atividades pontuais, a *participação para o desenvolvimento* nos modos de ser dos beneficiários gera sentimentos, ações e interpretações que refletem a renovação de referências sobre suas realidades. São transformações sobre as possibilidades que, como apresenta a Ilustração 11 (abaixo), dão forma a “novos caminhos” para estas pessoas.



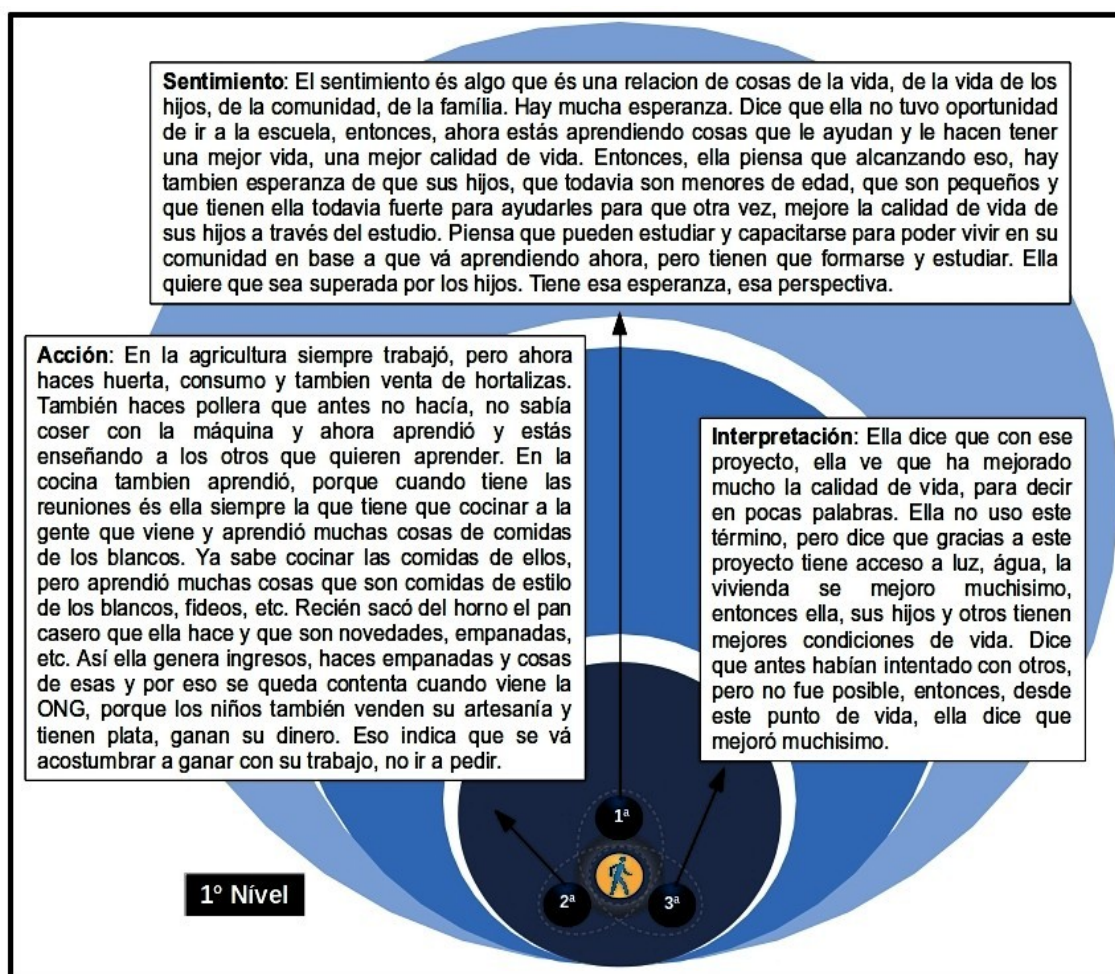
A *participação para o desenvolvimento*, no caso dos beneficiários, é entendida como relações que oportunizam traçar caminhos para adequar-se aos diferentes contextos conjunturais que apresentam-se na contemporaneidade. Neste sentido, a temporalidade da participação demonstra-se tentadoramente através de possibilidades para superar os obstáculos que as transformações contemporâneas impuseram-lhes. Portanto, espera-se a consolidação de um “*nuevo camino*”, mas que eles próprios também possam percorrer.

Através das atividades que vão sendo realizadas nas intervenções instauram-se elementos para ressignificar as experiências cotidianas e, com isso, reformular as posturas frente ao contexto contemporâneo. As novidades que surgem atraem a atenção dos beneficiários e a participação, assim, é entendida como uma reflexão sobre a incorporação de práticas que geram novas possibilidades. Na ilustração 12 (abaixo) podemos verificar como as práticas introduzidas a partir da participação no projeto de desenvolvimento são vistas como importantes elementos para atingir melhores situações.



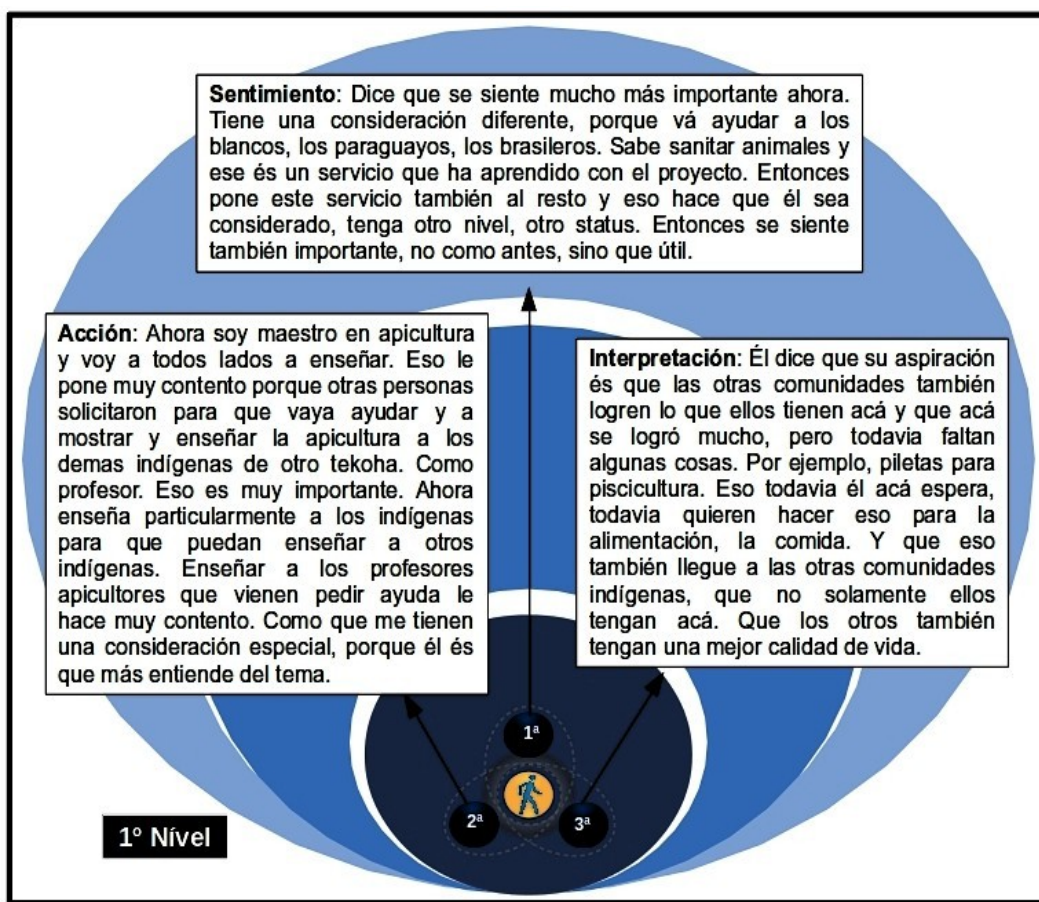
No caso desta conjuntura de beneficiários, estar nos modos de ser dos beneficiários simboliza estar em contato com possibilidades de profissionalização. Após alcançar a solução para problemas como água potável, energia elétrica, educação básica e moradia, muitos expressaram-se sobre a necessidade de manutenção das benfeitorias aportadas pela intervenção, em que a hipótese mais sugerida para tal refere-se ao tema da profissionalização através da capacitação técnica. Assim, os mesmos poderiam prestar serviços para as comunidades do entorno.

Neste contexto, participar nos modos de ser dos beneficiários também aporta esperanças de que os mesmos consigam dotar-se de habilidades úteis para obter recursos que permitam a manutenção das possibilidades que se estabeleceram durante a intervenção. Aprender e ensinar parecem ser palavras que traduzem muitas das experiências e expectativas relacionadas ao discurso do desenvolvimento. A participação, como demonstra a ilustração 13 (abaixo) pode demonstrar como estes dois verbos fazem parte do campo simbólico da participação para o desenvolvimento na conjuntura dos beneficiários.



Nem críticas às posturas nos diálogos e nem reflexões e debates ideológicos, mas, sim, aprender e ensinar. Para as pessoas que estão nos modos de ser dos beneficiários, participar simboliza possibilidades de aprender e ensinar e, neste contexto, aprender e ensinar são preenchidas por possibilidades de alcançar melhores situações no presente e no futuro.

Através do aprender e ensinar, participar para o desenvolvimento simboliza possibilidades de que tais transformações não limitem-se ao espaço-tempo do projeto, bem como de sua conjuntura. Simboliza estar diante de possibilidades para si próprio, para os demais e para gerações futuras, projetando-se em temporalidades que pareciam extinguir-se. Como lemos nos relatos da ilustração 14 (abaixo), o aprender e ensinar contemplados pelas pessoas que estão nos modos de ser dos beneficiários altera as referências sobre si próprios, revalorizando e ressignificando suas personalidades.



A análise semiótica do desenvolvimento nos proporciona verificar empiricamente as referências e simbolismos emergentes das pessoas que estão nos modos de ser do desenvolvimento. Na conjuntura dos beneficiários ficou claro que participar para o desenvolvimento é capaz de produzir revoluções simbólicas nas vidas das pessoas que nelas estão. A cotidianidade do beneficiários preenche-se com transformações sobre as possibilidades que dão forma a expectativas positivas que, neste caso, retornaram após, aparentemente, estarem desaparecidas.

Mais importante do que hipotéticas funções gerenciais que definiriam suas posições nas escalas participativas são as possibilidades e esperanças que emergem de seus direcionamentos para a temporalidade da participação. As expressões dos beneficiários demonstram que suas atenções estão voltadas para sua própria conjuntura e a *participação para o desenvolvimento*, com isso, é um fenômeno que caracteriza-se pela apresentação de possibilidades de alcançar melhores situações para seus espaços comunitários. Assim, é difícil encontrar expressões que demonstrem a intenção de ocupar as estruturas institucionais para

gerenciar as intervenções via projetos, mas a perspicaz percepção de que há especialistas para gerenciar estes processos e que através dos mesmos deve-se alcançar autonomia suficiente para não depender de tais intervenções. Através das expressões dos beneficiários podemos observar que a qualidade do processo participativo, *lato sensu*, não vincula-se tanto à capacidade deliberativa dos participantes, mas à capacidade destas experiências em alimentar as possibilidades e referências de que o desenvolvimento pode ser operacionalizado através da conjuntura interinstitucional que se estabeleceu para tal.

12 AS RELAÇÕES E A CONSTRUÇÃO DE SIGNIFICADOS DA PARTICIPAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO

“A expressão seria a contrapartida da percepção, algo como uma imagem sua (sc. em conformidade precisamente com todas aquelas partes ou formas a serem expressas), não obstante produzida a partir de um material novo – uma “ex-pressão” no material do significar.”

Edmund Husserl, Investigações Lógicas.

O que é o significado de algo, senão um conjunto de relações acerca deste algo? Deste modo, é óbvio que nas linhas metodológicas utilizadas nesta tese não haverá sentenças que possam, categoricamente, definir o significado da participação. Portanto, não foi ao acaso que nos detivemos por tantas páginas explorando as expressões das pessoas que estão nos modos de ser do desenvolvimento, atentou-se para explorar as relações expressas pelas pessoas em suas participações nas cotidianidades do desenvolvimento.

Ao pressupor que os significados podem ser abordados como um conjunto de relações, fica subentendido que não haverá apenas uma expressão pontual capaz de transmitir as relações contempladas pelas pessoas em suas participações para o desenvolvimento. Assim, em todas as expressões destas pessoas poderemos encontrar relações que, de alguma forma, signifiquem suas participações. Neste caso, podemos contemplar que tanto nas problematizações das mudanças ou transformações sobre as possibilidades, como nas análises semióticas peirceanas apresentadas no capítulo 11, expressam-se relações que são conformadas nas experiências participativas. De modo geral, se tratam de atos expressos que compreendem atos significativos, intuitivos e vivências momentâneas próprias, ou seja, elementos que, de acordo com Husserl (1996), fornecem o substrato básico para a construção de significados. De modo geral, tais relações são elementos básicos para o preenchimento do processo de significação.

Neste contexto, busca-se dar continuidade à expressão das pessoas que estão nos modos de ser do desenvolvimento, atentando para explicitar as relações que emergem da sequência de problematizações que se realizou durante a experiência empírica desta tese. Portanto, pretende-se que o presente capítulo avance na apresentação das relações, associando primeiro e segundo níveis desta proposta metodológica. A semiótica peirceana apresentada no primeiro nível de expressão das relações transforma-se, então, em objeto para a expressão das

relações de segundo nível, em que as pessoas expressam-se especificamente sobre os significados de suas participações.

Com isso, inicialmente estar-se-á apresentando a exploração das relações emergentes das experiências do fenômeno temporal da participação, as quais tornam-se, neste capítulo, objetos de expressão dos modos de ser do desenvolvimento. Tais objetos são, de acordo com a antropologia husserliana, os principais elementos para a construção de significados da participação. De modo geral, congregam-se nestes atos expressos a associação de atos intuitivos, atos significativos e vivências momentâneas próprias determinantes para preencher o processo de significação.

A exemplo do que ocorreu no capítulo anterior, tais relações serão apresentadas a partir de suas conjunturas institucionais, de onde emergem as cotidianidades dos modos de ser do desenvolvimento. Neste contexto, serão introduzidas as expressões específicas sobre o significado da participação, as quais constituem o segundo nível de análise desta proposta metodológica.

12.1 Relações e significados: a conjuntura dos proponentes

Diferentemente do capítulo anterior em que houve a possibilidade de contemplar integralmente as expressões das pessoas que estão nos modos de ser do desenvolvimento em suas distintas conjunturas, a presente seção dedica-se a reunir tais expressões em termos de relações. Deste modo, poderemos verificar aquilo que estabelece Husserl (1996) em sua antropologia, que o processo de significação congrega vivências momentâneas próprias, atos intuitivos e atos significativos através de um conjunto de relações que singularmente significam as experiências ônticas.

Portanto, na experiência empírica desta tese prezou-se pela realização de uma tematização ontológica junto às pessoas que revelasse as relações emergentes de suas participações nas conjunturas do desenvolvimento. Na problematização das mudanças ou transformações sobre as possibilidades e das experiências semióticas derivadas da participação junto ao discurso do desenvolvimento, emergem uma série de relações que, como poderemos observar, associam-se diretamente com a expressão específica sobre os significados da participação. De modo geral, deve-se levar em consideração que, neste caso, o significado não pode ser abordado de

maneira específica, mas sim através de um conjunto de elementos ou relações que emergem das tentativas de expressão das pessoas em torno da destacada experiência ôntica.

Neste contexto, atentou-se para que este capítulo fosse dedicado a apresentação das relações expressadas pelas pessoas que participaram das cotidianidades do desenvolvimento, associando-as com as expressões intencionais e específicas sobre os significados de sua participação. Com isso, destaca-se a conexão ou aproximação entre tal expressão de significados e as relações emergentes das demais problematizações, indicando que não há um ou outro elemento capaz de significar a experiência participativa, mas que há um conjunto de relações significativas que emergem do direcionamento das pessoas junto ao fenômeno da participação.

Em torno do fenômeno da *participação para o desenvolvimento* apresentam-se discursos, diálogos e práticas que preenchem os atos significativos das pessoas que estão nestes modos de ser e são, por sua vez, expressos durante a problematização destas experiências. Não obstante, ainda devemos levar em consideração que, ao abordar as relações, atentamos para explorar ao máximo aquilo que se apresenta às pessoas no momento de expressar suas experiências temporais, pois, adotando um caráter rigoroso, é difícil imaginar que através das expressões poderemos captar integralmente a experiência significativa das pessoas. Neste sentido, o estudo das relações ganha importância para conformar um conjunto de informações potencialmente associadas aos atos significativos destas pessoas.

Sendo assim, disponibiliza-se a seguir o quadro 15, que visa apresentar as relações expressas pelas pessoas que estão nos modos de ser dos proponentes. Através do mesmo poderemos verificar preliminarmente como a modalidade cotidiana de participação influencia para a construção de referências significativas para estas pessoas. Além disso, é possível contemplar nas relações apresentadas abaixo, como o discurso do desenvolvimento influencia na mediação simbólica quase-necessária para a significação das experiências junto ao fenômeno temporal da participação.

Neste contexto, o quadro 15 (a seguir) busca compilar as relações expressas no capítulo anterior, resumindo as diversas expressões apresentadas nos relatos dos proponentes para que possamos contemplar o caráter processual das construção de significados.

Quadro de relações dos proponentes			
Ocupação	Atividades cotidianas	Mudanças	Experiência semiótica
Proponente 1	Planejamento e avaliação de propostas e projetos.	Não indicou.	Satisfação. Funcionalidade e eficiência.
Proponente 2	Gestão de dados e inscrição de entidades.	Organização e planejamento aplicado à vida pessoal.	Satisfação. Reconhecimento da necessidade de ordem e disciplina.
Proponente 3	Comunicação social, produção e divulgação de material institucional	Incremento das relações pessoais, profissionais e sensibilidade com o discurso.	Satisfação altruísta, frustração, enriquecimento de percepções e dúvidas sobre funcionalidade. Defesa do discurso. Falência do sistema.
Proponente 4	Coordenação regional da organização	Novos conceitos, novas práticas, voluntariado, compromisso e motivação.	Coerência, crença ideológica. Trabalho como compromisso, dedicar vida ao trabalho. Aprendizado e sorte de trabalhar na conjuntura.
Proponente 5	Responsável pelos projetos de voluntariado	Mais informação, dedicação ao trabalho social e ativismo. Maior capacidade de diálogo através das metodologias participativas. Maior sensibilidade quanto as questões humanas	Uso racional da ideologia e ativismo político. Respeito ao diálogo e ao consenso. Desenvolveu conexões entre teoria e prática, observou o potencial das metodologias participativas para melhorar o diálogo
Proponente 6	Diretor geral da organização	Muitas viagens, ritmo de trabalho diferente, adaptação psicológica, gerenciar recursos humanos de forma ordenada.	Frustração, felicidade extrema e choque com realidades. Saber como prestar melhor apoio aos executores. Compromisso entre ideologia e propósitos institucionais.
Proponente 7	Técnica de apoio a captação de recursos	Grande estresse, participação como voluntariado, associação entre vida privada e profissional. Motivação.	Felicidade. Trabalho absorvendo mais tempo pessoal. Mais formação. Problemas de saúde através do trabalho. Percepção da complexidade do trabalho.
Proponente 8	Atenção ao público, recebimento de documentos e comunicação social	Mudança completa nas atividades cotidianas e vida pessoal. Compromisso ideológico e pessimismo.	Busca pelos sentimentos derivados do altruísmo, frustração e otimismo. Mais motivação para participar. Medo de não saber o que está fazendo. Reprodução de discursos e vontade de aprender.
Proponente 9	Atenção ao público	Mais sensibilidade para pessoas e situações de pobreza. Ampliação de visão de mundo.	Grande alegria por ampliar perspectivas. Maior sensibilidade e ação com o discurso. Vontade de conhecer o "terreno".

Proponente 10	Atenção ao público e apoio ao voluntariado	Voltar a trabalhar com horário fixo. Preenchimento por trabalhar com discurso que ideologicamente sensibiliza.	Felicidade por introduzir-se ao novo ritmo de trabalho. Autossatisfação por conseguir cumprir atividades cotidianas. Segurança econômica e mais atenção aos assuntos relacionados com o trabalho.
--------------------------	--	---	---

Quadro 15 – Relações expressas pelos proponentes durante a experiência empírica da tese.

Como pode-se observar no quadro 15 (acima), as relações expressas pelos proponentes não afastam-se das experiências vivenciadas junto às distintas modalidades de ocupação, em que as atividades cotidianas organizacionais entrelaçam-se aos aspectos simbólicos do desenvolvimento para mediar tais experiências participativas. Neste sentido, chama-se a atenção para o fato de que muitos proponentes sentem-se sensibilizados pelo discurso, expressando relações que denotam um sentido de compromisso as suas participações, ou seja, em que as mesmas inserem-se em um conjunto de atividades sociais e realizam esforços para melhorar as situações de outras pessoas. Entretanto, o que pode-se perceber é que a única forma de que os proponentes possam relacionar suas atividades cotidianas com o sentido que buscam expressar é utilizando-se de mediações simbólicas.

O significado da participação, portanto, perpassa por esta quase-necessária mediação simbólica que atribui sentido às experiências das pessoas junto a determinadas conjunturas. Quando, intencionalmente, atentamos para que as pessoas signifiquem suas experiências participativas, torna-se ainda mais evidente a presença desta crosta sýgnica que atribui significados às tarefas cotidianas, associando-as com discursos que simbolizam contribuições para melhorar as situações de outras pessoas.

Tais relações podem nos indicar como a semiótica do desenvolvimento pode mediar as ações cotidianas realizadas em determinadas conjunturas. Neste contexto, pode-se observar também como a temporalidade da *participação para o desenvolvimento* é um fenômeno que apresenta-se recheado de referências e possibilidades que transformam os modos de ser do desenvolvimento em ocupações que podem até ser impessoais, mas que, por fim, aproximam-se com inclinações pessoais.

Deste modo, o quadro 16 abaixo introduz alguns exemplos de expressões intencionais sobre o significado da participação. Através dos mesmos, reforçam-se

os aspectos simbólicos da experiência participativa e, além disso, ficam mais evidentes os “saltos” semióticos da mesma.

Quadro de relações e significados – 2º nível		
Ocupação	Proponente 3	Proponente 2
Atividades cotidianas	Comunicação social, divulgação e produção de material institucional	Unidade de gestão de dados
Mudanças	Incremento das relações pessoais, profissionais e sensibilidade com o discurso.	Organização e planejamento aplicado na vida pessoal.
Experiência semiótica	Satisfação altruísta, frustração, enriquecimento de percepções e dúvidas sobre funcionalidade. Defesa do discurso. Falência do sistema.	Satisfação e reconhecimento da necessidade de ordem e disciplina.
Significado	<p><i>“Uno es estar en el ámbito de la actividad social, yo estando en la CID tengo la sensación de que estoy colaborando en la utilidad social. Dos, participar en el ámbito de la CID es no cerrarte a un micromundo y estar abierto a mirar el mundo desde una perspectiva más amplia. La CID siempre te estas invitando a mirar el mundo desde una perspectiva más amplia.” (Proponente 3)</i></p>	<p><i>“Personalmente, si que me agrada. Prefereria trabajar aquí que en la hacienda, con un montón de números. Este trabajo tiene que ver directamente con la vida de muchas personas y esto no te hace perder la perspectiva y no cae en el extrañismo justamente por eso, por que tu trabajo estás afectando mucha gente. Desde luego valoro estar trabajando aquí más que en otros sitios, simplemente por eso, porque nuestro trabajo afecta la vida de las personas de una forma muy directa y muy necesaria.” (Proponente 2)</i></p>

Quadro 16 - Apresentação das relações e significados expressados pelos proponentes 3 e 2 durante a entrevista.

Através do quadro de relações e significados apresentado acima (quadro 16) pode-se observar aquilo que foi acima denominado de “salto” semiótico, ou seja, uma extrapolação dos fatos mediado pelo discurso em prática. As atividades cotidianas, bem como as relações emergentes da participação das pessoas interagem com o discurso praticado nas conjunturas para dar forma a significados que alcançam, de algum modo, tais discursos. As atividades cotidianas, nestas conjunturas, transformam-se em “*actividad social*” que “*afecta la vida de las personas*”. Um processo de significação que não pode ser preenchido sem o apoio de inúmeros elementos simbólicos relacionados ao discurso do desenvolvimento. Um “salto” quase-necessário para que as pessoas possam estabelecer suas conjunturas institucionais e cotidianidades.

Apesar que no Anexo 1 pode-se contemplar o quadro geral de relações e

significados dos proponentes, em que encontram-se as relações e significados de todos os proponentes entrevistados. Aporta-se ao corpo do texto o quadro 17 (abaixo), onde dispõem-se as relações e significados de mais dois proponentes.

Quadro de relações e significados – 2º nível		
Ocupação	Proponente 4	Proponente 5
Atividades cotidianas	Coordenação regional da organização	Responsável pelos projetos de voluntariado
Mudanças	Aproximação com novos conceitos e novas práticas. Voluntariado, compromisso e motivação.	Mais informação. Dedicção ao trabalho social e ativismo. Maior capacidade de diálogo através das metodologias participativas. Maior sensibilidade quanto às questões humanas
Experiência semiótica	Coerência, crença ideológica. Trabalho como compromisso. Dedicar vida ao trabalho. Aprendizado e sorte de trabalhar na conjuntura.	Uso racional da ideologia e ativismo político. Respeito ao diálogo e ao consenso. Desenvolveu conexões entre teoria e prática, observou o potencial das metodologias participativas para melhorar o diálogo
Significado	<p><i>“Cada uno dentro de su ámbito llega hasta donde puede llegar. También hay que llevar en cuenta el contexto de vida que tiene cada uno y en cada momento. Siempre sabiendo que es poco, pero también tiene que dimensionarte, así te dimensiona en lo que tu puedes hacer y pasas a hacerlo lo mejor posible. Sabiendo que todo queda por hacer, que todo hay que seguirlo trabajando, estando alerta dentro de las posibilidades que tu pueda. És darse siempre más. Siempre te tienes que dar más, no te puedes quedar, siempre hay que seguir, que seguir, porque sabes que todo que tu estas haciendo es poquito y esse poquito tiene que ser rico.” (Proponente 4)</i></p>	<p><i>“La posibilidad de tener una formación tan política y tan social que puedes aplicar a tu vida cotidiana y la posibilidad de trabajar en algo que yo creo que encaja con mis ideales y opiniones.” (Proponente 5)</i></p>

Quadro 17 - Apresentação das relações e significados expressados pelos proponentes 4 e 5 durante a entrevista.

O quadro 17 (acima) nos apresenta uma boa demonstração de como a expressão intencional do significado tende a concertar as relações emergentes das problematizações acerca da participação para o desenvolvimento. Vivências momentâneas próprias, atos intuitivos e significativos vão se concertando através de marcantes relações que preenchem os constantes processos significativos. Além disso, são através destas mesmas relações que emergem as interações entre as práticas e os discursos. Uma crosta sígnica que já está ali, sempre presente para

referenciar as experiências humanas.

12.2 Relações e significados: a conjuntura dos executores

A semelhança de como foi realizado na conjuntura dos proponentes, a presente seção será dedicada à apresentação das relações e significados expressos pelas pessoas que estão nos modos de ser dos executores. Da mesma forma que observou-se na seção anterior, os executores também expressam relações e significados emergentes das suas experiências participativas, em que a modalidade de ocupação onde a pessoa encontra-se é fundamental para estimular os processos significativos e caracterizar sua experiência.

Não obstante, a conjuntura dos executores apresenta modalidades de ocupação mais variáveis que a anterior, variação que deriva principalmente do objetivo principal desta conjuntura que é realizar a aproximação entre proponentes e beneficiários, executando os discursos em “terreno”. Assim, estas modalidades de ocupação podem caracterizar-se por apresentar interações mais diretas, ora com a conjuntura dos proponentes, ora com a conjuntura dos beneficiários.

Tal dinâmica torna-se muito importante no momento de realizar inferências sobre a influência de conjunturas institucionais e modalidades de ocupação para o processo de significação. Neste caso, fica claro que aquelas pessoas que se ocupam em modalidades que estão mais próximas dos beneficiários expressam suas relações a partir da experiência participativa junto aos beneficiários, enquanto as pessoas que interagem com os proponentes tendem a expressar-se sob o contexto destas interações.

No quadro de relações dos executores (quadro 18) apresenta-se o conjunto de relações expressadas pelos executores durante a problematização das experiências participativas. Neste conjunto, é possível contemplar os elementos mais marcantes destacados pelos executores durante a experiência empírica desta tese. Portanto, tratam-se de relações emergentes das expressões acerca das mudanças derivadas das atividades cotidianas, bem como da experiência semiótica da participação para o desenvolvimento.

Quadro de relações dos executores			
Ocupação	Atividades cotidianas	Mudanças	Experiência semiótica
Executor 1	Técnico de apoio a produção agrícola sustentável	Mais conhecimento e experiência de etnodesenvolvimento. Afastamento das telecomunicações e família.	Desmotivação. Entendimento da realidade e etnia. Tranquilidade. Observação de avanços. Esperança.
Executor 2	Professor de apoio as atividades educacionais	Afastamento das telecomunicações. Ressignificação de sua própria cultura. Outra forma de encarar as questões étnicas. Crítica ao assistencialismo	Sensibilidade quanto as questões étnicas. Frustração. Equilíbrio entre pessimismo e otimismo. Necessidade de doação. Ativismo étnico. Mudanças nas estratégias pedagógicas. Reconforto. Percepção da cosmovisão indígena.
Executor 3	Técnico de apoio aos diálogos interculturais	Constantes deslocamentos. Revolução na vida pessoal. Necessidade econômica de mesclar função pública estável com atividades de etnodesenvolvimento instável.	Emoções e sentimentos positivos derivados da relação com a etnia. Contradição pelo enrijecimento da prática institucional projetada e específica. Otimismo e esperança.
Executor 4	Diretor geral da organização e extensionista	Muitos transtornos ocasionados pelas exigências burocráticas e diálogos interinstitucionais. Estresse e ausência de paz. Percepção de que os relatórios são mais importantes que o relacionamento entre as pessoas.	Satisfação por conseguir os recursos para o etnodesenvolvimento e observar as melhorias. Imenso desgaste pelas relações e diálogos com proponentes. Necessidade de buscar outras fontes de financiamento e abandonar a CID. Percepção de que os verdadeiros beneficiários são os proponentes. Sentimento de estar em meio a outra invasão colonialista. Sistema impossibilita que indígenas possam participar autonomamente.
Executor 5	Técnico de apoio aos diálogos interculturais	Aproximação e conhecimento da medicina guarani. Sentimento de sorte e alegria por ter confiança da etnia. Necessidade adotar mais conhecimento indígenas.	Sentimento enriquecedor. Experiências de ensino e aprendizagem gratificantes. Sentimento de raiva e impotência pelo descaso em relação aos indígenas. Percepção dos preconceitos e falência da educação ocidental. Crítica a moralidade católica e dificuldade de conviver com suas falácias.
Executor 6	Diretor da organização e extensionista	Mesclar atividades de professor universitário com ação extensionista. Transformação das rotinas pelas saídas de campo. Vivência de realidade étnicas. Sensibilidade e fortalecimento. Abandono de tabus e	Desilusão e frustração em relação as reais intenções dos proponentes. Percepção de que os relatórios são mais importantes que melhorias para as comunidades. Observação da presença de colonialismo. Falta de comprometimento e sensibilidade dos proponentes. Proponentes atrasados prática e metodologicamente. Falta de responsabilidade da CID. Sentimento

		perspectivas ideológicas. Eliminação das objetivações em relação as pessoas.	positivo pela melhoria na qualidade de vida de beneficiários. Percepção da complexidade do trabalho de etnodesenvolvimento e necessidade de renovação dos tempos de ação extensionista. Felicidade pelo relacionamento com pessoas no “terreno”.
Executor 7	Técnico de apoio a prestação de contas e assuntos contábeis	Eliminação de preconceitos em relação as comunidades indígenas. Percepção da falta de conhecimentos sobre realidades da parte dos proponentes. Crítica aos proponentes.	Sentimento de culpa e submissão por aceitar todas as indicações de proponentes. Postura mais sólida no momento de dialogar com proponentes. Realizações de ações para possibilitar gestão comunitária. Necessidade de criar instâncias internas de apoio ao desenvolvimento, abandonando o apoio internacional.

Quadro 18 - Relações expressas pelos executores durante a experiência empírica da tese.

Como comentou-se na seção anterior a partir do que estabelece a antropologia husserliana, são tais relações que indicam a emergência de vivências momentâneas próprias, atos intuitivos e significativos que incidem diretamente sobre o preenchimento dos processos significativos da *participação para o desenvolvimento*.

Deste modo, pode-se observar que tais relações convergem para concertar o processo de significação, atribuindo sentido e coerência às expressões derivadas da experiência participativa. Tal convergência pode ser contemplada quando, através da tematização ontológica, preza-se intencionalmente pela expressão explícita sobre o significado. Neste caso, há uma forte aproximação entre as relações mais marcantes derivadas das demais problematizações e a expressão explícita do significado da participação.

O quadro de relações e significados (quadro 19) apresenta as relações mais marcantes derivadas da expressão das pessoas que estão nos modos de ser dos executores, associando-as, posteriormente, com a expressão direta do significado. Além disso, destaca-se que o quadro abaixo apresenta as relações e significados de executores que estão em ocupações bastante diferenciadas. De um lado está o Executor 4, que dá mais ênfase às relações emergentes das interações junto aos proponentes, enquanto de outro lado está o Executor 5, o qual enfatiza as relações derivadas de suas interações junto aos beneficiários.

Quadro de relações e significados – 2º nível		
Ocupação	Executor 4	Executor 5
Atividades cotidianas	Diretora geral da organização e extensionista	Técnico de apoio aos diálogos interculturais
Mudanças	Muitos transtornos ocasionados pelas exigências burocráticas e diálogos interinstitucionais. Estresse e ausência de paz. Percepção de que os relatórios são mais importantes que o relacionamento entre as pessoas.	Aproximação e conhecimento da medicina guarani. Sentimento de sorte e alegria por ter confiança da etnia. Necessidade adotar mais conhecimento indígenas.
Experiência semiótica	Satisfação por conseguir os recursos para o etnodesenvolvimento e observar as melhorias. Imenso desgaste pelas relações e diálogos com proponentes. Necessidade de buscar outras fontes de financiamento e abandonar a CID. Percepção de que os verdadeiros beneficiários são os proponentes. Sentimento de estar em meio a outra invasão colonialista. Sistema impossibilita que indígenas possam participar autonomamente.	Sentimento enriquecedor. Experiências de ensino e aprendizagem gratificantes. Sentimento de raiva e impotência pelo descaso em relação aos indígenas. Percepção dos preconceitos e falência da educação ocidental. Crítica a moralidade católica e dificuldade de conviver com suas falácias.
Significado	<p><i>“Significa que sacas de adentro una suerte de resistencia de ser humano. Así como, bueno, hasta donde soy capaz de resistir? Volvemos a lo mismo, ellos escriben en un papelito lo que estan pidiendo y lo que necesitan en el papel, pero en el terreno no existe. Entonces, nunca se construye. Yo lo que creo que ocurre con la CID es que no quieren contruir los puentes reales. Construye puentes colgantes que a cualquier momento te balanceas y te cae. No construye. Porque cuando vos construís vas a las puentes, vas a las bases y intenté hacer algo que dure.” (Executor 4)</i></p>	<p><i>“Yo me empatico con ellos, para mí es como que yo formo parte de la historia de ellos. Historia de despojo, historia de explotación, de robos, de saqueos de su riqueza. Entonces, es como que ellos no están solos. Si algo debe servir mi compañía, mi aporte, mi presencia con ellos, de hecho que sí, creo que para ellos es un consuelo tener un abogado que está del lado de ellos, que no se va aprovechar de ellos y que de alguna forma estás ayudando para que lleven una vida más digna, una mejor calidad de vida. Para eso, ese hecho para mí me llena de satisfacción, entonces si yo hoy me muero, me muero contento, porque yo hice lo que tenía que hacer en ese momento y ellos continuaron, otros también continuarán. En ese sentido, yo estoy realizado ya. Creo que me queda un camino todavía, pero significa mucho, mucho. Es dura, es triste la historia de que ellos son objetos de luchas, de despojos, de todo, de cuantos indígenas fueron matados, engañados, pero que la historia oficial no cuenta, no te cuenta. Te cuentan ellos, los ancianos, como fueron engañados. Ahora estoy leyendo un librito que cuentan los ancianos como fueron engañados para ser matados, para ser eliminados. Estamos hablando de 1920, 1930, de 1970 y hasta hace poco. Hacían en forma, digamos, criminal y después la otra forma de matar, la de sacarles de su bosque, de alienarles, que también es otra forma de matar.” (Executor 5)</i></p>

Quadro 19 – Apresentação das relações e significados expressados pelos executores 4 e 5 durante a entrevista.

Nos significados expressados por estes executores são explicitados diversos elementos que vão muito além das experiências cotidianas destas pessoas. Unem-se a estas experiências cotidianas relações, avaliações, interpretações, referências históricas e discursivas, ideias de passado, presente e futuro que congregam-se para preencherem os processos significativos. Em ambos os casos apresentados pelo quadro 19 (acima), pode-se contemplar que o significado concerta uma série de relações simbólicas que apareciam nas relações derivadas das problematizações da participação, contudo, na expressão do significado estas relações são mediadas por, digamos, “informações adicionais”, ou seja, informações que muitas vezes não fazem parte da própria experiência, mas sim de um campo simbólico particular que media a expressão dos significados. A expressão do significado caracteriza-se, também, pela presença deste “salto” semiótico, o qual concordariam Peirce e Husserl ser quase-necessário para preencher o processo significativo.

Este mesmo “salto” semiótico pode ser contemplado no quadro 20 (abaixo), o qual aporta o quadro de relações e significados dos executores 6 e 7. Percebe-se que, ao atrair a pessoa para explicitar o significado da participação para o desenvolvimento, há uma tendência de que a mesma realize um resgate de sentimentos, ações, interpretações que, finalmente, derivam em atos significativos preenchedores do processo de significação. Apesar de que as relações anteriormente expressas estejam geralmente contempladas nestes atos significativos expressos, o contrário não pode ser observado. Nos significados expressados explicitam-se elementos que transcendem a congregação das relações, aportando novos elementos para os processos significativos. De certa forma, amplifica-se o campo de relações, o qual concerta as experiências discursivas, dialógicas e práticas para explicitar o significado.

Quadro de relações e significados – 2º nível		
Ocupação	Executor 6	Executor 7
Atividades cotidianas	Diretor da organização e extensionista	Técnica de apoio a prestação de contas e assuntos contábeis
Mudanças	Mesclar atividades de professor universitário com ação extensionista. Transformação das rotinas pelas saídas de campo. Vivência de realidade étnicas. Sensibilidade e fortalecimento. Abandono de tabus e perspectivas ideológicas. Eliminação das objetivações em	Eliminação de preconceitos em relação as comunidades indígenas. Percepção da falta de conhecimentos sobre realidades da parte dos proponentes.

	relação as pessoas.	
Experiência semiótica	Desilusão e frustração em relação as reais intenções dos proponentes. Percepção de que os relatórios são mais importantes que melhorias para as comunidades. Observação da presença de colonialismo. Falta de comprometimento e sensibilidade dos proponentes. Proponentes atrasados prática e metodologicamente. Falta de responsabilidade da CID. Sentimento positivo pela melhoria na qualidade de vida de beneficiários. Percepção da complexidade do trabalho de etnodesenvolvimento e necessidade de renovação dos tempos de ação extensionista. Felicidade pelo relacionamento com pessoas no “terreno”.	Sentimento de culpa e submissão por aceitar todas as indicações de proponentes. Postura mais sólida no momento de dialogar com proponentes. Realizações de ações para possibilitar gestão comunitária. Necessidade de criar instâncias internas de apoio ao desenvolvimento, abandonando o apoio internacional.
Significado	<i>“Para mi, dentro del contexto, es que eso mismo podríamos desarrollar dentro de un país, de mejorar el funcionamiento de un país y no precisar precisamente de esas agencias externas porque muchas veces se convierte como en una facilidad para poder desarrollar proyectos y, con el tiempo, se convierte en un obstáculo. Yo creo que dentro de un organigrama de un país y dentro de las políticas públicas, podría formar parte de un gobierno y si dentro de esas pautas de ese país, de Paraguay, se cumplieran más los organigrama y haya más un compromiso social dentro del gobierno, no estaríamos necesitando nosotros de un financiamiento del exterior y, a lo mejor, como personas que vivimos dentro de ese país podríamos interpretar mejor estas necesidades, a lo mejor solucionaríamos, no te diría más rápido, pero con menos dificultades. Que nosotros busquemos las soluciones desde adentro y no de afuera para dentro. Porque acá pasa mucho con las agencias que tambien copian y pegan proyectos que se desarrollan, por ejemplo, dentro de sudamerica con Bolivia. Bolivia y su poblacion, desde nuestro punto de vista, tiene un origen que casi no se mezcló, es indígena, el indígena es urbano, es campesino, en cambio, el indígena en Paraguay ha salido del monte hace 30 años. Entonces, muchas veces cuando hablamos con las agencias siguen cometiendo el mismo error de querer comparar los indígenas con su experiencia en Bolivia, con Peru o con Mexico y eso es algo que no le entra en la cabeza que, en Paraguay, si hay una gran diferencia con las comunidades indígenas y con proyectos que se han desarrollado en otros países de Latinoamérica. Y, ese es un error constante. Si hacemos así, porque acá no lo vá funcionar? Hemos visto que dentro de la misma etnia, a veces, cada comunidad tiene una problemática diferente, tienen similitudes y grandes diferencias.”</i>	<i>“Talvez seria muy grande, pero conceptualizemos lo que es muy grande. El poder estar allí en estas comunidades, el poder acceder a esto, el poder estar en medio de esta diversidad de acciones que hagan, el poder estar en una oficina pública sentada y el poder llegar a esta gente y saber que estos me escuchan, no me veen, me escuchan, que puedo sentar y puedo entender y saber el lenguaje que se habla, o sea, significa muy grande. Y, con eso, quedarme sentada acá no más, sabes que? No, no. El ir allá, el tener estos accesos, el ir aprendiendo, el ver esto, el cooperar, esta edición de libro mismo, eso que estas viendo y el poder relacionarme. A la pucha! O sea, hasta estos pequeños detalles y despues, ir a un congreso en el Industria y Comercio (edificio) y comenzar a ver todas estas experiencias y de que hablan, de como estan estas comunidades, de poder saber esto y pasar ciertas adversidades y experiencias es “muuuuuuy” grande. Porque vos en algun momento vá encontrar acá la gente y decir, sabes que existe eso? es verdad? Vos sabia que la artesanía...? vos sabia que ellos tienen tal cosa...? vos sabia que ellos consomen eso...? O te vas allá y decis, mira hay estas tecnologias que pueden ser buenas y tal. Todos estos enfoques o que se yo. Una chica que hizo su maestria en España y doctorado no se donde y, me dice, me fue a tu pueblo, de la civilizacion y de la incivilizacion. Tu puede decir, mira, sentáte vamos hablar lo que es eso de la civilizacion y de la incivilizacion. Y tener lenguaje y decir, mira, uno nos es peor, ni mejor que el otro. Eso creo que aprendi en estar estas comunidades y en estar acá (en la oficina). Y, no por eso soy mejor que el otro. Me parece que todas las interrelaciones, a veces, generan conflictos, pero esto es bueno. Y todo eso me parece que fue muy positivo. Te desarrollás humanamente.”</i>

Quadro 20 – Apresentação das relações e significados expressados pelos executores 6 e 7 durante a entrevista.

A partir do que expressam os executores 6 e 7 no quadro 20 (acima), pode ser contemplado aquilo que vem sendo denominado de “salto” semiótico da significação, ou seja, uma concertação de sentimentos, ações/reações, interpretações e experiências próprias que vão preenchendo o processo significativo. O que, de fato, torna qualquer tentativa de significação generalista um mero capricho determinista. Os dados obtidos pela experiência empírica desta tese somente confirma aquilo que já havia sido observado pela antropologia peirceana, de que provavelmente cada pessoa tenha uma perspectiva única sobre a realidade, entretanto, que encontra na mesma pontos convergentes e divergentes entre as demais pessoas que são quase-necessários para o estabelecimento dos discursos, diálogos e práticas, concertando as experiências coletivas e individuais.

Complementa-se, através do Quadro de relações e significados dos executores disposto no Anexo 2, a observação dos significados explicitados pelos demais executores, os quais não diferem estruturalmente do que foi apresentado nesta seção. Neste contexto, adentraremos, na próxima seção, na observação das relações e significados explicitados pelo beneficiários, finalizando, assim, a apresentação dos elementos que, nesta experiência empírica, preenche o processo significativo dos participantes.

12.3 Relações e significados: a conjuntura dos beneficiários

A semelhança da sequência que foi adotada nas seções anteriores deste capítulo, inicia-se a presente seção com a apresentação das principais relações aportadas pelos beneficiários. Neste contexto, prezou-se por dispor no quadro 21 (abaixo) um conjunto de elementos explicitados pelos beneficiários que emergiram diretamente de suas participações para o desenvolvimento. Portanto, trata-se de um resgate dos atos significativos, intuitivos e vivências momentâneas próprias que tornam-se elementos fundamentais para o preenchimento dos significados explicitados pelos participantes.

Como pode-se previamente imaginar, as relações aportadas pelos beneficiários diferem substancialmente daquelas apresentadas por proponentes e executores. Os beneficiários, neste caso, tendem a explicitar as relações que derivam do contexto em que estão inseridos, ou seja, dos sentimentos, ações e interpretações derivadas de sua condição de participar nos modos de ser dos

beneficiários. O quadro 21 (abaixo) dispõe as principais relações emergentes da experiência empírica realizada junto aos beneficiários.

Quadro de relações dos beneficiários			
Ocupação	Atividades cotidianas	Mudanças	Experiência semiótica
Beneficiário 1	Líder espiritual e religiosa, curandeira, parteira e atividades domésticas. Pessoas de idade avançada tornam-se referências naturais.	Entrada de eletricidade, água encanada, geladeira, televisão. Aprendizagem dos idiomas espanhol e português. Acesso à educação para os filhos e netos.	Sentimento de alegria e felicidade. Necessidade de aproveitar a oportunidade de aprender. Desenvolvimento de formas de comunicação com mundo ocidental. Busca de espaços para indígenas nas sociedades ocidentais através da profissionalização. Oportunidade de expressar seus conhecimentos sobre medicina guarani e retomar suas práticas como parteira e obstetra. Agradecimento pela renovação das perspectivas de futuro para descendentes.
Beneficiário 2	Líder comunitário. Apoia atividades agrícolas. Pessoas de idade avançada tornam-se referências naturais.	Grande transformação das condições de vida. Saída da depressão e pobreza extrema. Sentimento de força física, espiritual e esperança. Compromisso para que os demais possam ter acesso às melhorias.	Necessidade de dar continuidade aos projetos. Futuro ainda incerto para descendentes. Esperança de profissionalização dos indígenas. Fortalecimento da cultura indígena através da atenção aos xamãs. Necessidade de continuidade das atividades do projeto para consolidação do novo caminho.
Beneficiário 3	Dedica-se à promoção das práticas agrícolas entre os indígenas. Artesanato.	Aprendizagem e experiências de produção agrícola. Renovação da autoestima e da possibilidade de dar exemplos aos filhos e mais jovens.	Sentimento de ser mais importante. Capacidade de prestar serviços e ensinar. Tornou-se professor de apicultura e alcançou outro status por poder ensinar. Consideração especial por saber. Necessidade de exportar modelo para outras comunidades e avançar em outros tipos de produção agrícola.
Beneficiário 4	Atividades domésticas, cuidado com filhos e os mais jovens, apoio à agricultura, artesanato e estudos.	Possuir eletricidade, água encanada, animais. Poder ler e estudar.	Grande alegria de poder manejar computador e ter vacas leiteiras para alimentar os filhos e demais crianças. Satisfação por saber costurar e fazer roupas. Necessidade de continuar com projeto por receio de perder as conquistas. Devem aprender a dar manutenção, pois custos aumentaram.
Beneficiário 5	Atividades domésticas, estudos, apoio à agricultura, artesanato e estudos.	Aprender ler e escrever. Saber informática e costura. Aprender a cuidar do viveiro, plantar erva-mate e fazer agricultura.	Alegria por aprender e saber fazer. Satisfação. Necessidade de dar continuidade às atividades.
Beneficiário 6	Atividades domésticas, cuidado com os filhos e os mais jovens, agricultura de subsistência, prestação de serviços, venda de	Não percebeu nada ruim, apenas melhorias relacionadas ao projeto. Reconforto por ter infraestrutura. Oportunidade para filhos estudarem.	Sentimento de muita esperança pelas transformações do projeto na comunidade. Percepção de novas possibilidades e oportunidades para todos. Melhor qualidade de vida. Estudo e capacitação como

	panifícios e artesanato.	Chance de aprender profissões. Satisfação e esperança pelo aparecimento de um novo panorama.	oportunidade para que mais novos alcancem uma vida melhor. Aprendizado de cultivo de novos tipos de alimentos. Produção para comercialização de empanadas, pães. Prestação de serviço de costureira. Aprendizado de culinária paraguaia. Oportunidade para que filhos gerem ingressos econômicos através do artesanato. Aprendizado da lógica capitalista.
--	--------------------------	--	--

Quadro 21 - Relações expressas pelos beneficiários durante a experiência empírica da tese.

Como pode-se observar, as relações apresentadas pelos beneficiários dão ênfase aos aspectos derivados da operacionalização do projeto de etnodesenvolvimento e, neste contexto, as relações destacam os elementos mais marcantes de suas experiências participativas. Na condição de beneficiários emergem sentimentos, ações e interpretações que vão preenchendo seus processos significativos.

De um lado, pode-se observar relações que configuram-se através de considerações sobre as transformações materiais e tecnológicas que, como inovações, adentraram as suas cotidianidades para solucionar problemas básicos e aportar distintas temporalidades. De outro lado, há uma grande preocupação em referenciar as relações através de transformações perspectivas e simbólicas vivenciadas pelos beneficiários, no sentido de destacar as mudanças de estado de humor derivadas da experiência participativa.

Além disso, as relações expressam referências sobre a emergência de novas possibilidades para sua conjuntura, nestas, são relacionadas questões culturais, educativas, profissionais, bem como reflexões sobre a contemporânea situação comunitária e seus reflexos para o futuro. Como exemplo, poderíamos destacar as palavras utilizadas com frequência pelos beneficiários durante as entrevistas, de que a participação para o desenvolvimento trouxe para os mesmos um “nuevo camino”.

Todas as relações destacadas buscam revisar, de algum modo, os elementos mais marcantes de suas experiências nestes modos de ser do desenvolvimento. São, em outras palavras, um resgate de atos intuitivos, significativos e vivências momentâneas próprias que vão recheando os processos significativos destes participantes. Não obstante, ao mesmo tempo em que o significado é construído através das vividas experiências da participação para o desenvolvimento na

condição de beneficiário, também podemos contemplar, nestes casos, a presença de um “salto” semiótico significativo, ou seja, de elementos e referências que não estão explicitamente dispostos para estes participantes e que congregam-se através de uma experiência simbólica destes participantes.

A exemplo do que acompanhamos nas conjunturas anteriores, os significados expressados pelos beneficiários concertam as relações emergentes das mudanças cotidianas e experiências semióticas, bem como elementos que transcendem tais relações. Neste contexto, destaca-se o quadro de relações e significados dos beneficiários (quadro 22), trazendo exemplos dos significados expressados pelos mesmos. No Anexo 3 é apresentado o Quadro geral de relações e significados dos beneficiários, onde são apresentadas as relações e significações de todos os beneficiários entrevistados.

Quadro de relações e significados – 2º nível		
Ocupação	Beneficiário 1	Beneficiário 2
Atividades cotidianas	Líder espiritual e religiosa, curandeira, parteira e atividades domésticas. Pessoas de idade avançada tornam-se referências naturais.	Líder comunitário. Apóia atividades agrícolas. Pessoas de idade avançada tornam-se referências naturais.
Mudanças	Entrada de eletricidade, água encanada, geladeira, televisão. Aprendizagem dos idiomas espanhol e português. Acesso à educação para os filhos e netos.	Grande transformação das condições de vida. Saída da depressão e pobreza extrema. Sentimento de força física, espiritual e esperança. Compromisso para que os demais possam ter acesso as melhorias.
Experiência semiótica	Sentimento de alegria e felicidade. Necessidade de aproveitar a oportunidade de aprender. Desenvolvimento de formas de comunicação com mundo ocidental. Busca de espaços para indígenas nas sociedades ocidentais através da profissionalização. Oportunidade de expressar seus conhecimento sobre medicina e retomar suas práticas como parteira e obstetra. Agradecimento pela renovação das perspectivas de futuro para descendentes.	Necessidade de dar continuidade aos projetos. Futuro ainda incerto para descendentes. Esperança de profissionalização dos indígenas. Fortalecimento da cultura indígena através da atenção aos xamãs. Necessidade de continuidade das atividades do projeto para consolidação do novo caminho.
Significado	<i>“Lo que ella más valora es su cultura. Entonces esa es su preocupación. Tratar de mantener viva. Por eso, ella siempre dice a los suyos que a pesar de que ella esté muerta, que no desvie de su cultura. Dice ella que, a</i>	<i>“Dice que acá hay dos organizaciones en Caazapá y que hay una organización que ellos fundaron, es la que propone y está de acuerdo de que los cambios son necesarios dentro de la cultura, pero manteniendo lo esencial. Sin embargo, hay otra</i>

	<p><i>pesar de que tengamos vaca, moto, camioneta, nosotros no debemos dejar de ser los que somos, nuestra cultura siempre tiene que estar. Por tener cosas, no necesitamos dejar de lado nuestra cultura."</i></p>	<p><i>organización que dice que tenemos que mantenernos como antes, o sea, dormir en el suelo, no usar la cama, no tener casa linda, usar solamente la hoja del pindó (palmeira) y nosotros no estamos de acuerdo con eso. Entendemos que tenemos que ir mejorando, porque es parte de la dinámica de la cultura, que vaya cambiando poco a poco y manteniendo lo esencial. Y aclara que este pensamiento no es propio de los indígenas de esta organización, de mantenerse así, que son, en verdad, de algunos blancos que les convencieron que tienen que vivir como antes, es su ranchito, dormindo en el suelo. Entonces, se respecta, pero yo quiero que la organización que nosotros estamos si desean esto, tambien puedan alcanzar a través de la organización. Ese es el deseo que él tiene."</i></p>
--	---	--

Quadro 22 - Apresentação das relações e significados expressados pelos beneficiários 1 e 2 durante a entrevista.

O significado, portanto, aporta uma série de reflexões que, aparentemente, são de caráter mais abrangentes que as demais relações apresentadas, ou seja, abordam elementos que não concentram-se em algo específico, mas revelam preocupações que vão além dos aspectos conjunturais. Há um cuidado de que o significado congregue valores culturais, familiares e perspectivas sobre as novas possibilidades que se apresentam.

De modo geral, os significados expressados pelos beneficiários retratam, principalmente, a busca pela adaptação a estes “novos tempos”, em que a participação para o desenvolvimento, na condição de beneficiário, renova o campo de possibilidades para que se realize esta adaptação. O significado da participação para o desenvolvimento, neste sentido, refere-se diretamente ao processo de estabelecimento de novos paradigmas conjunturais, em que as inovações ocidentais tornam-se as principais referências para a construção de melhores situações.

No quadro 23 (abaixo) é possível contemplar outro quadro de relações e significados, o qual apresenta as expressões de pessoas que estão nos modos de ser dos beneficiários.

Quadro de relações e significados – 2º nível		
Ocupação	Beneficiário 3	Beneficiário 6
Atividades	Dedica-se a promoção das práticas agrícolas entre os indígenas.	Atividades domésticas, cuidado com os filhos e os mais jovens, agricultura de

cotidianas	Artesanato.	subsistência, prestação de serviços, venda de panifícios e artesanato.
Mudanças	Aprendizagem e experiências de produção agrícola. Renovação da autoestima e da possibilidade de dar exemplos aos filhos e mais jovens.	Não percebeu nada ruim, apenas melhorias relacionadas ao projeto. Reconforto por ter infraestrutura. Oportunidade para filhos estudarem. Chance de aprender profissões. Satisfação e esperança pelo aparecimento de um novo panorama.
Experiência semiótica	Sentimento de ser mais importante. Capacidade de prestar serviços e ensinar. Tornou-se professor de apicultura e alcançou outro status por poder ensinar. Consideração especial por saber. Necessidade de exportar modelo para outras comunidades e avançar em outros tipos de produção agrícola.	Sentimento de muita esperança pelas transformações do projeto na comunidade. Percepção de novas possibilidades e oportunidades para todos. Melhor qualidade de vida. Estudo e capacitação como oportunidade para que mais novos alcancem uma vida melhor. Aprendizado de cultivo de novos tipos de alimentos. Produção para comercialização de empanadas, pães. Prestação de serviço de costureira. Aprendizado de culinária paraguaia. Oportunidade para que filhos gerem ingressos econômicos através do artesanato. Aprendizado da lógica capitalista.
Significado	<i>“Él dice que através del proyecto han podido desarrollarse y ver diferente, actuar diferente. De acuerdo a los nuevos tiempos. Antes había el arroyo para el pescado y el monte para la miel y ahora no hay ni uno ni outro. Hay que hacer todo.”</i>	<i>“Cambio mucho, 10 años atrás cuando no había nada acá, o sea, no había luz, agua, cuando estaban en su cultura, pero no se podía ver estas cosas. Entonces, los indígenas eran vistos así, como nada, pobres, despreciados, como siempre... Ahora, un cambio, yo me siento importante, porque todos cuando pasan aquí miran y se asustan, mira los indigenas como estan, mejor inclusive que los otros, mejor que mucho paraguayo o campesino en las condiciones en que estan. Entonces a ellos eso le hace sentir bien, que dicen que bien como estan, como ha cambiado, entonces eso les hace sentir orgullo, importantes como personas. Porque antes eran despreciados, eran nada, eran los sucios, eran los pobres y ahora, a la inversa, tienen escuela, tienen colegio, que otros vecinos no tienen la oportunidad. Tienen informática, tienen corte y confección, tienen agua, tienen luz y muchos acá no tienen. Entonces, logicamente que eso es importante.”</i>

Quadro 23 - Apresentação das relações e significados expressados pelos beneficiários 3 e 6 durante a entrevista.

Tal como expressam os beneficiários que participaram da experiência empírica desta tese, pode-se perceber que a construção de significados da participação para o desenvolvimento para aqueles que estão nos modos de ser dos beneficiários não restringe-se aos sentimentos, ações e interpretações relacionadas

a algum elemento específico, mas tangenciam também a construção de novas perspectivas e possibilidades.

Mais do que simples atividades cotidianas, o fenômeno da *participação para o desenvolvimento* apresenta-se de forma renovadora, instituindo possibilidades capazes de contornar as situações mais desfavoráveis. Apesar das importantes transformações materiais com as quais convivem tais pessoas, as renovações sobre as perspectivas e possibilidades são retratadas e expressadas, aparentemente, de modo mais enfático. Neste caso, fica claro que para a construção de significados são mais importantes as transformações sobre as possibilidades que as transformações materiais.

Sob tal consideração, pode-se observar que, no caso dos beneficiários, a expressão dos significados conduzem os mesmos para a realização do que denominou-se de “salto” semiótico significativo, onde aquilo que apresenta-se materialmente pelas realidades torna-se apenas mais uma entre tantas referências e relações que incidem sobre nossa extraordinária e quase-necessária mediação simbólica de mundo.

13 AS CONDIÇÕES PARTICIPATIVAS: REFLEXÕES ACERCA DAS VARIAÇÕES DE ESTADO DE HUMOR

“O que indicamos ontologicamente com o termo disposição é, onticamente, o mais conhecido e o mais cotidiano, a saber, o humor, o estado de humor. [...] O humor não realiza uma abertura no sentido de observar o estar-lançado e sim de enviar-se e desviar-se.”

Martin Heidegger, Ser & Tempo.

Podem ser infinitas as razões e inclinações pelas quais as pessoas são atraídas pelo fenômeno temporal da participação, o porquê de direcionarem-se para participar destes modos de ser do desenvolvimento e, além disso, o porquê de suas permanências ou afastamentos destas modalidades de ocupação. Entretanto, o fato é que tudo isto ocorre e, ademais, tem sido fonte de problematizações para os estudos realizados através das abordagens fenomenológicas.

A antropologia heideggeriana, apresentada no clássico livro *Ser & Tempo* (1998), dedica-se veementemente para compreender tais processos. Neste sentido, o autor acaba constituindo aquilo que pudemos destacar no capítulo 10 desta tese como sendo mais uma proposta de análise semiótica. No 1, 2, 3 da semiótica heideggeriana são disponibilizados elementos para o estudo do direcionamento do ser frente aos fenômenos, em que as relações acerca do estado de humor tornam-se indicadores fundamentais para entender o processo de direcionamento das pessoas em relação a uma determinada temporalidade.

De acordo com a semiótica heideggeriana, perpassa pelas pessoas que estão nos modos de ser da ocupação e em determinada cotidianidade, transformações sobre as possibilidades que incidem diretamente sobre o estado de humor das mesmas. Através do estudo das relações acerca do estado de humor podem ser identificadas três formas de abertura do ser em que revelam-se distintas dimensões de direcionamento para as pessoas que estão em determinado modo de ser da cotidianidade.

Não necessariamente dispostos em ordem escalar, Heidegger (1998) dá ênfase a três tipos de aberturas que são estimuladas pelas variações no estado de humor, as quais podem fornecer indícios sobre os elementos que influenciam para o direcionamento do ser em relação a um determinado fenômeno. De modo geral, o autor citado refere-se a tipos distintos de possibilidades que emergem das variações do estado de humor, incidindo no momento de definir as condições para que as

peçoas possam direcionar-se onticamente para determinada temporalidade.

Em uma primeira dimensão de abertura ôntica derivada das relações junto a um determinado fenômeno, o estado de humor abre o ente que está no modo de ser da cotidianidade para as possibilidades discursivas, ou seja, indica uma inclinação prévia ou sensibilidade atrativa ou repulsiva em relação ao fenômeno que se apresenta de forma ainda superficial ao ser. Algo como uma primeira impressão. No caso do presente estudo, sobre a participação para o desenvolvimento, estaremos atentando para observar como as alterações sobre o estado de humor são relevantes para que as pessoas percebam a *participação para o desenvolvimento* através de uma temporalidade que discursivamente apresenta-se como uma possibilidade. Portanto, nesta primeira dimensão, o discurso é que se apresenta como possibilidade e, neste sentido, o mesmo pode ser mais ou menos atraente para o direcionamento do ser.

Já a segunda dimensão de possibilidades encaixa-se no que é denominado aqui de possibilidade dialógica, ou seja, quando o ente que está no modo de ser do desenvolvimento depara-se com as possibilidades emergentes das relações com os outros. Apresentam-se, portanto, as possibilidades dialógicas que estão intrinsecamente relacionadas ao seu direcionamento para determinada temporalidade. Assim, o estado de humor também é passível de alterações que indicam inclinações para que o ente possa estabelecer-se na conjuntura dialógica de uma temporalidade. Neste contexto, esta segunda dimensão de possibilidades refere-se a avaliação da abertura para as formas de diálogo que apresentam-se na temporalidade da participação para o desenvolvimento, revelando, outras formas de condições participativas. Uma espécie de avaliação acerca do ambiente dialógico que imagina-se estar atrelado a determinada temporalidade.

Por fim, na terceira dimensão de possibilidades destaca-se uma abertura mais abrangente derivada das influências do estado de humor, em que as pessoas projetam-se através das possibilidades cotidianas, ou seja, colocam em evidência suas experiências práticas em torno de determinada temporalidade para compará-las com as possibilidades cotidianas de outras temporalidades. Com isso, o estado de humor estabelece uma leitura de possibilidades que é denominada de disposição (HEIDEGGER, 1998). Na disposição o ente que está no modo de ser do desenvolvimento observa-se enquanto estar-lançado e evidencia as demais projeções para comparar-se em suas possibilidades práticas. De modo geral, na

disposição revelam-se estruturas de compreensão, interpretação e sentido para avaliar o ente enquanto estar-lançado e, também, observar novas possibilidades práticas, constituindo referências e relações para embasar a comparação entre as possibilidades e, com isso, estimular o direcionamento intencional do ser. Na abertura da disposição apresentam-se as possibilidades discursivas, dialógicas e práticas para, finalmente, resgatar as experiências temporais e constituir inclinações para que o ente possa projetar seus novos direcionamentos. De alguma forma, poderíamos considerar este tipo de abertura como uma imagem cotidiana prévia, uma nova projeção da cotidianidade.

Portanto, através da observação das três formas de abertura do ser provocada pelas alterações sobre o estado de humor, o 1, 2, 3 da semiótica heideggeriana nos proporciona elementos para elucidar o direcionamento do ser. De algum modo, as alterações sobre o estado de humor revelam-se como indicadores para o direcionamento do ser que congrega a análise de três tipos de possibilidades: discursivas, dialógicas e cotidianas ou práticas. É importante destacar que quando utiliza-se o binômio “possibilidade prática”, estamos nos referindo, mais especificamente, a uma “possibilidade cotidiana” (vide ilustração 15), ou seja, um espaço de práticas cotidianas entrelaçado, também, por estruturas discursivas e dialógicas de onde emergem modalidades de ocupação da presença. Aquilo que, de certo modo, também foi evidenciado no trabalho de Paulo Freire através da discussão em torno da palavra práxis.

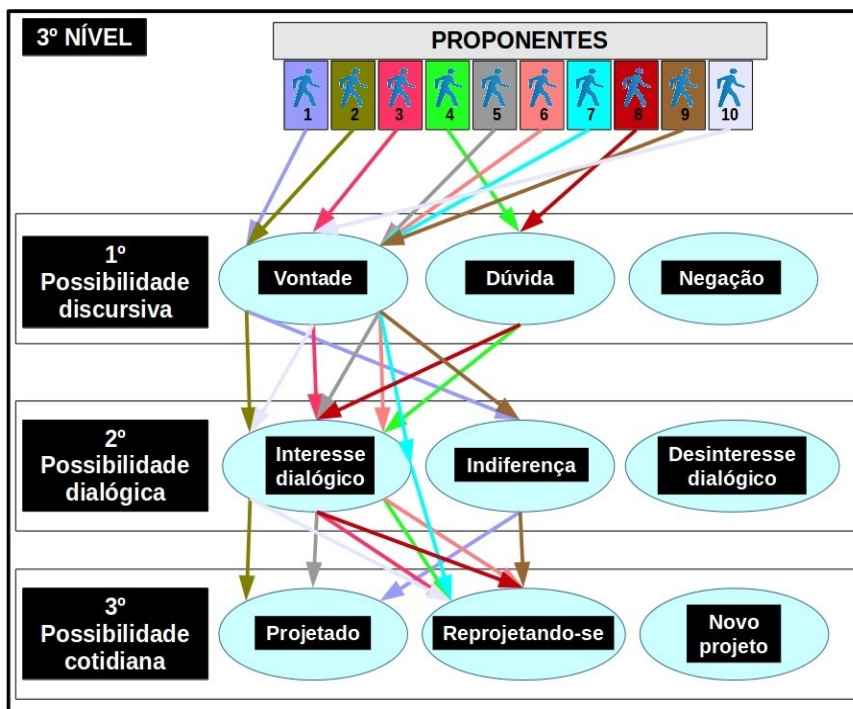
Por exemplo, ao participar nos modos de ser do desenvolvimento as pessoas deparam-se com as possibilidades discursivas, dialógicas e práticas emergentes de suas cotidianidades que, por sua vez, provocam alterações sobre o estado de humor, incidindo para o direcionamento do ser. Ou seja, os discursos, os diálogos e as práticas cotidianas em torno do desenvolvimento emergem como possibilidades que são continuamente avaliadas para embasar o direcionamento do ser para a temporalidade da participação ou para outra temporalidade, pois, como sabemos, as cotidianidades humanas não limitam-se somente ao trabalho. O estado de humor regula, com isso, nossa inclinação para as experiências cotidianas, indicando quais as possibilidades que apresentam-se como condições determinantes para o direcionamento do ser em relação a alguma temporalidade.

Deste modo, o presente capítulo visa apresentar o terceiro e último nível de análise trabalhado durante a experiência empírica promovida para a elaboração

desta tese. Neste nível, prezou-se para que fossem exploradas as relações que proporcionassem a leitura do direcionamento do ser a partir das alterações sobre o estado de humor. Realiza-se, com isso, a leitura das inclinações das pessoas para as possibilidades discursivas, dialógicas e cotidianas que emergem da temporalidade da participação.

13.1 As condições participativas dos proponentes

Na ilustração 15 (abaixo) apresenta-se a concertação das inclinações expressas pelos participantes em relação as possibilidades discursivas, dialógicas e cotidianas emergentes das experiência de participar nos modos de ser do desenvolvimento. Nesta ilustração, foram representadas por flechas as inclinações dos participantes, em que as alterações nos estados de humor indicavam as possibilidades mais marcantes para determinar as condições participativas. Além disso, destacam-se as inclinações das pessoas que estão nos modos de ser dos proponentes. Tais inclinações não deixam de ser, por sua vez, mais relações emergentes da experiência empírica realizada junto aos proponentes. Neste caso, as relações apresentadas orientam-se para elucidar como as possibilidades discursivas, dialógicas e cotidianas apresentam-se para os proponentes e contribuem para construir direcionamento frente a temporalidade da participação para o desenvolvimento.



Na ilustração 15 (acima) podemos observar que a maioria das pessoas que estão nos modos de ser dos proponentes expressam-se favoravelmente em relação as possibilidades discursivas do desenvolvimento. Nas expressões destas pessoas podem ser contempladas, nesta primeira dimensão de abertura do ser, referências que indicam uma atração em relação ao discurso, ou seja, de que *a priori* esta é uma possibilidade atraente para as pessoas.

Portanto, para a maioria dos proponentes há um tipo de afinidade que atribui importância diferenciada para o discurso em questão, o qual torna-se uma possibilidade latente para seu direcionamento. De certa forma, as variações no estado de humor indicam que, nesta dimensão de abertura discursiva, já são produzidas inclinações favoráveis para o direcionamento do ser às temporalidades da *participação para o desenvolvimento*.

Como destaca o relato fornecido pelo Proponente 3 (abaixo), há uma sensibilidade que já está previamente estabelecida e, neste sentido, a possibilidade discursiva do desenvolvimento torna-se elemento de constante atração para quem estabelece-se nestas temporalidades.

“Al estar más sensibilizado, tu manera de entender las cosas cambian, incluso tu manera de afrontar la vida cambia. Es decir, una cosa es leer y tener un discurso sobre el medioambiente y otra cosa es asumirlo de tal

manera que cuando tu va a tirar algo no te lo planteas tirar sin reciclarlo. Es decir, hay algo dentro que empieza a asumirlo como una práctica cotidiana tuya, entonces, sí es verdad que tiene mayor sensibilidad por el tema y que eso te lo incorpora de alguna manera a tu vida diaria y vá en bici o recicla la basura o piensa en lo que es superfluo y que es lo necesario. Lo que pasa que a lo mejor son detalles pequeños, no es una propuesta de vida, pero si son cosas que te van quedando” (Proponente 3).

Como pode-se observar no relato destacado acima, enquanto possibilidade o discurso vai sendo mostrado como uma referência para o direcionamento da pessoa. Ao contrário de uma negação, a maioria dos proponentes relataram uma vontade em dirigir-se para as temporalidades da *participação para o desenvolvimento* que, *a priori*, já desperta o interesse destas pessoas.

Apesar de que a maioria das pessoas inclinaram-se para as possibilidades discursivas do desenvolvimento, algumas delas posicionaram-se dubiamente em relação a tais possibilidades. Neste sentido, observou-se que as expressões das mesmas indicavam que haviam dúvidas em relação as possibilidades do discurso em que a mesma havia direcionado-se, deixando de atraí-la de forma tão convicta quanto aos demais proponentes.

É o que podemos contemplar no relato apresentado pelo Proponente 4, o qual coloca uma série de ressalvas no momento de demonstrar suas inclinações em relação as possibilidades discursivas da temporalidade da *participação para o desenvolvimento*. Na abertura para tais possibilidades, há, para o Proponente 4, um posicionamento duvidoso para as mesmas, em que a temporalidade da participação já não aparece como uma referência tão atrativa.

“Pues no lo sé. Ahora mismo como está todo, nada te abre perspectivas o posibilidades. Algo ha cambiado, pero también es verdad que la situación la que estamos y, con la cual, lo que se había ganado, se ha perdido por el contexto. La cosa esta tan difícil que no hay una perspectiva profesional en este momento” (Proponente 4).

Não obstante, a maioria dos proponentes apresenta indícios de uma postura convergente em relação as possibilidades discursivas. Em uma primeira impressão, a temporalidade da *participação para o desenvolvimento* segue sendo atrativa para aqueles que estão nos modos de ser dos proponentes.

Do mesmo modo, a maioria dos proponentes posicionaram-se favoravelmente em relação as possibilidades apresentadas pelo ambiente dialógico do desenvolvimento.

Podemos contemplar através do relato do Proponente 6 (abaixo) que há certa

afinidade com as possibilidades dialógicas encontradas em sua *participação para o desenvolvimento*. Além disso, o mesmo expressa-se no sentido de destacar outras possibilidades que foram percebidas, mas que, no contexto cotidiano, ainda não foram materializadas.

“Yo creo que estoy, no sé, como esta mañana me ha hablado un compañero que me siento un poco como el Xavi Alonso del Madrid, o sea, me parece que estoy repartiendo el juego todo el día. Porque yo que hago es hablo, negocio, bebo con la gente, me reúno, veo la posibilidad de aprobar un proyecto, hablo con un compañero y le digo: - Oiga a ti te interesa y te gustaria trabajar con proyectos en Mexico con temas de migraciones, etc... Voy repartiendo juego, esa tarea es que voy haciendo. Esa tarea hace que no me implique tanto como me gustaria en los proyectos y solo en algunos en concreto. Y, sobretodo, que hay una parte de mi trabajo que no lo saqué toda la rentabilidad, que es los proyectos no tienen publicaciones de impacto y así no le saqué todo que debería a la universidad. Estas dos cosas yo creo que todavía hay mucho que recorrer” (Proponente 6).

Pode-se perceber que as alterações sobre o estado de humor derivadas da relação com o fenômeno da participação indicam uma ideia de aproximação e convergência junto as possibilidades dialógicas desta temporalidade. Neste caso, o Proponente 6 destaca, inclusive, as possibilidades futuras que potencializariam seu direcionamento. A abertura para as possibilidades dialógicas da *participação para o desenvolvimento* é atrativa para a maioria dos proponentes e, neste contexto, aparece como mais um dos indicadores para compreender o direcionamento das pessoas frente aos fenômenos.

Não obstante, há aqueles em que a abertura para as possibilidades dialógicas não é tão significativa no momento de produzir um direcionamento para a temporalidade da participação. Em um universo de dez casos, dois proponentes destacaram indiferença em relação as possibilidades dialógicas desta temporalidade, reforçando a perspectiva de que em outras temporalidades emergiriam possibilidades dialógicas mais atrativas para seu direcionamento. É o que podemos contemplar no relato do Proponente 9 (abaixo).

“Yo he estado 10 años en la carrera y es algo que me has marcado mucho. Pero, en arquitectura se habla mucho en construir, en construcción, pero luego yo veo que no quiero construir. Yo veo desde que entro que hay mucho por arreglar y tardo mucho en ver que hay muchas personas que también quieren eso. Entonces, no es hasta que entro en contato con las asociaciones estas que veo las posibilidades para donde tirar y para donde podría yo irme” (Proponente 9).

O Proponente 9, por exemplo, registra sua indiferença em relação as possibilidades dialógicas que se apresentam a partir de sua participação para o

desenvolvimento, contudo, reforça suas inclinações para a abertura para as possibilidades dialógicas de outras temporalidades emergentes desta mesma participação. No caso do Proponente 9, podemos observar que a participação para o desenvolvimento gerou a emergência de distintos fenômenos temporais, os quais apresentam-se com possibilidades discursivas, dialógicas e cotidianas mais atrativas para o direcionamento pessoal.

Algo semelhante ocorre quando colocamos em evidência as possibilidades cotidianas. Pode-se observar na Ilustração 15 onde ficou registrado que 70% dos proponentes atentavam para outros tipos de possibilidades cotidianas, em detrimento daquelas experienciadas em suas modalidades de ocupação junto às cotidianidades do desenvolvimento.

Neste contexto, é interessante destacar que apesar de que a maioria dos proponentes indicaram inclinações em relação as possibilidades discursivas e dialógicas, o mesmo comportamento não se repetiu frente as possibilidades cotidianas de suas participações para o desenvolvimento. Com isso, muitos proponentes relataram a intenção de direcionarem-se para outras modalidades de ocupação, ou seja, de seguir em direção as possibilidades cotidianas diferenciadas, porém, emergentes da mesma temporalidade da participação.

Nesta dimensão de abertura para as possibilidades cotidianas que denomina-se de disposição, a pessoa se depara com a comparação de projeções em que a experiência cotidiana é colocada em evidência e comparada com as demais possibilidades da mesma ou de diferente temporalidade. No caso dos proponentes, ficou caracterizado que nenhum deles atentavam para as possibilidades alheias a temporalidade da *participação para o desenvolvimento*, entretanto, focavam-se em projeções que atribuíam-lhes diferentes possibilidades cotidianas.

É o que podemos perceber através dos relatos dos proponentes 7 e 10, que destacam interesse em reprojetares dentro das possibilidades apresentadas pela temporalidade da *participação para o desenvolvimento*.

“Me gusta la idea, pero tengo que aprender a poner límites a mi misma y a los demás. Porque hay muchas personas que no ponen límites a ellos mismos y te presionan hasta un límite insoportable. Después el curso de la estructura aquí del trabajo, yo también necesito sentirme que estoy bien, donde el ambiente es bueno y los demás están a gusto también. Todo depende de eso también. Hablando utopicamente, yo me gustaría dedicarme a realizar directamente algún proyecto, mantenerlo, seguirlo y ver la evolución, por lo menos ahora mismo” (Proponente 7).

“Me gustaría seguir. Particularmente, me gustaría dedicarme más estrictamente al tema de la educación al desarrollo. Creo que además siendo una institución que valora como su principal objetivo la educación para el desarrollo de la comunidad universitaria, me parece que podría estar más explícitamente trabajado, que haya una persona y una serie de acciones que anualmente se lleven a cabo con la comunidad universitaria” (Proponente 10).

Apesar das inclinações para as possibilidades emergentes da temporalidade da participação, os proponentes 7 e 10 destacam também suas inclinações para distintas possibilidades cotidianas. Neste contexto, os relatos demonstraram variações no estado de humor dos proponentes que culminaram em comparações projetivas em torno de suas experiências cotidianas. Registra-se, portanto, a emergência de novas possibilidades e, com isso, uma intenção de reprojetares-se para alcançar através destas possibilidades outras modalidades de ocupação, simbolicamente mais atrativas.

Não obstante, há uma minoria (30%) que, apesar da comparação entre projetos e possibilidades, demonstram interesse em permanecer nas modalidades de ocupação que vêm desempenhando. Suas possibilidades cotidianas, de certo modo, continuam sendo atrativas para mediar suas participações para o desenvolvimento.

Como pode-se observar no breve relato do Proponente 1, há um contentamento em relação a experiência cotidiana vivenciada pelo mesmo. No momento de justificar sua escolha pelas possibilidades encontradas em sua modalidade de ocupação, o Proponente 1 resgata de forma direta e simples as alterações sobre seu estado de humor: - *“Me gustaría de seguir mucho. Creo que se contribuye bastante y estoy contenta con esta forma”*. O contentamento com a experiência cotidiana revela uma inclinação para persistir na busca por ocupar-se através do mesmo modo de ser de proponente.

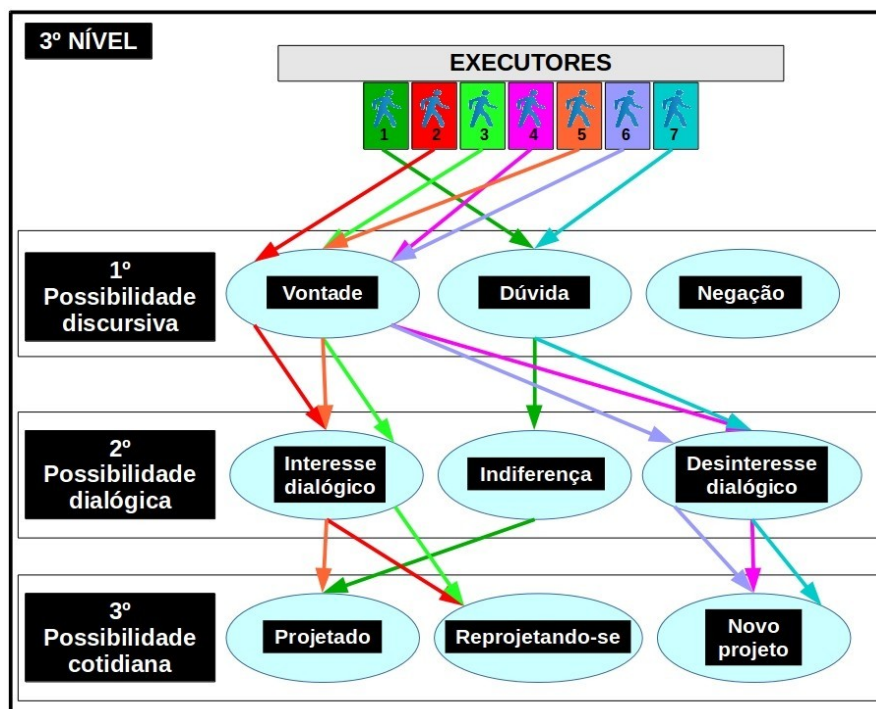
A partir das alterações sobre o estado de humor e das consequentes aberturas das três dimensões de possibilidades, podemos observar que, em linhas gerais, as possibilidades emergentes da *participação para o desenvolvimento* nos modos de ser dos proponentes são potencialmente atrativas. No entanto, a maioria dos proponentes revelaram inclinações para experimentar diferentes modalidades de ocupação, em que as possibilidades cotidianas se mostravam mais atrativas em comparação com as modalidades desempenhadas no momento da entrevista realizada para esta tese.

As condições participativas, no caso dos proponentes, revelam-se possibilidades discursivas e dialógicas que são atrativas para os participantes, mas que em termos cotidianos não tem atendido, integralmente, as expectativas dos mesmos. Neste sentido, a experiência cotidiana dos proponentes revela-se como um relevante condicionante para a participação das pessoas nos modos de ser dos proponentes, em que, a partir do contexto de participação, as mesmas passam a traçar direcionamentos para outras possibilidades que emergem desta temporalidade.

13.2 As condições participativas dos executores

Na observação dos casos dos executores, que iremos tratar a partir de agora, nos depararemos com uma situação bastante diferenciada da que acompanhamos na seção anterior. Assim sendo, as alterações sobre o estado de humor provocadas pela emergência das possibilidades discursivas, dialógicas e cotidianas resultam em inclinações ou direcionamentos não tão homogêneos e, neste sentido, demonstram que, entre os executores, as possibilidades emergentes da temporalidade da *participação para o desenvolvimento* apresentam-se através de outras características.

Para se ter uma primeira impressão desta diferenciação, podemos ater-nos nas 2ª e 3ª dimensão de abertura da ilustração 16 (abaixo), a qual refere-se às possibilidades dialógicas e cotidianas emergentes da temporalidade da participação nas modalidades de ocupação dos executores. Nestas dimensões acompanhamos uma diferenciação bastante grande em relação aos proponentes, na ilustração 16 (abaixo) fica caracterizado um direcionamento para as possibilidades que não emergiram da temporalidade da *participação para o desenvolvimento*. Portanto, podemos adiantar que, de algum modo, as possibilidades dialógicas e cotidianas emergentes desta temporalidade impõem condições que não são atrativas para as pessoas.



Apesar das diferenças entre proponentes e executores, há algo em comum entre as duas conjunturas. Em ambos os casos é demonstrada uma inclinação para as possibilidades discursivas apresentadas pelo fenômeno temporal da participação. Com isso, para a maioria dos executores fica caracterizado que as possibilidades discursivas do desenvolvimento produzem aberturas no sentido de atraí-los para a temporalidade em questão.

De certo modo, entrelaçam-se ao ideário do desenvolvimento uma série de possibilidades que desempenham um papel atrativo para o direcionamento das pessoas para suas temporalidades. É o que podemos acompanhar no relato do Executor 5, que aborda e problematiza possibilidades que são atrativas para sua ocupação.

“Yo creo que sí porque ahora justamente terminé el tema de didácticas que es un año. Antes de terminar la carrera, nosotros iniciamos unas clases para poder tener también unas catedras en la Universidad y ahora en el viernes terminé eso y se presentó la oportunidad de hacer un bachillerato en Ciencias de la Educación, entonces dije, yo voy a seguir esto, porque el tema indígena con el tema de la educación, en mi trabajo, están relacionados. Eso me va a ser útil, me va a dar también un curriculum, de manera que yo, así como estamos ahora, poder escribir algo referente al tema, además en la educación indígena. Entonces, eso también puede servir para que yo pueda aportar también y colaborar con la educación indígena. Entiendo, ahora, que estoy en ese rumbo hasta el infinito” (Executor 5).

Por outro lado, há aqueles que não demonstraram estar mais tão atraídos pelas possibilidades discursivas da temporalidade da participação e colocam sob dúvidas as verdadeiras intenções das conjunturas e organizações que operacionalizam o discurso do desenvolvimento. Neste sentido, apresenta-se a seguir o relato prestado pelo Executor 7, o qual destaca uma série de questionamentos que demonstram alterações sobre o estado de humor que, desde esta primeira dimensão de abertura para as possibilidades, não transmitem um ideia de atração para a temporalidade da *participação para o desenvolvimento*.

“Mira! Yo tengo alguna concepción que, de repente, me dejan dudas que, de repente, me decepciona y trato de no tener este pensamiento de la teoría del complot, trato es verdad de no pensar, pero siempre me entra un poco. Porque lo del Banco Mundial no es para desarrollar, o sea, de que esta es mi percepción, ¿es verdad! Tal vez sea mi percepción, pero la forma que ellos intervienen, la forma en que ellos orientan, la forma en que ellos administran, que tienen que entrar en el BID, que pasa por el PNUD. ¿Por que no puede ir directo? Se habla que el país no tiene condiciones de administrar eso y tal. Pero, bueno, ¿porque no intentan hacer? O sea, que evidentemente es una cadena, ¿como hacer que acá se mantengan ciertos grupos de poder o que manejen en país? Eso en cuanto a lo que son los préstamos. Por otro lado, enquanto cooperaciones de la Unión Europea, de los fondos mismos de conservación, que finalmente están en lo cuadrado y parece que le toman gente que tienen ese enfoque, este pensamiento que no le pueden discutir. Pues te vés, concursás, entrás en el PNUD, pones tus sugerencias pero no toman. Por decir, talvez tengan la intención de desarrollar, pero en la forma que vienen haciendo, incluso la AECID, ¿cuanto habrá desarrollado? Parece ser que ellos están haciendo esto para mandar los funcionarios para que puedan estar acá, porque a parte de eso, en la gente que viene ha de haber muchos de los que se estan esforzando, que estan viendo, de los que discuten, de los que tal, pero no los ves así” (Executor 7).

É latente, no relato do Executor 7, de que a temporalidade da *participação para o desenvolvimento*, enquanto possibilidade discursiva, não pode ser considerada uma referência confiável e, neste sentido, pouco atrativo para que este, enquanto pessoa, possa direcionar-se para suas possibilidades. De modo geral, para esta pessoa, o discurso encontra-se sob questionamentos e, com isso, a primeira vista suas possibilidades já apresentam-se obscurecidas.

Algo semelhante ocorre para metade dos executores quando tratamos das possibilidades dialógicas emergentes da temporalidade em questão, que de forma determinada rejeitam tais possibilidades. Ou seja, sofrem alterações significativas sobre o estado de humor que não observam as possibilidades dialógicas como potenciais espaços para seus direcionamentos pessoais. Ao contrário, vinculam ao próprio contexto dialógico as motivações para deixar de participar nestas

modalidades de ocupação. Três entre sete pessoas que estavam nos modos de ser dos executores registraram relatos que determinavam um fechamento para as possibilidades emergentes da abertura dialógica. Como exemplo destacou-se o relato do Executor 4.

“Me gustaría seguir si es sin este tipo de cooperación, condicionada. Si es sin condicion, sí. En algunas cosas sí me gustaría seguir, algunas cosas, no todas. Yo creo que se podría hacer algo mejor. Respectando. Respectando los tiempos y respetando las diferencias. Si vos no respectás estas cosas, no avanzás. Y, todas las agencias de cooperación, todas, ninguna respecta. Los tiempos, ni las diferencias. Porque cuando te estas exigiendo tiempo para “x” cosa, por más que vos les contás como es la cultura, que eso no es así, que no puedo programar mis clases de 45 minutos y que tocaste en este 45 minutos. Y, cuando vos decis no, los indígenas no es una clase de 45 minutos, es una clase que puede durar 48 horas y eso ¿como lo pone en una planilla? O sea, la idea es cuando hablamos internamente, decimos, bueno, o conseguimos financiación directa o no. Porque no creo que vá cambiar la cooperación en absoluto. No ha cambiado en los últimos 80 años no vá cambiar ahora. No porque ellos ya vienen con una idea fija, con una cosa que es más bien extractiva, disfrazada de donación” (Executor 4).

Fica claro que o ambiente dialógico experienciado pelo Executor 4 resulta em alterações sobre o estado de humor que veda a abertura para as possibilidades dialógicas da temporalidade da participação. Neste contexto, pode-se verificar no relato do Executor 4 que as possibilidades dialógicas não apenas não são atrativas, como também são limitantes para o direcionamento da pessoa que está no modo de ser dos executores. De modo geral, tais possibilidades simbolizam condições que restringem a participação. No caso do Executor 4, é muito importante destacar que sua perspectiva é traçada a partir do referências construídas em suas relações dialógicas junto aos proponentes, enquanto a relação com os beneficiários é colocada em segundo plano no momento de observar as possibilidades dialógicas.

Por outro lado, a conjuntura dos executores também apresenta casos de pessoas que inclinam-se em direção as possibilidades dialógicas emergentes de suas participações para o desenvolvimento. O Executor 2, por exemplo, aporta um relato que ressalta a intenção de seguir direcionando-se para a temporalidade da participação para o desenvolvimento.

“Yo creo que sí, voy a continuar. Es más, para mi es un nuevo despertar, una nueva realidad. Este mundo que ya habían olvidado. De cosas que decían que ya no funcionan. Es decir, yo me deparé con categorías epistemológicas muy diferentes después de estar acá. El conocimiento aprendéis de una forma no convencional, muy diferente de lo que se vé en la Facultad, en la Universidad y de todas las demás. De un lenguaje concreto, hice comparaciones con un lenguaje semita, hebreu. Pero, guarani y hebreu ¿que tienen que ver? Para mi era muy semejante, las

diferencias eran mínimas, del idioma, de todas esas cosas. Fortalezco muchísimo mis tesis que yo quería llegar a concluir en lo personal. No hay ningún problema en trabajar con ellos, es más, salgo yo y llevo alguien conmigo” (Executor 2).

Relatando suas experiências dialógicas junto aos beneficiários, o Executor 2 enfatiza as alterações sobre seu estado de humor que opera no sentido de atrair-lhe para as possibilidades dialógicas que apresentam-se através da temporalidade da participação. Para esta pessoa que está no modo de ser dos executores, o ambiente dialógico que emerge de sua *participação para o desenvolvimento* produz experiências simbolicamente marcantes e, neste sentido, atrativas enquanto possibilidades.

Cabe destacar que, coincidentemente ou não, houve a demonstração de desinteresse dialógico por aqueles executores que relacionavam-se com mais frequência com a conjuntura dos proponentes. Enquanto que, aqueles que destacaram interesse nas possibilidades dialógicas da temporalidade da participação apontavam para as experiências vivenciadas junto a conjuntura dos beneficiários.

Tal padrão também é observado quando abordamos as alterações sobre o estado de humor derivadas da emergência das possibilidades cotidianas da temporalidade da participação na conjuntura dos executores. Ou seja, aqueles que relacionaram-se mais diretamente com os proponentes deixaram de considerar ou ser atraídos pela possibilidades cotidianas da *participação para o desenvolvimento*, enquanto aqueles que vivenciaram cotidianidades diretamente relacionadas a conjuntura dos beneficiários se mostraram atraídos pelas possibilidades cotidianas emergentes da temporalidade da participação.

Um caso de alteração sobre o estado de humor que resulta no fechamento para as possibilidades cotidianas da temporalidade da participação é o que podemos acompanhar através do relato do Executor 4 (abaixo). O mesmo tende a explanar uma série de elementos que, por si só, já demonstram motivos para não sentir-se atraído pelas possibilidades cotidianas, as quais passaram a ser rejeitadas para a construção de novos direcionamentos.

“La cooperación no es humanista. No es humanista porque al no respetar los tiempos y no respetar las diferencias tu humanidad se te falta. No existe. Es crudo. Por eso te digo, nos subimos arriba del barco y cuando nos subimos nosotros ya sabíamos con que elementos íbamos a trabajar y sabíamos que para llegar a la otra orilla más o menos. O sea, que se queden tranquilos los que financian y que ellos reciban algo por lo menos,

entonces hay que hacer este juego. Pero, este juego de hacer de puente, y eso que nosotros potenciamos una cosa que no están todos de acuerdo, que vos les dé a ellos los elementos para que ellos puedan hacer directamente. Si en este momento tu me das para elegir, yo prefiero estar picando una piedra y no hacer todo esto que tengo que hacer” (Executor 4).

Podemos observar que, no relato do Executor 4, esta dimensão de abertura que tende a levar a pessoa para a comparação entre projeções ou disposição, há uma rejeição da experiência cotidiana vivenciada junto a temporalidade da participação para o desenvolvimento. Ao mesmo tempo, novas projeções vão sendo construídas e buscadas através de um direcionamento para distintas temporalidades.

Não obstante, há aqueles que tendem a reprojetares-se dentro das possibilidades cotidianas emergentes da mesma temporalidade. Neste sentido, observam-se expressões que demonstram as intenções em direcionarem-se para outras cotidianidades, porém que conservam as características observadas na temporalidade da participação. Nas expressões do Executor 3 podemos analisar sua perspectiva no momento de encarar as possibilidades cotidianas da temporalidade da participação e orientar seu direcionamento. Nesta comparação entre projeções, são referenciadas expectativas de reprojetares-se dentro desta conjuntura, ocupando-se em diferentes modalidades de ocupação, porém através da mesma temporalidade.

“Claro, bastante. Por ejemplo, de la visión de entender una organización, en esto y aquello y dirigir esto, sos capaz de también hacer otra función. Eso es que mi inmersión me provocó de que puedo hacer eso y hacer otro específico, particular o diferente. Luego uno vá aprendiendo herramientas, vá agarrando y nutriendose de eso. Después, por otro lado, de formar equipo, de hacer esto y aquello, de ir conociendo otro. Entonces, las perspectivas son grandes, imensas en este sentido. Es eso, porque uno también es capitalista igualmente, como socialmente” (Executor 3).

Portanto, o Executor 3 reitera suas perspectivas em relação a temporalidade da *participação para o desenvolvimento* através da reflexão acerca das possibilidades cotidianas, porém indica um processo de reprojção ou redirecionamento, em que o mesmo pretende assumir outra modalidade de ocupação.

Finalmente, nos deparamos com as pessoas que estão nos modos de ser dos executores que expressam-se no sentido de demonstrar suas intenções em seguir nas modalidades de ocupação a qual se encontravam. Assim sendo, entende-se que a comparação de projetos vivenciada na disposição ratifica seu direcionamento para

as mesmas modalidades de ocupação.

O executor 1, por exemplo, expressa-se com as seguintes palavras: “*Yo creo que no tendría problemas en seguir con esta clase de actividades. No tendría ningun problema*”. Este executor enfatiza sua disposição em permanecer na modalidade de ocupação a qual está e, neste sentido, parece contemplado com as possibilidades cotidianas de sua experiência temporal.

Seguindo esta mesma linha, o executor 5 também reitera suas intenções em permanecer na modalidade de ocupação a qual está, indicando que sente-se contemplado com as possibilidades cotidianas de sua experiência participativa.

“Para mi es demasiado importante. Yo, por ejemplo, si por algo o algun motivo yo no puedo o devo quedarme sin contacto o apartado del mundo indígena, yo voy a buscar mucho, voy a sufrir. Vá haber un vacío. A mi me llena el hecho de estar con ellos de compartir, de poder aportar algo. Entonces, ya está incorporado a mi vivencia. Gracias a Dios, digo yo, porque ahora mi trabajo justamente esta relacionado con esto. [...]... Pero, si en algun momento no pueda estar en contacto con ellos, para mi vá ser difícil. A mi me llena, forma parte de mi y se aprende mucho. A mi me gustaria seguir, yo creo que todavia falta mucho” (Executor 5).

Em sua disposição, observam-se elementos indicativos de alterações sobre o estado de humor que são significativos para realizar a comparação entre projetos e possibilidades. O Executor 5 destaca, principalmente, que a ausência das possibilidades cotidianas as quais vêm experienciando o levaria para situações incômodas. Neste sentido, o mesmo enfatiza o potencial de sua experiência na modalidade de ocupação, explicitando que ainda não foi possível explorar integralmente o projeto vivenciado e que, conseqüentemente, as possibilidades cotidianas são atrativas para seu direcionamento.

Como pudemos acompanhar através da leitura dos direcionamentos das pessoas que estão no modo de ser dos executores, há, em linhas gerais, uma inclinação favorável em relação as possibilidades discursivas da temporalidade da *participação para o desenvolvimento*. O que, na presente análise, indica que *a priori* as pessoas são atraídas pelo fenômeno em questão.

Contudo, também pudemos verificar que abordando as possibilidades dialógicas e cotidianas surgem diferentes posicionamentos em relação as mesmas. De um lado, temos um grupo que projeta-se e reprojeta-se através das possibilidades emergentes da temporalidade da participação, enquanto, de outro lado, contemplamos um grupo que veda-se em relação a tais possibilidades.

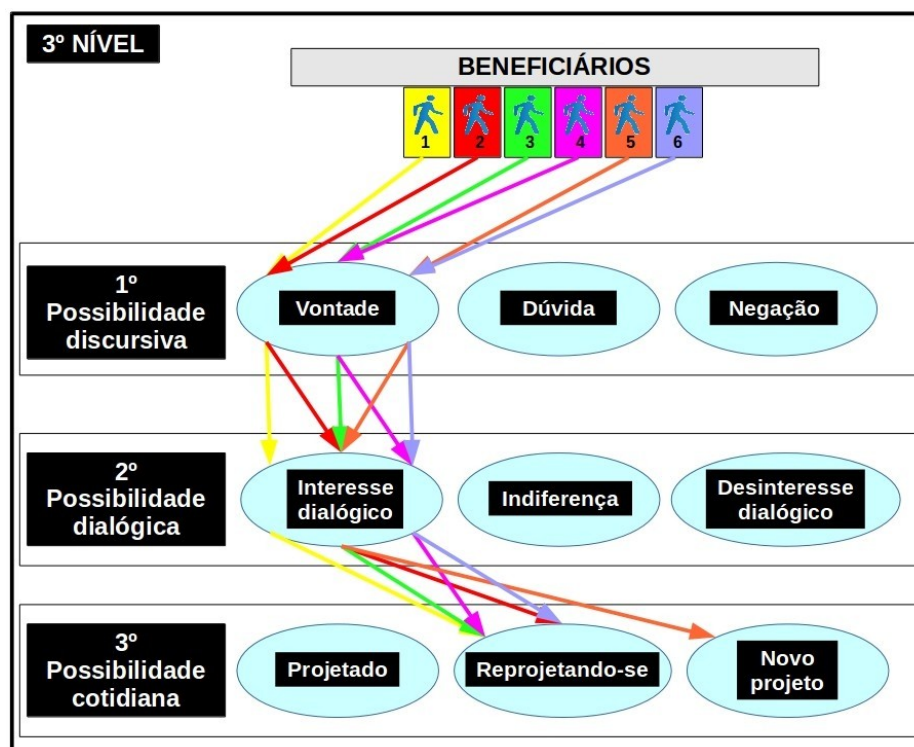
De modo geral, pode-se inferir que a temporalidade da *participação para o*

desenvolvimento, para aqueles que estão nos modos de ser dos executores em contexto de rejeição das possibilidades, impõe condições participativas que são limitantes para o direcionamento destas pessoas. Neste sentido, tais pessoas direcionam-se para outras temporalidades, em detrimento de suas participações para o desenvolvimento.

13.3 As condições participativas dos beneficiários

De modo a finalizar a terceira seção desta tese, que trata de organizar e apresentar a expressão das pessoas que estão nos modos de ser do desenvolvimento, avançamos nas páginas a seguir para a elucidação das condições participativas do beneficiários. Neste contexto, preza-se por observar o direcionamento dos beneficiários frente as possibilidades discursivas, dialógicas e cotidianas emergentes da temporalidade da *participação para o desenvolvimento*.

A exemplo do que ocorreu durante a redação deste capítulo, iniciaremos a observação dos direcionamentos dos beneficiários com a apresentação da ilustração 17 (abaixo), que revela a inclinação dos mesmos no que tange as três dimensões de abertura pessoal emergentes das variações de estado de humor derivadas das relações com o fenômeno temporal da participação. De modo geral, a ilustração 17 aporta elementos para discutir o direcionamento das pessoas que estão nos modos de ser dos executores em relação as possibilidades discursivas, dialógicas e cotidianas apresentadas pelo fenômeno da *participação para o desenvolvimento*.



Diferentemente do que pudemos verificar no estudo dos direcionamentos das demais conjunturas exploradas nesta tese, as quais estabeleciam padrões mais heterogêneos de direcionamento entre as pessoas da mesma conjuntura. Na conjuntura dos beneficiários, nos deparamos com um padrão mais homogêneo de direcionamento entre as pessoas, o qual é apresentado na ilustração 17 (acima). Como pode-se observar, há uma única exceção na abordagem das possibilidades, que é representada pelo direcionamento do Executor 5 em relação as possibilidades cotidianas da temporalidade da participação. Nas demais, segue-se um direcionamento homogêneo.

Quando se trata de observar a abertura para as possibilidades discursivas da *participação para o desenvolvimento*, contempla-se um direcionamento unânime, o qual demonstra que o fenômeno em questão apresenta-se de forma atraente para os beneficiários. Conforme aquilo que foi apresentado durante a exploração dos significados da participação, as possibilidades discursivas da participação emergem como uma oportunidade para que os beneficiários possam reorientarem-se dentro do projeto de desenvolvimento ocidental. A temporalidade da participação, neste sentido, produz alterações sobre o estado de humor que determina a abertura das pessoas para as possibilidades discursivas do desenvolvimento. No relato do

Beneficiário 3, por exemplo, revelam-se elementos para elucidar a inclinação do mesmo frente a estas possibilidades discursivas.

“Dice que mediante la iniciativa del proyecto se dió cuenta de que iba ayudarles a ellos para que vayan entendiendo más sobre los cambios, la dinámica de los nuevos tiempos y entonces, poder mejorar su situación, su calidad de vida, en términos generales, manteniendo su cultura. Él dice que, para él, es una satisfacción, una alegría inmensa tener un proyecto que es un privilegio para ellos que no tienen los otros, las otras comunidades. Que él desea que esto vaya creciendo, que esto no se acabe, que esto no termine, porque es un gran beneficio para ellos y los vecinos. Su deseo es que todo continúe, no se caiga. Ellos van a procurar que eso continúe, que no desaparezca. Es beneficio para muchos. Los niños, jóvenes, adultos y ancianos están contentos con los logros” (Beneficiário 3).

De certa forma, o beneficiário 3 expressa-se no sentido de enfatizar os avanços alcançados através da *participação para o desenvolvimento*, extrapolando a importância desta, inclusive, para as comunidades vizinhas. Portanto, do fenômeno em questão emergem possibilidades que, desde uma primeira impressão, já são bastante atrativas para estas pessoas, que não titubeiam no momento de definir seu direcionamento.

A mesma unanimidade pode ser observada quando nos debruçamos sobre os direcionamentos derivados da relação com as possibilidades dialógicas, em que todos os beneficiários expressaram-se no sentido de corroborar suas inclinações para tais possibilidades. Neste contexto, fica claro que os beneficiários consideraram importante a presença do ambiente dialógico do desenvolvimento para que os mesmos pudessem alcançar as melhorias desejadas.

A temporalidade da participação explicita possibilidades dialógicas que são consideradas atraentes para os beneficiários, pois conforme aponta o relato da Beneficiária 1, permite que os mesmos sejam levados em consideração no momento de definir as transformações desejadas.

“Dice que no encuentra nada fuera del lugar, está todo tal cual por que es todo pedido y si hubiera habido algo que no le gustaba, que no iba ni comenzar, porque ella no iba a dejar que comience el proyecto. Todo está tal cual ella quería y se maneja de esta manera. Por eso, ella permitió, apoyó y sigue apoyando. Ella, con su presencia, acompaña cuando hay reuniones en la comunidad, en Ypety o tambien en Tacuaruzú, o Caaty, en todas las comunidades. Acompaña porque quiere también que los otros indígenas Mbya puedan vivir mejor. Porque dice que hay gente mayor que a veces no tiene muy claro, no entiende. Entonces yo me voy para poder ayudar a aclararles, como apoyo para hacer los otros entender, porque muchas veces no pueden entender. Por eso, ella apoya totalmente” (Beneficiária 1).

No relato acima, expressa-se reiteradamente sobre a importância da

participação dos beneficiários na promoção das ações para o desenvolvimento, em que o cumprimento com as expectativas colocadas pelas possibilidades dialógicas são entendidas como premissas para que possam ser instituídas tais ações. Assim, estabelece-se a referência de que a *participação para o desenvolvimento* promova possibilidades dialógicas aos moldes do que foi realizado em suas experiências, as quais determinam posturas unânimes que inclinam-se favoravelmente na direção destas possibilidades, conservando o interesse dialógico.

A mesma unanimidade se dá na comparação entre projetos estabelecida pela abertura da disposição, em que os beneficiários problematizam sobre suas experiências e possibilidades cotidianas para direcionarem-se frente as possibilidades que emergem do fenômeno temporal da participação. Apesar de contar com uma única exceção, a maioria dos beneficiários destacaram suas inclinações em relação as possibilidades cotidianas do fenômeno em questão, entretanto, ressaltaram a necessidade de redesenhar as experiências cotidianas de *participação para o desenvolvimento*. Fica caracterizado, portanto, a condição de que a participação seja reprojetaada enquanto possibilidade cotidiana, atendendo as expectativas necessárias para mediar seus direcionamentos para a temporalidade em questão.

De modo geral, as expressões dos beneficiários demonstram que há a compreensão de que as práticas cotidianas que foram implantadas durante a construção e execução do projeto de etnodesenvolvimento devem ser reprojetaadas, principalmente, no sentido de fortalecer a sustentabilidade das mudanças que foram impressas a partir da experiência participativa vivenciada. Neste caso, os próprios beneficiários já contemplam novas possibilidades que seriam percebidas por estes como mais atraentes para seus direcionamentos para a temporalidade da participação. São estas e outras indicações que podem ser observadas no relato do beneficiário 6.

“En su pensamiento, ella piensa que como tienen tierras, son agricultores y tienen las herramientas básicas para cultivar, pueden hacer. Pero, es limitado lo que uno puede hacer con su asada, machete y foiza. Todavía tienen muchas áreas que podrían cultivar, pero que con la asada y foiza es imposible, no dá la fuerza. Entonces el trabajo tiene que se complementar con máquinas. Ella piensa que su hijo tiene que aprender a conducir, que tiene que estudiar mecánica de tractores, de máquinas para, además de trabajar con las máquinas, pueda reparar y arreglar tractores y camiones para sacar mejor provecho de la tierra. Ir mecanizando el trabajo para hacer la agricultura” (Beneficiário 6).

No relato do beneficiário 6, fica claro que as possibilidades cotidianas derivadas de sua experiência participativa já são entendidas como insuficientes para atender as expectativas e necessidades, exigindo que se reprojtem as experiências cotidianas. Nesta caso, preza-se para que haja a inserção de elementos que possibilitem a reorganização das práticas agrícolas a partir do incremento do uso da mecanização, de forma que possam desenvolver sistemas agrícolas mais produtivos, os quais, de acordo com o relato, potencializariam a permanência dos mais jovens nestas atividades.

Não obstante, para os mais jovens, o direcionamento para a temporalidade da participação não depende, especificamente, da introdução de inovações no manejo dos sistemas agrícolas, mas, sim, de que em meio as possibilidades cotidianas estejam experiências que proporcione profissionalizações que, muitas vezes, não estão relacionadas com a produção agrícola. Isto foi o que pode-se perceber durante a experiência empírica realizada com as crianças que encontravam-se no grupo de beneficiários. O relato do beneficiário 5 aporta elementos da entrevista coletiva realizada com quatro crianças de 6 a 11 anos e, nesta, fica caracterizada a busca pela construção de um novo projeto cotidiano, em que os mesmos possam realizar papéis que, ademais de contribuir para a comunidade indígena, possibilitem o enlace com o projeto de especialização funcional ocidental.

“Desean que ellos y sus hijos estudien y que sean profesionales. A ellos le gustaría vivir siempre en la comunidad, estudiar y volver a trabajar en la comunidad. Les gustaría aprender música, teclado y aprender a cantar. Uno de los chicos dice que le gustaría estudiar para ser policía y una de las chicas dice que le gustaría estudiar enfermería para ser partera como la abuela” (Beneficiário 5).

Para as crianças entrevistadas, a temporalidade da participação deveria introduzir mais possibilidades cotidianas que oportunize uma formação profissional não necessariamente ligada a atividade agrícola. Neste caso, as ocupações não-agrícolas são citadas como referências para seu direcionamento pessoal. O que de fato também pode ser observado nos relatos dos beneficiários adultos que, apesar de referirem-se a necessidade de desenvolver melhores formas de manejo agrícola, também expressam-se no sentido ressaltar a necessidade de profissionalização para os mais jovens.

É muito interessante perceber que é unânime a percepção de que as práticas cotidianas devam ser reorientadas, demonstrando que há uma problematização

acerca das transformações derivadas de suas experiências participativas. Neste sentido, preza-se que a temporalidade da participação introduza diferentes possibilidades cotidianas, em que os beneficiários se sentiriam mais atraídos para estabelecer seu direcionamento.

Pode-se perceber neste caso, que o ponto nevrálgico para o direcionamento dos beneficiários estabelece-se em torno das possibilidades cotidianas emergentes do fenômeno temporal em questão, estabelecendo concretas condições para que estas pessoas sigam direcionando-se para estas experiências participativas. Já as possibilidades discursivas e dialógicas seguem sendo atrativas para estes beneficiários que, de modo geral, posicionaram-se em conformidade com aquilo que foi vivenciado em suas experiências.

QUARTA SEÇÃO: A ELUCIDAÇÃO DO PROBLEMA INICIAL

14 CONCLUSÃO

“Ora digo eu: — O homem, e, duma maneira geral, todo o ser racional, existe como fim em si mesmo, não só como meio para o uso arbitrário desta ou daquela vontade. Pelo contrário, em todas as suas acções, tanto nas que se dirigem a ele mesmo como nas que se dirigem a outros seres racionais, ele tem sempre de ser considerado simultaneamente como fim.”

Immanuel Kant, Fundamentação da metafísica dos costumes.

Mais de meio século se passaram desde que os enunciados participativos introduziram-se de forma particular na agenda das organizações socioinstitucionais dedicadas ao desenvolvimento. Durante este processo foram experimentadas diversas modalidades e formas de operacionalizar este discurso que, por sua vez, apresentava-se de modo alentador em um contexto histórico de inolvidáveis e fracassadas intervenções centralizadas. Um certo relativismo incorporou-se ao discurso do desenvolvimento, aportando esperanças de que o Povo poderia assumir outro papel nas tentativas de operacionalização do mesmo. De modo semelhante, uma certa pessoalidade também pretendia ser adicionada aos constructos institucionais que, no projeto moderno, era preterida em prol da sustentação da impessoalidade a qual, vale ressaltar, revelou-se uma maneira quase-mágica de alimentar as velhas autocracias em meio às novas democracias.

Nestes momentos de relativização discursiva das estruturas socioinstitucionais, o discurso da participação desempenhou um papel fundamental na observação de alternativas que reorientassem suas dinâmicas. Processos de valorização da participação puderam ser discriminados e caracterizados, alterando os padrões institucionais em, no mínimo, três modos distintos: na idealização de espaços democráticos descentralizados; na criação de espaços de exercício democrático participativo; e nas abordagens dialógicas utilizadas nas intervenções sociais, principalmente via projetos. Processos de valorização discursiva que, por fim, banalizaram o uso dos enunciados participativos, os quais passaram a estar regularmente presentes no âmbito das experiências institucionais.

Sob a adjetivação participativa foram desenvolvidas metodologias, ferramentas, tipologias, modelos analíticos e críticas de modo a subsidiar a instrumentalização de um discurso que, em contexto de relativização do potencial técnico-científico de gerenciamento socioinstitucional, necessitava e exigia espaços de experimentação que revelassem suas potencialidades relativizadoras. Entretanto,

uma *inegociável filosofia administrativa* não pretendia abandonar os pressupostos que denotavam às sociedades metáforas sistêmicas passíveis de idealizações, controles e intervenções tão indicativas e objetivas.

A valorização da participação, com isso, promoveu a aplicação deste discurso que oportunizou a abertura de muitos espaços socioinstitucionais e, conseqüentemente, a aproximação de muitas pessoas aos mesmos, instituindo o uso dos enunciados participativos e, assim, ampliando semanticamente suas referências e significados. Não obstante, mais do que priorizar o potencial de acesso direto das pessoas na construção das intervenções sociais, a operacionalização e aplicação prática da participação, aparentemente, priorizava uma aferição das lentes objetivas e indicativas para subsidiar uma atualização desta filosofia administrativa que não pretendia retroceder. Um tipo de operacionalização da ideia da participação que constantemente instigou os analistas até que os arautos da teoria política novamente proclamaram a necessidade de convocar os interessados para revisá-la.

Sob o fenômeno que demonstrava a ocorrência de perda da clássica polaridade entre participação e representação, os teóricos políticos convocaram os analistas da participação para tentar compreender e elucidar as problemáticas que tangenciavam este enunciado. Um contexto de enorme discrepância conceitual entre as velhas e novas formas de abordar e operacionalizar a participação incitou-lhes a tentar descobrir o que era, afinal, isso que agora denominávamos também de participação. Um conceito que, *stricto sensu*, posicionava-se em oposição a noção de representação, atualmente figurava em meio às estruturas socioinstitucionais representativas sem necessariamente requisitar uma direta intervenção das pessoas nestes contextos. As referências e relações que preenchiam os significados do velho ideário participativo pareciam já não estar tão presentes durante sua nova forma de operacionalização.

Mais de meio século de valorização e experiências dos enunciados participativos foram suficientes para consolidar um sentido mais amplo a este discurso que, até então, apresentava-se de forma paradigmaticamente renovadora em relação ao paradigma socioinstitucional representativo e sistêmico vigente. Neste novo e desconhecido sentido amplo, a participação não exigiu mais sujeitos, mas sim uma multiplicação de objetos. As teorizações acerca deste discurso vieram a corroborar uma perspectiva que buscava operacionalizá-la sem direcioná-la de encontro à *inegociável filosofia administrativa*.

A primeira geração de teorizações, com isso, caracterizou-se pela criação de tipologias escalares de mensuração da participação que atentavam, prioritariamente, para o desenvolvimento de escalas analíticas que pretendiam categorizar os graus de interação entre as predeterminadas intervenções e as pessoas, objetivando o comportamento pessoal em meio a estes processos de transformação social. Neste caso, no degrau mais alto destas escalas são colocadas, geralmente, palavras que simbolizam uma resposta convergente dos beneficiários em relação a sua capacidade de inserção harmônica nestas intervenções como, por exemplo, automobilização e mobilização comunitária. Por outro lado, no degrau mais baixo destas escalas são indicadas palavras como, por exemplo, manipulação e participação nominal, indicando que as pessoas ou comunidades não interagiram de forma convergente com as estruturas socioinstitucionais e, portanto, foram inevitavelmente manipuladas.

As escalas da participação caracterizam-se, portanto, por estabelecer categorias analíticas que indicam, entre seus extremos, graus harmônicos e desarmônicos de manipulação. Nestas tipologias, a inegociável filosofia administrativa encontra-se, sempre, numa dimensão etérea, onde é criticamente inacessível. As pessoas, deste modo, tendem a ser observadas como meios ou objetos que respondem aos estímulos institucionais de operacionalização discursiva. Uma grande contradição quando se trata de realizar intervenções participativas, em que, idealmente, as instituições deveriam responder aos estímulos das pessoas. Um “reino dos fins” foi instituído sem que, ao menos, tivéssemos todos oportunidade de participar da instituição de seus valores. Os fins, neste caso, tornaram-se os meios.

Isso é o que podemos contemplar explicitamente em nossa experiência empírica, expressões que demonstram um grande esforço das pessoas em adaptarem-se às organizações socioinstitucionais que refletem discursivamente seus valores e filosofias mas que, logo, são dispersadas de suas subjetividades para cumprirem com as atividades e diretrizes objetivadas institucionalmente, em outras palavras, para direcionarem-se aos cotidianos modos de ser dos discursos. Aplicar e operacionalizar as tipologias participativas é partir do pressuposto de que participar é adentrar e interagir pessoalmente com as estruturas que compartilham desta inegociável filosofia administrativa. Com isso, ocupar as instâncias de participação objetiva e previamente instituídas.

Sem embargo, pudemos acompanhar nas leituras das expressões das

peessoas que, no contexto institucional da experiência empírica realizada nesta tese, seria uma vã tarefa dedicar-se à observação dos tipos de participação, pois talvez não necessariamente esteja no horizonte das pessoas ou comunidades o propósito de constituir laços participativos intrínsecos com estas organizações socioinstitucionais. Como um fim em si mesma, as pessoas deparam-se com o fenômeno da participação como possibilidades que certamente produzem uma grande experiência simbólica e existencial, mas que, de nenhuma forma, poderíamos sustentar que se trata da utopia cotidiana destas pessoas. Para muitas delas pode ser, inclusive, descabido sua introdução em um ranqueamento que nunca esteve em sua perspectiva submeter-se. Mesmo porque, as instituições não apresentam-se de forma tão aberta às transformações que poderiam ser propostas pelas pessoas.

Durante a análise semiótica do desenvolvimento foi possível constatar que ao participar nos modos de ser do desenvolvimento, as pessoas são lançadas a dedicarem-se à realização de uma série de atividades cotidianas que, por sua vez, provocam a emergência de sentimentos, ações e interpretações, os quais tornam-se referências para significar estas experiências. Um tipo de análise que demonstra, *a priori*, a enorme sensibilidade humana em relação aos experimentos institucionais e, ao mesmo tempo, à baixa capacidade de discutir suas condições. As temporalidades participativas estão para as pessoas como as demais temporalidades, dinâmicas que simbólica e materialmente apresentam-se de modo a produzir direcionamentos cotidianos. Assim, poderíamos inferir que a primeira opção não é transformar estas temporalidades, mas direcionar-se para uma das tantas que se apresentam e experienciá-las.

No estudo do fenômeno da *participação para o desenvolvimento* foi possível observar que na cotidianidade das instituições são estabelecidas modalidades de ocupação que historicamente preenchem suas estruturas de maneira formal. As culturas organizacionais, nestes casos, determinam as experiências participativas, e tal comportamento também é extrapolado para aquilo que ocorre em terreno. De modo geral, antecipadamente já se sabem os discursos, diálogos e práticas que ocorrerão nas instâncias de *participação para o desenvolvimento* e não é incomum encontrar em diversas intervenções desenvolvimentistas um mesmo tipo de abordagem discursiva, dialógica e prática. Automatiza-se a participação e as planilhas e indicadores tornam-se, muitas vezes, mais importantes que a qualidade

das experiências cotidianas.

Para os beneficiários, por sua vez, é improvável que possa haver a apreensão das dinâmicas e particularidades dos processos participativos para o desenvolvimento. Por melhor que sejam realizados as mediações institucionais, são restritas as possibilidades de apropriação dos procedimentos que compõem a operacionalização das intervenções desenvolvimentistas. O mesmo poderíamos inferir tanto para os proponentes como para os executores, que não possuem possibilidade e capacidade de gerenciar todo o processo.

O que de fato deveria nos deixar bastante cautelosos no que tange a utilização das famosas críticas que originaram muitas das ferramentas participativas, de que as intervenções eram estabelecidas “de cima para baixo” (“*top-down*”). Analisando detidamente os dados que no caso desta tese apresentam as perspectivas tanto de quem estaria “em cima” (“*top*”), como de quem estaria “em baixo” (“*down*”), não há qualquer pessoa ou instituição que determina as particularidades destas experiências, isso se faz de maneira quase-mágica pelas vias impessoais. No “*top*”, por sua vez, estariam os *discursos* e a *inegociável filosofia administrativa* e, conseqüentemente, todas as pessoas que se dedicam a participar estariam no “*down*”. Não se trata, portanto, de inserir metodologias e ferramentas participativas que, logicamente, produzem uma aferição das lentes objetivas e indicativas destas intervenções, mas de instituir possibilidades de decidir os discursos e, inclusive, a filosofia administrativa. Somente nestes casos, haveriam espaços para operacionalizar a velha ideia participativa no contemporâneo contexto político. Mas, tanto quanto foi possível perceber, nas decisões acerca dos discursos e das filosofias administrativas, não disponibilizam-se espaços para diálogos participativos, deixando em evidência a centralidade do caráter técnico sobre muitas destas decisões.

De modo geral, pode-se contemplar que as vontades discursivas que foram levadas em consideração no momento de elaborar e operacionalizar os enunciados participativos em seu sentido amplo não partiram, diretamente, da busca pela opinião das pessoas sobre o novo fenômeno que apresentava-se, gerando os problemas teóricos que acabamos de discriminar. No processo de revisão teórica realizado para a elaboração desta tese não foi encontrado qualquer estudo que se dedicasse a explorar a percepção das pessoas em relação as suas próprias experiências participativas. Corriqueiramente, observam-se estudos que avaliam

somente as reações das pessoas em meio aos processos institucionais e não dedicam-se a diferenciar as demais particularidades destas experiências. Observa-se que, ontologicamente, não estabelecem-se divisões analíticas entre suas dimensões cartesianas e fenomenológicas. Estes estudos participativos, com isso, não conseguem se desprender de seus pressupostos ideológicos e torna-se necessário, com isso, instituir perspectivas que introduzissem divisões analíticas que oportunizassem desvelar este fenômeno que também temos denominado de participação, contando, também, com as expressões daqueles que o experienciaram.

Neste contexto, pudemos averiguar que grande parte daquilo que é atribuído, significativamente, aos enunciados participativos derivam das experiências fenomenológicas vivenciadas pelas pessoas, que extrapolam consideravelmente aquilo que pode ser cartesianamente discriminado. De modo geral, há uma regulação dos campos simbólicos da participação e do desenvolvimento que criam referências importantes para a significação destas experiências participativas. O fenômeno da *participação para o desenvolvimento*, portanto, também apresenta-se através da transformação de possibilidades, incidindo para o direcionamento das pessoas em relação às temporalidades participativas. Através do estudo empírico realizado junto as três conjunturas institucionais, pode-se inferir que o modelo participativo *lato sensu* não pode ser caracterizado pela apropriação dos processos institucionais, mas sim pelas possibilidades que incidem sobre a disposição em participar do mesmo, visto que não está organizadamente preparado para ser apropriado. Como verificaram a maioria dos autores, grande parte dos processos institucionais já encontram-se previamente delimitados, o que regula também sua apropriação. Nem sequer há estratégias ou planos para ascensão nas escalas da participação. Entretanto, são as possibilidades materiais e simbólicas (discursivas, dialógicas e práticas) emergentes destas experiências que mais influenciam a disposição das pessoas em participar destes processos.

Neste contexto, podemos cogitar que mesmo que a pessoa tenha se apropriado do processo institucional, um fechamento em relação às possibilidades participativas poderia definir sua inclinação à participação, no sentido de abandonar um processo já apropriado. O ponto nevrálgico desta equação está na continuidade dos processos institucionais e na variação da emergência de possibilidades. Enquanto as instituições tentam estabilizar e regular as dinâmicas sociais através de

projeções, as pessoas convivem com outras dinâmicas e emergências de temporalidades e possibilidades. Nesta equação, tem sido difícil encontrar o ponto de equilíbrio entre as projeções pessoais, comunitárias e institucionais, bem como direcionar os maiores benefícios destas ações conjunturais para os beneficiários.

Cartesianamente, as experiências participativas *lato sensu* podem ser discriminadas pelas atividades cotidianas vivenciadas pelas pessoas no contexto das intervenções sociais. Neste, são verificadas ações que derivam do direcionamento das pessoas para ocupações que encaixam-se em suas prévias inclinações e trajetórias profissionais, determinando cotidianidades e tarefas específicas em prol da operacionalização de determinado discurso, por exemplo, desenvolvimento e etnodesenvolvimento. Não obstante, um importante “salto simbólico” é necessário para que as pessoas possam relacionar suas atividades e tarefas cotidianas com a operacionalização dos discursos em questão. A construção de significados sobre a *participação para o desenvolvimento* depende, em grande parte, de relações e referências simbólicas que se constroem durante a vivência deste fenômeno temporal.

As expressões das pessoas em relação aos significados de suas próprias experiências participativas tornam ainda mais evidentes estes “saltos simbólicos”. Os proponentes, por exemplo, destacaram em seus relatos diversos tipos de sentimentos, ações, interpretações e, conseqüentemente, relações que indicavam uma ideia de influência de suas práticas cotidianas na promoção do discursivo em questão. E, mesmo que muitos tenham explicitado suas descrenças em relação a operacionalização destes discursos, os proponentes prezavam pelas possibilidades que ali emergiam. Ou seja, ainda persistiam referências simbólicas que seguiam direcionando-os para estas temporalidades.

Já no caso dos parceiros locais, emergiram relações que atuavam criticamente em relação às suas experiências participativas na conjuntura institucional dedicada ao desenvolvimento, no sentido de destacar falhas conjunturais que colocavam em xeque suas “verdadeiras” intenções discursivas. Elementos e relações que foram colocados em segundo plano sob a perspectiva de contar com as possibilidades de operacionalizar ações para o desenvolvimento das comunidades beneficiadas e de sua própria conjuntura organizacional. *A priori*, portanto, já estabelecem-se campos simbólicos que recheiam as temporalidades da participação com possibilidades de alcançar seus pressupostos discursivos.

Os beneficiários, por sua vez, convivem com uma série de transformações em sua conjuntura, as quais são constantemente problematizadas. Muitas mudanças radicais são propostas e sugeridas para suas cotidianidades que devem ser adaptadas as mesmas de modo a consolidá-las. Os significados da participação, apesar de tudo, concentram relações e referências que atentam para as possibilidades emergentes destas transformações e, nem tanto, nos fatos e eventos já consolidados. Logicamente que são estas experiências passadas que deixaram rastros e indicações para as significações de suas participações, entretanto, apontando para possibilidades futuras ou, como destacam os próprios beneficiários, “*nuevos caminos*”. O fenômeno da *participação para o desenvolvimento*, também no caso dos beneficiários, torna-se atrativo pelo horizonte de possibilidades que deste transparece. Uma faísca de amparo em um histórico desamparador, uma tentação tranquilizadora.

A política da sobrevivência em contexto de pluralismo institucional transforma a *participação para o desenvolvimento* em um fenômeno em que proponentes e executores devem, inicialmente, cumprir com os requisitos discursivos institucionais para poder incorporarem-se enquanto conjunturas, promovendo, além disso, a aproximação dos beneficiários que, por sua vez, necessitam sentir-se atraídos pelas possibilidades discursivas, dialógicas e práticas para consolidarem-se como contextos de intervenção. As experiências participativas, *a priori*, estruturam-se não apenas de transformações já realizadas, mas de esperanças discursivas, ou seja, de possibilidades.

Para todas estas conjunturas persistem referências e indicações de atrelarem-se a contextos intervencionistas que possibilitariam alcançar melhores situações através de uma força tarefa global, neste caso, da Cooperação Internacional para o Desenvolvimento. Os simbolismos que atrelam-se a esta força tarefa voltada ao desenvolvimento apresentam-se de modo tentador para as pessoas, que reforçam-se quando as mesmas deparam-se com um panorama político delicado como o da sobrevivência e com o gelatinoso contexto institucional pluralista. Participar para o desenvolvimento, direcionar-se para o referencial discursivo do desenvolvimento pode ser tanto tentador como tranquilizador, pois o discurso oferece um conjunto de possibilidades impessoais que denota uma ideia de que “*tudo está em ordem e que todas as portas estão abertas*”, como indicou Heidegger (1998, p. 239).

Em meio a um contexto de incertezas em que as possibilidades próprias são por vezes consideradas insuficientes para alcançar os objetivos pessoais e conjunturais, o fenômeno da *participação para o desenvolvimento*, apesar de arrancar “*continuamente a compreensão do projeto de possibilidades próprias*”, disponibiliza a oportunidade de, no impessoal, lançar-se numa “*pretensão tranquilizada*”, isto é, alicerçar-se através do discurso e da filosofia administrativa. Um amparo para aqueles que são permeados por tantas incertezas, um entrelaçamento de possibilidades pessoais e impessoais que, como ficou demonstrado, compõem parte importante das relações que constroem os significados desta modalidade de participação.

Ao constituir a oportunidade para que as pessoas possam direcionar-se para o impessoal e, conseqüentemente, colocar-se também sob a “*tutela dos outros*”, as conjunturas institucionais materializam simbolicamente espaços de dispersão dos sujeitos que, como pessoas, são permeadas por continuidades impessoais atrativas e que disponibilizam consolidadas cotidianidades. Da mesma forma com que a emergência de mercadorias “fictícias” foram importantes influências para consolidar, segundo Polanyi (2000 [1944]), uma cultura mercadológica e econômica de caráter simbólico, o impessoal alavancou uma fácil propensão a simbolizar também as experiências vivenciadas nas conjunturas institucionais. A participação *lato sensu*, com isso, consolida possibilidades impessoais de participação, em que uma predelineada abertura institucional disponibiliza instâncias participativas que simbolicamente aportam caracteres pessoais a campos impessoais de vivência. Um “salto simbólico” permeia as relações e referências que preenchem o processo de significação do fenômeno da *participação para o desenvolvimento*.

Nesta fase relativista e pluralista de nossa filosofia administrativa, as pessoas foram consideradas imprescindíveis para a consolidação e operacionalização dos discursos e conjunturas institucionais. Contudo, tal necessidade de pessoas não é tão importante pelas possíveis contribuições aos diálogos das organizações socioinstitucionais, mas pela forma com que sua simples presença física ou simbólica pode representar o apoio necessário para a realização das experiências institucionais. As possibilidades discursivas, dialógicas e práticas que emergem destes fenômenos participativos são as principais referências que determinam o direcionamento pessoal aos modos de ser do desenvolvimento.

Se o velho ideário da participação sustentava a necessidade da direta

expressão das pessoas nos processos políticos, a nova ideia de participação concerta um processo de simbolização das pessoas através de mediações que metodologicamente exploram suas presenças institucionais. De acordo com Hanna Pitkin (1985), os símbolos não fazem asseverações acerca do que simbolizam, senão que o sugerem ou o expressam, de modo geral, suprem a necessidade de contar com aquilo que simbolizam. Estamos tratando, portanto, de um tipo de participação simbólica, em que a ocupação das pessoas nos modos de ser do desenvolvimento sugere ou expressa algo de pessoalidade a estas impessoais experiências participativas, simbolizando uma direta relação das pessoas com as estruturas institucionais, suprimindo, assim, a necessidade de contar diretamente com as intervenções das pessoas. Algo que, como vimos, pode ser observado fenomenologicamente, mas que, infelizmente, ainda não pode ser verificado cartesianamente.

Simbolizar, conforme destaca Hanna Pitkin, é tentar fazer uma referência exata para algo indefinido, e, outras palavras, é objetivar o indefinido. A experiência participativa, em seu sentido amplo, preza e atenta para simbolizar as pessoas no âmbito das intervenções sociais, ou seja, fazer referências de suas participações na operacionalização dos discursos reproduzidos pelas organizações socioinstitucionais. Nada muito surpreendente para uma filosofia administrativa cuja ética organizacional emerge da pressuposição de que este contexto deveria ser um espaço exclusivamente impessoal. Simbolizar o indefinido nunca foi e também nunca será uma simples tarefa, principalmente, se o indefinido são as pessoas ou os seres humanos, portanto, não serão assinaturas, impressões digitais, fotografias, indicadores, ferramentas e metodologias que poderão apreender a complexa e indefinida experiência pessoal e humana.

Esta participação simbólica, não obstante, introduz a necessidade de simbolizar e estruturar espaços em que as indefinidas pessoas possam contemplar os contemporâneos requisitos democráticos e, assim, relativizar o domínio do discurso público. Deste modo, estudar sua efetividade talvez seja atualmente um esforço irrelevante, pois como um símbolo, a participação *lato sensu* já supriu a necessidade de contar diretamente com as pessoas e promover a complexa missão de operacionalizar o velho ideário participativo. Símbolos foram introduzidos para suprir a necessidade de objetivar algo tão indefinido e inacessível como as pessoas e seres humanos, um tipo de ação que nunca poderá proporcionar uma efetiva

participação. Contudo, talvez o que menos importe é sua efetividade, a importância que hoje pode ser atribuída a participação *lato sensu* é que, na contemporaneidade, esta é legítima.

15 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABÉLÈS, M. **Política de la supervivencia**. Eudeba, Buenos Aires, 2008.
- AGUIRRE BELTRAN, G. “La polémica indigenista en México en los anos setenta”. **Anuario Indigenista**, Vol. XLIV: 7-28. 1984.
- ALKMIN, A. C. O paradoxo do conceito de representação política. **Teoria & pesquisa: revista de ciência política**. Vol. 22, n. 1, p. 56-71, jan./jun. 2013.
- ARENDT, H. **A Condição Humana**. Trad. Roberto Raposo. 8ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997.
- _____. **Da Revolução**. Trad. Fernando Dídimo Vieira. Série Temas. Vol. 5 (Estudos Políticos). Editora Universidade de Brasília, Brasília, 1981.
- ARNSTEIN, S. R. A Ladder Of Citizen Participation. **Journal of the American Institute of Planners**. Routledge, V.35, nº4, p. 216-224, 1969.
- BAUMAN, Z. **Modernidade líquida**. Trad. Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.
- BELTRÃO, P. C. **Sociologia do Desenvolvimento**. Porto Alegre: Globo, 1965.
- BERGER, P. L.; LUCKMANN, T. **A Construção Social da Realidade**. 20ª ed. Petrópolis: Vozes, 2001.
- BOAS, F. [1932]. 2010. “Os objetivos da pesquisa antropológica”. In: CASTRO, Celso (org.). **Antropologia Cultural**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. pp. 87-109.
- BONFIL BATALLA, G. Etnodesarrollo: sus premisas jurídicas, políticas y de organización. Em: **Obras escogidas de Guillermo Bonfil Batalla**. Tomo 2 (pp. 464 – 480). México: INAH / INI. 1995.
- BOURDIEU, P. **A Dominação Masculina**. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 2003.
- _____. **O Poder Simbólico**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988.
- BRETÓN, V.; PALENZUELA, P. Descolonialidad y desarrollo: aportaciones etnográficas desde el Ecuador. **Periferias, fronteras y diálogos** (Actas del XIII Congreso de Antropología de la Federación de Asociaciones de Antropología del Estado Español). Editora: Universitat Rovira i Virgili, 2014, pp. 3472-3492.
- BURKE, E. Discurso aos eleitores de Bristol. **Rev. Sociol. Polit.** [online]. Vol.20, n.44, pp. 97-101, 2012 [1774].
- CALGARO NETO, S.; GOMEZ, A. A.; SOUZA, L. V.; DIESEL, V. Participação: quanto

mais melhor? **Anais do V Encontro Nacional da ANPPAS**, Florianópolis, outubro, 2010.

CAPORAL, F. R. E RAMOS, L. F. **Da extensão rural convencional para à extensão rural para o desenvolvimento sustentável: enfrentar desafios para romper a inércia**. BRASÍLIA, 2006.

CARDOSO DE OLIVEIRA, R. "Ação indigenista, eticidade e o diálogo interétnico". **Estudos Avançados**, 14(40): 213-230. 2000.

CASAS, E. Representación política y participación ciudadana en las democracias. **Revista Mexicana de Ciencias Políticas y Sociales**, Vol. LI, núm. 205, enero-abril, pp. 59-76. Universidad Nacional Autónoma de México, 2009.

CASTIGLIONE, D.; WARREN, M. E. "**Rethinking democratic representation: eight theoretical issues**". Centre for the Study of Democratic Institutions. British Columbia: University of British Columbia. 2006.

CHAMBERS, R. Os diagnósticos participativos de sistemas rurais: passado, presente e futuro; tradução John Cunha Comerford. **Forests, Trees and People Newsletter**. Rome: FAO, n. 15/16, p 4-9, fev. 1992.

_____. Ideas for development: reflecting forwards. **IDS Working Paper 238**. Institute of Development Studies, Brighton, 2004.

CHAVES, N. S. O conceito de pessoa na antropologia kantiana: uma abordagem prática e pragmática. **Polymatheia**. Vol. 5, nº 7, 2009, p. 137-154.

CORNWALL, A. unpacking "Participation": models, meanings and practices. **Community Development Journal**, v. 43, nº 3, p. 269-283, July, 2008.

CRUSH, J. **Power of Development**. (introduction). London/N.Y.: Routledge, 1996.

COWEN, M. P.; SHENTON, R. W. **Doctrines of Development**. Londres: Routledge, 1996.

DAHL, R.A. **On Democracy** (Cap. 8). New Haven: Yale University Press, 1998.

DAVIS, S. H.; SOEFTESTAD, L. Participation and Indigenous Peoples. **Social Development Papers No. 9**. Washington, D.C.: World Bank , 1995.

DELEUZE, G. & GUATTARI, F. **Mil platôs - capitalismo e esquizofrenia**. Tradução de Suely Rolnik. - São Paulo: Ed. 54, 1997, 176 p.

DÍAZ, E. & HELER, M. **El Conocimiento Científico: Hacia una visión crítica de la ciencia**. Buenos Aires: Eudeba, 2000. Vol. II, p. 157-175.

DÍAZ-POLANCO, H. Etnofagia y multiculturalismo. **Revista Memória**, México, DF, n. 200, p. 5-12, out. 2005.

DIESEL, V. & NEUMANN, P. S. Participação: visualizando potenciais além de limites.

In: Ricardo Dominic Thornton; Gustavo Cima de villa. (Org.). **Usos y abusos del participare. Usos y abusos del participare**. Buenos Aires: INTA, p. 249-268, 2010.

DUARTE, A. Heidegger e a possibilidade de uma antropologia existencial. **Natureza Humana** 6(1): 29-51, jan-jun. 2004.

DURKHEIM, E. **As Regras do Método Sociológico**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

ENGELHARDT JR, T. **Fundamentos da Bioética**. Trad. José A. Ceschin. São Paulo: Loyola, 1998.

ESCOBAR, A. Imagining a post-development era. In: CRUSH, J. **Power of Development**. (introduction). London/N.Y.: Routledge, 1996.
_____. Sustainability: Design for the pluriverse. **Development**. v. 54, p. 137–140, 2011.

ESTEVA, G. Development. In: SACHS, W. **The Development Dictionary: A Guide to Knowledge as Power**. Second edition. New York: Zed Books Ltd, 2010, pp. 1-23.

FAÉ, R. **Os discursos sobre desenvolvimento como recursos político-estratégicos**: o Banco Mundial como organização central no campo discursivo do desenvolvimento. Tese (Doutorado em Administração), Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2009, 264 p.

FAIRCLOUGH, N. **Discurso e Mudança Social**. Brasília: UNB, 2001.

FERRATER MORA, J. **Diccionario de Filosofía**. Tomo I A-K. Editorial Sudamericana, Buenos Aires, 1971.

FINOT I. (2001). Descentralización en América Latina: teoría y práctica. Santiago: CEPAL, **Serie Gestión Pública**.

FOUCAULT, M. **A Ordem do Discurso**. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Loyola, 2007.

_____. **A Hermenêutica do Sujeito**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

_____. **A Arqueologia do Saber**. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves, 7ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

_____. **As Palavras e as Coisas: uma arqueologia das ciências humanas**. Trad. Salma Tannus Muchail. - 8ª edição – São Paulo: Martins Fontes, 1999.

FRIIS-HANSEN, E & EGELING, H, 2007. **Supporting Local Innovation for Rural Development: Analysis and Review of Five Innovation Support Funds**, DIIS Report 2007:4, Danish Institute for International Studies, DIIS.

FUNTOWICZ, S. & RAVETZ, J. Ciência pós-normal e comunidades ampliadas de pares face aos desafios ambientais. **História, Ciências, Saúde** — Manguinhos, IV(2): 219-230 jul.-out. 1997.

_____. Three types of risk assessment and the emergence

of post-normal science. Em D. Golding e S. Krinsky (orgs.), **Social theories of risk**. Nova York, Greenwood Press, pp. 251-73, 1992.

_____. **Uncertainty and quality in science for policy**. Dordrecht, Kluwer, 1990.

FURTADO, C. **O Mito do Desenvolvimento Econômico**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

GEILFUS, F. **80 herramientas para el desarrollo participativo: diagnóstico, planificación, monitoreo, evaluación**. San José, C.R.: IICA, 2002.

GIDDENS, A. **A Constituição da Sociedade**; tradução Álvaro Cabral. – 2a Ed. – São Paulo: Martins Fontes, 2003.

_____. **A Contemporary Critique of Historical Materialism**. Second Edition, London. Macmillan Press Ltda. 1995.

GLEICK, J. **Caos**. A criação de uma nova ciência. Ed. Campus, Rio de Janeiro, 310 p., 1990.

GÜNTHER, K. Qual o conceito de pessoa de que necessita a teoria do discurso do direito?. **Revista Direito GV**. Rio de Janeiro, v. 2, n.1, p. 223-239, jan-jun, 2006.

HALL, G. & PATRINOS, H. **Pueblos Indígenas, Pobreza y Desarrollo Humano en Latino América, 1994-2004**. Washington, D.C.: World Bank, 2005.

HARDY, C; PALMER, I; PHILLIPS, N. Discourse as a Strategic Resource. **Human Relations**. London, v. 53, nº 9, p. 1227-1248, 2000.

HEIDEGGER, M. **Ser e tempo**. Tradução de Márcia de Sá Cavalcante Schuback. 7ª. ed. Petropolis, Vozes, 1998.

_____. **Ser y Tiempo**. Traducción de Jorge Eduardo Rivera, 1953. Disponível em: <<http://www.philosophia.cl/biblioteca/heidegger.htm>>. Acesso em: 05/02/2014.

_____. **El concepto de tiempo (1924)**. Traducción de Pablo Oyarzún Robles. Disponível em: <<http://www.philosophia.cl/biblioteca/heidegger.htm>>. Acesso em: 05/02/2014.

_____. **Conferências e Escritos Filosóficos**. Tradução e notas Ernildo Stein. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

HOBBS, T. **Leviatã ou Matéria, Forma e Poder de um Estado Eclesiástico e Civil**. São Paulo, Abril Cultural, 1991.

HUSSERL, E. **Investigações lógicas**: sexta investigação (elementos de uma elucidação fenomenológica do conhecimento). Seleção e tradução: Zeljko Loparic e Andréa Maria Altino de Campos Loparic. São Paulo : Nova Cultural, 1996.

HUXLEY, A. **Admirável Mundo Novo**. Tradução de Vidal de Oliveira e Lino Vallandro. Editora Globo (5ª Edição), Porto Alegre, 1979.

IBAMA. **Reservas extrativistas: populações tradicionais**. Disponível na internet

em: <http://www.ibama.gov.br/resex/pop.htm>. Acesso em 15/10/2011.

JACOBI, P. Poder local, políticas sociais e sustentabilidade. **Saúde & Sociedade** 8(1): pp. 31-48, 1999.

KANT, I. **Antropologia de um Ponto de Vista Pragmático**. Trad. Clélia Aparecida Martins. São Paulo: Iluminuras, 2006.

_____. **Fundamentação da Metafísica dos Costumes**. Trad. Paulo Quintela. Edições 70: textos filosóficos. Lisboa, 2007.

KILLOUGH S. **Enfoques Participativos para la Investigación y Extensión Agrícola In:___ Investigación y Desarrollo Participativo para la Agricultura y el Manejo Sostenible de Recursos Naturales: Libro de Consulta**. Volumen 1: Comprendiendo. Investigación y Desarrollo Participativo. Perspectivas de los Usuarios con la Investigación y el Desarrollo Agrícola - Centro Internacional de la Papa, Laguna, Filipinas y Centro Internacional de Investigaciones para el Desarrollo, Ottawa, Canadá, 2006. Cap. 4, p. 27-37.

KUHN, T. **A estrutura das revoluções científicas**. São Paulo: Perspectiva, 1992.

LACOSTE, Y. Os países subdesenvolvidos. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1963 [1959], 131 p.

LARA, T. A. **A filosofia ocidental do renascimento aos nossos dias**. 5. ed. Petrópolis : Vozes, 1991, 175 p.

LATOUCHE, S. **Pequeno tratado do decrescimento sereno**. São Paulo: Editora WMF, 2009.

LAVALLE, A. G.; VERA, E. I. A trama da crítica democrática: da participação à representação e à *accountability*. **Lua Nova**, São Paulo, 84: 95-139, 2011.

_____.; ISUNZA VERA, E. "Precisiones conceptuales para el debate contemporáneo sobre la innovación democrática". In: **La innovación democrática en América Latina**: tramas y nudos de la representación, la participación y el control social. México: Centro de Investigaciones y Estudios Superiores en Antropología Social – Universidad Veracruzana, p. 17-82, 2010.

LITTLE, P. E. Indigenous peoples and sustainable development subprojects in Brazilian Amazonia: the challenges of interculturality, **Law & Policy** – Baldy Center for Law and Social Policy and Blackwell Publishing Ltd. 2005. vol. 27, No 3, 450-468.

_____. **Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil**: por uma antropologia da territorialidade. Brasília, Universidade de Brasília, 2002. (Série Antropologia).

_____. Etnodesenvolvimento local: autonomia cultural na era do neoliberalismo global. **Tellus**, ano 2, n. 3, p. 33-52, Campo Grande, out. 2002.

LYOTARD, J. **A condição pós-moderna**. Lisboa: Gradiva, 1989.

LUGON, C. **A República Guarani**. 1ª Edição. São Paulo: Expressão Popular, 2010. 248 p.

- MALDONADO, T. **Meio ambiente e ideologia**. Lisboa: Sociocultur. 1971.
- MARIÁTEGUI, J. C. **7 ensayos de interpretación de la realidad peruana**. Fundación Biblioteca Ayacucho, Colección Clásica, n. 69, Caracas, 2007.
- MATURANA, H. & VARELA, F. **Autopoiesis and cognition: The realization of the living**. Boston: Reidel, 1980.
- MIGNOLO, W. A colonialidade de cabo a rabo: o hemisfério ocidental no horizonte conceitual da modernidade. In: **La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales. Perspectivas latinoamericanas**. Ed. CLACSO – Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, Buenos Aires, 2005, pp. 35-54.
- _____. La colonialidad: la cara oculta de la modernidad. **Cosmópolis: el trasfondo de la Modernidad**. Barcelona: Península, 2001, pp. 39-49.
- MORDO, C. **El cesto y el arco: metáforas de la estética Mbya Guaraní**. Biblioteca Paraguaya de Antropología, Vol. 36. Centro de Estudios Antropológicos, Universidad Católica, Asunción, 2000.
- MORIN, E. **Sociologia: a sociologia do micro-social ao macro-planetário**. Portugal: Publicações Europa-América, 1984.
- MOURA, C. A. R. **Crítica da razão na fenomenologia**. São Paulo: Nova Stella: Editora da USP, 1989.
- NUNES, B. **Heidegger & Ser e tempo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2002.
- ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Carta das Nações Unidas e Estatuto da Corte Internacional de Justiça**, UNIC, Rio de Janeiro, 2001, disponível em: <http://unicrio.org.br/img/CartadaONU_VersolInternet.pdf> Acesso em: 28 jul. 2011.
- ORWELL, G. **1984**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 29ª Edição, 2003.
- PALENZUELA, P. "Mitificación del desarrollo y mistificación de la cultura: el etnodesarrollo como alternativa", **Íconos**, Nº. 33, Quito, p. 127-140, 2009.
- _____. "Discursos y prácticas del desarrollismo en los Andes ecuatorianos: el proyecto PRODECO en Cotopaxi". En: Pablo Palenzuela, Alessandra Olivi (eds.). **Desarrollo y etnicidad en los Andes**. Sevilla: Universidad de Sevilla, 2011, pp. 53-82.
- _____. Las culturas del trabajo: una aproximación antropológica. En: **Sociología del Trabajo**, 2ª época, Vol. 24, 1995, págs. 3-28.
- PATEMAN, C. **Participação e Teoria Democrática**. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1992.
- PEIRCE, C. S. **Semiótica**. Tradução de J. T. Coelho Neto. São Paulo, Perspectiva, 2012.

PIETERSE, J. N. The cultural turn in development: questions of power. **The European Journal of Development Research**, London, v.7, n.1, p.176-192, 1995.

PITKIN, H. F. **The concept of representation**. Berkeley: University of California Press, 1967.

_____. Representação: palavras, instituições e idéias. **Lua Nova**, São Paulo, 67: 15-47, 2006.

PLOTKE, D. "Representation is democracy". **Constellations**, v. 4, n. 1, pp. 19-34, 1997.

POLANYI, K. **A grande transformação: as origens de nossa época**. Tradução Fanny Wrobel. 2ª Edição - Rio de Janeiro: Campus, 2000.

PRETTY, J. N. Participatory learning for sustainable agriculture. **World Development**, v. 23, no 8, p. 1247-1263. August, 1995.

QUIJANO, A. Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina. In: Lander, E. (org.) **La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales. Perspectivas latinoamericanas**. Ed. CLACSO – Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, Buenos Aires, 2005, pp. 117-142.

REALE, G; ANTISERI, D. **Historia da filosofia 6: de Nietzsche a Escola de Frankfurt** (Tradução Ivo Storniolo). São Paulo: Paulus, 2006.

REED, M. A coruja de Minerva: reflexões sobre a teoria e prática nos estudos organizacionais. In: CLEGG, S. R.; HARDY, C.; NORD, W. R. (Orgs.) **Handbook de Estudos Organizacionais: ação e análise organizacionais**. Atlas. v. 1. São Paulo – SP, 2004.

RIST, G. Development as part of the modern myth : the western socio-cultural dimension of development. **The European Journal of development research**, v.2; n.1; p. 10-21, 1990.

RÖLING, N. La comunicación para el desarrollo en la investigación, la extensión y la educación. **Comunicación y Desarrollo Sostenible: Selección de artículos de la 9ª mesa redonda de las Naciones Unidas sobre comunicación para el desarrollo**. FAO/ONU. Roma, 2007. p. 65-90.

_____. **What to Think of Extension? A Comparison of Three Models of Extension Practice**. ICRA, Montpellier Office. Diciembre, 1995.

ROUSSEAU, J. **Do contrato social e discursos sobre economia política**. Tradução Márcio Pugliesi e Norberto de Paula Lima. São Paulo: Hemus, 1981.

SABOURIN, E. Conseqüências metodológicas e epistemológicas do reconhecimento da multifuncionalidade da agricultura. **Estudos Sociedade e Agricultura**, v.13, n. 2, p. 161-189, 2006.

SACHS, I. Em busca de novas estratégias de desenvolvimento. **Estudos Avançados**, São Paulo, v.9, n.25, 1995.

SAHLINS, M. O “pessimismo sentimental” e a experiência etnográfica: por que a cultura não é um “objeto” em via de extinção. **Mana: estudos de antropologia social** 3(1):41-73 e 3(2):103-150, 1997.

SALM, J. F. & MENEGASSO, M. E. Proposta de Modelos para a Coprodução do Bem Público a partir das Tipologias de Participação . **Anais do XXXIV Encontro da ANPAD**, Rio de Janeiro, setembro, 2010.

SALVIANI, R. As Propostas para Participação dos Povos Indígenas no Brasil em Projetos de Desenvolvimento Geridos pelo Banco Mundial: um Ensaio de Análise Crítica. **Dissertação de Mestrado**. Museu Nacional, PPGAS/ UFRJ. 2002.

SAMPAIO, O. B.; **Contextualização Histórica da Extensão e Seus Reflexos na Sociedade Brasileira**. In: III Encontro de Extensão da Universidade Federal de Campina Grande. Campina Grande, 2004.

SANGREMAN, C. A teoria da Cooperação Internacional para o Desenvolvimento e o estado da arte da cooperação portuguesa . **Documentos de Trabalho**, nº 80, Cesa, Lisboa, 2009.

SANGREMAN, C; SANTOS, T. **Os Paradigmas de Conhecimento sobre a Cooperação Internacional para o Desenvolvimento e a Evolução do Papel da Sociedade Civil em Portugal**. Lisboa, CESA, 2012.

SANTAELLA, L. **O que é semiótica**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

SANTOS, B. S. “Democracia e Participação: o caso do Orçamento Participativo de Porto Alegre”. Porto: Afrontamento. 2002.

SANTOS, B. S. & AVRITZER, L. “Para ampliar o cânone democrático” in: Boaventura Sousa Santos (org.), **Democratizar a democracia: os caminhos para a democracia participativa**, Porto: Afrontamento, pp. 35-69, 2003.

SARDAR, Z. Beyond development: an islamic perspective. **The European Journal of development research**, London, v.8, n.2; p.36-55, 1996.

SARTRE, J. Eleições, armadilha para otários. **Alceu: Revista de Comunicação, Cultura e Política**, 5(9). 2004 [1973] .

SCHRÖDER, P. A antropologia do desenvolvimento. **Revista de Antropologia**, São Paulo, USP, 1997, V. 40 nº 2.

SGRECCIA, E. **Manual de bioética I: fundamentos e ética biomédica**. 2. ed. São Paulo: Loyola, 2002.

SIENA, O. **Metodologia da Pesquisa Científica: Elementos para Elaboração e Apresentação de Trabalhos Acadêmicos** . GEPES. PPGMAD. Departamento de Administração. UNIR , Porto Velho, 2007.

SIMMEL, G. Sociabilidade: um exemplo de sociologia pura ou formal. In: MORAES FILHO, Evaristo. (Org.). SIMMEL, Georg. Sociologia. São Paulo: Ática, 1996. p. 165-181.

SINGER, P. **Ética Prática**. Tradução Álvaro Augusto Fernandes. Lisboa: Gradiva, 2000.

SOUZA, M. L. A Teorização sobre o Desenvolvimento em uma época de fadiga teórica, ou: sobre a necessidade de uma 'Teoria Aberta' do Desenvolvimento sócio espacial. **Território**, Rio de Janeiro, n. 1, v.1, jul./ dez. 1996.

SOUZA, R. S. (2001). O funcionalismo sistêmico nas teorias social e organizacional: evolução e crítica. **Revista Eletrônica de Administração**, 7(1), 1-43.

_____. **A condição organizacional: o sentido das organizações no desenvolvimento rural**. Editora UFSM, Santa Maria, 2012.

SOUZA LIMA, A. C. Os povos indígenas na invenção do brasil: na luta pela construção do respeito à pluralidade. **Enciclopédia da Brasilidade: auto-estima em verde e amarelo**. Casa da Palavra Produção Editorial, Rio de Janeiro, 2005, pp. 218-231.

SPIEGELBERG, H. Husserl's and Peirce's Phenomenologies: Coincidence or Interaction. **Philosophy and Phenomenological Research**. Vol. 17, Nº 2, pp. 164-185, 1956.

SPOONER, L. A Constituição indefensável. In: G, Woodcock. **Os grandes escritos anarquistas**. Porto Alegre: L & PM, Editores Ltda, p. 95-99, 1981.

STAVENHAGEN, R. "Etnodesenvolvimento: uma dimensão ignorada do pensamento desenvolvimentista". **Anuário Antropológico**, 84, 1985, p.11-44.

THORNTON, R. D. Participación ¿la nueva tiranía en procesos de Extensión Rural? In: **Usos y abusos del participare**. - 1ª ed. - Buenos Aires: Ediciones INTA, 2010, pp. 35-53.

TÖRNQUIST, O.; WEBSTER, N.; STOKKE, K. (orgs.). **Rethinking popular representation**. London: Sage. 2010.

TORTOSA, J. M. **Mal desarrollo y mal vivir – Pobreza y violencia escala mundial**. Editores Alberto Acosta e Esperanza Martínez, Série Debate Constituyente, Abya-Yala, Quito, 2011.

TUCKER, V. A cultural perspective on development. **The European Journal of Development Research**, London, v.8, n.2, dez. 1996.

URBINATI, N. "O que torna a representação democrática?". **Lua Nova**, n. 67, pp. 191-228, 2006b.

_____.; WARREN, M. E. "The concept of representation in contemporary democratic theory". **Annual Review of Political Science**, v. 11, pp. 387-412, 2007.

UNITED NATIONS DEVELOPMENT PROGRAMME. **Human development report 2002: Deepening democracy in a fragmented world**. New York, Oxford, Oxford University Press, 2002.

VALLER FILHO, W. O Brasil e a crise haitiana: a cooperação técnica como instrumento de solidariedade e de ação diplomática. Brasília : FUNAG, 2007.

VEIGA, J. E. **Desenvolvimento sustentável: o desafio do século XXI**. Rio de Janeiro: Garamond, 3ª ed., 2008, 220p.

VERDUM, R. "Etnodesenvolvimento e mecanismos de fomento do desenvolvimento dos povos indígenas: a contribuição do Subprograma Projetos Demonstrativos (PDA)." Em: SOUZA LIMA, A. C. de & BARROSO-HOFFMANN, M. (orgs.). **Etnodesenvolvimento e Políticas Públicas: Bases para uma Nova Política Indigenista**. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2002.

_____. **Etnodesenvolvimento: nova/velha utopia do indigenismo**. Tese de Doutorado defendida no Centro de Pesquisas e Pós-Graduação sobre as Américas. Brasília: Universidade de Brasília, 2006.

VYSOKOLÁN, O. **La traición del Papa Rey: 500 años de resistencia**. Fondo Nacional de la Cultura y las Artes – FONDEC, Edit. Arandurã, Asunción, 2010.

WEBER, M. A **Ética Protestante e o "Espírito" do Capitalismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

WHITE, S. C. Depoliticising development: the uses and abuses of participation. **Development in Practice**. V.6, no 1, p.6-15, 1996.

ANEXO 1 – Conclusión en español

14 CONCLUSIÓN

“Ora digo eu: — O homem, e, duma maneira geral, todo o ser racional, existe como fim em si mesmo, não só como meio para o uso arbitrário desta ou daquela vontade. Pelo contrário, em todas as suas acções, tanto nas que se dirigem a ele mesmo como nas que se dirigem a outros seres racionais, ele tem sempre de ser considerado simultaneamente como fim.”

Immanuel Kant, Fundamentação da metafísica dos costumes.

Más de medio siglo se fueron desde que los enunciados participativos se introducirán de forma particular en la agenda de las organizaciones socioinstitucionales dedicadas al desarrollo. Durante este proceso fueron experimentadas diversas modalidades e formas de operacionalizar este discurso que, a su vez, se presentaba de modo alentador en un contexto histórico de inolvidables y fracasadas intervenciones centralizadas. Un cierto relativismo se ha incorporado al discurso del desarrollo, aportando esperanzas de que el Pueblo podría asumir otro papel en sus tentativas de operacionalización. De modo semejante, una cierta personalidad también pretendía ser adicionada en los constructos institucionales que, en el proyecto moderno, era preterida en prol de la sustentación da impersonalidad, la cual se ha revelado una manera casi-mágica de alimentar las viejas autocracias en medio a las nuevas democracias.

En estos momentos de relativización discursiva de las estructuras socioinstitucionales, el discurso de la participación logró un papel fundamental en la observación de alternativas que redireccionasen sus dinámicas. Procesos de valorización de la participación pudieron ser discriminados y caracterizados, alterando los patrones institucionales en, como mínimo, tres dimensiones distintas: en la idealización de espacios democráticos descentralizados; en la creación de espacios de ejercicio democrático participativo; y en los abordajes dialógicos utilizados en las intervenciones sociales, principalmente vía proyectos. Procesos de valoración discursiva que, finalmente, banalizaron el uso de los enunciados participativos, los cuales pasaron a estar regularmente presentes en el ámbito de las experiencias institucionales.

Bajo la adjetivación participativa fueron desarrolladas metodologías, herramientas, tipologías, modelos analíticos y críticos para subsidiar la instrumentalización de un discurso que, en contexto de relativización del potencial

técnico-científico de gerenciamiento socioinstitucional, necesitaba y exigía espacios de experimentación que revelasen sus potencialidades relativizadoras. Entretanto, una *innegociable filosofía administrativa* no pretendía abandonar los presupuestos que denotaban a las sociedades metáforas sistémicas pasibles de idealizaciones, controles e intervenciones tan indicativas e objetivas.

La valoración de la participación, con eso, promovió la aplicación de este discurso que oportunizó la apertura de muchos espacios socioinstitucionales y, consecuentemente, la aproximación de muchas personas a los mismos, instituyendo el uso de los enunciados participativos y, así, ampliando semánticamente sus referencias y significados. No obstante, más de que priorizar el potencial de acceso directo de las personas en la construcción de las intervenciones sociales, la operacionalización y aplicación práctica de la participación, aparentemente, priorizaba un ajuste de las lentes objetivas y indicativas para subsidiar una actualización de esta filosofía administrativa que no pretendía retroceder. Un tipo de operacionalización de la idea de la participación que constantemente instigó los analistas hasta que los arautos de la teoría política otra vez proclamaron la necesidad de convocar los interesados para su revisión crítica.

Bajo el fenómeno que demostraba la ocurrencia de pérdida de la clásica polaridad entre participación y representación, los teóricos políticos convocaron los analistas de la participación para intentar comprender y elucidar las problemáticas que se relacionaban con este enunciado. Un contexto de enorme discrepancia conceptual entre las viejas e nuevas formas de abordar e operacionalizar la participación les ha incitado para intentar descubrir lo que era, a final, eso que ahora denominábamos también de participación. Un concepto que, *stricto sensu*, se posicionaba en oposición a la noción de representación, actualmente figuraba en medio a las estructuras socioinstitucionales representativas sin necesariamente requisitar una directa intervención de las personas en estos contextos. Las referencias y relaciones que rellenaban los significados del viejo ideario participativo parecían ya no estar tan presentes durante su nueva forma de operacionalización.

Más de medio siglo de valoración y experiencias de los enunciados participativos fueron suficientes para consolidar un sentido más amplio para este discurso que, hasta entonces, se presentaba de forma paradigmáticamente renovadora en relación al paradigma socioinstitucional representativo y sistémico vigente. En este nuevo y desconocido sentido amplio, la participación no exigió más

sujetos, pero sí una multiplicación de objetos. Las teorizaciones acerca de este discurso vieron a corroborar una perspectiva que buscaba operacionalizarla sin direccionarla de encuentro a la innegociable filosofía administrativa.

La primera generación de teorizaciones, con eso, se ha caracterizado por la creación de tipologías escalares de mensuración de la participación que atentaban, prioritariamente, para el desarrollo de escalas analíticas que pretendían categorizar los grados de interacción entre las predeterminadas intervenciones y las personas, objetivando el comportamiento personal en medio a estos procesos de transformación social. En este caso, el en grado más alto de estas escalas son colocadas, geralmente, palabras que simbolizan una respuesta convergente de los beneficiarios en relación con su capacidad de inserción armónica en estas intervenciones como, por ejemplo, automovilización y movilización comunitaria. Por otro lado, en el grado más bajo de estas escalas son puestas palabras como, por ejemplo, manipulación y participación nominal, indicando que las personas o comunidades no interactuaron de forma convergente con las estructuras socioinstitucionales y, por tanto, fueran inevitablemente manipuladas.

Las escalas de la participación se caracterizan, por tanto, por establecer categorías analíticas que indican, entre sus extremos, grados armónicos y desarmónicos de manipulación. En estas tipologías, la innegociable filosofía administrativa se encuentra, siempre, en una dimensión etérea, donde es críticamente inaccesible. Las personas, de este modo, tienden a ser observadas como medios u objetos que responden a los estímulos institucionales de operacionalización discursiva. Una grande contradicción cuando se trata de realizar intervenciones participativas, en que, idealmente, las instituciones deberían responder a los estímulos de las personas. Un “reino de los fines” fue instituido sin que, al menos, tuviéramos todos la oportunidad de participar de la institución de sus valores. Los fines, en este caso, se han transformado en los medios.

Eso es lo que podemos contemplar explícitamente en nuestra experiencia empírica, expresiones que demuestran un gran esfuerzo de las personas en la búsqueda de adaptación a las organizaciones socioinstitucionales que reflejen discursivamente sus valores y filosofías, pero que, luego, son dispersadas de sus subjetividades para cumplieren con las actividades y directrices objetivadas institucionalmente, en otras palabras, para se direccionaren a los cotidianos modos de ser de los discursos. Aplicar y operacionalizar las tipologías participativas es partir

del presupuesto de que participar es adentrar e interactuar personalmente con las estructuras que comparten de esta innegociable filosofía administrativa. Con eso, ocupar las instancias de participación objetiva y previamente instituidas.

Sin embargo, pudimos acompañar en las lecturas de las expresiones de las personas que, en el contexto institucional de la experiencia empírica realizada en esta tesis, sería una vana tarea dedicarse a la observación de los tipos de participación, pues tal vez no necesariamente esté en el horizonte de las personas o comunidades el propósito de constituir lazos participativos intrínsecos con estas organizaciones socioinstitucionales. Como un fin en sí misma, las personas se depan con el fenómeno de la participación como posibilidades que ciertamente producen una gran experiencia simbólica y existencial, pero que, de ninguna forma, podríamos sustentar que se trata de la utopía cotidiana de estas personas. Para muchas de ellas puede ser, inclusive, descabida su introducción en un ranqueamiento que nunca estuvo en su perspectiva someterse. Mismo porque, las instituciones no se presentan de forma tan abierta a las transformaciones que podrían ser propuestas por las personas.

Durante el análisis semiótico del desarrollo fue posible constatar que al participar en los modos de ser del desarrollo, las personas son lanzadas para se dedican a la realización de una serie de actividades cotidianas que, a su vez, provocan la emergencia de sentimientos, acciones y interpretaciones, los cuales se tornan referencias para significar estas experiencias. Un tipo de análisis que demuestra, *a priori*, la enorme sensibilidad humana en relación a los experimentos institucionales y, al mismo tiempo, la baja capacidad de discutir sus condiciones. Las temporalidades participativas están para las personas como las demás temporalidades, dinámicas que simbólicamente e materialmente se presentan de modo a producir direccionamientos cotidianos. Así, podríamos inferir que la primera opción no es transformar estas temporalidades, pero direccionarse para una de las tantas que se presentan y experimentar.

En el estudio del fenómeno de la *participación para el desarrollo* fue posible observar que en la cotidianidad de las instituciones son establecidas modalidades de ocupación que históricamente rellenan sus estructuras de manera formal. Las culturas organizacionales, en estos casos, determinan las experiencias participativas, y tal comportamiento también es extrapolado para aquello que ocurre en terreno. De modo general, anticipadamente ya se saben los discursos, diálogos e

prácticas que ocurrirán en las instancias de *participación para el desarrollo* y no es inusual encontrar en diversas intervenciones desarrollistas un mismo tipo de abordaje discursivo, dialógico e práctico. Se automatiza la participación y las planillas y indicadores se tornan, muchas veces, más importantes que la calidad de las experiencias cotidianas.

Para los beneficiarios, a su vez, es improbable que pueda haber la aprehensión de las dinámicas y particularidades de los procesos participativos para el desarrollo. Por mejor que sean realizadas las mediaciones institucionales, son restrictas las posibilidades de apropiación de los procedimientos que componen la operacionalización de las intervenciones desarrollistas. Lo mismo podríamos inferir tanto para los proponentes como para los ejecutores, que no tienen posibilidad y capacidad de gerenciar todo el proceso.

Lo que de hecho debería dejarnos bastante cautelosos en lo que toca la utilización de las famosas críticas que originaron muchas de las herramientas participativas, de que las intervenciones estarían siendo establecidas “de arriba para abajo” (“*top-down*”). Analizando fielmente los datos que, en caso de esta tesis presentan las perspectivas tanto de los que estarían “arriba” (“*top*”), como de los que estarían “abajo” (“*down*”), no existe cualquier persona o institución que determina las particularidades de estas experiencias, eso se hace de manera casi-mágica por las vías impersonales. En el “*top*”, a su vez, estarían *los discursos y la innegociable filosofía administrativa* y, consecuentemente, todas las personas que se dedican para participar estarían en el “*down*”. No se trata, por tanto, de inserir metodologías e herramientas participativas que, lógicamente, producen un ajuste de las lentes objetivas y indicativas de estas intervenciones, pero de instituir posibilidades de decidir los discursos y, incluso, la filosofía administrativa. Solamente en estos casos, habrían espacios para operacionalizar la vieja idea participativa en el contemporáneo contexto político. Pero, tanto cuanto fue posible percibir, en las decisiones acerca de los discursos y de las filosofías administrativas, no hay disponibilidad de espacios para diálogos participativos, dejando en evidencia la centralidad del carácter técnico sobre muchas de estas decisiones.

De modo general, se puede contemplar que las voluntades discursivas que fueron consideradas en el momento de elaborar y operacionalizar los enunciados participativos en su sentido amplio no partirán, directamente, de la búsqueda por la opinión de las personas sobre el nuevo fenómeno que se presentaba, generando los

problemas teóricos que se aquí son apuntados. En el proceso de revisión teórica realizado para la elaboración de esta tesis no se encontró cualquier estudio que fuera dedicado a explorar la percepción de las personas en relación a sus propias experiencias participativas. En general, se observan estudios que evalúan solamente las reacciones de las personas en medio a los procesos institucionales y no se dedican a diferenciar las demás particularidades de estas experiencias. Se observa que, ontológicamente, no se establecen divisiones analíticas entre sus dimensiones cartesianas e fenomenológicas. Estos estudios participativos, con eso, no consiguen se desprender de sus presupuestos ideológicos y queda necesario, con eso, instituir perspectivas que introducen divisiones analíticas para el desvelamiento de este fenómeno que también tenemos denominado de participación, contando, también, con las expresiones de aquellos que le experimentaron.

En este contexto, pudimos averiguar qué grande parte de aquello que es atribuido, significativamente, a los enunciados participativos derivan de sus experiencias fenomenológicas vividas por las personas y extrapolan considerablemente aquello que puede ser cartesianamente discriminado. De modo general, existe una regulación de los campos simbólicos de la participación y del desarrollo que crían referencias importantes para la significación de estas experiencias participativas. El fenómeno de la *participación para el desarrollo*, por tanto, también presentase a través de la transformación de posibilidades, incidiendo para el direccionamiento de las personas en relación a las temporalidades participativas. A través del estudio empírico realizado junto a las tres coyunturas institucionales, se puede inferir que el modelo participativo *lato sensu* no puede ser caracterizado por la apropiación de los procesos institucionales, pero sí por las posibilidades que inciden sobre la disposición en participar del mismo, visto que no la estructura no estás organizadamente preparada para ser apropiada. Como verificaron la gran parte de los autores, gran parte de los procesos institucionales ya se encuentran previamente delimitados, lo que regula también sus posibilidades de apropiación. No existen siquiera las estrategias o planes para la ascensión en las escalas de la participación. Entretanto, son las posibilidades materiales y simbólicas (discursivas, dialógicas e prácticas) emergentes de estas experiencias que más influyen para la disposición de las personas en participar de estos procesos.

En este contexto, podemos cogitar que mismo que la persona se ha apropiado del proceso institucional, un cierre en relación a las posibilidades

participativas podría definir su inclinación a la participación, en el sentido de abandonar un proceso ya apropiado. El punto neurálgico de esta ecuación está en la continuidad de los procesos institucionales y en la variación de la emergencia de posibilidades. Mientras las instituciones intentan estabilizar y regular las dinámicas sociales a través de proyecciones, las personas conviven con otras dinámicas y emergencias de temporalidades e posibilidades. En esta ecuación, tiene sido difícil encontrar el punto de equilibrio entre las proyecciones personales, comunitarias y institucionales, bien como direccionar los grandes beneficios de estas acciones coyunturales para los beneficiarios.

Cartesianamente, las experiencias participativas *lato sensu* pueden ser discriminadas por las actividades cotidianas vividas por las personas en el contexto de las intervenciones sociales. En estas, son verificadas acciones que derivan del direccionamiento de las personas para ocupaciones que se encajan en sus previas inclinaciones y trayectorias profesionales, determinando cotidianidades y tareas específicas en favor de la operacionalización de determinado discurso, por ejemplo, desarrollo y etnodesarrollo. No obstante, un importante “salto simbólico” es necesario para que las personas puedan relacionar sus actividades y tareas cotidianas con la operacionalización de los discursos en cuestión. La construcción de significados sobre la *participación para el desarrollo* depende, en gran medida, de relaciones y referencias simbólicas que se construyen durante la vivencia de este fenómeno temporal.

Las expresiones de las personas en relación a los significados de sus propias experiencias participativas tornan todavía más evidentes estos “saltos simbólicos”. Los proponentes, por ejemplo, destacaron en sus relatos diversos tipos de sentimientos, acciones, interpretaciones y, consecuentemente, relaciones que indicaban una idea de influencia de sus prácticas cotidianas en la promoción del discurso en cuestión. Y, mismo que muchos tengan explicitado sus ceticismo en relación a la operacionalización de estos discursos, los proponentes presaban por las posibilidades que de allí emergían. O sea, todavía persistían referencias simbólicas que seguían direccionándoles para estas temporalidades.

En el caso de los parceiros locales, emergieron relaciones que actuaban críticamente en relación con sus experiencias participativas en la coyuntura institucional dedicada al desarrollo, en el sentido de destacar los fallos coyunturales que colocaban en jeque sus “verdaderas” intenciones discursivas. Elementos y

relaciones que fueron colocados en segundo plan bajo la perspectiva de contar con las posibilidades de operacionalizar acciones para el desarrollo de las comunidades beneficiadas y de suya propia coyuntura organizacional. *A priori*, por tanto, ya se establecen campos simbólicos que rellenan las temporalidades de la participación con posibilidades de alcanzar sus presupuestos discursivos.

Los beneficiarios, a su vez, conviven con una serie de transformaciones en su coyuntura, las cuales son constantemente problematizadas. Muchos cambios radicales son propuestos y sugeridos para sus cotidianidades que deben ser adaptadas a las mismas de modo a consolidarlas. Los significados de la participación, a pesar de todo, concentran relaciones y referencias que atentan para las posibilidades emergentes de estas transformaciones y, ni tanto, en los factos y eventos ya consolidados. Lógicamente que son estas experiencias pasadas que dejaron rastros y indicaciones para las significaciones de sus participaciones, entretanto, apuntando para posibilidades futuras o, como destacan los propios beneficiarios, para los “*nuevos caminos*”. El fenómeno de la *participación para el desarrollo*, también en el caso de los beneficiarios, se torna atractivo por el horizonte de posibilidades que de este trasparece. Una chispa de amparo en un histórico desamparador, una tentación tranquilizadora.

La política de la supervivencia en contexto de pluralismo institucional transforma la *participación para el desarrollo* en un fenómeno en que proponentes y ejecutores deben, inicialmente, cumplir con los requisitos discursivos institucionales para poder se incorporar como coyunturas, promoviendo, además, la aproximación de los beneficiarios que, a su vez, necesitan se sentir atraídos por las posibilidades discursivas, dialógicas e prácticas para se consolidaren como contextos de intervención. Las experiencias participativas, *a priori*, se estructuran no apenas de transformaciones ya realizadas, pero de esperanzas discursivas, o sea, de posibilidades.

Para todas estas coyunturas persisten referencias e indicaciones de que el vínculo con contextos intervencionistas posibilitarían alcanzar mejores situaciones a través de una fuerza tarea global, en este caso, de la Cooperación Internacional para el Desarrollo. Los simbolismos que se vinculan con esta fuerza tarea para el desarrollo se presentan de modo tentador para las personas, que se refuerzan cuando las mismas se deparan con un panorama político delicado como el de la supervivencia y con el gelatinoso contexto institucional pluralista. Participar para el

desarrollo, direccionarse para el referencial discursivo del desarrollo puede ser tanto tentador como tranquilizador, pues el discurso ofrece un conjunto de posibilidades impersonales que denota una idea de que “*tudo está em ordem e que todas as portas estão abertas*”, como has indicado Heidegger (1998, p. 239).

En medio de un contexto de incertidumbres en que las posibilidades propias son por veces consideradas insuficientes para alcanzar los objetivos personales y coyunturales, el fenómeno de la *participación para el desarrollo*, a pesar de arrancar “*continuamente a compreensão do projeto de possibilidades próprias*”, disponibiliza la oportunidad de, en el impersonal, lanzarse en una “*pretensão tranquilizada*”, eso es, se organizar a través del discurso y de la filosofía administrativa. Un amparo para aquellos que son permeados por tantas incertidumbres, un entrelazamiento de posibilidades personales e impersonales que, como quedó demostrado, componen parte importante de las relaciones que construyen los significados de esta modalidad de participación.

Al constituir la oportunidad para que las personas puedan direccionarse para el impersonal y, consecuentemente, ponerse también bajo la “*tutela dos outros*”, las coyunturas institucionales materializan simbólicamente espacios de dispersión de los sujetos que, como personas, son permeadas por continuidades impersonales atractivas y que disponibilizan consolidadas cotidianidades. De la misma forma con que la emergencia de mercadorías “ficticias” fueron importantes influencias para consolidar, segundo Polanyi (2000 [1944]), una cultura mercadológica y económica de carácter simbólico, el impersonal alavanco una fácil propensión para simbolizar también las experiencias vividas en las coyunturas institucionales. La participación *lato sensu*, con eso, consolida posibilidades impersonales de participación, en que una predelineada apertura institucional disponibiliza instancias participativas que simbólicamente aportan caracteres personales en campos impersonales de vivencia. Un “salto simbólico” permea las relaciones y referencias que rellenan el proceso de significación del fenómeno de la *participación para el desarrollo*.

En esta fase relativista y pluralista de nuestra filosofía administrativa, las personas fueron consideradas imprescindibles para la consolidación y operacionalización de los discursos y coyunturas institucionales. No obstante, tal necesidad de personas no es tan importante por las posibles contribuciones en los diálogos de las organizaciones socioinstitucionales, pero por la forma con que su simple presencia física o simbólica puede representar el apoyo necesario para la

realización de las experiencias institucionales. Las posibilidades discursivas, dialógicas y prácticas que emergen de estos fenómenos participativos son las principales referencias que determinan el direccionamiento personal para los modos de ser del desarrollo.

Si el viejo ideario de la participación sustentaba la necesidad de la directa expresión de las personas en los procesos políticos, la nueva idea de participación concierne un proceso de simbolización de las personas a través de mediaciones que metodológicamente exploran sus presencias institucionales. De acuerdo con Hanna Pitkin (1985), los símbolos no hacen aseveraciones acerca de lo que simbolizan, sino que les sugieren o les expresan, de modo general, suplen la necesidad de contar con aquello que simbolizan. Estamos tratando, por tanto, de un tipo de participación simbólica, en que la ocupación de las personas en los modos de ser del desarrollo sugiere o expresa algo de personalidad en estas impersonales experiencias participativas, simbolizando una directa relación de las personas con las estructuras institucionales, supliendo, así, la necesidad de contar directamente con las intervenciones de las personas. Algo que, como vimos, puede ser observado fenomenológicamente, pero que, infelizmente, todavía no puede ser verificado cartesianamente.

Simbolizar, conforme destaca Hanna Pitkin, es intentar hacer una referencia exacta para algo indefinido, y, en otras palabras, es objetivar el indefinido. La experiencia participativa, en su sentido amplio, busca y atenta para simbolizar las personas en el ámbito de las intervenciones sociales, o sea, hacer referencias de sus participaciones en la operacionalización de los discursos reproducidos por las organizaciones socioinstitucionales. Nada muy sorprendente para una filosofía administrativa cuya ética organizacional emerge de la presuposición de que este contexto debería ser un espacio exclusivamente impersonal. Simbolizar el indefinido nunca fue y también nunca será una simple tarea, principalmente, si el indefinido son las personas o los seres humanos, por tanto, no serán firmas, impresiones digitales, fotografías, indicadores, herramientas y metodologías que podrán aprehender la compleja y indefinida experiencia personal y humana.

Esta participación simbólica, no obstante, introduce la necesidad de simbolizar y estructurar espacios en que las indefinidas personas puedan contemplar los contemporáneos requisitos democráticos y, así, relativizar el dominio del discurso público. De este modo, estudiar su efectividad tal vez sea actualmente un esfuerzo

irrelevante, pues como un símbolo, la participación *lato sensu* ya suplió la necesidad de contar directamente con las personas y promover la compleja misión de operacionalizar el viejo ideario participativo. Símbolos fueron introducidos para suplir la necesidad de objetivar algo tan indefinido y inaccesible como las personas y seres humanos, un tipo de acción que nunca podrá proporcionar una efectiva participación. Entre tanto, tal vez lo que menos importe ahora sea su efectividad, la importancia que hoy puede ser atribuida a la participación *lato sensu* es que, en la contemporaneidad, esta es legítima.

ANEXO 2 – Quadro de relações e significados dos proponentes

Quadro de relações e significados dos proponentes				
Ocupação	Atividades cotidianas	Mudanças	Análise semiótica	Significados
Proponente 1	Planejamento e avaliação	Não indicou.	Satisfação. Funcionalidade e eficiência.	<i>“Personalmente muy gratificante y en terminos profesionales, en la parcela que yo trabajo, creo que implantar una cultura de evaluaciones en las organizaciones, contribuye para mejorar la calidad de que se hace. Así, se contrubuye a generar mayores impactos, se contribuye para garantizar la eficacia de la ayuda. Dentro de mi caso, que participo en una organizacion que es un puntito en el mundo de CID, bueno, la participacion puede ser mayor o menor, pero si que es importante que siga trabajando en esa linea de evaluaciones.”</i>
Proponente 2	Gestão de dados e inscrição de entidades.	Organização e planejamento aplicado à vida pessoal.	Satisfação. Reconhecimento da necessidade de ordem e disciplina.	<i>Personalmente, si que me agrada. Prefereria trabajar aqui que em la hacienda, con un monton de numeros. Este trabajo tiene que ver directamente con la vida de muchas personas y esto no te hace perder la perspectiva y no cahe en el estrañismo justamente por eso, por que tu trabajo esta efectando mucha gente. Desde luego valoro estar trabajando aqui mas que en otros sitios, simplemente por eso, porque nuestro trabajo afecta la vida de las personas de una forma muy directa y muy necesaria.</i>
Proponente 3	Comunicação social e divulgação	Incremento das relações pessoais, profissionais e sensibilidade com a causa.	Satisfação altruísta, frustração, enriquecimento de percepções e dúvidas sobre funcionalidade. Defesa da causa. Falência do sistema.	<i>Uno es estar em el ambito de la actividad social, yo estando em la CID tengo la sensacion de que estoy colaborando em la utilidad social. Dos, participar em el ambito de la CID es no cerrarte a un micromundo y estar abierto a mirar el mundo desde una perspectiva más amplia. La CID siempre te estas invitando a mirar el mundo desde una perspectiva más amplia.</i>
Proponente 4	Coordenação regional da organização	Novos conceitos, novas práticas, voluntariado, compromisso e motivação.	Coerência, crença ideológica. Trabalho como compromisso, dedicar vida ao trabalho. Aprendizado e sorte de trabalhar na conjuntura.	<i>Cada uno dentro de su ambito llega hasta donde puede llegar. También hay que llevar em cuenta el contexto de vida que tiene cada uno y en cada momento. Siempre sabiendo que es poco, pero también tiene que dimensionarte, así te dimensiona em lo que tu puede hacer y pasas a hacerlo lo mejor posible. Sabiendo que todo queda por hacer, que todo hay que seguirlo trabajando, estando alerta dentro de las posibilidades que tu pueda. ES DARSE SIEMPRE MÁS. Siempre te tienes que dar más, no te puedes quedar, siempre hay que seguir, que seguir, porque sabes que todo que tu estas haciendo es poquito y esse poquito tiene que ser rico.</i>

Proponente 5	Responsável pelos projetos de voluntariado	Mais informação, dedicação ao trabalho social e ativismo. Maior capacidade de diálogo através das metodologias participativas. Maior sensibilidade quanto as questões humanas	Uso racional da ideologia e ativismo político. Respeito ao diálogo e ao consenso. Desenvolveu conexões entre teoria e prática, observou o potencial das metodologias participativas para melhorar o diálogo	<i>La posibilidad de tener una formacion tan politica y tan social que puedes aplicar a tu vida cotidiana y la posibilidad de trabajar en algo que yo creo que encaja com mis ideales y opiniones.</i>
Proponente 6	Diretor geral da organização	Muitas viagens, ritmo de trabalho diferente, adaptação psicológica, gerenciar recursos humanos de forma ordenada.	Frustração, felicidade extrema e choque com realidades. Saber como prestar melhor apoio aos executores. Compromisso entre ideologia e propósitos institucionais.	<i>Yo tendria varias concepciones de participacion, la primera es como consultar. Por que si tu estas participando en algun sitio y alguien te consulta o si tu consulta a alguien y a su vez esta consulta no sirve para nada. Tu me das tu opinion y yo tomo la decision. Otras seria en la tomada de decision, tomando la decision conjuntamente. Un tercer nivel es la participacion en los organos de direccion, tu dice vale yo participo pero no solamente tomo las decisiones que ademas me encargo de ejecutar estas decisiones. Un cuarto nivel seria la participacion economica, que en caso de la CID no se da pero en otras organizaciones sí. Con eso, yo tengo la condicion de participar en dos niveles, la gente que trabaja conmigo yo creo que el nivel de consultar lo tengo superado. Intentamos que haya participacion en las tomadas de decisiones, que estas sean consensuadas y que ademas la gente tenga implicacion en las decisiones que toman, no solamente que las toman sino que las ejecute y que sea capaz de llevarlas a cabo. En mi caso estoy intentando hacer y estoy contento.</i>
Proponente 7	Técnica de apoio	Grande estresse, participação como voluntariado, associação entre vida privada e profissional. Motivação.	Felicidade. Trabalho absorvendo mais tempo pessoal, mais formação e problemas de saúde através do trabalho. Percepção da complexidade do trabalho.	<i>Significa hacer algo que creo que es necesario. Y, sentirme contenta por que me parece muy interesante además.</i>
Proponente 8	Atenção ao público,	Mudança completa nas	Busca pelos sentimentos	<i>Resumidamente, es pensar que estas gastando tu energia y tu esfuerzo en algo Que puede mejorar la vida colectiva, de todos. Lo veo un poco así. Sobre todo en tema que me</i>

	recebimento de documentos e comunicação social	atividades cotidianas e vida pessoal. Compromisso ideológico e pessimismo.	derivados do altruísmo, frustração e otimismo. Mais motivação para participar. Medo de não saber o que está fazendo, reprodução de discursos e vontade de aprender.	<i>preocupa mucho como la igualdad o equidad de genero. Yo veo que trabajar en este sentido es super importante.</i>
Proponente 9	Atenção ao público	Mais sensibilidade para pessoas e situações de pobreza. Ampliação de visão de mundo.	Grande alegria por ampliar perspectivas. Maior sensibilidade e ação com o discurso. Vontade de conhecer o “terreno”.	<i>Significa hacia donde puedo desarrollar mi vida profesionalmente, pero tambien en terminos de como dar sentido a mi vida como me gustaria. Entonces, veo que puede ser por donde yo desarrolle mi vida, como un camino a seguir. O sea que se supone para mi estar em contato con una forma de enriquecimiento personal y profesional.</i>
Proponente 10	Atenção ao público e apoio ao voluntariado	Voltar a trabalhar com horário fixo. Preenchimento por trabalhar com causa que ideologicamente sensibiliza.	Felicidade por introduzir-se ao novo ritmo de trabalho. Autossatisfação por conseguir cumprir atividades cotidianas. Segurança econômica e mais atenção aos assuntos relacionados com o trabalho.	<i>Para mi es importante, porque tu acabas trabajando con gente, que son los universitarios, que tienen la posibilidad de hacer mucha cosa, que van a ser una especie de elite laboral de la zona, de la ciudad o de la andalucia. Y creo que sea muy importante que haya una institucion que trabaje aspectos relacionados a la CID con esta gente, porque creo que las ONGs, en general, han perdido un poco de su vinculacion con la base social. Se han vuelto a ejecutora de proyectos y demandadora de proyectos y creo que esta parte de movilización social o de implicación de la sociedad en su actividad se ha olvidado un poquito. O sea, tiene que se complementario, tiene que existir ONGs, pero que si hay instituciones que con un colectivo especifico trabajen en este sentido me parece que es importante.</i>

ANEXO 3 – Quadro de relações e significados dos executores

Matriz de relações e significados dos executores				
Ocupação	Atividades cotidianas	Mudanças	Experiência semiótica	Significados
Executor 1	Técnico de apoio a produção agrícola sustentável	Mais conhecimento e experiência de etnodesenvolvimento. Afastamento das telecomunicações e família.	Desmotivação. Entendimento da realidade e etnia. Tranquilidade. Observação de avanços e esperança.	
Executor 2	Professor de apoio as atividades educacionais	Afastamento das telecomunicações. Ressignificação de sua própria cultura. Outra forma de encarar as questões étnicas. Crítica ao assistencialismo	Sensibilidade quanto as questões étnicas. Frustração. Equilíbrio entre pessimismo e otimismo. Necessidade de doação. Ativismo étnico. Mudanças nas estratégias pedagógicas. Reconforto. Percepção da cosmovisão guarani	<i>Una de las mis convicciones personales es que “Dios no juega los dados”. Yo creo que hay algo teologico, teleologico. Entonces, no cai acá por coincidencia. Yo digo que estoy aquí porque de alguna manera iba a servir, iba a ayudar. Teniendo o no teniendo salario o gente que remunerar mi trabajo y que me digan, muy bien, estas haciendo o no. Mi característica es así, un poco dado al voluntarismo. Entonces, te digo que, estar con ellos acá, es una experiencia muy interesante. Yo, como soy cristiano, no debato con gente conceptos de diferentes cosmovisiones que ponen anteojos y dicen, un cristiano es así o asado. De diferentes perspectivas. Porque para mi, muchas veces, son relativos o subjetivos los comentarios que hacen. Nunca entré en debate con nadie, porque no es esa mi responsabilidad acá. Y, fue una vez en Tuparendá, en la iglesia en la Colonia brasilera, llevé unos chicos conmigo para ver como esta institución podría ayudar a ellos, yo les presentandoles a ellos. No cambiando de parecer o que dejen sus costumbres, nada. Me sorprendió como a mi me saludaron, a mi me dieron la bienvenida, me hicieron pasar en frente y todo. Ya, mis amigos, los que yo queria que ellos conociera, les dejaron allí detras, le preguntaron el nombre y ya le hicieron sentar detras. Entonces, dice no, esto no funciona. Entonces, volvimos outra vez acá y vamos ver lo que hacemos acá. En verdad, eran más opresores y los que estan haciendo toda la opresión eran ellos. Entonces, era una hipocresia total ir allá y pensar que te digan que las cosas estan bien y creer que te van ayudar si en realidad eran ellos que estaban echando todos los bosques religiosamente.</i>
Executor 3	Técnico de apoio	Constantes	Emoções e sentimentos	<i>Significa estar allí, entender y buscar soluciones con ellos a lo que ellos</i>

	aos diálogos interculturais	deslocamentos. Revolução na vida pessoal. Necessidade econômica de mesclar função pública estável com atividades de etnodesenvolvimento instável.	positivos derivados da relação com a etnia. Contradição pelo enrijecimento da prática institucional projetada e específica. Otimismo e esperança.	<i>entiendan como necesidad urgente, a lo que ellos quieran. Que uno sea parte de eso y busque ser, esto es para mi participar.</i>
Executor 4	Diretora geral da organização e extensionista	Muitos transtornos ocasionados pelas exigências burocráticas e diálogos interinstitucionais. Estresse e ausência de paz. Percepção de que os relatórios são mais importantes que o relacionamento entre as pessoas.	Satisfação por conseguir os recursos para o etnodesenvolvimento e observar as melhorias. Imenso desgaste pelas relações e diálogos com proponentes. Necessidade de buscar outras fontes de financiamento e abandonar a CID. Percepção de que os verdadeiros beneficiários são os proponentes. Sentimento de estar em meio a outra invasão colonialista. Sistema impossibilita que indígenas possam participar autonomamente.	<i>Significa que sacas de adentro una suerte de resistencia de ser humano. Así como, bueno, hasta donde soy capaz de resistir? Volvemos a lo mismo, ellos escriben em un papelito lo que estan pidiendo y lo que necesitan em el papel, pero em el terreno no existe. Entonces, nunca se construye. Yo lo que creo que ocurre com la CID es que no quieren contruir los puentes reales. Construye puentes colgantes que a cualquier momento te balanceas y te cae. No construye. Porque cuando vos construís vas a las puentes, vas a las bases y intente hacer algo que dure.</i>
Executor 5	Técnico de apoio aos diálogos interculturais	Aproximação e conhecimento da medicina guarani. Sentimento de sorte e alegria por ter confiança da etnia. Necessidade adotar mais conhecimento indígenas.	Sentimento enriquecedor. Experiências de ensino e aprendizagem gratificantes. Sentimento de raiva e impotência pelo descaso em relação aos indígenas. Percepção dos preconceitos e falência da educação ocidental. Crítica a moralidade católica e dificuldade de conviver com suas falácias.	<i>Yo me empatico con ellos, para mi es como que yo formo parte de la historia de ellos. Historia de despojo, historia de explotacion, de robos, de saqueos de su riqueza. Entonces, es como que ellos no estan solos. Si algo debe servir mi companhia, mi aporte, mi presencia con ellos, de hecho que si, creo que para ellos es un consuelo tener un abogado que esta del lado de ellos, que no se va aprovechar de ellos y que de alguna forma esta ayudando para que lleven una vida más digna, una mejor calidad de vida. Para eso, ese hecho para mi me llena de satisfacción, entonces si yo hoy me muero, me muero contento, porque yo hice lo que tenia que hacer en ese momento y ellos continuaran, otros tambien continuaran. En ese sentido, yo estoy realizado ya. Creo que me queda un camino todavia, pero significa mucho, mucho. Es dura, es triste la historia de que ellos son objetos de</i>

				<p><i>luchas, de despojos, de todo, de cuantos indigenas fueron matados, engañados, pero que la historia oficial no cuenta, no te cuenta. Te cuentan ellos, los ancianos, como fueron engañados. Ahora estoy leyendo un librito que cuentan los ancianos como fueron engañados para ser matados, para ser eliminados. Estamos hablando de 1920, 1930, de 1970 y hasta hace poco. Hacían en forma, digamos, criminal y después la otra forma de matar, la de sacarles de su bosque, de alienarles, que también es otra forma de matar.</i></p>
<p>Executor 6</p>	<p>Diretor da organização e extensionista</p>	<p>Mesclar atividades de professor universitário com ação extensionista. Transformação das rotinas pelas saídas de campo. Vivência de realidade étnicas. Sensibilidade e fortalecimento. Abandono de tabus e perspectivas ideológicas. Eliminação das objetivações em relação as pessoas.</p>	<p>Desilusão e frustração em relação as reais intenções dos proponentes. Percepção de que os relatórios são mais importantes que melhorias para as comunidades. Observação da presença de colonialismo. Falta de comprometimento e sensibilidade dos proponentes. Proponentes atrasados prática e metodologicamente. Falta de responsabilidade da CID. Sentimento positivo pela melhoria na qualidade de vida de beneficiários. Percepção da complexidade do trabalho de etnodesenvolvimento e necessidade de renovação dos tempos de ação extensionista. Felicidade pelo relacionamento com pessoas no “terreno”.</p>	<p><i>Para mi, dentro del contexto, es que eso mismo podríamos desarrollar dentro de un país, de mejorar el funcionamiento de un país y no precisar precisamente de esas agencias externas porque muchas veces se convierte como en una facilidad para poder desarrollar proyectos y, con el tiempo, se convierte en un obstáculo. Yo creo que dentro de un organigrama de un país y dentro de las políticas públicas, podría formar parte de un gobierno y si dentro de esas pautas de ese país, de Paraguay, se cumplieran más los organigrama y haya mas un compromiso social dentro del gobierno, no estaríamos necesitando nosotros de un financiamiento del exterior y, a lo mejor, como personas que vivimos dentro de ese país podríamos interpretar mejor estas necesidades, a lo mejor solucionaríamos, no te diría más rápido, pero con menos dificultades. Que nosotros mismos busquemos las soluciones desde adentro y no de afuera para dentro. Porque acá pasa mucho con las agencias que también copian y pegan proyectos que se desarrollan, por ejemplo, dentro de sudamérica con Bolivia. Bolivia y su población, desde nuestro punto de vista, tiene un origen que casi no se mezcló, es indígena, el indígena es urbano, es campesino, en cambio, el indígena en Paraguay ha salido del monte hace 30 años. Entonces, muchas veces cuando hablamos con las agencias siguen cometiendo el mismo error de querer comparar los indígenas con su experiencia en Bolivia, con Peru o con Mexico y eso es algo que no le entra en la cabeza que, en Paraguay, si hay una gran diferencia con las comunidades indígenas y con proyectos que se han desarrollado en otros países de Latinoamérica. Y, ese es un error constante. Si hacemos así, porque acá no lo vá funcionar? Hemos visto que dentro de la misma etnia, a veces, cada comunidad tiene una problemática diferente, tiene similitudes y grandes diferencias.</i></p>
<p>Executor 7</p>	<p>Técnica de apoio a prestação de contas e assuntos contábeis</p>	<p>Eliminação de preconceitos em relação as comunidades indígenas.</p>	<p>Sentimento de culpa e submissão por aceitar todas as indicações de proponentes. Postura mais sólida no momento de</p>	<p><i>Talvez seria muy grande, pero conceptualizemos lo que es muy grande. El poder estar allí em estas comunidades, el poder acceder a esto, el poder estar em medio de esta diversidad de acciones que hagan, el poder estar en una oficina pública sentada y el poder llegar a esta gente y saber que estos me escuchan, no me veen, me escuchan, que puedo sentar y puedo</i></p>

		Percepção da falta de conhecimentos sobre realidades da parte dos proponentes.	<p>dialogar com proponentes. Realizações de ações para possibilitar gestão comunitária. Necessidade de criar instâncias internas de apoio ao desenvolvimento, abandonando o apoio internacional.</p>	<p><i>entender y saber el lenguaje que se habla, o sea, significa muy grande. Y, com eso, quedarme sentada acá no más, sabes que? No, no. El ir allá, el tener estos accesos, el ir aprendiendo, el ver esto, el cooperar, esta edicion de libro mismo, eso que estas viendo y el poder relacionarme. A la pucha! O sea, hasta estos pequeños detalles y despues, ir a un congreso em el Industria y Comercio (edificio) y comenzar a ver todas estas experiencias y de que hablan, de como estan estas comunidades, de poder saber esto y pasar ciertas adversidades y experiencias es muuuuuuy grande. Porque vos em algun momento va encontrar acá la gente y decir, sabes que existe eso, es verdad? Vos sabia que la artesanía, vos sabia que ellos tienen tal cosa, vos sabia que ellos consomen eso o te vas allá y decís, mira hay estas tecnologías que pueden ser buenas y tal. Todos estos enfoques o que se yo. Una chica que hizo su maestria em España y doctorado no se donde y, me dice, me fue a tu pueblo, de la civilización y de la incivilización. Tu puede decir, mira, sentáte vamos hablar lo que es eso de la civilización y de la incivilización. Y tener lenguaje y decir, mira, uno nos es peor, ni mejor que el outro. Eso creo que aprendí em estar estas comunidades y em estar acá. Y, no por eso soy mejor que el outro. Me parece que todas las interrelaciones, a veces, generan conflictos, pero esto es bueno. Y todo eso me parece que fue muy positivo. Te desarrollás humanamente.</i></p>
--	--	--	--	--

ANEXO 4 – Quadro de relações e significados dos beneficiários

Matriz de relações e significados dos beneficiários				
Ocupação	Atividades	Mudanças	Experiência semiótica	
Beneficiário 1	Líder espiritual e religiosa, curandeira, parteira e atividades domésticas. Pessoas de idade avançada tornam-se referências naturais.	Entrada de eletricidade, água encanada, geladeira, televisão. Aprendizagem dos idiomas espanhol e português. Acesso à educação para os filhos e netos.	Sentimento de alegria e felicidade. Necessidade de aproveitar a oportunidade de aprender. Desenvolvimento de formas de comunicação com mundo ocidental. Busca de espaços para indígenas nas sociedades ocidentais através da profissionalização. Oportunidade de expressar seus conhecimento sobre medicina e retomar suas práticas como parteira e obstetra. Agradecimento pela renovação das perspectivas de futuro para descendentes.	<i>Lo que ella mas valora es su cultura. Entonces essa es su preocupacion. Tratar de mantener viva. Por eso, ella siempre dice a los suyos que a pesar de que ella esté muerta, que no desvíe de su cultura. Dice ella que, a pesar de que tengamos vaca, moto, camioneta, nosotros no debemos dejar de ser los que somos, nuestra cultura siempre tiene que estar. Por tener cosas, no necesitamos dejar de lado nuestra cultura.</i>
Beneficiário 2	Líder comunitário. Apóia atividades agrícolas. Pessoas de idade avançada tornam-se referências naturais.	Grande transformação das condições de vida. Saída da depressão e pobreza extrema. Sentimento de força física, espiritual e esperança. Compromisso para que os demais possam ter acesso as melhorias.	Necessidade de dar continuidade aos projetos. Futuro ainda incerto para descendentes. Esperança de profissionalização dos indígenas. Fortalecimento da cultura indígena através da atenção aos xamãs. Necessidade de continuidade das atividades do projeto para consolidação do novo caminho.	<i>Dice que acá hay dos organizaciones em Caazapá y que hay una organización que ellos fundaron, es la que propone y está de acuerdo de que los cambios son necesarios dentro de la cultura, pero manteniendo lo esencial. Sin embargo, hay otra organización que dice que tenemos que mantenernos como antes, o sea, dormir em el suelo, no usa la cama, no tener casa linda, usar solamente la hoja del pindó (palmeira) y nosotros no estamos de acuerdo com eso. Entendemos que tenemos que ir mejorando, porque es parte de la dinámica de la cultura, que vaya cambiando poco a poco y manteniendo lo esencial. Y aclara que este pensamiento no es próprio de los indigenas de esta organización, de mantenerse así, que son, em verdad, de algunos blancos que les convencieron que tienen que vivir como antes, es su ranchito, dormindo em el suelo. Entonces, se respecta, pero yo quiero que la organización que nosotros estamos si desean esto tambien puedan alcanzar a través de la organizacion. Ese es el deseo que el tiene.</i>

Beneficiário 3	Dedica-se a promoção das práticas agrícolas entre os indígenas. Artesanato.	Aprendizagem e experiências de produção agrícola. Renovação da autoestima e da possibilidade de dar exemplos aos filhos e mais jovens.	Sentimento de ser mais importante. Capacidade de prestar serviços e ensinar. Tornou-se professor de apicultura e alcançou outro status por poder ensinar. Consideração especial por saber. Necessidade de exportar modelo para outras comunidades e avançar em outros tipos de produção agrícola.	<i>El dice que através del proyecto han podido desarrollarse y ver diferente, actuar diferente. De acuerdo a los nuevos tiempos. Antes había el arroyo para el pescado y el monte para la miel y ahora no hay ni uno ni outro. Hay que hacer todo.</i>
Beneficiário 4	Atividades domésticas, cuidado com filhos e os mais jovens, apoio à agricultura, artesanato e estudos.	Possuir eletricidade, água encanada, animais. Poder ler e estudar.	Grande alegria de poder manejar computador e ter vacas leiteiras para alimentar os filhos e demais crianças. Satisfação por saber costurar e fazer roupas. Necessidade de continuar com projeto por receio de perder as conquistas. Devem aprender a dar manutenção, pois custos aumentaram.	<i>Mi deseo es establecerse acá, tener una casa propia, vivir, alimentarse, trabajar acá. Porque em la ciudad tiene que pagar alquiler, tiene que pagar luz, agua, no tiene chacra, no tiene Opy, no tiene el maíz, la mandioca, la batata. Como su primo, que estas em la ciudad y pasa muy mal. Todo que quiere es vivir acá.</i>
Beneficiário 5	Atividades domésticas, estudos, apoio à agricultura, artesanato e estudos.	Aprender ler e escrever. Saber informática e costura. Aprender a cuidar do viveiro, plantar erva-mate e fazer agricultura.	Alegria por de aprender e saber fazer. Satisfação. Necessidade de dar continuidade as atividades.	
Beneficiário 6	Atividades domésticas, cuidado com os filhos e os mais jovens, agricultura de subsistência, prestação de serviços, venda de panifícios e artesanato.	Não percebeu nada ruim, apenas melhorias relacionadas ao projeto. Reconforto por ter infraestrutura. Oportunidade para filhos estudarem. Chance de aprender profissões. Satisfação e esperança pelo aparecimento de um novo panorama.	Sentimento de muita esperança pelas transformações do projeto na comunidade. Percepção de novas possibilidades e oportunidades para todos. Melhor qualidade de vida. Estudo e capacitação como oportunidade para que mais novos alcancem uma vida melhor. Aprendizado de cultivo de novos tipos de alimentos. Produção para comercialização de empanadas, pães. Prestação de serviço de costureira. Aprendizado de culinária paraguaia. Oportunidade para que filhos gerem ingressos econômicos	<i>Cambio mucho, 10 años atrás cuando no habia nada acá, o sea, no habia luz, agua, cuando estaban en su cultura, pero no se podía ver estas cosas. Entonces, los indígenas eran vistos así, como nada, pobres, despreciados, como siempre... Ahora, un cambio, yo me siento importante, porque todos cuando pasan aquí miran y se asustan, mira los indigenas como estan, mejor inclusive que los otros, mejor que mucho paraguayo o campesino en las condiciones en que estan. Entonces a ellos eso le hace sentir bien, que dicen que bien como estan, como ha cambiado, entonces eso les hace sentir orgullo, importantes como personas. Porque antes eran despreciados, eran nada, eran los sucios, eran los pobres y ahora, a la inversa, tienen escuela, tienen colegio, que otros vecinos no</i>

			através do artesanato. Aprendizado da lógica capitalista.	<i>tienen la oportunidad. Tienen informática, tienen corte y confección, tienen agua, tienen luz y muchos acá no tienen. Entonces, logicamente que eso es importante.</i>
--	--	--	---	---

ANEXO 5 – Roteiro semiestruturado de entrevistas

Guión semiestruturado de entrevistas

Nombre: Edad:

Breve trayectoria: Actividad:

Entidad/organización: Fecha/hora:

ORGANIZACIÓN

Principales objetivos sociales de la organización:

Grupos sociales o personas que se buscan beneficiar:

Principales tipos de actividades y retos de la organización:

Forma de abordaje de la organización (proyectos, acciones específicas, emergenciales, etc.):

Enfoque actual de la organización, actividades en marcha y territorios abordados:

Basicamente, como se estructura la organización?

Otras organizaciones o instituciones tienen influencia en el trabajo de la organización?

Estimadamente, cual sería el número de personas que participan de la organización?

Y, cuales serían los principales tipos de actividades llevadas a cabo por estas personas?

Como interactúan y dialogan unas con las otras? (RED DE TRABAJO ORGANIZACIONAL Y INTERPERSONAL/NOMBRES) Quién haces qué?

En terminos de relaciones interinstitucionales, como se relacionan las otras organizaciones que participan del proyecto?

Hay alguna persona responsable por hacer esta comunicación? Quien sería?

Basicamente, como dividen las responsabilidades intrínsecas al desarrollo del (de los) proyecto(s)?

ANÁLISIS SEMIÓTICA

que haces tu?

Cuanto tiempo hace que **TU PARTICIPAS** de este tipo de actividad?

Ya habia participado de otras organizaciones con actividades semejantes?

Que actividades son desarrolladas por USTED en este momento? Podrías destacar algunas prácticas cotidianas más típicas?

Estas actividades son desarrolladas en el marco de algun proyecto o algunos proyectos? Cual(es)?

La relación con estas actividades produjo algun tipo de cambio en tu vida cotidiana?

Podría destacar los cambios más marcantes?

- 1 -
- 2 -
- 3 -
- 4 -
- ...

Estos cambios han transformado su vida en terminos de posibilidades o perspectivas?

Estos cambios te han aportado diferentes tipos de posibilidades? De que tipo?

EL CAMBIO NUMERO 1, 2, 3, 4..., por ejemplo, que piensas sobre este tipo cambio en tus experiencias?

Te genera algum tipo de sentimiento?

Te genera algun tipo de acción o reacción?

Que interpretación general tiene de este cambio en tu experiencia?

Como evaluaría tu participación en estas actividades y los cambios producidos en tu vida cotidiana?

Que significado tiene esta experiência de participar en el contexto del desarrollo?

RECONOCIMIENTO DE LAS INTENCIONES

Te gustaría seguir com este tipo de actividad? De que modo piensas que sería más apropiada tu participación?

Tu te sientes involucrado a un sistema específico? Cual? O piensas que tu vida se divide em vários sistemas o momentos?

Preferes pensar que participas de distintos sistemas, uno solo o a ninguno (o sea, que son vários momentos distintos)?

Piensas que podría haber outra forma de alcanzar estos objetivos?

ANEXO 5 – Roteiro semiestruturado de entrevistas de beneficiários

Guión semiestructurado de entrevistas de beneficiários

Nombre:

Edad:

Comunidad:

Actividad:

Breve trayectoria:

Fecha/hora:

ORGANIZACIÓN

En breves palabras, podría decir que es el tekoha?

Cuales son los principales elementos que definen su tekoha?

Que clase de cosas se realizan por medio del tekoha?

Como hacen para organizar las actividades del tekoha?

Ese tipo de organización es particular de este tekoha o todos los demás hacen de la misma forma?

Basicamente, como deciden las actividades y quien puede decidir?

Otros tekohas o instituciones tienen influencia en la organizacion del tekoha?

Estimadamente, cuantas personas viven en este tekoha?

Y, cuales serían los principales tipos de actividades llevadas a cabo por estas personas?

Como interactuan y dialogan unas con las otras? Quién haces qué?

Como se relacionan con las otras organizaciones que participan del proyecto?

Hay alguna persona responsable por hacer esta comunicación? Quien sería?

Basicamente, como dividen las responsabilidades intrinsecas al desarrollo del proyecto?

ANÁLISIS SEMIÓTICA

que haces tu?

Cuanto tiempo hace que **TU PARTICIPAS** de este tipo de actividad?

Ya habia participado de otros proyectos con actividades semejantes?

Que actividades son desarrolladas por USTED en este momento? Podrías

destacar algunas prácticas cotidianas más típicas?

Estas actividades son desarrolladas en el marco del proyecto o son cosas a parte?

Cuales actividades han llegado con el proyecto?

La relación con estas actividades produjo algun tipo de cambio en tu vida cotidiana?

Podría destacar los cambios más marcantes?

1 -

2 -

3 -

4 -

...

Estos cambios han transformado su vida en terminos de posibilidades o perspectivas?

Estos cambios te han aportado diferentes tipos de posibilidades? De que tipo?

EL CAMBIO NUMERO 1, 2, 3, 4..., por ejemplo, que piensas sobre este tipo cambio en tus experiencias?

Te genera algun tipo de sentimiento?

Te genera algun tipo de acción o reacción?

Que interpretación general tiene de este cambio en tu experiencia?

Como evaluaría tu participación en estas actividades y los cambios producidos en tu vida cotidiana?

Que significado tiene esta experiencia de participar en el contexto del desarrollo?

RECONOCIMIENTO DE LAS INTENCIONES

Te gustaría seguir com este tipo de actividad? De que modo piensas que sería más apropiada tu participación?

Piensas que podría haber outra forma de alcanzar estos objetivos?

